



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Inês da Conceição do Carmo Borges

A ARQUITETURA SENHORIAL: MATRIZ DA
SOCIABILIDADE, DO PODER E DA CULTURA
EM LAMEGO NOS SÉCULOS XVII E XVIII

VOLUME I

Tese no âmbito do Doutoramento em História da Arte, orientada pelo
Professor Doutor António Manuel Filipe da Rocha Pimentel e apresentada
ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da
Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

Julho de 2018

A ARQUITETURA SENHORIAL: MATRIZ DA SOCIABILIDADE, DO PODER E DA CULTURA EM LAMEGO NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Inês da Conceição do Carmo Borges

VOLUME 1

Tese no âmbito do Doutoramento em História da Arte, orientada pelo Professor Doutor António Manuel Filipe da Rocha Pimentel e apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Julho de 2018

Nota Prévia

Seguindo as normas atribuídas pela *Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, o nosso trabalho foi redigido de acordo com o novo Acordo Ortográfico, exceto as citações colocadas no texto, onde mantivemos a grafia original.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, queremos expressar o nosso mais profundo agradecimento ao Sr. Professor Doutor António Filipe Pimentel, não só por ter aceitado dirigir e orientar a nossa investigação, mas, particularmente, pelo modo como soube e se disponibilizou a fazê-lo. Tivemos o privilégio de o ter tido anteriormente como orientador do nosso mestrado e reconhecemos o grau de qualidade científica e pedagógica, assim como a marcada exigência nas questões patrimoniais. Orientámos assim a presente temática em função dos nossos interesses pela arquitetura civil e da orientação pretendida, conseguindo associar o nosso aliciante percurso de investigação ao seu nome, referência académica de renome e sinónimo de qualidade científica.

À Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que nos acolheu durante este longo e árduo trabalho, em especial ao corpo docente do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras agradecemos o estímulo e a amizade que sempre nos demonstraram. Gostaríamos de acrescentar o quanto foi importante na nossa formação o contacto e o ensino dado pela Professora Doutora Maria de Lurdes Craveiro, figura incontornável e impossível de dissociar do nosso breve percurso na Faculdade.

Mencionamos a gratidão para com todos os responsáveis e funcionários dos Arquivos, Bibliotecas e instituições públicas onde fizemos o nosso trabalho de investigação. Ao Arquivo Distrital de Viseu em especial, pela excelente equipa que possui, a nossa gratidão e reconhecimento pela sua preciosa colaboração. Ao Arquivo Histórico da Torre do Tombo, à Biblioteca Nacional de Portugal, à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, à Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, à Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Coimbra e à do Porto, à Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva, de Viseu, manifestamos a nossa consideração, perante os seus especiais e excelentes serviços.

Ao Arquivo e Biblioteca do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (I.V.D.P.), naquela cidade, os nossos agradecimentos pela rapidez e cortesia com que nos receberam, quer na facilidade facultada na nossa pesquisa iconográfica das casas senhoriais do Douro, quer no acesso aos aspetos iconográficos da cidade de Lamego e das freguesias de Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem, nomeadamente nos registos que o seu espólio possui referentes aos marcos de delimitação pombalina e à coleção do levantamento fotográfico da Casa Alvão no Douro.

À CCDRN (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), e DOURO Estrutura de Missão, nos seus serviços de Biblioteca e Arquivo, na pessoa do Arquiteto Filinto Girão, o reconhecimento da eficiência na disponibilidade de consulta de dados, na sua sede no Porto, na delegação da Régua, e em Vila Real referentes à delimitação do Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade, e da Rota do Douro Ibérico, Rota Património Mundial.

Ao Centro Português de Fotografia (C.P.F.) no Porto, os nossos agradecimentos pela cedência/reprodução de digitalização de documentos fotográficos, de imagens dos fundos de fotografia do Conde de Alpendurada e da Casa Alvão (PT/CPF/ALP e PT/CPF/ALV), relacionados com a Casa do Poço, Casa dos Pinheiro ou do Visconde de Arneirós, Casa dos Varais, Casa dos Pinheiros de Aragão, Casa do Assento ou Solar dos Padilhas, com o Palacete das Mores, com o próprio Conde de Alpendurada e família, Adolfo Osório, 2º visconde de Arneirós e esposa Henriqueta Pereira de Magalhães.

Nas diferentes casas senhoriais onde efetuámos trabalho de campo/investigação, devemos referir a disponibilidade invulgar, a simpatia, a cordialidade, disponibilidade, acompanhamento e voto de confiança dos diferentes proprietários (as), que viabilizaram os registos fotográficos dos espaços interiores.

À Câmara Municipal de Lamego, na pessoa do seu ex-presidente, Engenheiro Francisco Lopes (de anterior Executivo Camarário) e ao Departamento de Obras e Urbanismo (DOU), da mesma Câmara representado pelo seu chefe de divisão, engenheiro Manuel Campos Marques, e à engenheira Maria de Lourdes Maia Figueiredo, que pertencia à Divisão das Obras Municipais sendo sua chefe, antes da reorganização dos departamentos camarários, o nosso agradecimento pela autorização de consulta do arquivo camarário dessas secções e da cedência de dados / plantas das casas em análise, objeto da nossa investigação. Ao Gabinete de Planeamento Urbano da Câmara Municipal de Lamego, pela cedência do mapa da Região Demarcada do Alto Douro Vinhateiro, os nossos agradecimentos. Ao arqueólogo Dr. Ricardo Teixeira, pela cedência de dados sobre a Casa do Poço, o nosso apreço e gratidão.

Um particular agradecimento ao Museu de Lamego, na pessoa do seu ex-Diretor, Dr. Agostinho Ribeiro, à Dr.^a Alexandra Braga, e ao Sr. José Pessoa, pela digitalização e tratamento de fotografias, pela cedência de plantas da cidade de Lamego, de fotografias das casas senhoriais a preto e branco, e das imagens das pedras de armas provenientes da Casa do Poço, da freguesia da Sé, integradas no seu espólio museológico (fundos antigos).

À Santa Casa da Misericórdia de Lamego, na pessoa da Sr.^a Natalina Seabra Ferreira, chefe dos serviços administrativos, o nosso agradecimento pela disponibilidade facilitadora do nosso trabalho, e por nos ter recebido com grande brio profissional, facultando-nos todas as fontes documentais requisitadas.

Um particular e especial agradecimento a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor D. António José da Rocha Couto, Bispo Titular da diocese de Lamego, pela possibilidade de visitarmos o novo Paço Episcopal, requalificado, depois da doação familiar (Casa senhorial setecentista da família Souza Maldonado, doado no século XX, anos 40-43, pela família Pereira Coutinho, com ligações à ilustre Casa das Brolhas, de Lamego, pelas irmãs D.^a Maria Joana de Castro da Fonseca Pereira Coutinho e D.^a Maria Cândida de Castro da Fonseca Pereira Coutinho).

Aos nossos colegas de doutoramento que têm acompanhado este percurso, demonstrando apoio, solidariedade e amizade, Vera Lúcia Almeida Magalhães, Milton Pedro Dias Pacheco, Maria José Travassos de Almeida de Jesus Bento, Joana Rita Costa Brites, Duarte Nuno Oliva de Frias, os melhores agradecimentos. Neste processo académico percorrido pelo apoio de amigos, agradecemos especialmente a: Dr.^a Paula Maria do Nascimento Almeida Toscano, à Dr.^a Margarida Maria Cortes Cardoso Pina, à Dr.^a Maria Adelaide Cortes Cardoso Pina Moreira da Costa, à Teresa Athayde Amaral, ao Sr. Manuel Saavedra, à Dr.^a Anabela Maria de Campos Salgueiro, à Dr.^a Carla Maria Solano Máximo da Rocha, à Dr.^a Cristina Maria Sequeira Vouga, ao Dr. Ricardo Teixeira, ao Dr. Ricardo Jorge dos Santos Vieira, à Dr.^a Maria da Glória Afonso Lino, ao Salvador Carvalho da Fonseca Rocha, ao Dr. Manuel Roque de Magalhães e Menezes Ferros, à Dr.^a Maria Castro Athayde Amaral, à D.^a Maria Leonor Magalhães de Castro, ao Dr. Vasco Pinto de Sousa Coutinho, ao Dr. Nuno Miguel Lima, ao Dr. Luís Calheiros, ao Dr. Sérgio Avelar, à Dr.^a Paula Almeida de Matos, ao Dr. Paulo Ribeiro Maia de Loureiro, ao Dr. Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa, à Dr.^a Maria Amália Montenegro, à Dr.^a Susete Filipa Lopes Pereira Rodrigues.

No processo de acompanhamento familiar destacamos Mário Albino Borges, meu recentemente falecido pai, que demonstrou sempre amizade, incentivo, confiança, apoio incondicional, compreensão salutar e constante na prossecução do nosso trabalho. A ele dirigimos uma palavra de especial apreço, gratidão e amor na outra dimensão da existência em que se encontra.

A todos os nossos familiares, em especial à minha mãe, Maria Joaquina Cid do Carmo Figueiredo Borges, irmãos, João Álvaro Cid do Carmo Borges e Luísa Margarida Cid do Carmo Borges, sobrinhas, Ana Margarida Sá Borges e Ana Marta Borges Santos, cunhado Eduardo dos Santos e ex-cunhada, Noémia Sá, avó materna entretanto falecida, Isaura Lopes Cid do Carmo, a nossas primas Dr.^a Beatriz Gouveia, Dr.^a Carla Sofia Vale, Dr.^a Paula Cristina Figueiredo do Vale e a todos os outros nossos amigos que possamos ter olvidado o seu nome, mas que nos apoiaram e mais sentiram as nossas inquietações, no nosso trabalho de pesquisa e investigação, os mais sinceros reconhecimentos, particularmente quando se viram privados de tempos de lazer e de convívio. Ao Grande Arquiteto do Universo, o nosso agradecimento.

Resumo

Esta tese tem como finalidade o estudo da arquitetura senhorial enquanto matriz da sociabilidade, do poder e da cultura em Lamego nos séculos XVII e XVIII. O objeto de estudo é composto por um conjunto de edifícios classificados como arquitetura civil, na sua maioria barrocos. Devido à necessidade de restringir o nosso campo de investigação, seleccionámos no território do Douro, a cidade de Lamego e as freguesias de Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem, situadas junto ao rio Douro. O período em análise compreende os séculos XVII-XVIII, com exceções pontuais, devido a vestígios anteriores, nas estruturas arquitetónicas e posteriores, no que diz respeito ao séc. XIX.

A opção pela temática relativa à arquitetura civil tem como objetivo analisar o modo como esta se revela na articulação do espaço, enquanto elemento dinâmico da relação Cultura/Paisagem/Arquitetura. A sua expressão formal obedece a tipologias e são o testemunho dos valores que expressam para a sua História. Estas estruturas habitacionais procuraram um lugar de implantação próximo de cursos de água, abundantes na cidade e nas freguesias do nosso estudo. As casas nobres seguiram na sua edificação cinco vias fluviais: o Ribeiro de Coura, o Ribeiro das Nazes, o Ribeiro das Lages o Rio Balsemão, e o Rio Douro. Também por isto, as casas nobres têm exemplares da arquitetura da água nos seus jardins e terrenos, nos casos daquelas que estão inseridas em quintas.

Trataremos nesta nossa dissertação, os objetivos, as fontes e as metodologias; o espaço na região demarcada e na cidade de Lamego, nomeadamente: a região demarcada de estudo (Lamego e freguesias voltadas para o rio Douro); a caracterização geográfica; Lamego nas corografias e nos dicionários geográficos no século XVIII, o espaço e os habitantes; o plano e a morfologia urbana; a estrutura arquitetónica da cidade, segundo as Memórias Paroquiais de 1758; a arquitetura senhorial em Lamego – os complexos edificadas: as elites, nobreza e clero; os encomendadores: as famílias nobres; o clero; as dinâmicas de sociabilidade; os laços de parentesco, elementos do poder e difusores da cultura letrada; os projetos de arquitetura senhorial – apropriação do espaço em análise; arquitetos, artífices e trabalhadores, nomeadamente: entre a obra e o artista: arrematação e contrato; o estatuto socioprofissional; o arquiteto, mestres pedreiros, carpinteiros, artífices e trabalhadores/ mobilidade de quadros socioprofissionais; a estadia de Nicolau Nasoni; a casa nobre no concelho de Lamego, designadamente: as fontes da arquitetura senhorial (tratadística – entre a teoria e a prática); a organização espacial e configuração dos elementos arquitetónicos; casas com dois andares; com

mais de dois andares. Elementos arquitetónicos. Paredes, fachadas, varandas; a sacralização do espaço doméstico. Oratórios e capelas; a casa nobre e o domínio vitivinícola: a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – 1756; 1758 - 1761 (demarcações Pombalinas); 1788 (demarcações Marianas ou Subsidiárias da Primordial); as quintas – importantes unidades de exploração vitícola. Quatro casos exemplares: a quinta das Broilhas (freguesia de Valdigem); a quinta da Pacheca, a quinta do Paço do Monsul, a quinta dos Varais (estas últimas na freguesia de Cambres).

A análise da proliferação dos complexos edificados, das casas senhoriais, quer na cidade, quer nas freguesias selecionadas, demonstrou-nos o enaltecimento, a comprovação do status, dos seus proprietários/encomendadores, nobres e eclesiásticos, enquanto elementos privilegiados do poder e difusores da cultura letrada. Muitos destes foram autores de obras literárias em vários domínios do conhecimento.

Estas elites interagiram com arquitetos, mestres pedreiros, carpinteiros, trabalhadores locais e de outras zonas do país, através da arrematação e dos contratos de construção que registaram nos notários da época.

A casa no concelho de Lamego, através das fontes da arquitetura senhorial, nomeadamente da tratadística (entre a teoria e a prática), dá-nos conta da prática construtiva erudita nuns casos e noutros, “nas orlas do trabalho erudito.”

A casa nobre revela-nos um espaço de delimitação sobreposto nalguns casos ao domínio vitivinícola, explanado no território pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro: o que nos dá os reflexos da economia em que os seus morgadios existiam. E, atualmente a casa nobre revela-nos um espaço de delimitação em parte da área classificada como Património Mundial da Humanidade proclamado pela UNESCO, o Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade, e a integração na Rota do Douro Ibérico - Rota Património Mundial.

Muitas destas casas estão integradas em quintas – importantes unidades de exploração vitivinícola, nas freguesias da Sé de Lamego, nas freguesias de Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem.

PALAVRAS-CHAVE: arquitectura, sociabilidade, poder, cultura, Lamego, Douro.

Abstract

This thesis aims to study the manorial architecture as a matrix of sociability, power and culture in Lamego in the 17th and 18th centuries. The study object consists of a set of buildings classified as civil architecture, most of them baroque. Given the need to restrict our field of research, we selected, in the Douro territory, the significant area of the city of Lamego and the region with the parishes of Cambres, Penajoia, Samodães and Valdigem, located near the Douro river. The period in question encompasses the 17th and 18th centuries with some occasional exceptions, due to previous remains, in architectural structures, and later remains, with respect to the 19th century.

The purpose of choosing the subject matter of civil architecture is to study the way it reveals itself in the spatial articulation, as a dynamic element of the connection between Culture, Landscape and Architecture. Its formal expression obeys certain typologies which are the support and testimony of the values they express to their history. These housing structures have always looked for a place of establishment near streams, which are abundant in the city of Lamego and in the parishes mentioned in our study. Thus, the construction of the noble houses followed five waterways: the Coura stream, the Nazes stream, the Lages stream, the Balsemão river and the Douro river. Also for that reason, the noble houses have examples of water architecture in their gardens and lands, specifically the ones that are inside estates.

In this dissertation, we will mention the purposes, the sources and the methodologies; the space in the demarcated region and in the city of Lamego, specifically the region that is the object of the study (Lamego and the parishes facing the Douro river); the geographical characterization; Lamego in the chorographies and geographical dictionaries of the 18th century, the space and the inhabitants; the urban layout and morphology; the city's architectural structure, according to the Parochial Memories of 1758; the manorial architecture in Lamego – the built sites, namely: the elites, the nobility and the clergy; the commissioners: the noble families; the clergy; the dynamics of sociability; the kinship ties, elements of power and disseminators of literate culture; the manorial architecture projects – appropriation of the studied space; architects, artisans and workers, namely: between the work and the artist, adjudication and contract; the social and professional status; the architect, stonemasons, carpenters, artisans and workers/mobility of social and professional frameworks; Nicolau Nasoni's stay; the noble house in the Lamego municipality, specifically the sources of manorial architecture (treatises – between theory and practice); the spatial organization and configuration of the architectural elements; two-floor houses. Houses with more than two floors. Architectural elements. Walls, façades, balconies; the sacralization of the domestic space. Oratories and chapels; the noble house and the viticulture domain, namely: the Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do

Alto Douro – 1756; 1758 - 1761 (“Pombalinas” demarcations); 1788 (“Marianas” demarcations or Subsidiaries of Primordial); the estates – important wine-producing units. Four sample cases: Quinta das Broilhas (Valdigem parish); Quinta da Pacheca (Cambres parish); Quinta do Paço do Monsul (Cambres parish); Quinta dos Varais (Cambres parish).

The study of the proliferation of the built sites and noble houses, in the city of Lamego and in the selected parishes, showed us the enhancement and confirmation of status for the owners/commissioners, nobles and clerics as privileged elements of power and disseminators of literate culture. Many of those owners/commissioners were also the authors of literary works from several fields of knowledge in their time.

These elites, the nobility and the clergy appropriated the researched space with their manorial architecture projects. Consequently, they interacted with architects, stonemasons, carpenters, local workers and workers from other parts of the country through adjudication and construction contracts that were registered with the notaries from that time, leaving a trail that reached the present.

The house in the Lamego municipality, through the possible sources of manorial architecture, namely the treatises (between theory and practice), shows us its erudite construction practice in some cases, while in other cases it’s “on the edges of erudite work.”

The noble and ecclesiastic house reveals a delimitation space that in some cases overlaps the viticulture domain, outlined in the territory by the Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, that provides us with reflections of the economy in which its “morgadios” existed. Currently, the noble and ecclesiastic house reveals a delimitation space partly in the area that has been classified as a World Heritage site by UNESCO, the Alto Douro Vinhateiro, and integration in the Rota do Douro Ibérico - World Heritage Route.

Many of these houses are found inside estates – important wine-producing units in the parishes of Sé de Lamego, Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem.

KEYWORDS: *architecture, sociability, power, culture, Lamego, Douro.*

Índice

Abreviaturas e Siglas.....	13
Introdução.....	15
CAPITULO I: O ESPAÇO NA REGIÃO DEMARCADA E NA CIDADE DE LAMEGO.....	20
1 – A região demarcada de estudo (Lamego e freguesias ribeirinhas, voltadas para o rio Douro).....	20
2 – Caracterização geográfica.....	22
3 – Lamego nas corografias e nos dicionários geográficos no século XVIII	23
4 – A estrutura arquitetónica da cidade, segundo as Memórias Paroquiais de 1758.....	44
CAPITULO II: A ARQUITETURA SENHORIAL EM LAMEGO – OS COMPLEXOS EDIFICADOS	48
1 – As elites: a nobreza e o clero	48
2 – Os encomendadores: as famílias nobres; o clero. Dinâmicas de sociabilidade; laços de parentesco, elementos do poder e difusores da cultura letrada	58
3 – Os projetos de arquitetura senhorial – apropriação do espaço em análise.....	74
CAPITULO III: ARQUITETOS, ARTÍFICES E TRABALHADORES.....	80
1 – Entre a obra e o artista: arrematação e contrato.....	80
2 – Estatuto socioprofissional	83
CAPITULO IV: – A CASA NOBRE NO CONCELHO DE LAMEGO	104
1 – As fontes da arquitetura senhorial (a tratadística - entre a teoria e a prática).....	104
2 – Organização espacial e configuração dos elementos arquitetónicos	106
3 – Casas com um e dois andares.....	120
4 – Casas com mais de dois andares	139
5 – Elementos arquitetónicos	141

6 – A sacralização do espaço doméstico	176
CAPITULO V: A CASA NOBRE E O DOMÍNIO VITIVINÍCOLA	189
1 – A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – 1756; 1758 - 1761 (Demarcações Pombalinas); 1788 (demarcações Marianas ou Subsidiárias da Primordial)	189
2 – As Quintas – importantes unidades de exploração vitícola	210
3 – Quatro casos exemplares	221
CONCLUSÃO	249
BIBLIOGRAFIA	261
1 – Fontes, Obras de Consulta	261
2 – Periódicos	282
3 – Documentos eletrónicos	283
4 – Fontes Icononímicas	287

Abreviaturas e Siglas

- A.D.P. – Arquivo Distrital do Porto
- A.C.E.L. – Arquivo da Câmara Eclesiástica de Lamego
- A.D.V. – Arquivo Distrital de Viseu
- A.F.M.D. - Arquivo da Fundação do Museu do Douro – Régua
- A. H.F.V.B. - Arquivo Histórico Familiar dos Viscondes de Balsemão
- A.H.Q.P.M. - Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul
- A.N.T.T. PT – Arquivo Nacional Torre do Tombo
- A.P.T.I.L. - Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego
- A.S.C.M.L. – Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lamego
- AP. Doc. – Apêndice Documental
- B.D.M.S. – Biblioteca D. Miguel da Silva – Viseu
- B.G.U.C. - Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
- B. N. – Biblioteca Nacional
- c. – Cerca de
- C.C.R.N. – Comissão de Coordenação da Região Norte
- Cf. – Conforme
- Cit. – Citada
- Col. – Coleção
- Cx. – Caixa
- C.M.L./D.O.U. - Câmara Municipal de Lamego. Departamento de Obras e Urbanismo
- D.G.E.M.N. – Arquivo de Sacavém: Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
- Ed. – Edição
- Est. – Estampa
- fl., fls. – Fólio, fólios
- I.A.N.T.T. – Instituto Arquivo Nacional Torre do Tombo
- I.G.E.S.P.A.R. – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
- IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
- I.I.P. – Imóvel de Interesse Público
- IMC – Instituto dos Museus e Conservação
- I.P.A. – Inventário do património Arquitetónico
- I.P.P.A.R. – Instituto Português de Património Arquitetónico

I.P.P.C. – Instituto Português de Património Cultural
Lv. – Livro
M.L. – Museu de Lamego
M.N. – Monumento Nacional
p., pp. – Página, páginas
Publ. - Publicado
Ref. – Referido
S./a. – Sem autor
S./d. – Sem data
Sep. – Separata
S.I.P.A. – Sistemas de Informação para o Património Arquitetónico
Stº. – Santo
Stª. – Santa
Vol. – Volumes
Z.E.P. – Zona Especial de Proteção
() – Palavra ou palavras acrescentadas a um texto citado
[...] – Palavra ou palavras omitidas numa transcrição ou citação

Introdução

- **Objetivos**
- **Fontes e metodologias**

Alguns edificados da arquitetura civil, que foram objetos do nosso estudo, estão integradas na zona do Alto Douro Vinhateiro, Património Mundial, classificado pela UNESCO, em 14 de dezembro de 2001, como *Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva*. A distinção surge de um processo de reconhecimento do valor excecional e universal da paisagem vitícola duriense, devidamente fundamentado numa candidatura liderada pela Fundação Rei Afonso Henriques e entregue ao Comité do Património Mundial da UNESCO, que, reunido em Helsínquia, decidiu confirmar o carácter distintivo da paisagem duriense candidatada. O Alto Douro Vinhateiro Património Mundial concentra 24,6 mil hectares, inseridos no coração da Região Demarcada do Douro (com 250 mil hectares), definida e controlada desde 1756, onde se concentram técnicas e saberes específicos do cultivo da vinha, a maioria ancestrais, em solos de especial potencialidade para a produção de um vinho de qualidade superior, de que o vinho do Porto é a histórica e mais importante referência. Os critérios considerados na apreciação da UNESCO combinam o resultado da intervenção humana ao longo dos últimos dois mil anos com o carácter singular da paisagem, feita de encostas íngremes e socalcos acidentados, suportados por extensos muros de xisto, ao longo das margens do rio Douro¹ e dos afluentes Varosa, Corgo, Távora, Torto e Pinhão.

A decisão do comité do Património Mundial da UNESCO é ainda fundamentada pelo facto de o território do Alto Douro Vinhateiro ser representativo de um conjunto de bens patrimoniais intimamente relacionados com a paisagem e a atividade vitícola, como são o caso das quintas, das casas, das capelas e dos caminhos, que apresentam, em termos gerais, um bom estado de conservação.

“A paisagem cultural do Alto Douro é um exemplo extraordinário de uma região vitícola europeia tradicional, refletindo a evolução desta atividade humana ao longo dos tempos”, lê-se na declaração de inscrição².

¹ O Douro é o rio da Península Ibérica com maior extensão de bacia hidrográfica (97.290 km²), mais de 80% em território espanhol. Terceiro rio peninsular pela sua extensão, depois do Tejo e do Ebro.

² Ricardo Magalhães, Chefe de Projeto da Estrutura de Missão do Douro. 14 de dezembro de 2007. In *Aniversário da Classificação pela UNESCO, Alto Douro Vinhateiro Património Mundial*. CCDRN (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), DOURO Estrutura de Missão.

A arquitetura civil que incorporou esta investigação, faz parte também da área de integração da Rota do Douro Ibérico, Rota de Património Mundial estabelecida em 2010 através do projeto da Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques³ (FRAH), e contextualizada na Península Ibérica, nas regiões do Douro Vinhateiro, Foz Coa, Siega Verde, Salamanca, Segóvia, Las Medulas, Guimarães, Porto, Ávila, Atapuerca e Burgos.

Parte da arquitetura civil que integrou a amostra de estudo fez parte igualmente da região Douro (P), de integração do Projeto ViTour Landscape. Este é o resultado da cooperação entre seis regiões (INTERREG III C 2005-2007). No final do projeto os parceiros prepararam uma “Convenção Internacional de Vinhas Classificadas como Património Mundial”. Após o projeto quatro outras regiões vitivinícolas europeias que são Património Mundial da UNESCO juntaram-se ao grupo e em conjunto decidiram apresentar um novo projeto: ViTour Landscape (INTERREG IVC). Este projeto de sustentabilidade tinha como objetivo melhorar e inovar políticas locais e regiões de preservação e valorização da paisagem cultural dessas dez regiões vitivinícolas europeias património da UNESCO⁴.

Estas regiões estabeleceram um programa de onze seminários técnicos realizados nos primeiros vinte e um meses (entre janeiro de 2010 e setembro de 2012) que estavam centrados na descrição, prática e análise de “boas práticas” em diversas áreas tais como mobilidade e transporte, técnicas ecológicas e biodiversidade, arquitetura e urbanização. Este intercâmbio permitiu aos parceiros estabelecerem mutuamente, durante a segunda metade do projeto (setembro de 2011 a dezembro de 2012), diretrizes europeias para a preservação e melhoramento da paisagem viticultural prestando especial atenção a áreas e vinha em perigo⁵. O projeto desenvolveu-se assim entre 2010 e 2012, tendo terminado nesse ano⁶.

³ A Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques (FRAH) é uma instituição privada sem fins lucrativos, binacional, fundada em 1994 ao abrigo de um Tratado do Conselho da Europa. Com sede em Espanha – Zamora, e em Portugal – Bragança, encontramos no seu órgão de gestão diversas instituições públicas e privadas de ambos os países. Vocacionada para a promoção da cooperação transfronteiriça nas áreas empresarial, institucional e cultural, a FRAH procura contribuir com os seus projetos para o desenvolvimento económico e social dos territórios onde atua – Norte/Centro de Portugal e Comunidade Autónoma de Castela e Leão. Em 2010, lançou o projeto Rota do Património da Humanidade do Vale do Douro, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do Programa Operacional Regional do Norte ON2, unindo numa rota os dez sítios classificados como Património da Humanidade pela UNESCO, existentes ao longo da Bacia Hidrográfica do Douro. A Fundação Coa Parque integrou a comissão de acompanhamento do projeto, aportando a sua experiência na gestão e promoção dos sítios de arte rupestre do Vale do Coa.

<http://www.arte-coa.pt/Ficheiros/Imagem/3940/3940.pt.jpg> - 11-05-2014, 12:39H.

⁴The Cinque Terre (Five Lands) (I), the Neusiedler See (A), the Val de Loire (F), the Wachau (A), Tokaj (H), the Upper Middle Rhine Valley (D), the Val d’Orcia (I), Douro (P), Pico Island (P) and Lavaux (CH). Cf. <http://www.lavaux-unesco.ch/en/N5710/vitour-landscape-the-project.html> - 06-05-2017, 17:15H.

⁵ *Idem, Ibidem.*

⁶ O projeto "Vitour Landscape" é uma iniciativa de cooperação europeia desenvolvido por representantes de regiões da Itália, Áustria, França, Hungria, Alemanha e Portugal. Dos trabalhos de disseminação do projeto, destaca-se a divulgação do "Guia europeu para a proteção e valorização das paisagens culturais vitícolas", relativo à preservação e valorização das paisagens culturais vitivinícolas europeias Património mundial UNESCO. Deste guia faz parte: “Developpement et architecture des paysages batis (Sara Scheer,

Nesta introdução, que integra “Objetivos, Fontes e Metodologias”, começamos por explicar os objetivos do nosso trabalho bem como o *corpus* documental utilizado para a concretização desses mesmos propósitos.

O objetivo da nossa proposta de estudo é, não somente a casa senhorial da cidade de Lamego, onde se sedimentaram ações humanas de construção de toda uma totalidade física e cultural, resultante de um processo histórico de desenvolvimento, como também o estudo das mesmas nas freguesias de Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem, que fazem fronteira na sua delimitação com o rio Douro. Pretendemos fazer a análise da sua construção nos séculos XVII e XVIII, bem como a dos vestígios de anteriores estruturas, em que muitas vezes assentam, e dão continuidade e indo em poucos exemplares ao séc. XIX.

Não integrámos neste estudo o antigo Paço Episcopal de Lamego (atual Museu de Lamego), por duas razões, a primeira porque todas as casas por nós referidas têm como denominador comum uma rede de famílias nobres. O Paço Episcopal foi encomendado/construído por uma instituição – a igreja católica. É por isso uma peça da arquitetura civil, mas de origem institucional e não familiar. E, depois porque foi adaptado a Museu Municipal de Lamego e esse facto exigia um estudo, uma monografia específica que não cabe no âmbito desta tese. A casa da Porta do Sol, do bairro do castelo de Lamego, também não foi objeto do nosso estudo. Depois de ponderação da nossa parte, considerámos que a mesma apresentava as mesmas razões do caso anterior. Esta casa pertenceu à Ordem de Cister, o que a coloca também como uma peça da arquitetura civil, mas de origem institucional, da Ordem religiosa monástica católica e não familiar⁷.

É necessária uma análise comparativa da organização espacial e configuração dos elementos arquitetónicos das diferentes casas, focando os critérios de construção. Esta análise tem como objetivo reconhecer a apropriação do espaço e a afirmação das elites na área urbana e rural em Lamego, na Idade Moderna.

A região abrangida pela zona do Alto Douro Vinhateiro (que faz parte das 10 Regiões Vinhateiras Europeias Património da Humanidade), é constituída pelos treze concelhos dos quais faz parte o de Lamego (Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Coa e Vila Real, estendendo-se ao longo das encostas do rio

Filinto Girão.” <http://nortemrede.ccdr-n.pt/planeamento/publicacoes/european-guidelines-for-wine-cultural-landscape-guia-europeu-para-a-protecao-e-avaliacao-das-paisagens-culturais-vitcolas> - 06-05-2017, 17:38H. Ver no volume II desta Tese, a figura com “Vinhas Europeias que são Património Mundial. Projeto ViTour Landscape.”

⁷ Não foi nosso intuito pelas razões apresentadas seguir o plano do projeto de estágio realizado por Ana Rita Ferreira Moreira, que integra estes dois casos no seu recente estudo. Cf. MOREIRA, Ana Rita Ferreira - *O Estudo da Casa Nobre na Cidade de Lamego*. Projeto de estágio realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2017.

Douro e dos seus afluentes, Varosa, Corgo, Távora, Torto e Pinhão), e uma grande parte da arquitetura senhorial que é objeto da nossa investigação está integrada nesta zona protegida.

A área de integração da Rota do Património Mundial da Humanidade do Douro/Duero Ibérico, classificada pela UNESCO, integra entre outras, as regiões do Douro Vinhateiro, onde estão localizadas as casas, objeto do nosso estudo.

Os valores históricos e artísticos destas casas devem ser equacionados segundo os valores patrimoniais, para um conhecimento dos seus valores intangíveis. A arquitetura civil, senhorial é representativa da sociabilidade, do poder e da cultura, sendo estes aspetos comprovados pela qualidade e quantidade de construções da época Moderna no território de Lamego. Uma casa não é só um aspeto da arte, mas um documento que reflete a estrutura da comunidade que a gerou. A valorização do edificado e daqueles que ao longo do tempo nele estiveram envolvidos, quer como membros da construção, quer como agentes responsáveis pela sua preservação ou ruína, confirmam o seu valor patrimonial.

Para adquirir o conhecimento intrínseco das variáveis de estudo, foi necessária uma exaustiva pesquisa em trabalho de campo e de investigação arquivística. Esta consistiu em primeira fase numa recolha bibliográfica dedicada ao estudo da arquitetura civil, senhorial em Portugal, Península Ibérica e Europa. Posteriormente procedeu-se à pesquisa histórica documental em fontes manuscritas e impressas; pesquisa iconográfica (plantas, alçados, imagens); análise do carácter morfológico e tipológico do edificado; análise e recolha mediante registos fotográficos, organizando uma ficha por edifício/casa (ver 2.º Volume); análise dos valores de matriz de sociabilidade, poder e cultura; análise da delimitação Pombalina da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756-58, as demarcações Marianas ou subsidiárias de 1761; análise da zona do Alto Douro Vinhateiro; estudo da Rota do Douro Ibérico; análise do valor patrimonial dos edificados.

A Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Coimbra, a Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, e a Biblioteca Nacional de Lisboa constituíram importantes bases de apoio, por reunirem um número significativo de trabalhos relacionados com a arquitetura civil, nomeadamente obras de investigação diretamente relacionadas com o tema.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo foi imprescindível para o *corpus* documental, no acesso que nos permitiu às fontes relacionadas com as famílias da nobreza e do clero proprietárias da arquitetura civil, senhorial de Lamego.

A esta fase seguiu-se um longo período de tratamento das fontes, levada a cabo a partir das fichas de cada casa senhorial, que incluíam a indicação da localidade, nome dos proprietários iniciais e atuais, nome do arquiteto, datação, dados histórico-artísticos, plantas,

alçados, ortofotomapas, fotografias a preto e branco, a sépia, a cores, a 3D e outras observações consideradas pertinentes.

A nível de contacto local, procedemos ao levantamento fotográfico das casas pertencentes às famílias e em alguns casos a proprietários constituídos em instituições várias (patronato de São José – jardim infantil; Associação para a Infância e Terceira Idade de Lamego (A.P.T.I.L.); sociedade de advogados; colégio da Imaculada Conceição; delegação da região de turismo Douro Sul; tribunal de trabalho da comarca de Lamego/Ministério da Justiça; clube de Lamego; etc.).

Visitámos as casas no seu interior e na sua envolvência com quintais e quintas, em zonas vitícolas, quer na freguesia urbana de Lamego - Almacave | Sé, com algum contexto campestre, quer nas mais ruralizadas, nas freguesias de Cambres Penajoia, Samodães e união de Freguesias Parada do Bispo, Valdigem, sendo esta última, objeto do nosso estudo, (muitas delas cruzando-se e sobrepondo-se em áreas de domínio territorial da Ordem de Cister, a partir do mosteiro de Salzedas e da Casa Mãe, da ordem em Portugal, o mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, desde a sua fundação em 1153).

O título principal desta obra - A arquitetura senhorial: matriz da sociabilidade, do poder e da cultura em Lamego nos séculos XVII e XVIII – corresponde a uma convicção da nossa parte de que há uma relação de coerência temática, interrogativa histórica entre as unidades físicas do território, da cidade, freguesias, e da arquitetura senhorial que nos permitem identificar e apreender a visualidade das diretrizes da matriz em causa.

Pretendemos com o nosso estudo uma reflexão sobre a arquitetura civil edificada no Douro, na zona de Lamego, num enfoque da História da Arte.

CAPITULO I: O ESPAÇO NA REGIÃO DEMARCADA E NA CIDADE DE LAMEGO

I – A região demarcada de estudo (Lamego e freguesias ribeirinhas, voltadas para o rio Douro).

A cidade é uma entidade representativa e visualizante de conceitos e valores; a ordem urbanística não só reflete a ordem social, mas, igualmente, a dimensão carismática da própria instituição urbana, como acentuou já Carlo Argan⁸. Neste sentido, o estudo da cidade pode ser perspectivado pondo em relevo os mecanismos históricos que a tornam uma realidade construída. Mecanismos históricos, porque a cidade também é a arquitetura onde se expressam as condições objetivas da vida dos homens e as formas como estes pensam e a vivem, a nível da cultura e do poder.

A cidade é, assim e como sempre uma entidade física de tempo longo, em sucessão de tempos curtos, uma resultante processual de um alinhamento histórico de ações políticas (de gestão e de administração), de ações técnicas (de projeção e de construção) e de ações culturais (de vivências sociais e económicas). Um processo histórico permanente de formação e transformação, numa articulação de três dimensões que marcam a forma urbana concreta e material – a apropriação, a urbanização e a edificação – e que geram uma lógica de espaços que dá expressão e dimensiona a formação do tecido urbano e das redes territoriais urbanas, nos níveis de fixação e circulação⁹.

Integramos a nossa análise da arquitetura senhorial, circunscrevendo-a a uma unidade urbana, a Lamego - Almacave | Sé, na sua respetiva contextualização territorial, dando ênfase especial também às freguesias de Cambres, Penajoia, Samodães e à União de Freguesias de Parada do Bispo, Valdigem, sendo esta última objeto do nosso estudo, e estando voltadas para a via fluvial que se constitui no rio Douro, a norte; esta exigência se é verdadeira para os tempos

⁸ ARGAN, Carlo – *Storia dell'arte come storia della città*. Editori Riuniti. Roma 1983.

⁹ TAVARES, Rui Fernando de Jesus Bastos – *Recentricidade. Memória e Refundação Urbana. Território. Cidade. Arquitetura*. Tese de Doutoramento em História de Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, fevereiro de 2013, p.12.

históricos urbanos da Idade Moderna, mais imprescindível se torna a sua consideração nos tempos da contemporaneidade.

A realidade urbana, sendo sempre um elemento integrante do território, na dualidade complementar (mais inclusiva que exclusiva) entre o campo e a cidade, entre o “rur” e a “urbe”, com uma formalização unitária em muitos casos dependente da própria formalização imposta ao território (como no exemplo das cidades imperiais romanas), o que é um facto histórico é que, desde os finais do século XVIII, elas incorporam uma rede de articulação territorial que as torna elementos integrados em estruturas de ampla circulação territorial¹⁰. Os fenómenos urbanos, expressos na sua materialidade construtiva, são uma resultante de ordem institucional e política, que se apoia em bases sócio-económicas e se expressam em desígnios culturais, mas que se fixam no concreto território urbano, ou seja, se revelam pela capacidade de apropriação real e concreta do espaço¹¹.

Não podemos compreender qualquer unidade urbana, e neste caso Lamego, se a isolarmos de uma componente territorial, o que implica entender, pelo menos, a posição relativa de outras unidades mais ruralizadas, as freguesias confinadas a norte pelo rio Douro (canal navegável), dentro da rede que a constitui. Temos de apreender os alinhamentos históricos de base económica, social e cultural, que justificam as ações de construção arquitetónica individual, civil, da cidade e do meio ruralizado, enquanto totalidade física, e política. A sua materialidade construtiva é resultante de uma capacidade de apropriação real e concreta do espaço.

O estudo da cidade de Lamego e das freguesias a norte, aparecem dimensionadas para o enquadramento social, económico, cultural, político, de processos de materialização em formas arquitetónicas, que resultam na sua base “elementar” da estrutura jurídica de divisão e apropriação do solo. Aqui se distinguem e separam os níveis de propriedade e uso, do público e do privado, se distinguem as delimitações territoriais pombalinas setecentistas, da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, e as jurisdições dos diferentes e diversos morgadios existentes, no Douro, até à época de Oitocentos.

O processo construtivo da arquitetura senhorial, na cidade de Lamego e freguesias referenciadas, encerra uma sucessão no espaço e no tempo. Considerado no seu conjunto, era, quando iniciámos os primeiros planos de estudo, praticamente um espaço lacunar na historiografia da cidade de Lamego, tendo merecido referências muito pontuais e isoladas (como nos trabalhos de Rui Fernandes¹², de Augusto Dias¹³, de Correia de Azevedo¹⁴, de

¹⁰ *Idem, Ibidem*, p.3.

¹¹ *Idem. Ibidem*.

¹² FERNANDES, Rui – *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas Léguas*. Edição Crítica de Amândio Morais de Barros. Beira Douro. Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro. Edições Afrontamento Lda. Porto, 2001.

¹³ DIAS, Augusto – *Lamego no século XVIII*. Edições Beira Douro. Lamego, 1947.

¹⁴ AZEVEDO, Correia de – *Brasões e Casas Brasonadas do Douro*. Lamego, 1974.

Alexandre Alves¹⁵, de Vergílio Correia¹⁶, de Manuel Gonçalves da Costa¹⁷, de Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e Silva¹⁸, de Joaquim Correia Duarte¹⁹).

2 – Caracterização geográfica

A cidade de Lamego situa-se na falda da serra das Meadas, continuação da do Montemuro, numa área bastante acidentada e cursada por múltiplos veios de água. O núcleo urbano é atravessado pelos rios Coura e Balsemão, e constituem-na a união das duas antigas freguesias, Almacave e Sé. Sede episcopal, com residência de Paço, Lamego é cabeça de um concelho que tem como linha natural, a norte o rio Douro (que lhe serve de fronteira com Peso da Régua, do distrito de Vila Real). A este, confronta-se com os concelhos de Armamar, e Tarouca a leste, com Castro Daire, a sul e com Resende, a oeste. A sua morfologia é acidentada, destacando-se como áreas de maior altitude a serra do Poio (1071 m), Fonte da Mesa (1122 m) e Meijinhos (976 m). Como recursos hídricos, possui o rio Cabril, o rio Varosa, o rio Balsemão e o rio Douro.

Administrativamente, o concelho está posicionado a norte do distrito de Viseu, no qual está integrado, e abarca 165,39 km² de área e 26 691 habitantes (censos 2011). Esteve repartido por 24 freguesias, antes da reorganização administrativa do território em 2013: Almacave; Avões; Bigorne; Britiande; Cambres; Cepões; Ferreirim; Ferreiros de Avões; Figueira; Lalim; Lazarim; Magueija; Meijinhos; Melcões; Parada do Bispo; Penajoia; Penude; Pretarouca; Samodães; Sande; Sé; Valdigem; Várzea de Abrunhais e Vila Nova de Souto d'El-Rei.

Atualmente, depois da reorganização administrativa do território possui dezoito, sabendo-se o número de habitantes através dos censos 2011: Avões, com 619 habitantes; Britiande, com 934 habitantes; Cambres, com 2066 habitantes; Ferreirim, com 904 habitantes; Ferreiros de Avões, com 509 habitantes; Lamego - Almacave | Sé, com 8750 habitantes – Almacave | 3464

¹⁵ ALVES, Alexandre – *Artistas e Artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*. 3 Volumes. Governo Civil do Distrito de Viseu. Viseu, 2001.

¹⁶ CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego. Subsídios para a História da Arte Portuguesa*, XI. Imprensa da Universidade. Coimbra 1923.

¹⁷ COSTA, Manuel Gonçalves da – *História do Bispado e Cidade de Lamego*. 5 Vols. Câmara Municipal de Lamego. Lamego, 1986.

¹⁸ SILVA, Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e – *Lamego no Alvor do Século XIX. Administração e Elites, 1796-1834*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2005.

¹⁹ DUARTE, Joaquim Correia – *Lamego, A Diocese em Três Histórias 1596-1789-1878*. Edição da Diocese de Lamego. Lamego, 2016.

habitantes - Sé; Figueira, com 342 habitantes; Lalim, com 729 habitantes; Lazarim, com 521 habitantes; Penude, com 1666 habitantes; Penajoia, com 1023 habitantes; Sande, com 916 habitantes; Samodães, com 203 habitantes; União de freguesias de Bigorne, Magueija, Pretarouca, com 46 habitantes – Bigorne | 591 habitantes – Magueija | 69 habitantes – Pretarouca; União de freguesias de Cepões, Meijinhos, Melcões, com 860 habitantes – Cepões | 86 habitantes – Meijinhos | 125 habitantes – Melcões; União de Freguesias Parada do Bispo, Valdigem, com 149 habitantes – Parada do Bispo | 890 habitantes – Valdigem; Várzea de Abrunhais, com 405 habitantes; Vila Nova de Souto D'el Rei, com 824 habitantes²⁰.

Achando-se numa zona de transição, a cidade sofre a influência climática, não só da montanha, mas também do vale do Douro, onde os verões são quentes e secos e os invernos amenos. O concelho de Lamego está localizado no Alto Douro Vinhateiro; Região Demarcada do Douro (Baixo Corgo: abrange os concelhos de Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, Peso da Régua, Armamar e Lamego); Região de Turismo Douro Sul.

3 – Lamego nas corografias e nos dicionários geográficos no século XVIII

3. 1. - O espaço e os habitantes

O espaço em análise é composto pela freguesia urbana de Lamego - Almacave | Sé, e pelas freguesias rurais ribeirinhas de Cambres, Samodães e Penajoia, populosas e economicamente mais fortes. Também integrada neste estudo está a União de Freguesias de Parada do Bispo, Valdigem, integradas no seu aro, e sendo esta última, Valdigem, objeto do nosso estudo, privilegiada por se situar na margem do rio Douro e ser produtora de vinho. Esta foi anexada, na primeira metade do século XIX, pela Câmara Municipal de Lamego, dado Valdigem anteriormente ser um concelho limítrofe (vila).

Na *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal...*, publicada em 1706, o padre António Carvalho da Costa, no Tomo II, Tratado VI, Da Comarca de Lamego, refere: “*Tem esta Cidade 2000, vizinhos com muita nobreza, & divididos em duas Paroquias, a Sé, & nossa Senhora de Almacave de que he Abbade o Deão (...)*”. No capítulo II, “*Das Freguesias do Termo desta Cidade*”, descreve-nos e contabiliza-nos o número de habitantes das seguintes freguesias: “*São Sebastião de Arneyrós, Curado annual, que apresenta*

²⁰ Ver novo mapa administrativo do concelho de Lamego, segundo a unidade técnica para a reorganização administrativa do território, em 2012, *In Anexos*, Volume 2.

o Bispo, tem 350 visinhos; São Sebastião de Bigorne, Curado, que apresenta o Cabbido, tem 50 visinhos; São Nicolao de Pretarouca, Curado anual, que apresenta o Deão, tem 60 visinhos; São Martinho de Cambres tem 300 visinhos com hu Vigario da colação ordinaria, & dous Beneficiados smplices, que poem em seu lugar Economos para administrare os Sacramentos aos Freguezes. A Vigayraria he do Padroado Real, & os dízimos se repartem com o Comendador, Frades Bernardos, & Beneficiados, tirada a porção do Vigario, que paga salario ao Sacristão; São Pedro de Simudaes, Abbadia dos Frades Bernardos, tem 80 visinhos; São Salvador de Penajoya, Vigaria, que apresentão as Freyras do Mosteyro de Santa Clara da Cidade do Porto, que cobrão os dízimos por Breve Apostolico, & pagão hua pensão ao Vigario, & ao Coadjutor, que elle prove, tem 400 visinhos; N. Senhora da Purificação de Ferreyros tem 70 visinhos, he Abbadia do Bispo, que recolhe os dízimos, tirando a terça parte, que he do Cabbido; São Silvestre de Melcoens, Curado anual, que apresentão os Conegos Seculares de São João Euangelista do Convento de Santa Cruz de Lamego, tem 100 visinhos; São João Bautista, Abbadia do Cabbido, tem 200 visinhos; São João Bautista de Avoens, Vigayraria que apresenta o Thesoureyro mor da Sé de Lamego, tem 160 visinhos; São Pedro de Penude, Abbadia que apresenta o Marquez de Marialva, com Coadjutor, que apresenta o Abbade, tem 200 visinhos; rende a Abbadia mais de dous mil cruzados; N. Senhora do Rosario de Cepoens, Curado annual, que apresenta o Bispo, tem 100 visinhos; São Martinho da Varzea, Curado que apresenta o Abbade de Santa Maria de Lalim, tem 160 visinhos.”

Ainda no tomo II, no capítulo XVIII, “*Das Villas da Varzea da Serra, Valdigem, & Sande*”, o autor dá-nos dados sobre Valdigem que, à época, não integrava as freguesias de Lamego, mas estava instituída como vila: “*A Villa de Valdigem fica huma legoa ao Nordeste de Lamego, situada ao pé da serra de S. Domingos da Quimada junto do rio Barroca. El-Rey Dom Affonso Henriques lhe deu foral, & El-Rey D. Affonso o Segundo: tem 160 visinhos com huma Parroquia da invocação de S. Martinho, Reytoria da colação ordinaria, que apresenta o Arcediago do Bago da Sé de Lamego, a quem pertencem os dízimos. He abundante de azeite; recolhe algum pão, bonsinhos, gostosas frutas, excelentes meloens, & muito peixe do Douro, que lhe fica meya legoa para a parte do Norte: he da Coroa.”*

Quadro n.º 1 – Das freguesias do termo de Lamego no início do séc. XVIII, segundo a Corografia Portuguesa

Quadro n.º 1 – Das freguesias do termo de Lamego no início do séc. XVIII, segundo a Corografia Portuguesa	Fontes: <i>Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do famoso Reyno de Portugal (...)</i> . Tomo Segundo oferecido ao Sereníssimo Rey Dom Joam V. Nosso Senhor. Autor o P. António Carvalho da Costa, 1708.
<i>“Na latitud, ou altura de quarenta graos, quatro minutos, & na longitude de treze graos, vinte & seis minutos, cincoenta & seis legoas de Lisboa para o Nordeste, dezaseis ao Noroeste da Cidade da Guarda, & vinte & duas de Coimbra para a parte do Norte, entre profundas terras tem seu assento a Cidade de Lamego, a qual se não descobre, senão depois que se chega a ella, por estar em sitio bayxo, & mal assentada. Pela parte do Norte a banha o rio Balsemão, chamado antigamente Unguio, o qual nasce em huas terras, que distão quatro legoas desta Cidade, & desagoa no Douro (...) Das Freguesias do Termo desta Cidade”.</i>	
Freguesias	Habitantes / “Visinhos”
Lamego (Sé, & nossa Senhora de Almacave)	2000
São Sebastião de Arneyrós	350
São Sebastião de Bigorne	50
São Nicolao de Pretarouca	60
São Martinho de Cambres	300
São Pedro de Simudaes	80
São Salvador de Penajoya	400
N. Senhora da Purificação de Ferreyros	70
São Silvestre de Melcoens	100
São João Bautista	200
São João Bautista de Avoens	160
São Pedro de Penude	200
N. Senhora do Rosario de Cepoens	100
São Martinho da Varzea	160

Quadro-síntese da autora

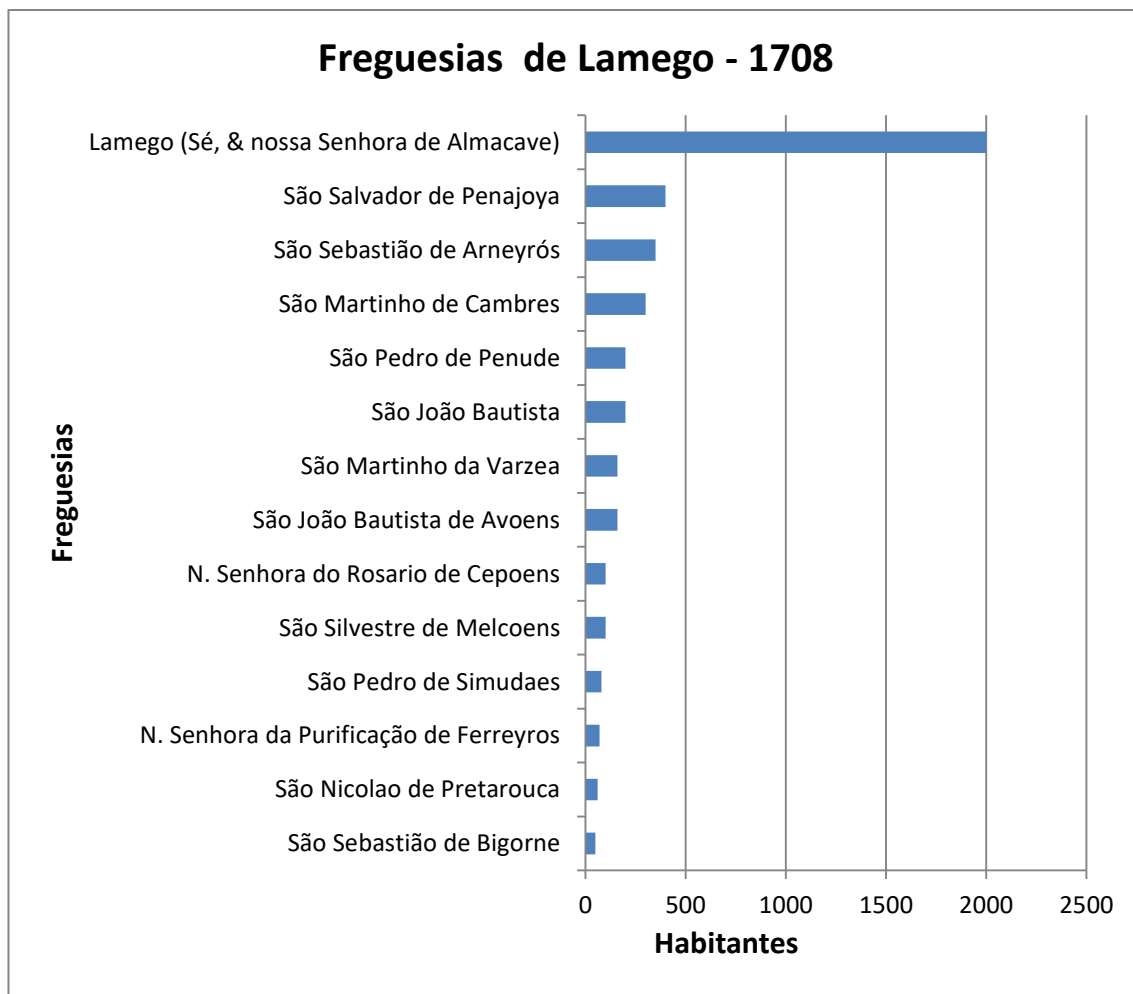


Fig. 1 – Gráfico das freguesias do termo de Lamego no início do séc. XVIII, segundo a “*Corografia Portuguesa*”.

Quadro n.º 2 – Vila de Valdigem no início do séc. XVIII, segundo a *Corografia Portuguesa*

Quadro n.º 2 – Vila de Valdigem no início do séc. XVIII, segundo a Corografia Portuguesa	Fontes: <i>Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do famoso Reyno de Portugal (...)</i> . Tomo Segundo oferecido ao Sereníssimo Rey Dom Joam V. Nosso Senhor. Autor o P. António Carvalho da Costa, 1708.
Vila	Habitantes
Valdigem	160

Quadro-síntese da autora

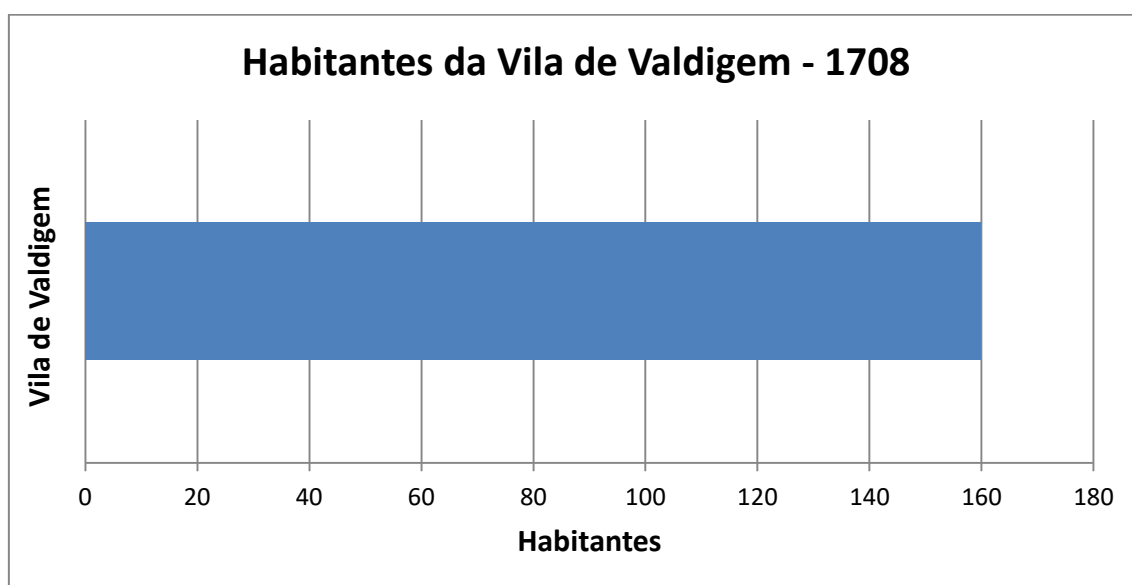


Fig. 2 – Gráfico dos habitantes da Vila de Valdigem no início do séc. XVIII, segundo a *Corografia Portuguesa*.

D. Luís Caetano de Lima, na sua obra *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos de Europa*, no Apêndice III, “*Lista dos Fogos, e Almas que há nas terras de Portugal, communicada ao Author, para se incorporar nesta Geografia, No Anno de 1732, pelo Marquez de Abrantes, censor e Diretor da Academia Real, e julgada por elle a mais exata*”, registou na província da Beira²¹, “*a mayor de todo o reyno, e a terceira na ordem commua dos Geógrafos*”, na cidade de Lamego nas paróquias da Santa Sé Episcopal, 574 fogos, e 2200 almas; na Nossa

²¹ “*Confina ao Norte com as provincias do Minho, e Traz os Montes: ao Meyo dia com a Extremadura Portuguesa, e parte do Alentejo: ao Oriente com o Reyno de Leão, e Extremadura Castellhana; e ao Poente se termina pelo Oceano Occidental. Varião muito os Geógrafos Portuguezes sobre a extensão desta província, dandolhe alguns delles duzentas legoas de circuito, no que parece haver grande engano. Commummente se lhe assignão trinta e tres, ate trinta e seis legoas de comprimento, e quasi outro tanto de larg, contando desde Villa-Nova do Porto até Abrantes, já dentro da Extremadura, e desde Buarcos até Touroens, onde se separa do Reyno de Leão.*” LIMA, Luís Caetano de, C.R., 1671-1757. *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...* / composta por D. Luiz Caetano de Lima.... - Lisboa Occidental : na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736. - 2 v. Pp. 82-83.

Senhora de Almacave, 561 fogos e 2197 almas, num total de 1135 fogos e 4397 almas²². No termo da cidade de Lamego, registou na paróquia de S. Sebastião de Arneiros, 151 fogos e 593 almas²³; na paróquia de S. Sebastião de Bigorne, 32 fogos e 185 almas²⁴; na paróquia de S. Nicolau de Pertarouca, 29 fogos e 104 almas²⁵; na paróquia de S. Martinho de Cambres, 258 fogos e 942 almas²⁶; na paróquia de S. Pedro de Samudaens, 105 fogos e 346 almas²⁷; na paróquia de S. Salvador de Pena-Joya, 344 fogos e 1200 almas²⁸; na paróquia de N. S. da Purificação de Ferreiros, 70 fogos e 294 almas²⁹; na paróquia de S. Sylvestre de Melcoens, 14 fogos e 58 almas³⁰; na paróquia de S. João Bautista de Avoens, 56 fogos e 261 almas³¹; na paróquia de S. Pedro de Penude, 169 fogos e 667 almas³²; na paróquia de N. S. do Rosario de Sepoens, 122 fogos e 325 almas³³; na paróquia de S. Pedro, ou S. Martinho da Varzea, 113 fogos e 338 almas, num total de 1463 fogos e 5313 almas³⁴. Na vila de Valdigem, registou para a paróquia de S. Martinho, 174 fogos e 513 almas³⁵.

²² LIMA, Luís Caetano de, C.R., 1671-1757. *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...* / composta por D. Luiz Caetano de Lima... - Lisboa Occidental : na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736. - 2 v. / Apêndice III Lista dos Fogos, e Almas que há nas terras de Portugal, communicada ao Author, para se incorporar nesta Geografia, No Anno de 1732, pelo Marquez de Abrantes, censor e Diretor da Academia Real, e julgada por elle a mais exata; p.597.

²³ *Idem, Ibidem.*

²⁴ *Idem, Ibidem.*

²⁵ *Idem, Ibidem.*

²⁶ *Idem, Ibidem.*

²⁷ *Idem, Ibidem*, p.598.

²⁸ *Idem, Ibidem.*

²⁹ *Idem, Ibidem.*

³⁰ *Idem, Ibidem.*

³¹ *Idem, Ibidem.*

³² *Idem, Ibidem.*

³³ *Idem, Ibidem.*

³⁴ *Idem, Ibidem.*

³⁵ *Idem, Ibidem*, p.604.

Quadro n.º 3 – O Concelho de Lamego em 1732, segundo a *Geografia Histórica*

Quadro n.º 3 – O Concelho de Lamego em 1732, segundo a <i>Geografia Histórica</i>		
Lamego (cidade e termo)		Fontes: B.N. LIMA, Luís Caetano de, C.R., 1671-1757. <i>Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...</i> / Composta por D. Luiz Caetano de Lima.... - Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736. - 2 v. / Apêndice III Lista dos Fogos, e Almas que há nas terras de Portugal, <i>communicada ao Author, para se incorporar nesta Geografia, No Anno de 1732, pelo Marquez de Abrantes, censor e Diretor da Academia Real, e julgada por elle a mais exata.</i>
Paróquias	Fogos	Almas
Lamego - Santa Sé Episcopal	574	2200
Lamego - Nossa Senhora de Almacave	561	2197
S. Sebastião de Arneiros	151	593
S. Sebastião de Bigorne	32	185
S. Nicolau de Pertarouca	29	104
S. Martinho de Cambres	258	942
S. Pedro de Samudaens	105	346
S. Salvador de Pena-Joya	344	1200
N. S. da Purificação de Ferreiros	70	294
S. Sylvestre de Melcoens	14	58
S. João Bautista de Avoens	56	261
S. Pedro de Penude	169	667
N. S. do Rosario de Sepoens	122	325
S. Pedro, ou S. Martinho da Varzea	113	338

Quadro-síntese da autora

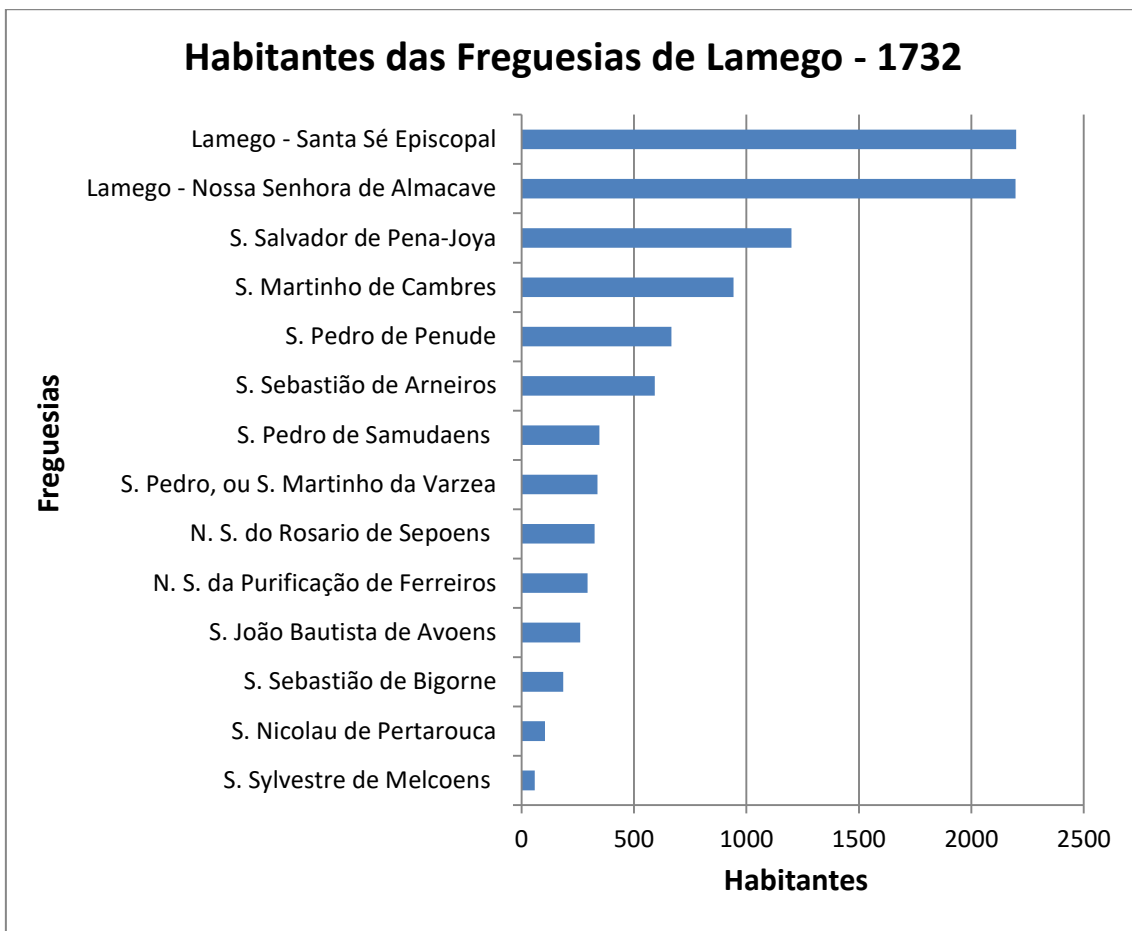


Fig. 3 – Gráfico dos habitantes das freguesias de Lamego em 1732, segundo a *Geografia Histórica*.

Quadro n.º 4 – A vila de Valdigem em 1732, segundo a *Geografia Histórica*

Quadro n.º 4 – A vila de Valdigem em 1732, segundo a <i>Geografia Histórica</i>		
Valdigem		Fontes: B.N. LIMA, Luís Caetano de, C.R., 1671-1757. <i>Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...</i> / Composta por D. Luiz Caetano de Lima.... - Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736. - 2 v. / Apêndice III Lista dos Fogos, e Almas que há nas terras de Portugal, <i>communicada ao Author, para se incorporar nesta Geografia, No Anno de 1732, pelo Marquez de Abrantes, censor e Diretor da Academia Real, e julgada por elle a mais exata.</i>
Paróquias	Fogos	Almas
S. Martinho	174	513

Quadro-síntese da autora

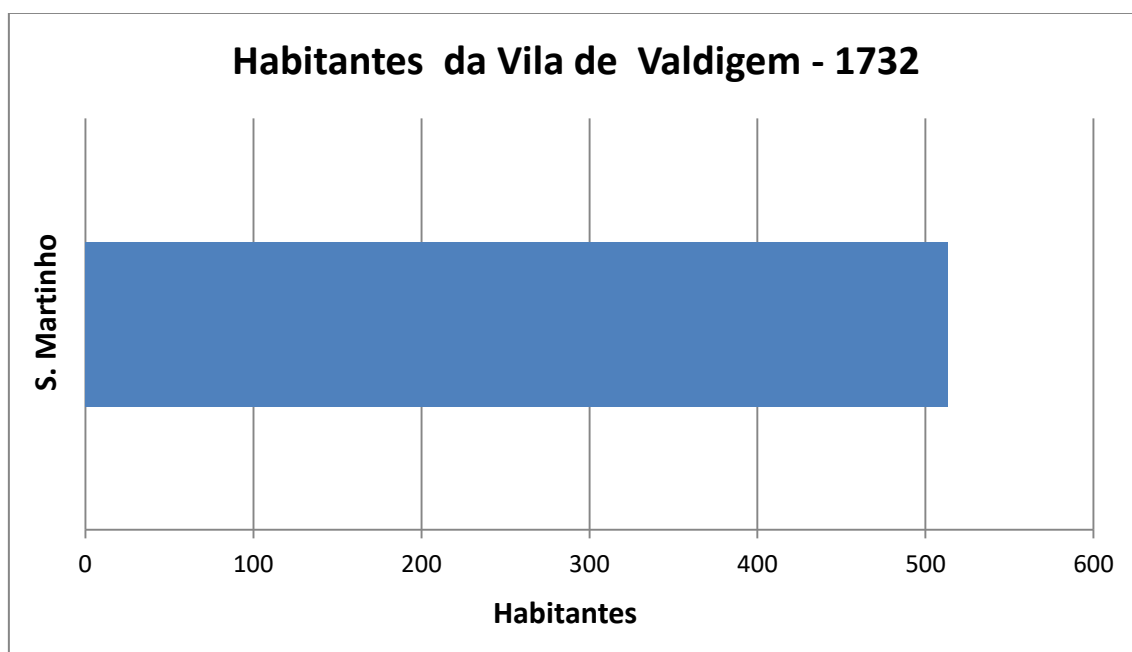


Fig. 4 – Gráfico dos habitantes da vila de Valdigem em 1732, segundo a *Geografia Histórica*.

Conforme Manuel G. da Costa, em 1737, Caetano Lima contabiliza cerca de 4397 almas distribuídas pelas duas freguesias urbanas, número e tendência ascensional que se confirmam cinco anos mais tarde, no processo do Bispo Frei Feliciano de Nossa Senhora, onde se refere que a cidade possui cerca de 4500 habitantes³⁶. Nos inquéritos de 1758 o pároco da freguesia de Almacave contabilizava aí um total de 591 fogos com 1864 *pessoas maiores e menores* cento e onze; já para a freguesia da Sé contabilizava-se um total de 639 fogos com cerca de 2781 moradores³⁷. O número de habitantes da cidade, agora aumentado para 4756, continuava a crescer e iria manter essa tendência em Oitocentos. O fenómeno de crescimento demográfico era extensível a todo o concelho. Segundo Gonçalves da Costa, o Bispo D. Frei Feliciano de Nossa Senhora refere que o termo da cidade de Lamego teria, em 1742, cerca de 1463 fogos com um total de cerca de 5313 vizinhos.

Os diferentes memorialistas/autores das Memórias paroquiais de Lamego, nomeadamente os dos espaços em análise nesta investigação, dão-nos dados importantes sobre a população. Estes documentos são importantíssimos para a compreensão da totalidade da região, e permitem-nos perceber a sua evolução ao longo do século XVIII.

Quadro n.º 5 – N.º de habitantes das freguesias de Lamego, segundo as *Memórias Paroquiais* de 1758.

Quadro n.º 5 – N.º de habitantes das Freguesias de Lamego, segundo as <i>Memórias Paroquiais</i> de 1758.		Fontes: CAPELA, José Viriato e MATOS, Henrique – <i>As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património</i> . Edição José Viriato Capela. Braga, abril de 2010.	
Freguesias	Habitantes	Freguesias	Habitantes
Arneirós	577	Lamego – Sé	2781
Avoens	245	Penajoia	1785
Sam Miguel de Belainhs	128	Penude	595
Bigorne	99	Samudans	362
Sam Martinho de Cambres	1335	Portarouca	143
Cepoens	483	Vargea de Abrenhaes	386
Ferreiros de Avoens	258		
Figueira	283		
Lamego – Almacave	1875		

Quadro-síntese da autora.

³⁶ COSTA, Manuel G. da – *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Vol. V. Lamego, 1986, p.365.

³⁷ IANTT, *Dicionário Geográfico*. Vol. 19, pp.351 e segs.

Quadro n.º 6 – N.º de habitantes da vila de Valdigem, segundo as *Memórias Paroquiais* de 1758.

Quadro n.º 6 – N.º de habitantes da vila de Valdigem, segundo as <i>Memórias Paroquiais</i> de 1758.	Fontes: CAPELA, José Viriato e MATOS, Henrique – <i>As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património</i> . Edição José Viriato Capela. Braga, abril de 2010, p.324.
Vila	Habitantes
Valdigem	600

Quadro-síntese da autora

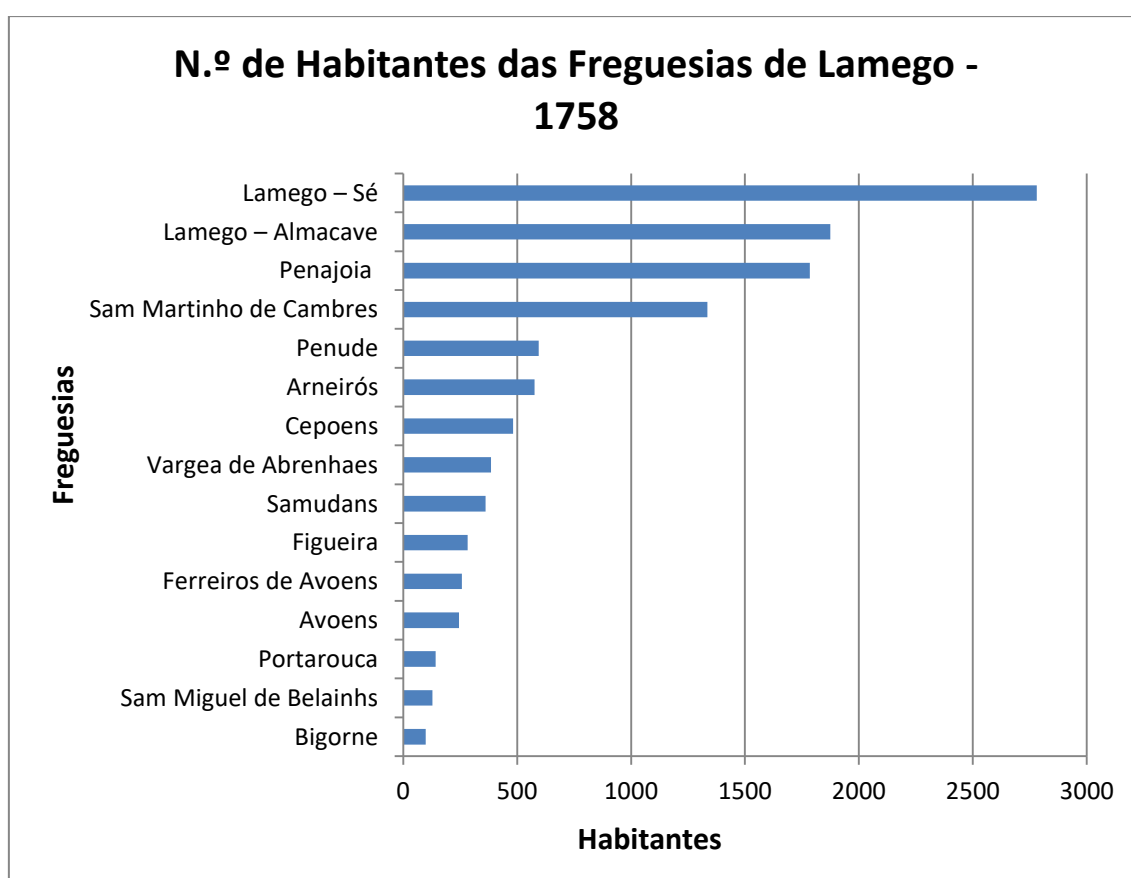


Fig.5 - Gráfico do N.º de habitantes das Freguesias de Lamego segundo as *Memórias Paroquiais* de 1758.

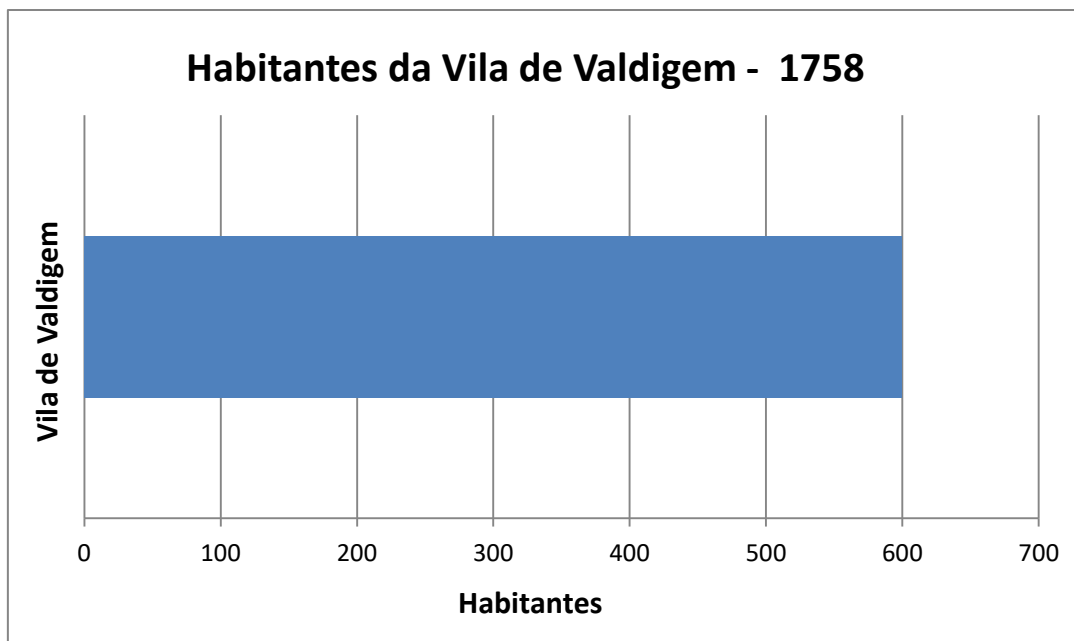


Fig. 6 – Gráfico dos habitantes da Vila de Valdigem segundo as *Memórias Paroquiais* de 1758.

Quadro n.º 7 – Paróquias com maior n.º de fogos de Lamego, segundo as *Memórias Paroquiais* de 1758.

Quadro n.º 7 – Paróquias com maior n.º de fogos de Lamego, segundo as Memórias Paroquiais de 1758.	Fontes: CAPELA, José Viriato e MATOS, Henrique – <i>As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património</i> . Edição José Viriato Capela. Braga, abril de 2010, p.94.	
<i>Dimensão das paróquias do concelho de Lamego pelo número de fogos. Perfil da dimensão populacional.</i>		
Paróquias	N.º de Fogos	
Lamego (Sé e Almacave)	1230	
Penajoia	439	
Cambres	384	

Quadro-síntese da autora.

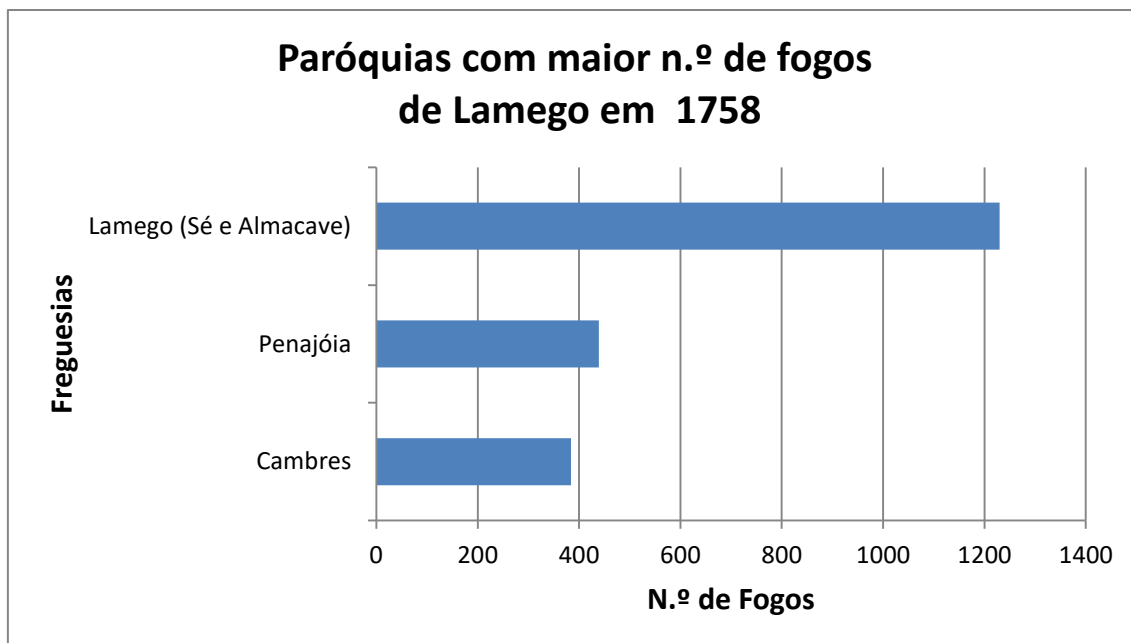


Fig.7 – Gráfico das paróquias com maior n.º de fogos de Lamego, segundo as *Memórias Paroquiais* de 1758.

Em 1782, a Câmara Municipal de Lamego fez uma estimativa para a cidade e para o seu aro tendo obtido o número de cerca de 12.000 habitantes³⁸. As fontes consultadas, nomeadamente a *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do famoso Reyno de Portugal (...)*, do P. António Carvalho da Costa, (1708)³⁹, a *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...* de Luís Caetano de Lima (1732)⁴⁰, *As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*⁴¹, de José Viriato Capela e Henrique Matos, permitem-nos ver a evolução dos habitantes ao longo do séc. XVIII. As povoações são grandes e dispersas, como Penajóia, Cambres, Samodães e a antiga vila de Valdigem.

³⁸ COSTA, Manuel G. da – *Op. Cit.*, pp.535-537.

³⁹ *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do famoso Reyno de Portugal (...)*. Tomo Segundo oferecido ao Sereníssimo Rey Dom Joam V. Nosso Senhor. Autor o P. António Carvalho da Costa, 1708.

⁴⁰ LIMA, Luís Caetano de, C.R., 1671-1757. *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...* / composta por D. Luiz Caetano de Lima.... - Lisboa Occidental : na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736. - 2 v. / Apêndice III Lista dos Fogos, e Almas que há nas terras de Portugal, comunicada ao Author, para se incorporar nesta Geografia, No Anno de 1732, pelo Marquez de Abrantes, censor e Diretor da Academia Real, e julgada por elle a mais exata.

⁴¹ CAPELA, José Viriato e MATOS, Henrique – *As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Edição José Viriato Capela. Braga, abril de 2010.

3. 2. - Plano e morfologia urbana

Nos finais do Antigo Regime a velha urbe mantém a traça medieva na qual o rio Coura, que ladeava a catedral, era a linha de divisão da cidade em dois bairros: *de Cima*, correspondente à freguesia de Almacave, parte velha onde pontuavam as laboriosas ruas da Seara, Nova; e o *de Baixo* onde se situavam a Sé, o Palácio Episcopal e as principais casas da nobreza de Lamego⁴².



Fig.8 – Planta da cidade de Lamego levantada pelo capit. eng. Maximiano José da Serra, em 1791.

Na legenda da planta da cidade de Lamego levantada pelo capit. eng. Maximiano José da Serra, em 1791 têm referências apenas os seguintes espaços, com rubricas alfabéticas: “A – Convento de Freiras; B – Almacave; C – S. Francisco; D – Praça; E – Castello; G – Espirito Santo; F – Recolhimento; H – Hospital; I – Sé; L – Palácio do Bispo; M – Convento dos Cruzios; N – Ermida de Nossa Senhora; O – N. Sr.^a dos Remédios”. A planta não apresenta

⁴² SILVA, Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e – *Lamego no Alvor do Século XIX. Administração e Elites, 1796-1834*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2005, p.21.

muitos pormenores para a análise da morfologia urbana de Lamego, que outras, elaboradas posteriormente, nos fornecem.



Fig.9 - Planta da cidade de Lamego e dos seus arredores datada de 1793.

Na planta da cidade de Lamego e dos seus arredores datada de 1793, podemos verificar na sua legenda rubricas alfabéticas e numéricas. Dela constam a toponímia, o nome das ruas com os números: “1 – rua de S. Lazaro; 2 – rua da Calcada; 3 – rua da Curredoura; 4 – rua direita; 5 – rua da Preira; 6 – rua de traz da Capella; 7 – Quelha dos Bentos; 8 – rua da Carqueijeira; 9 – Quelha dos Fornos; 10 – Os Fornos; 11 – rua do Cruzeiro; 12 – Quelha das Lajas (?); 13 – rua do Espirito Santo; 14 – rua do Loureiro; 15 - rua da Maceda; 16 - rua de Aularia; 17 - rua da Mezericordia; 18 - Regeira; 19 - Rua dos Loureiros; 20 - rua da Porta do Sol; 21 - rua da Encosta; 22 - rua do Castello; 23 - rua da Cisterna; 24 - Quelha dos Frades; 25 - Quelha de Coura; 26 - rua de Almacave; 27 - rua de Almedina; 28 - rua da Ponte Velha; 29 - rua Nova; 30 - rua do Campo; 31 - rua do Carvalho; 32 - rua da Praça; 33 - rua do Monteiro; 34 - rua da Cadeia; 35 - rua Torta; 36 - rua da Siara; 37 - rua da Cruz; 38 - Campo da Feira”. Assinaladas com rubricas alfabéticas estão a localização de algumas casas, tais como: “A – Caza do (?) Sr.^a Inez Pinto de Souza; B – M da C.^o Simão Pereira de Leitão; C – Caza da Ex.^a Sr.^a D. Thorezza (?) de Vilhana e Souza; D – Caza de Franc.^o Peyxoto; E – Caza de Bernardo Pinheiro de Aragão; F – Caza de Manoel Teixeira Pementel; G – Caza dos Mores; H – Caza das Broilhas”. Sobre a planta dão-se outras indicações toponímicas. Assinalam-se as culturas. O arvoredo encontra-se desenhado em perspetiva.



Fig.10 – Planta da cidade de Lamego e seus arredores, levantada por J. Auffidiener, em 1793.

A partir da primeira planta referenciada, levantada pelo capit. eng. Maximiano José da Serra, em 1791, da planta datada de 1793, e desta ultima, da cidade de Lamego e seus arredores, levantada por J. Auffidiener, também no ano de 1793, copiada na secretaria do Real Corpo de Engenheiros, pelo 2.º tenente M. E. de Saldanha Machado, no ano de 1818, podemos a partir delas, perceber o plano e a morfologia da cidade e dos seus arredores na época Setecentista. Elas constituem uma base de trabalho única e imprescindível para o nosso estudo.

Podemos constatar através destas plantas que a cidade, na sua união das freguesias urbanas de Almacave e Sé, possuía, na de Almacave, o convento de Santa Clara, o convento de Santo Agostinho e o convento de S. Francisco; na zona da Sé, o convento dos Loios e o recolhimento de Santa Teresa (na rua da Regueira)⁴³.

Atravessavam a cidade de Lamego quatro cursos de água: o rio Balsemão, o rio Coura, o ribeiro das Lages, e o ribeiro das Nazes. Estes cursos de água, nomeadamente o caso do rio Coura, cujo leito atravessava a urbe, obrigavam a cuidados especiais de higiene. Este, passando na zona nobre da cidade, mesmo em frente ao hospital da Misericórdia, Sé, Paço Episcopal,

⁴³ Este espaço sofreu obras no tempo do bispo D. Nuno Alvares Pereira de Mello (1710-1733). Museu de Lamego. *Um Manuscrito Inédito sobre o Recolhimento de Santa Teresa de Lamego*. http://triplov.com/triplo2/2012/12/21/museu-de-lamego-apresenta-manuscrito-inedito/?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+TriploIi+%28TRIPLO+II%29 - 25-04-2013 18:11H.

recolhimento de Santa Teresa, Seminário e casa dos Mores, exigia atenção por parte da população e da edilidade⁴⁴.

A cidade era bem provida de água, pois, para além dos dois rios e dois ribeiros que a atravessavam, as fontes documentais dão conta de chafarizes tão antigos como Almedina, já referido por Rui Fernandes no séc. XVI⁴⁵; S. Francisco, junto à cerca do convento⁴⁶; Nossa Senhora dos Remédios, atribuído a Nicolau Nasoni e Mazedra, que tem o nome da rua onde se achava implantado e, segundo Joaquim de Azevedo, tinha a particularidade de secar no inverno e jorrar forte e fresca torrente no verão⁴⁷.

O ordenamento espacial da cidade nos finais do século XVIII já refere a sua divisão em duas freguesias: Almacave e Sé, que correspondiam, grosso modo, aos bairros atrás referidos. A freguesia de Almacave corresponde à parte norte da urbe, onde se situa o bairro do castelo, célula-mãe do burgo. No baluarte norte da torre alojava-se a casa da câmara. A torre tinha funções de cadeia e a rua principal do bairro, com a óbvia denominação de rua do castelo, dava-lhe acesso, com as suas portas: porta da vila ou dos Figos a norte e porta do Sol virada para sul. Desta via derivava a rua da cisterna, por aí se situar precisamente o poço que ainda hoje está em bom estado de conservação⁴⁸. O castelo comunicava com a Praça de Cima onde se situava o pelourinho e de onde partiam ruas que comunicavam com os mosteiros ali existentes, S. Francisco (Chagas) e Agostinhos Descalços. Nesta praça acedia-se à rua Nova e ao antigo bairro da Seara, que se estendia até à capela de Nossa Senhora da Esperança, porta de saída do Douro. Da rua Nova, onde se situaria a judiaria, tinha-se acesso ao largo de Almedina e à medieval igreja de Almacave, percorrendo a rua com o mesmo nome. Voltando à direita seguia-se pela rua do Bom Despacho, acedendo depois à rua da Misericórdia por aí se situar a igreja homónima, sucedendo-lhe depois a rua de S. Francisco cuja denominação tem a ver com o convento dos Capuchos aí implantado⁴⁹.

Iniciava-se a freguesia da Sé na parte sul do castelo, comunicante com a rua da Olaria que desembocava no rio Coura, bem como em frente do largo da catedral. O acesso fazia-se pela ponte do Aljube, nome que advém de ser o mesmo situado na torre medieval da Sé. À esquerda da rua da Olaria estavam erigidos o hospital da Misericórdia, e o seminário. Por uma ruela, a Regueira, que se localizava no final da rua da Olaria chegava-se ao convento das recolhidas de

⁴⁴ AHML, *Livro de Atas, 1797-1801*, ata de 3 de maio de 1798, f.32. In SILVA, Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e – *Op. Cit.*, p.25.

⁴⁵ FERNANDES, Rui – *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas... (1531-1532)*. Edição crítica de Amândio de Barros. Porto, 2001, p.43. In SILVA, Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e – *Op.Cit.*, p.26.

⁴⁶ AHML, *Livro de Registo do Senado da Câmara, 1791-1801*, 22 de janeiro de 1794, f.32. In SILVA, Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e – *Op.Cit.*, p.26.

⁴⁷ DIAS, Augusto – *Lamego no século XVIII*. Ed. Beira Douro. Lamego, 1947, p.97. In SILVA, Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e – *Op.Cit.*, p.27.

⁴⁸ SILVA, Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e – *Op.Cit.*, p.22.

⁴⁹ SILVA, Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e – *Op.Cit.*, p.22.

Santa Teresa, à direita do qual se transpunha o rio Coura pela ponte cavalari. Transposta esta ligação encontravam-se o largo e capela do Espírito Santo⁵⁰.

Atrás da catedral partiam as ruas Direita e Pereira, esta última desembocando no convento dos Loios, e a primeira terminando no terreiro das Brolhas que vai dar nome ao palacete do século XVIII. Daqui partia a rua do Oiteiro/Corredoira, até ao Desterro, onde à esquerda se descia até à ponte sobre o Balsemão. Transposto o rio subia-se até S. Lázaro⁵¹.

Relativamente às praças da cidade, sabemos que estas sempre constituíram, por tradição, um espaço congregador e polarizador da vida urbana, onde, com frequência, foram encontrados os principais edifícios, fossem eles públicos ou religiosos, e também monumentos. Paralelamente, funcionando como cenário urbano, eram as fachadas delimitadoras que a definiam, estabelecendo uma ordem visual, no que se tornaria uma recorrente valorização estética das cidades. As fachadas autonomizavam-se como elemento urbano, assumindo-se como componente importante na caracterização da praça, pela sua própria composição, pautando o lugar com as suas proporções, simetrias e ritmos⁵².

Afastando-se das ideias de *largo*, por norma espaços mais resultantes do encontro de ruas e de feição mais irregular, a praça assume-se, por variadas vezes, como manifestação de poder, onde os processos de crescimento são variados. Espaços criados dentro das muralhas ou localizados nos seus arrabaldes, fruto de vontades políticas de incremento urbano e estético das cidades, eles surgiram geometricamente elaborados, com suas fachadas criadas criteriosamente, naquilo que viria a constituir um espaço fulcral no urbanismo europeu desde o Renascimento. Será nessa altura, em que o urbanismo criará, dentro da cidade antiga, espaços cartesianos, frequentemente pautados pela presença de palácios, com os quais era criada uma nova relação entre arquitetura e espaço urbano.

Realizações de origem italiana, que seriam difundidas, pela Europa fora, como gesto urbano, dando origem a espaços de elevada depuração, como a *Place Royale*, em Paris, realizada em 1605-1612, caracterizada por um programa habitacional na sua concretização. Espaços à semelhança deste iriam despontar um pouco por toda a parte, acompanhando as ideias da época, numa difusão que traria à praça um papel fulcral no urbanismo europeu. Realizações como as praças espanholas, tais como a *Plaza Mayor* em Madrid (1617-1621) ou a de Salamanca (iniciada em 1728), marcam, entre outras realizações, o panorama urbanístico da península. Mais tarde, como resposta ao terramoto de 1755, seria a vez de Lisboa ser o local de

⁵⁰ *Idem, Ibidem*, p.23.

⁵¹ Referem-se aqui as principais ruas da cidade. Mas outras havia, secundárias, que as fontes referem como sejam as ruas dos Fornos, da Carquejeira, dos Loureiros, da Calçada, da Cruz da Capela, do Cruzeiro, do Espírito Santo, da Maceda, da Porta do Sol, do Castelinho, da Encosta, da Ponte Velha, do Campo, do Carvalho, da Praça, do Monturo, da Cadeia, Torta, da Cruz; as quelhas dos Bentos, dos Fornos, das Lages, dos Frades, do Coura, e Campo da Feira. SILVA, Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e – *Op. Cit.*, p.23.

⁵² SILVA, Rafael Santos – *Praça da Liberdade: 1700-1932. Uma História de Arquitetura e Urbanismo no Porto*. 2 Vols. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, p.6.

outra grande realização urbana, onde marcaria presença a Praça do Comércio (Terreiro do Paço) – espaço de grandes dimensões e sobriedade, fruto, como toda a realização envolvente, de processos de construção estandardizada⁵³.

Numa estruturação marcada pela forte topografia, sendo mais uma aplicação do arquétipo radiocêntrico de caráter ainda marcadamente medieval, a praça surge-nos na cidade de Lamego em dois fortes espaços de expressão polarizada da vida urbana. Cada freguesia tinha a sua praça, ou seja um espaço de convergência de bairros e ruas, lugares ideais para encontros, lazer e atividades comerciais⁵⁴.

A praça, denominada *Rocio*, com um chafariz a meio, com a configuração de uma área triangular, ficava na freguesia da Sé, e era ladeada pelo Paço Episcopal, a casa/palacete dos Mores, a Sé, o seminário e o hospital da Santa Casa da Misericórdia. Era esta praça ladeada pelo rio ou ribeira de Coura e apresentava duas pontes, uma em frente do edifício do seminário e outra em frente do hospital, virada para a Sé e para a casa nobre dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães.

Sobre este espaço o *Memorialista* paroquial de 1758 refere:

“E logo se desce para hum espasso e largo rocio, muito plano, quase quadro e do comprimento de huma grande carreira de cavallo. Tem este no meio hum elevado chafariz de pedra já que lança copiosa agoa. E logo à entrada da parte da mam esquerda, entre o Nascente e Poente, está o sumptuoso e magnifico hospital, com huma notavel galaria de dous andares de janellas. As de baixo de perpeanho com assentos e as de cima de sacada com suas grades de ferro pintadas e [bollas] douradas, obra maravilhosa, para a qual se entra por huma ponte de cantaria lavrada por onde se encaminha o mesmo rio Coura⁵⁵”.

A praça de cima, na freguesia de Almacave, situava-se junto à casa da Torre, a norte da muralha do castelo, tendo no seu centro o pelourinho. Elas eram palco de variadas feiras, procissões e, em alguns casos, de paradas militares, vindo a constituir espaços dinamizadores de desenvolvimento urbano, dadas as arquiteturas com que confinavam.

As funções comerciais destes espaços são frequentemente referidas, pois a abundância de vendedores e produtos dificultava o movimento de carros, gentes e animais. Consultando o *Livro de Lançamento da Décima* para 1799, verifica-se que, na praça de cima, pertencente à freguesia de Almacave, se mencionam cinco tendeiros, quatro mercadores e dois negociantes⁵⁶. Também o pároco de Valdigem em 1758 ao referir a bondade da terra e os magníficos géneros

⁵³ SILVA, Rafael Santos – Op. Cit., p.6.

⁵⁴ DIAS, Augusto – *Lamego no século XVIII*. Ed. Beira Douro. Lamego, 1947, p.97.

⁵⁵ CAPELA, José Viriato e MATOS, Henrique – *Op. Cit.*, pp.289-290.

⁵⁶ AHML, *Livro de Lançamento da Décima*, 1799, f.23. In SILVA, Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e – *Op. Cit.*, p.28.

agrícolas que aí se produziam, faz-nos chegar a informação que se vendia muitos deles na praça da cidade de Lamego⁵⁷.

Outro espaço que congregava o comércio setecentista na cidade era o campo das Freiras, onde se realizava as feiras de S. Sebastião, começando no dia de S. Sebastião, a 20 de janeiro e estendendo-se até ao dia 26-27. Eram feiras francas. A elas concorrem, diz o memorialista das *Memórias Paroquiais* de 1758, negociantes de todas as províncias de Espanha “*e mais viriam se não fosse o tempo tão rigoroso*”⁵⁸.

Os memorialistas são, porém, pouco prolixos sobre os produtos que vêm às feiras, certamente por não se justificar tal referência, tendo em vista que não há aí grande diversidade ou particularidade. No essencial, chegam produtos da lavoura e os necessários à economia e sociedade campesina. A algumas vêm certamente mais largo abastecimento de produtos de mercearia das tendas e das indústrias (pano, cutelarias...). Mas por todo o lado, o pão (em grão ou cozido) e o gado são os produtos de maior trânsito⁵⁹.

Uma outra área na cidade, importante, pontualmente, para o comércio, era o espaço que ficava atrás da capela do santuário da Nossa Senhora dos Remédios, conforme nos explana o memorialista de 1758: “*na primeira outava do Natal, dia de Santo Estevão, se faz hum grande mercado na deveza ou soutos que ficam por detrás da capella de Nossa Senhora dos Remedios*”⁶⁰.

A cidade possuía, já no século XVIII, um cemitério, localizado na freguesia da Sé, perto da cerca do convento dos Loios (St.^a Cruz), em terreno ladeado por árvores e demais vegetação, a caminho do santuário da Nossa Senhora dos Remédios. Ele está assinalado na fonte documental que constitui a planta da cidade de Lamego e dos seus arredores, datada de 1793. Estava localizado em local apropriado e ligeiramente afastado do núcleo urbano mais densamente povoado. Não sabemos qual a data exata em que foi estabelecido, nesse espaço, mas o desenvolvimento demográfico dos séculos XVII e XVIII e, em especial, a crescente urbanização de áreas rurais, agravaram as inconveniências higiénicas da inumação *ad sanctos*.

Lembremo-nos que a Europa crescia demograficamente e os adros e interiores de igrejas tinham geralmente vários séculos de uso. A falta de espaço para enterramento e o permanente revolver de sepulturas eram situações correntes. Já no século XVII, algumas vezes isoladas tinham chamado a atenção para a possibilidade de efeitos nocivos vindos das emanações das sepulturas no interior dos templos. Contudo, não era apenas o mero argumento higiénico que estava em causa quanto à necessidade de novos cemitérios. As nascentes noções de urbanidade

⁵⁷IANTT, *Dicionário Geográfico*, Vol.38, m.20, f.105 e segs. In SILVA, Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e – *Op. Cit.*

⁵⁸CAPELA, José Viriato e MATOS, Henrique – *Op. Cit.*, p.86.

⁵⁹*Idem, Ibidem.*

⁶⁰*Idem, Ibidem*, p.299.

e de racionalidade, que se exigiam sobretudo nas cidades, implicavam novos espaços de sepultamento⁶¹.

Em Portugal, as primeiras tentativas legisladoras no sentido da criação de cemitérios afastados de zonas habitacionais deram-se em finais do século XVIII. Mas, como é óbvio, antes das leis estiveram alguns intelectuais pioneiros na denúncia do problema. E todo este processo começa em Portugal com o terramoto de 1755 e com a situação calamitosa que então ocorreu em Lisboa quanto à mortandade e à necessidade de práticas de inumação mais higiénicas e racionais⁶². Um ano após o terramoto de 1755, o médico António Nunes Ribeiro Sanches publicou o seu *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, considerado o primeiro tratado de higiene escrito em português, onde contestava os enterramentos nas igrejas. Segundo Fernando Catroga, Ribeiro Sanches, que era um médico viajado, limitava-se a seguir de perto as ideias do abade Porée⁶³. Se o movimento higienista pró cemitérios extramuros terá sido iniciado precisamente em França em finais da década de 1730 ou inícios da década de 1740, só podemos concluir que Ribeiro Sanches esteve, de facto, avançado para a época. Apesar de tudo, os problemas de higiene levantados pelas constantes inumações nas igrejas eram generalizados em Portugal⁶⁴.

Sabe-se que o Marquês de Pombal terá planeado necrópoles de raiz para Coimbra e para Vila Real de Santo António⁶⁵. Segundo Fernando Catroga estes seriam “*cemitérios modernos*”, facto de que muito duvidamos. No caso de Coimbra, desconhecemos mesmo que necrópole seria essa, quais as suas motivações e as características arquitetónicas propostas. Torna-se um caso estranho, até porque – infelizmente – não documentado⁶⁶.

Quando terão as ideias higienistas levado à criação do cemitério de Lamego e intervindo na política local, de forma a tomar medidas concretas para o afastamento das inumações do interior das igrejas para um espaço exterior, na época setecentista, não sabemos. Trata-se de um assunto inexplorado e sobre o qual o nosso trabalho não nos permite deter. No entanto assinalamos a sua existência na cidade de Lamego no período de transição do *Despotismo Iluminado* do Marquês de Pombal, da época em que emerge politicamente o ministro de D. José para o reinado seguinte.

⁶¹ QUEIROZ, Francisco Ferreira – *Os Cemitérios do Porto e a Arte Funerária Oitocentista em Portugal. Consolidação da Vivência Romântica na Perpetuação da Memória*. 2 Vols. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2002, p.5.

⁶² *Idem, Ibidem*, p.7.

⁶³ Baseamo-nos sobretudo em CATROGA, Fernando – *Revolução e secularização dos cemitérios em Portugal (inumistas e cremacionistas)*. In “*Atitudes perante a morte*” (coordenação de António Matias Coelho). Minerva. Coimbra, 1991, p.97. Cf. QUEIROZ, Francisco Ferreira – *Op. Cit.*, p.8.

⁶⁴ QUEIROZ, Francisco Ferreira – *Op. Cit.*, p.9.

⁶⁵ Cf. CATROGA, Fernando – *O céu da Memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Minerva. Coimbra, 1999, p.46. In QUEIROZ, Francisco Ferreira – *Op. Cit.*, p.16.

⁶⁶ QUEIROZ, Francisco Ferreira – *Op. Cit.*, p.16.

4 – A estrutura arquitetónica da cidade, segundo as Memórias Paroquiais de 1758

A *Memória* da freguesia da Sé de Lamego é também ela, como a de Viseu, um texto com um valor informativo muito extenso, que carrega muitos dados para a História da diocese e das suas instituições. Para o travejamento da História e Geografia Antiga, da Restauração, do período Medieval e Moderno recorre o seu autor à referenciação de uma vastíssima bibliografia portuguesa e castelhana, que faz do memorialista de Lamego um escritor de cultura invulgar, de grande rigor crítico e histórico⁶⁷.

A *Memória* de Lamego estende-se também à descrição dos equipamentos e monumentos essenciais da cidade, da fundação e propriedade diocesana e eclesiástica, em relação com os seus agentes fundadores, dedicando-se larga descrição às origens da construção, arquitetura, iconografia de Sé, à Misericórdia, e seu hospital (fixa-se aqui largamente na ação da Misericórdia, seu governo político e estrutura física e orgânica do hospital) aos conventos da cidade, às igrejas e inúmeras capelas disseminadas por toda a cidade. Pelo padroado e titularidade das capelas, as que estão no interior da Sé, dos mosteiros, acopladas a casas nobres e isoladas pela cidade, é possível aproximar-se à principal nobreza e fidalguia da terra, secular e eclesiástica. Mas também pela descrição de suas devoções, votos e romarias, particularmente relatadas para as grandes devoções da diocese e das paróquias, à vida religiosa e animação social da cidade e da diocese em geral⁶⁸.

A *Memória* de Lamego não deixa de se referir às principais instituições do governo judicial e político civil da cidade. E se, quanto ao contributo para a história dos bispos, os dados não são tão extensos como se registou em Viseu, no que diz respeito aos ilustres da terra é mais completa a informação, o que nos permite circunscrever melhor os horizontes e contributos da sociedade e cultura regional lamecense para a História e cultura nacional⁶⁹.

A *Memória* da freguesia da Sé, em termos de estruturas arquitetónicas, descreve o edifício do hospital da Misericórdia, no Rocio da cidade, o colégio de S. Nicolau, o Palácio Episcopal e junto a este, traça de forma sucinta a casa nobre dos Mores, “*Junto a este e da parte da mam direita do mesmo rocio está outro grande palacio que hé do capitão mor desta cidade com bela galaria de dezoito janellas de sacada com suas grades de ferro pintadas, o qual faz frente a huma larga rua que fica de traz da Sé*⁷⁰”.

Descreve o memorialista, exaustivamente, o edificado que constitui a arquitetura da Sé, na sequência do dito palácio dos Mores e da sua localização perto do Rocio. Nesta sequência faz

⁶⁷ CAPELA, José Viriato e MATOS, Henrique – *Op. Cit.*, p.20.

⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p.22.

⁶⁹ *Idem, Ibidem*.

⁷⁰ *Idem, Ibidem*, p.291.

alusão a vários palácios: *“Todos estes simples fazem o grandeozo rocio, tam composto que hé hum dos paceutos mais agradáveis à vista que tem a cidade. Fica pões esta igreja cathedral fronteira ao Poente, fazendo visto a huma larga rua, composta de varios palacios e cazas particulares, dando sua ampla entrada por hum comprido e espaçozo adro sobre poucos degraos, rodeado de gradas de ferro, com suas entradas guarnecidas de piramedes e assentos de pedra lavrada, que hé hum dos largos passeios, muito fresco nas manhans de verão e soalheiro nas manhas e tardes de inverno⁷¹”*.

Fazendo a delineação do interior da Sé, dá-nos conhecimento da presença, nesta estrutura arquitetónica, de altares dos morgados de Balsemão, bem assim como da presença dos restos mortais de um dos proprietários do referido morgadio, Álvaro Pinto da Fonseca: *“O referido altar da Santissima Trindade hé dos morgados de Balcemão. Tem dous beneficiados com o rendimento cada hum de quarenta mil réis, pouco mais ou menos. E cada hum tem obrigação de meio anno de missas ditas no mesmo altar, do qual hé administrador o reverendo cónego, mais antigo, por regalia da sua cadeira. E hé o que apresenta os ditos dous beneficiados. Em esta capella estavam os ossos de Alvaro pinto d’Afonseca, morgado de Balcemão, seo instituidor. E como [se fez] nova Sé, se mudaram para o pavimento della, ahonde tem os ditos morgados o seo jazigo⁷²”*.

Continua a narração com o edifício da capela do Espirito Santo, do convento das recolhidas de Santa Teresa, que foi fundado em 1702 *com licença de Sua Majestade*, no tempo do *Ilustríssimo Bispo Dom António de Vasconcelos e Sousa*.

Refere que pelo lado da Sé, da parte do Sul, se *“segue outra rua, encaminhando-se ao Nascente a que chamam da Praça da Sé. E vai por detrás desta findar, com varias travessas, na rua dos Fornos, em a qual dentro do pateo do palacio, que foi de Frei Martinho Alvaro Pinto da Fonseca, balio de Leça, está huma capella da invocação de Nossa Senhora do Amparo, com seo retábulo, e no meio huma magestosa imagem de Christo Crucificado, com o titulo dos Afflictos⁷³”*. No fim da praça da Sé diz-nos *“principia huma rua mui comprida, a que dão a nomenclatura de rua direita. E tem seu remate em hum largo, aonde está o palacio das cazas das Brolhas, que hé do solar de Dom Barnardo Antonio de Mello Ozorio, bispo que de prezente hé do bispado da Guarda. Antes de chegar ao fim desta rua está huma capella no pateo do palacio de Antonio de Araujo Freire de Souza Borges da Veiga e hé da invocação de Sam João Batista⁷⁴”*.

E continua, descrevendo-nos o que na dita freguesia da Sé existe em termos de arquitetura. Assim, *“No principio da rua direita segue-se da mesma parte huma rua chamada da Pereira, que sobindo vai findar em hum largo a que dão o nome de Santa Cruz, composto de varios*

⁷¹ *Idem, Ibidem*, p.292.

⁷² *Idem, Ibidem*, p.295.

⁷³ *Idem, Ibidem*, p.297.

⁷⁴ *Idem, Ibidem*.

*palacios e cazas particulares*⁷⁵”. Pouco mais acima deste largo ou bairro, num terreno que dominava a vista sobre a cidade, refere a existência do convento de Santa Cruz, dos religiosos da congregação de São João Evangelista. Dedicar uma nota à estrutura arquitetónica da obra, do santuário da Nossa Senhora dos Remédios, dando-nos a cronologia da sua fundação (14 de fevereiro de 1750) e acentuando a lentidão dos trabalhos, devidos às dificuldades de rendimentos da irmandade da Senhora dos Remédios. Refere várias capelas espalhadas pela freguesia, como a que fica junto à casa das Brolhas: “*No largo das cazas das Brolhas, que fica ao fundo da rua direita, como atrás dice, está huma capella dos Passos com seo retábulo e hum magestoso painel do Senhor com a Cruz aos Hombros, que serve para a procissão dos Passos desta cidade, como os mais que ficam na freguesia de Almacave*⁷⁶”. Faz alusão à capela do Desterro, à capela da Senhora dos Meninos, à capela de S. Lazaro, à de Nossa Senhora das Virtudes, esta última pertença do morgado de Balsemão, “*que tem o seo solar em hum lugar do mesmo nome, distante desta cidade hum quarto de legoa*⁷⁷”.

Escrevendo o memorialista sobre Calvilhe, explica: “*Para a mesma parte do Sul, em pouca distancia do ditto lugar de Sam Martinho do Souto, fica outro lugar chamado Calvilhe, o qual tem huma capella de pequeno ambito, ereta com o palacio da refferida Donna Maria Ignacia Pinto de Vilhena, com o titulo da Senhora da Piedade, cuja imagem hé de vulto. Fica dentro em hum retábulo na tribuna da capella mor*⁷⁸”. E, continua, registando que, à distância de quase meia légua da cidade, para a parte sul, fica o lugar de Alvelos, “*cujo hé composto de varios lugares, quintas e aldeias, o que tudo vai pela seguinte ordem: o lugar de Candedo; a Quinta da Cruzeira; a Quinta do Portella de Baixo; a Quinta do Portella de Cima; nesta Quinta está huma capella de Santa Luzia com sua imagem de vulto, e pertence aos herdeiros de Antonio Leitão de Carvalho desta mesma freguesia; a Quinta do Corgo; a aldeia de Sette Captivos; o lugar de Alvão; o lugar de Eiró. Neste lugar está situada ou ereta huma capella de Nossa Senhora da Espectação, com sua imagem de vulto, dentro de hum retábulo e pertence a Pedro da Fonseca e Castro da caza das Brolhas, desta minha freguesia*⁷⁹”.

Refere as pontes, “*Tem cinco pontes de cantaria e três de pao, que são as seguintes: no sitio do Porto Cavallar, junto à cidade huma ponte de cantaria; outra chamada a ponte de Olaria, no fim da mesma rua nesta cidade que também hé de cantaria; outra da mesma cantaria, intitulada a ponte do Hospital por se entrar por ella para este; outra também de cantaria que se chama a ponte do collegio, por dar serventia para este. E outra no sitio das Lagens como as antecedentes. As três de pao são huma em a villa de Medello; outra no lugar*

⁷⁵ *Idem, Ibidem.*

⁷⁶ *Idem, Ibidem*, pp.299-300.

⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p.301.

⁷⁸ *Idem, Ibidem.*

⁷⁹ *Idem, Ibidem.*

de Fafel e outra no mesmo sitio das Lagens junto ao Vau. Tem mais duas de pao neste sitio com quintas particulares⁸⁰.”

A *Memória* da freguesia de Almacave (Lamego) tem, através do seu redactor, a descrição da igreja de Santa Maria de Almacave. Refere que “*Está no lado direito desta igreja, pela parte exterior, mas com porta para dentro, huma capella mui antiga dedicada ao Espirito Santo, que hé do morgado de Samudaens, Pedro Cardozo Coutinho, pessoa muito principal desta cidade e freguesia*⁸¹.” Nesta metade da cidade, que pertence a esta freguesia, continua descrevendo as ermidas e capelas que lhe pertencem, como esta de “*Dentro das cazas de Jozé Pacheco de Mendocha, pessoa de conhecida e destinta nobreza, que mora no sitio chamado de Almedina, aonde está huma fonte das melhores desta cidade, por ser abundante e de agua especial, está huma capella dedicada a Nossa Senhora da Conceição e com porta principal a rua*⁸².”

Refere “*o lugar chamado [a Foz do Bairro], hé de muito poucos vezinhos e tem hum a ermida de São João Batista, que hé de Antonio Jozé Guedes de Magalhães Ozorio, morgado de [Baldeleiros] (por Vale de Oleiros), huma das pessoas da mais distinta nobreza desta cidade e por tal conhecido e estimado de todos pelo seu exemplo, procedimento e virtudes*⁸³.”

Faz ainda o memorialista, a alusão aos conventos desta freguesia, “*Tem sim dentro della e da cidade hum convento de Religiozas Claras, sujeitas ao Ordinario. Hé convento mui exemplar, com religiosas de muita virtude. Hé padroeiro o Excelentissimo Marquês de Lourical, como herdeiro da Excelentissima Caza das Sarzedas (sic). Foi o seu fundador o Excelentissimo bispo D. Antonio Telles de Menezes, bispo desta cidade em o anno de 1588. Tem mais hum convento de religiosos de Santo Agostinho que foi fundado a 23 de outubro de 1637 pelo desembargador do Paço, Francisco de Almeida Cabral, nas mesmas cazas em que nasceo e o dotou com cento e vinte mil réis cada anno em dinheiro. Hé padroeiro Antonio de Almeida Carvalhães, fidalgo da Caza de Sua Magestade, morador da cidade do Porto, no Castello de São João da Foz*⁸⁴.”

O memorialista não se esquece de descrever os sujeitos ilustres em virtudes, artes, letras e armas que saíram desta freguesia da cidade, como Dom Frei Manuel Pinto da Fonseca, Grão-mestre da Ordem de Malta, Rui Lopes de Carvalho, da casa do Poço, o bispo Dom Bernardo Antonio de Mello Ozorio, da casa das Brolhas, e outros⁸⁵.

⁸⁰ *Idem, Ibidem*, p.311.

⁸¹ *Idem, Ibidem*, p.279.

⁸² *Idem, Ibidem*.

⁸³ *Idem, Ibidem*.

⁸⁴ *Idem, Ibidem*.

⁸⁵ *Idem, Ibidem*, pp.279-282.

CAPITULO II: A ARQUITETURA SENHORIAL EM LAMEGO – OS COMPLEXOS EDIFICADOS

I – As elites: a nobreza e o clero

Em termos sociais, o século XVIII, apesar da permanência de uma forte nobreza da corte, alicerçada num núcleo restrito de famílias, ressurgida pelo reinado mariano⁸⁶, assiste a uma ampla abertura social, a uma permeabilidade muito interessante, que começada sobretudo no reinado josefino, observa um desenrolar em sistema de acentuação progressiva. Concessões de hábitos das Ordens Militares, numa profusão de novos cavaleiros de Cristo e Santiago de que os próprios estrangeiros se espantam, mercês régias de cargos como reposteiro de número, constituem formas visíveis de toda uma sociedade em mutação. Ora, tal atitude deveria ser acompanhada por uma certa ostentação de um estatuto social em ascensão, como o luxo dos trajes, o reflexo nas carruagens, a excelência de joias⁸⁷. Deste modo e como assinala José-Augusto França, “*uma nova classe assim se formava a que a contribuição para as grandes Companhias dava oficialmente o foro de nobreza garantido também pela lei de 29 de novembro de 1775, ao fim do governo pombalino, que permitia aos negociantes de grosso trato a vinculação nobilitante de propriedade em regime de morgadio*”⁸⁸.

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa afirma para a zona do Porto, o que podemos constatar na cidade de Lamego à época: “*Quanto à região portuense, a assinatura do tratado de Methuen com a Inglaterra, em 1703, e o florescimento do comércio dos vinhos teve especial tradução no*

⁸⁶ Vd. O nosso SOUSA, D. Gonçalo de Vasconcelos e – *Estruturas de parentesco e poder na Lisboa dos finais do Antigo Regime (1770-1807)*. “Armas & Troféus”. Instituto Português de Heráldica. 6.ª Série. 4, Jan-Dez. Lisboa, 1992, pp.181-221. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A Joalheria no Porto nos finais do Século XVIII. Aspectos Artísticos*. 2 Vols. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Porto, 1996, p.15.

⁸⁷ Vd. A interessante síntese de PIMENTEL, António – *Reflexos do ciclo do ouro e dos diamantes do Brasil na ourivesaria portuguesa*. In “Relaciones artísticas entre la Península Ibérica y América – Atas del V Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte”, Valladolid. Universidad de Valladolid – Secretariado de Publicaciones, 1990, p.208. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Op. Cit.*, p.16.

⁸⁸ Cf. FRANÇA, José-Augusto – *Burguesia pombalina, nobreza mariana, fidalguia liberal*. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos – dir. “Pombal revisitado”. Editorial Estampa. Vol. I, Lisboa, 1984, p.23. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Op. Cit.*, p.16.

*desenvolvimento do burgo portuense, o que se viria a consolidar com a fundação, por Sebastião José de Carvalho e Melo, da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756*⁸⁹”. Ora Lamego, em plena zona demarcada, vai refletir este desenvolvimento, fruto da economia vitivinícola aí explorada.

A cidade tinha um vasto número de famílias da nobreza e do clero, lentes, familiares do Santo Ofício, e outras personagens de posses. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa na sua obra sobre a arte da prata, em relação a Lamego refere-nos “*Outra cidade com atividade de ourivesaria da prata ainda na segunda metade de setecentos, era Lamego e havia alcançado alguma projeção na ourivesaria seiscentista e pelo menos na primeira metade des*”⁹⁰. Ora, sabemos que as elites locais, nomeadamente a nobreza e o clero tinham poder de compra, eram parte da clientela de peças de prataria civil e/ou prataria sacra, para alguma da produção atestada pela existência das oficinas deste ofício de ourives no espaço urbano. É de relevância o processo referente ao ourives da prata lamecense Francisco José de Almeida, nas habilitações *de genere* para familiares do Santo Ofício. Oriundo da freguesia de Almacave, possuía diversos oficiais a trabalhar na sua oficina, pelo que deveria ter encomendas de algum porte que tal o justificassem⁹¹.

É de supor que a nobreza e o clero local, como proprietários de edificados da arquitetura senhorial tenham adquirido prataria civil, e prataria sacra (ligada às capelas e aos oratórios das casas), como peças ligadas ao serviço da mesa, comportando o serviço de bebidas e os acessórios, as de iluminação, as de escrita e funções administrativas, as de higiene e *toilette*, bem como a uma *varia*, atinente aos objetos de viagem e decoração. Estas peças dar-lhes-iam um estatuto distinto da demais população.

Relativamente à prataria civil, aos objetos de mesa e serviços de bebidas, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, indica-nos:

“Os hábitos da mesa requintaram-se ao longo do século XVIII, assistindo-se a uma progressiva diversidade de objetos relacionados com a ingestão e preparação de alimentos, sólidos e líquidos. A par das influências estéticas, as novas tendências concretizaram-se na criação de tipologias de grande aparato, e, no que diz respeito à prataria civil, obtiveram especial sucesso as peças ligadas ao universo da mesa. Pratos de guardanapo, terrinas,

⁸⁹ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Idem. Ibidem.*

⁹⁰ SOUSA, Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e – *A Arte da Prata no Porto 1750 – 1810*. Vol. I. Porto, 2002, p.58. Dissertação de Doutoramento em História da Arte. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁹¹ *Idem, Ibidem*, p.60. De referir outro ourives lamecense, Francisco Ferreira da Silva, de que há notícia de ter oferecido à Confraria do Santíssimo Sacramento de Almacave, situada nessa cidade da Beira Alta, uma vara de mordomo, ainda hoje existente e que data de 1812. Cf. ALVES, Alexandre – *Artistas e Artífices nas dioceses de Lamego e Viseu*. Governo Civil de Viseu. Vol. III. Viseu, 2001, p.167.

pimenteiros e saleiros, a par das porcelanas chinesas de gosto europeu, enriquecem o serviço das refeições e requintaram os usos das famílias possidentes⁹².”

O século XVIII faz despontar a iluminação, presença fundamental nas casas nobres e nos palácios, quantas vezes de grandes dimensões. Ainda que fosse efetuada através de um variado leque de tipos de peças (entre as quais os lustres e as luminárias⁹³), os castiçais e os candelabros eram deveras apreciados, e conjuntamente com candeeiros, as tesouras de espevitar e as respetivas travessas constituem as várias tipologias genéricas relacionadas às questões de iluminação⁹⁴. Quanto a peças divulgadas, nomeadamente aos castiçais, poderíamos mencionar os exemplares de base quadrada⁹⁵, com conchas nos cantos, de que se destaca o exemplar armoriado do antigo acervo da Casa das Brolhas, em Lamego⁹⁶, e que tiveram ampla produção nos meados e décadas de 1750 e 1760⁹⁷.

Os acervos de diversas peças em prata, objetos do quotidiano, que algumas das casas lamecenses ainda hoje possuem através dos seus herdeiros (como a casa das Brolhas e a casa dos Loureiros, ambas na cidade, e a casa da Corredoura, a casa da Azenha e o Paço do Monsul, todas estas três em Cambres), e que nos foi dada a possibilidade de ver, atestam esta possibilidade generalizada de terem feito parte de uma clientela da nobreza e do clero seiscentista e setecentista.

O clero detinha um grande prestígio na sociedade. Como em qualquer cidade europeia moderna⁹⁸, a sua presença afirmava-se não só pelo elevado número de elementos, mas também pela influência que exerciam no quotidiano dos crentes e pelas grandes riquezas de que dispunham. À semelhança da sociedade civil, os clérigos ordenavam-se em diferentes estratos, consoante a sua formação e origem familiar⁹⁹. Assim, deparamo-nos com religiosos que ocupavam cargos cimeiros da hierarquia clerical e aqueles que ocupavam cargos inferiores.

⁹² SOUSA, Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e – *A Arte da Prata no Porto 1750 – 1810*. Vol. I. Porto, 2002, p.559.

⁹³ Vd. Exemplares rococó e neoclássico in PINTO, Maria Helena Mendes – Móveis. In *Artes Decorativas portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga: Séculos XV-XVIII*. Secretaria de Estado da Cultura/Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa, 1979, p.106. In SOUSA, Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e – *Op. Cit.*, p.481.

⁹⁴ SOUSA, Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e – *Op. Cit.*, p.481.

⁹⁵ Vd. Um exemplo da antiga coleção de Francisco de Barros e Sá, presentemente no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. In SANTOS, Reynaldo dos; QUILHÓ, Irene – *Ourivesaria Portuguesa nas coleções particulares*. 2.^a Edição. Lisboa [s.n.], 1974, p.154.

⁹⁶ SOUSA, Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos – *Pratas em coleções do Douro*. Bienal da Prata de Lamego. Lello Editores. Porto, 2001, pp.156-157.

⁹⁷ SOUSA, Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e – *A Arte da Prata no Porto 1750 – 1810*. Vol. I. Porto, 2002, p.577.

⁹⁸ GOUBERT, Pierre – Les Villes d'Europe à L'Époque Moderne. Sep. “*Revista de História*”. Vol. IV. Porto, 1982, p.13. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.31. Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁹⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580 – 1640), os Homens as Instituições e o Poder*. Vol. I. Câmara Municipal do Porto. Porto, 1988, P.237. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.31.

Próximas da catedral de Lamego, as ruas que a ela confluíam eram as escolhidas como local de morada, residência. É o caso da localização do antigo Paço Episcopal (atualmente Museu Municipal de Lamego), e da casa dos Mores / Palácio do Capitão-mor por detrás da Sé que exhibe nos cunhais duas pedras de armas de execução claramente seiscentistas, com os sinais dos Coelhos na da direita, e dos Botelhos, Monteiros e Martins, na da esquerda. O chapéu eclesiástico no lugar do timbre, com as respetivas borlas pendentes de cada lado, bem como as 3 flores-de-lis do 3.º quartel falam-nos do clero que nela habitou. De facto, na instituição do seu morgado, em 1536, o cónego Francisco Martins Cerqueira¹⁰⁰ legou à filha “humas casas sitas no Rocio de traz da capela-mor da Sé”, confiantes de norte e poente com quelhas, de nascente com Rua de Palhais e de sul com casas do cabido¹⁰¹. Outro exemplo desta proximidade com a Sé é a casa do deão do cabido, D. António Freire Gameiro¹⁰². A casa do Espírito Santo pertenceu ao deão da Sé da cidade, D. Luís da Cunha Guedes, conforme atestam as duas pedras de armas das suas paredes, que ostentam ambas o chapéu eclesiástico com borlas. A dignidade de deão era das mais importantes na diocese. A sua presença como residente, embora desconheçamos o número de anos, por falta de dados, pode levar-nos a admitir que o foi durante as décadas em que deteve o cargo. Assim, o representante da dignidade de deão teria, certamente habitado a rua próxima da catedral durante um largo período de tempo, concedendo-lhe prestígio enquanto espaço sócio-arquitetónico da cidade.

Enquanto para se ser cónego apenas era exigida a primeira tonsura¹⁰³, para aceder a uma dignidade (como deão), o proponente devia ser detentor de uma habilitação académica¹⁰⁴, e ter as ordens menores. Deveria no entanto obter, posteriormente, as ordens maiores, pois só assim poderia desempenhar as funções inerentes ao seu cargo, nomeadamente a celebração da missa.

Relativamente aos escravos, a legislação quinhentista portuguesa dá-nos indicadores precisos das orientações régias a eles destinadas. Assim as ordenações de D. Manuel I de 22 de março de 1502, continham uma lei que “proibia aos escravos de ambos os sexos e cores, comerem ou beberem nas vendas públicas¹⁰⁵”. E, a chancelaria régia, deste rei revela a

¹⁰⁰ Capitular da Sé de Lamego, em 1536, abade das igrejas de Adem, em Malhada Sorda, e de Freixedo do Torrão (cf. D. Joaquim de Azevedo, História, p.271). In COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Volume V Barroco I. Lamego 1986, p.562.

¹⁰¹ Sé de Lamego, 36, f. 226v-227. As casas confinavam, pois, com a antiga Rua do Carvalho. In COSTA, M. Gonçalves da – *Op. Cit.*

¹⁰² Rua dos Fornos, em Lamego.

¹⁰³ OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos sobre o século XVIII em Braga; História e Arte*. Edições APPACDM Distrital de Braga. Braga, 1993, p.24. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.45.

¹⁰⁴ FARIA, Ana Mouta – Função da carreira eclesiástica na organização de tecido social do Antigo Regime. *Ler História*. Edições Salamandra, Lda. N.º11. Lisboa, 1987, pp.29-46. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.45.

¹⁰⁵ A.N.T.T. PT – Leis e ordenações 1222/1926. Coleção de leis 1222/1926. *Traslado de uma lei extraída das ordenações de D. Manuel I de 22 de março de 1502, em que proíbe aos escravos de ambos os sexos e*

confirmação papal sobre a escravatura: “ordem e mestrado de Cristo confirmação das bulas outorgadas pelos Papas, pelas quais a vintena do ouro, escravos e outras mercadorias que vierem das partes da Guiné e das Índias sejam para sempre arrecadadas e pagas ao recebedor desse mestrado¹⁰⁶”. Chegou a existir o cargo de corretor de cavalos, bestas e escravos na corte do rei¹⁰⁷. D. Manuel I também possuía escravos na corte¹⁰⁸.

Assim a propósito da presença da população escrava, da “escravidão legal” (*servitus legalis*) que integrava a população de Portugal à época quinhentista, Frei Bartolomeu dos Mártires reconheceu como válida “com base no direito humano” a prática seguida por quem, “empurrado pela miséria, se vende a um outro, para sempre, ou temporariamente”, ou por aqueles pais que, “constrangidos pela miséria, vendem os filhos, onde as leis civis o permitem, apesar de não serem em uso entre os cristãos”. Evitou, porém, ulteriores distinções que soassem como uma crítica aberta à política da monarquia. Que fosse esse o propósito de Bartolomeu dos Mártires confirmava-o a aprovação da captura em guerra (também uma forma de escravidão legal), apresentada como um ato de clemência (“porque os poderiam até matar”)¹⁰⁹. Frei Bartolomeu dos Mártires na sua obra *Catecismo ou Doutrina Cristã e Práticas Espirituais*, editada em Braga a 4 de novembro de 1564, faz uma alusão geral sobre o “ser/estatuto do escravo” e diz-nos nas suas instruções, no Livro Primeiro, *Doutrina Cristã*, capítulo IX, *Em que se trata como se há de fazer a oração*, no item 82: “Vejo-te bulir com os beijos e falar: Com quem fala teu coração? Dize, se começas a falar com um homem e, deixando-o com a palavra na boca, te pusesses a falar com teu escravo, não lhe farias grande injúria? Esta fazes a Deus distraíndo-te por vontade ou por negligencia¹¹⁰.”

No *Catecismo Romano*, o do concílio de Trento, promulgado em 1566 pelo Papa Paulo IV, as duas únicas referências à escravatura que nele encontramos são as seguintes: “São também excluídos (do sacramento da ordem) os escravos, porque não pode consagrar-se ao

cores, comerem ou beberem nas vendas públicas e que manda que estas fechem à hora do sino corrido. 1502-07-18. Leis e ordenações, Leis, mç. 2, n.º 3.

¹⁰⁶ ANTT. PT - Chancelaria Régia 1211/1826. Chancelaria de D. Manuel I 1496/1521. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 6 1483-07-04/1503-11-05. *Ordem e mestrado de Cristo confirmação das bulas outorgadas pelos Papas, pelas quais a vintena do ouro, escravos e outras mercadorias que vierem das partes da Guiné e das Índias sejam para sempre arrecadadas e pagas ao recebedor desse mestrado*. 1502-02-22. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 6, fl. 50v.

¹⁰⁷ ANTT. PT - Chancelaria Régia 1211/1826. Chancelaria de D. Manuel I 1496/1521. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 44. *Diogo Fernandes, corretor de cavalos em Lisboa, nomeado corretor de cavalos, bestas e escravos na corte*. 1521-07-01. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 44, fl. 69.

¹⁰⁸ ANTT. PT - Corpo Cronológico 1161/1699. 2 Parte II 1161/1648. Maço 61 1515-10-04/1515-11-09. *Ordem de Pero de Alpoim ao almoxarife para que mandasse dar a sete escravos de D. Manuel I seu mantimento de arroz para 15 dias*. 1515-10-15. Corpo Cronológico, Parte II, mç. 61, n.º 74.

¹⁰⁹ MÁRTIRES, Bartolomeu Dos – *Theologia Scripta*, 3, pp.689-690 (q.60). In MARCOCCI, Giuseppe – *A Consciência de um Império. Portugal e o seu Mundo (séc. XV-XVII)*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, outubro 2012, p.415.

¹¹⁰ *Obras Completas de D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590), Catecismo ou Doutrina Cristã e Práticas Espirituais*. 15.ª Edição. Edição do Movimento Bartolomeano. Volume I, Fátima 1962.

culto divino quem não é senhor de si mesmo e vive na sujeição de outrem¹¹¹. No capítulo onde se abordam o nono e o décimo mandamentos, lemos: *Quanto às palavras: não cobiçarás nem boi, nem jumento, nem servo, em relação a esta última palavra: entendem-se tanto os cativos de guerra, como as demais categorias de escravos. Não nos é lícito cobiçá-los, da mesma forma que não podemos cobiçar outros bens alheios*¹¹². Não se tirou do *Catecismo Romano Tridentino* a conclusão da abolição da escravatura no universo cristianizado do ocidente. E, ela estava de facto plasmada no território da nossa amostra de estudo.

A documentação do fundo do cabido da Sé de Lamego¹¹³ contém uma escritura de venda de uma escrava, no período de 1499-1517¹¹⁴, anterior à publicação da obra de Frei Bartolomeu dos Mártires citada e do *Catecismo Romano Tridentino*. Segundo a investigadora Maria Manuela de Sousa Vaquero Freitas Ferreira, na sua Tese de Doutoramento, intitulada *O Tribunal da Inquisição de Lamego. Contributo para o Estudo da Inquisição no Norte de Portugal*, sobre o tribunal Quinhentista em exercício na urbe, “no *Livro de Denúncias da Inquisição* na cidade contámos quarenta e uma delações de criados e escravos, que denunciavam os seus antigos amos acusando-os de práticas de judaísmo dizendo tê-las presenciado quando com eles viviam¹¹⁵.”

Cerca de um século depois, as Constituições Sinodais de Lamego do século XVII, *Constituições Synodales do Bispado de Lamego, feitas pelo Ilustríssimo, & Reverendíssimo Senhor D. Migvel de Portvgal ppublicadas, e aceitas no Synodo, que o dito Senhor celebrou em o anno de 1639*¹¹⁶, têm descrições de normativos dedicados aos escravos do bispado, sobre os sacramentos do batismo, do matrimónio, sobre o preceito do jejum, e da eleição de sepulturas. As constituições sinodais pós-tridentinas de outras dioceses têm referência, não tendo todavia a extensão de disposições/preceitos legais que a relativa a esta população, exprime a de Lamego. Assim:

Capitvlo V. Em que casos se fará o Bautismo condicionalmente.

¹¹¹ MARTINS, Frei Leopoldo Pires - *Catecismo Romano. Nova versão portuguesa baseada na edição autêntica de 1566*. Editora Vozes. Petrópolis 1951, p.380. In TREVISAN, Armindo – *Uma Viagem Através da Idade Média: o que a Europa deve à Idade Média*. Editora AGE. Porto Alegre. 2014, p.274.

¹¹² *Idem, Ibidem.*

¹¹³ O Cabido é um órgão consultivo encarregue de promover na igreja Catedral um culto mais solene e órgão de administração eclesiástica diocesana, que é ereto, inovado ou suprimido pela Santa Sé. As suas funções repartiam-se por: cantar diariamente no coro, a missa e as horas canónicas, desenvolver e apoiar uma escola de ensino em vários níveis, administrar os bens capitulares, assistir ao bispo quando celebra de pontifical, dar parecer ou consentimento em muitos atos da administração diocesana, substituir o bispo quando a Sé está vaga. CARVALHO, Filomena, BRAGA, Joana - *Cabido da Sé de Lamego: catálogo*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa, novembro de 2016, p.5.

¹¹⁴ Cabido da Sé de Lamego, Liv. 178. In CARVALHO, Filomena, BRAGA, Joana – *Op. Cit.*, p.39.

¹¹⁵ FERREIRA, Maria Manuela de Sousa Vaquero Freitas - *O Tribunal da Inquisição de Lamego. Contributo para o Estudo da Inquisição no Norte de Portugal*. Tese de Doutoramento em Cultura Portuguesa, apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real 2012, p.118.

¹¹⁶ *Constituições Synodales do Bispado de Lamego, feitas pelo Ilustríssimo, & Reverendíssimo Senhor D. Migvel de Portvgal ppublicadas, e aceitas no Synodo, que o dito Senhor celebrou em o anno de 1639*. Lisboa, Officina de Migvel Deslandes. M.DC.LXXXIII (1683).

III. Também serão bautizados debaixo da dita condição **os escravos**, & pessoas, que vem da terra de Infiéis, não constando, que forão bautizados; d & avendo duvida se o forão. porèm neste caso, antes de o fazerem os Parochos, Nos avisarão, ou a nosso Provisor, informando da certeza, que ha, de sere, ou não serem bautizados, para se lhes ordenar, o que devem fazer, não estando elles em tal necessidade, & artigo, ou perigo, que não padeça o dito aviso; porque então os poderão bautizar na dita forma, sem avisarem, nem esperarem resposta¹¹⁷.

Capitvlo VI. Como seràm bautizados os adultos

Os adultos, que já tem sufficiente uso de razão, que querem receber a agoa do Bautismo, ordinariamente são pessoas, que denovo se convertem, **sendo antes Infiéis**. Os quaes não são bem instruídos nas cousas de nossa Santa Fè, & Ley Evangélica, que querem receber, & guardar; & sem entenderem o que fazem, se lhes administra este Sacramento. E por tanto conformandonos com o que os sagrados Cânones ordenão, (a)mandámos a todos os Parochos deste Bispado, & a cada hum delles, que não bautizem as ditas pessoas, nem dem licença para isso a outro Sacerdote, sem primeiro serem instruídos na Fè, b & crerem os Artigos della, & saberem ao menos o Padre nosso, Ave Maria, & o Credo, na forma que nolos propoem, & ensina a Igreja, & terem sabido, que são obrigados a saberem brevemente os Mandamentos da Ley de Deos, & de sua Igreja, & os sete Sacramentos, ao menos, & terem dor, & arrependimento de seus peccados, & vida passada, com propósito de emenda. E lhes declare mysterio do Bautismo, & como por o lavatório exterior delle se lava a alma interiormente, & fica limpa da macula dos peccados, & livre da culpa, & da pena, que por elles merecia: E que sendo (como dantes era) por sua infidelidade, & erros della, & peccados, servo do Demonio, fica novamente pelo Bautismo, adotivo Filho de Deos, & herdeiro do Ceo. E sendo assim instruídos, continuamente com pedirem o Bautismo, serão bautizados por aspensão, c lançandolhe a agoa sobre a cabeça, rosto, ou corpo, & não sobre o vestido. E o sacerdote, que o contrario fizer, o avemos por condenado em dez Cruzados pagos do Aljube para a Sé, & Meirinho¹¹⁸.

Capitvlo VI. Como seràm bautizados os adultos

II. **Os filhos Infiéis dos convertidos**, que não tem uso Da razão perfeito, & os mentecaptos de nascimento filhos dos mesmos, que ouverão antes de sua conversão, postoque sejam maiores de doze, ou catorze annos, serão bautizados, como se fossem nascidos depois da dita conversão, ou fossem filhos de Christãos antigos. Porèm os que tiverem idade, & uso da

¹¹⁷ Idem, Ibidem, p.25.

¹¹⁸ Idem, Ibidem, pp.25-26.

*razão, não poderão ser bautizados contra sua vontade, nem constrangidos a que recebam a Fè; mas devem ser exhortados, aconselhados, & induzidos, a que por sua vontade a recebam*¹¹⁹.

*Titvlo XI Do Sacramento do Matrimonio*¹²⁰

CAPITVLO IX. Do Matrimonio dos Escravos

*Não há differença entre escravos, & livres, para poderem cazar, assim huns com outros, como a pessoa, que for escrava, com a que for livre, se esta, que for livre, souber que a outra he escrava: E pelo conseguinte podem cazar os escravos com os livres, (a) & seus senhores lhes não pòdem impedir o Matrimonio, [b] nem o uso delle em tempo, & lugar conveniente: Nem por esse respeito os pòde tratar peor, nem vender para lugares remòtos, para onde o outro, se for cativo, ou por ter outro impedimento justo, o não possa seguir. E fazendo o contrario, peccão gravemente. Pelo que exhortamos a nossos súbditos, não impidão a seus escravos contrahirem o Santo Matrimonio, & uso delle. E os ditos escravos, como cativos que ficão, & são, como antes erão, sirvão seu senhor fielmente*¹²¹. c

Livro II Das Constitviçoens de Lamego

Capitvlo III Dos que são escusos do preceito de Jejum.

*III. São escusos os trabalhadores, & officiaes, homens, & mulheres, aos quaes he necessario trabalhar corporalmente, para se sustentarem, ou suas famílias, & os filhos, **escravos, & criados**, a quem elles mandão, (e) quando o trabalho corporal for muito, & tal que nelle se exercitão forças, & he de todo, ou maior parte do dia, & de outra maneira não. (f) E sempre são escusos os que caminhão a pè, por a mesma razão. Salvo voluntariamente o fizerem para não jejuarem*¹²². g

*Livro III Das Constitviçoens de Lamego*¹²³

Capitvlo II Da eleição das Sepulturas

*He livre todo o Christão eleger sepultura, & mandar enterrar seu corpo na Igreja, ou Adro, que bem lhe parecer, segundo sua devoção, & vontade. [a] Pelo que mandamos, que cada hum seja enterrado na sepultura, que escolher, posto que não seja a dos seus antepassados, & se mande enterrar em outra freguez a. (b) O que há lugar, ainda nos filhos famílias, & pessoas, que estão em poder de outras; porque tambem lhes he licito eleger sepultura, sem consentimento de seus pays, tutores, & senhores: (c) Porém não há lugar, nos pupilos livres, **ou escravos**, que sendo varoens, são menores de quatorze, & fêmeas, menores de*

¹¹⁹ *Idem, Ibidem*, p.26.

¹²⁰ *Idem, Ibidem*, p.98.

¹²¹ *Idem, Ibidem*, p.110.

¹²² *Idem, Ibidem*, pp.126-127.

¹²³ *Idem, Ibidem*, p.151.

*doze annos; porque estes não a podem eleger; mas serão enterrados nas que elegerem seus pays, ou pessoas, em cujo poder estiverem. (d) Porém, se for costume enterralos na sepultura de seus antepassados, ou na sua Igreja Parochial, ainda que as ditas pessoas contradigão, se deve guardar*¹²⁴.

Creemos que estas *Constituições Sinodais* são um forte indicador da presença de escravos na sociedade lamecense da época e da sua integração nas casas senhoriais. Estes pertenceriam à nobreza e ao clero, resultantes duma relação comercial que estes grupos mantinham com os mercados e redes comerciais africanas e brasileiras. As redes de comércio entre Portugal e as minas de ouro brasileiras, na primeira metade do século XVIII devem ter agravado e acentuado este comércio de escravos. Também as relações económicas que a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), estabeleceu com o Brasil, estreitaram estes laços, favorecendo o comércio entre ambos.

A Companhia foi destinada a garantir e promover, de forma articulada, a produção e comercialização dos vinhos do Alto Douro, a travar a concorrência dos outros vinhos portugueses, a limitar o predomínio e mesmo o controlo desta atividade económica pelos ingleses e, logicamente, a aumentar o rendimento da coroa proveniente do comércio dos vinhos do Alto Douro, que vieram a ser uma das maiores fontes de receita do Estado Português¹²⁵. A Companhia detinha, em regime exclusivo, o comércio de vinhos, aguardentes e vinagres que se carregavam na cidade do Porto e saíssem pela sua alfândega para o Brasil, o qual se veio a tornar num importante mercado de escoamento dos vinhos do Alto Douro, o mais importante ramo dos seus negócios durante as duas primeiras décadas da sua existência e, segundo alguns historiadores, o setor mais lucrativo da atividade desenvolvida por aquela Empresa¹²⁶.

No entanto este comércio com o Brasil nem sempre se revelou lucrativo, acabando a Companhia por se virar do mercado além-Atlântico, para o comércio do Norte da Europa, incluindo o inglês, e o russo, e não o brasileiro, como ficara claro desde a sua fundação¹²⁷. No entanto, cremos que as relações comerciais com o Brasil terão estreitado laços entre os comerciantes e favorecido o contacto com uma realidade social marcadamente escravagista.

Nesta sociedade escravista no além- Atlântico e em Portugal, em que o trabalho manual era visto como degradante, os escravos asseguravam juntamente com outros trabalhadores, a eficaz realização dessas atividades deixando aos seus proprietários a condição inerente à sua posse, uma nobilitação, uma afirmação enquanto elites proprietárias agrárias. Estes escravos

¹²⁴ *Idem, Ibidem*, pp.245-246.

¹²⁵ SOUSA, Fernando de – O Brasil e a Companhia do Alto Douro (1756-1825). *A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Coordenação de Fernando de Sousa. Coedição CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento. Porto, 2008, p.265.

¹²⁶ *Idem, Ibidem*, p.267.

¹²⁷ Cf. SOUSA, Fernando de – O Brasil e a Companhia do Alto Douro (1756-1825). *A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*, p.273.

eram deixados em ato testamental aos herdeiros dos seus senhores, faziam parte dos morgadios, transitando juntamente com outros bens moveis e de raiz para a posse de outras pessoas. A documentação, os atos notariais, testamentos, inventários, assim como os registos de batismo, casamento e óbitos dão-nos o rastro da sua existência em Lamego. Não cabe no âmbito deste trabalho proceder profundamente a essa linha de investigação, em relação à amostra total de casas em estudo. No entanto, a documentação da quinta do Paço do Monsul (Cambres) dá-nos informação sobre os seus proprietários e a posse de escravas no século XVII, nesta casa senhorial:

*Antonio de Sallema de Vasconcellos q. por isso veio a ser o senhor de toda a Caza e Propriedades do Officio de Escrivão da Camara e Alferes mor da Bandeira Real da Cidade de Lamego, e cazou com D. Marianna de Sequeira Rebello natural da Caza da Rede julgado de Mezamfrio, e pertencia a huma família nobre q. alli houve, os quaes fizeram grandes servisos nos Estados da Índia em consequencia do q. S. Magestade lhe deu annoalmente huma Tença de 60 // 000 rs paga no Almojarifado de Villa Real; consta de hum inventario a que se procedeu por fallecimento de Antonio de Sallema de Vasconcellos em 10 de janeiro de 1686. que esta no Monsul no L.º 1.º dos Inventários a fl. 66. e a ditto Sr.ª **D. Marianna de Sequeira tinha duas Escravas** exclusivamente suas, huma chamavace Luzia e outra Luzia Pinto, como consta de huma Doacção que a mesma senhora fez das dittas Escravas a seu Genro Rodrigo Homem de Vasconcellos por Escripura feita em 23 de fevereiro de 1694 que esta na Notta de João Barros de Figueiredo Tabellião na Cidade de Lamego a fl. 47 e no L.º 32 do Monsul a fl. 79¹²⁸.*

As escravas referidas, passam assim por doação, da propriedade de Mariana de Sequeira Rebelo, para o seu genro, Rodrigo Homem de Vasconcelos. Estas transitam por documento notarial de tabelião, como um qualquer bem móvel ou de raiz da casa senhorial do Paço do Monsul.

¹²⁸ A.F.M.D. *Documentos Avulsos do Monsul*, 1866, fl.1-11. Coutto e Caza do Paço e Torre no Monsul.

2 – Os encomendadores: as famílias nobres; o clero. Dinâmicas de sociabilidade; laços de parentesco, elementos do poder e difusores da cultura letrada

O expediente da encomenda de casas em Lamego e nas freguesias em estudo encontra-se diretamente ligado às famílias nobres e a eclesiásticos. Tratando-se de casas senhoriais, destinadas a serem implantadas em espaço urbano e rural, inevitavelmente os promotores das encomendas estavam direta ou indiretamente ligados à nobreza e em alguns casos pelo seu estatuto, ligados à Igreja, pelo que eram conhecedores, ainda que genericamente, das orientações legislativas referentes às suas construções, e muito possivelmente da tratadística da arquitetura civil.

Não obstante a pobreza, as contingências económicas e as vicissitudes da generalidade das populações da cidade de Lamego, do seu aro, bem como das freguesias, estes encomendadores específicos, tinham um estatuto económico que lhes permitia ter recursos financeiros necessários e suficientes para suportar os custos com o risco, com a construção das casas e a sua manutenção. No processo de encomendas estas famílias nobres e eclesiásticos tinham um lugar determinante, enquanto promotores das casas e do seu suporte económico, como também ao nível da qualidade estética, na escolha do risco, e seleção dos arquitetos, artífices e trabalhadores intervenientes nas várias fases. O elenco dos promotores das encomendas que conseguimos aferir a partir da documentação é elucidativo não da sua diversidade em termos familiares, mas da sua interligação e consanguinidade. Estes promotores estão ligados por casamentos, batismos, numa rede genealógica complexa e intrínseca à manutenção dos morgadios a que deram origem e à preservação patrimonial dos seus bens ao longo do século XVI, XVII e XVIII.

A avaliar pelo grandioso património de casas senhoriais existentes em Lamego e nas freguesias, em análise, o número de nobres, em Lamego seria elevado, uma vez que com estes habitavam os seus familiares, com grau de parentesco mais ou menos próximo. E, se o titular da casa tivesse filhos, estes certamente seriam em grande número¹²⁹.

Das várias câmaras do reino, destacavam-se pelo elevado número de vereadores nobres, no final do Antigo Regime, a de Lamego, a de Évora e a do Porto¹³⁰. Os letrados, aqueles que detinham algum grau académico, bacharéis, licenciados e doutores em teologia, direito, medicina, filosofia e matemática, eram considerados nobres, destacando-se os que tinham

¹²⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*. 2.ª Edição. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 2003, pp.66-68.

¹³⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2003, p.60.

formação em direito¹³¹. Era uma nobreza recente, classificada como “nobreza civil ou política”, por oposição à “nobreza natural”, aquela que passava de pais para filhos¹³².

Na generalidade os cónegos, as dignidades e os beneficiados eram de ascendência nobre. Os que não provinham desse estado a ele acediam, visto que para se tornarem capitulares os proponentes deveriam ser detentores de um grau académico, o qual lhes conferia a nobilitação¹³³.

Os vários indivíduos que pertenciam ao estado nobiliárquico distinguiam-se também, entre si, pela sua fortuna. Se os titulares, alguns fidalgos de província detentores de vastas propriedades, ou os nobres cuja ascensão recente se deveu à fortuna acumulada enquanto burgueses, facilmente se destacam como fazendo parte de um estado superior, outros, da pequena nobreza, não dispunham de rendimentos que os identificassem como pertencentes a esse estado. Embora valorizassem a linhagem, a descendência pela linha masculina, a qual mais prestígio tinha quanto mais antiga fosse, era frequente, as mulheres, na falta de herdeiros masculinos, herdarem os morgados, terminando deste modo a linhagem¹³⁴. A nobreza dos filhos era-lhes transmitida não só pelos pais mas também pelas mães. Os descendentes, para além das armas, podiam ter o apelido de um dos progenitores, havendo tendência para a escolha do mais ilustre. No entanto, o apelido que os identificava era o primeiro, não sendo necessariamente o mais ilustre¹³⁵. Os filhos segundos podiam usar um nome diferente do primogénito, e as filhas geralmente adotavam o das mães ou avós¹³⁶.

No século XVII aumentou o número de títulos. No século seguinte, a importância atribuída a uma casa (constituída por bens vinculados, podendo ter associados um título e outros direitos¹³⁷), vai sobrepor-se à linhagem¹³⁸. O senhor da casa passa a usar o nome desta, seguido de outros correspondentes a casas menos importantes¹³⁹.

¹³¹ RODRIGUES, José Damião – A Estrutura Social. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal*. Vol. VII. Editorial Presença. Lisboa, 2001, pp.405-431. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.57.

¹³² MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*. Op. Cit., pp.26-27. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.57.

¹³³ FARIA, Ana Mouta – Op. Cit., p.35. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.58.

¹³⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*. Op. Cit., p.85.

¹³⁵ *Idem, Ibidem*, pp.85-86. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.58.

¹³⁶ *Idem, Ibidem*, pp.93-94. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.58.

¹³⁷ *Idem, Ibidem*, p.86. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.58.

¹³⁸ *Idem, Ibidem*, p.95. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.58.

¹³⁹ *Idem, Ibidem*, pp.92-93. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.58.

A nobreza de Lamego paulatinamente foi-se estabelecendo na urbe e no aro rural da cidade e freguesias. Esta nobreza de Lamego de seiscentos e setecentos era constituída por famílias com diversas proveniências. Muitas destas famílias descendiam da aristocracia quinhentista, outras de famílias nobres que se mudaram para a cidade, ou de famílias que, ao longo de seiscentos ou setecentos ascenderam a esse estado.

A casa das Brolhas reuniu a chefia de diversas famílias da região. Originalmente Castro da Fonseca e Sousa, acumularia a representação dos Pereira Coutinho de Vilhena e Meneses, da casa de Penedono, dos Pinheiro de Aragão Sauzedo e dos Albergaria Monteiro. Estas referências genealógicas são importantes para justificar o enriquecimento do seu acervo, materializado na receção de diversas heranças que a haveriam de transformar numa das famílias mais poderosas de toda a região do Douro¹⁴⁰. Ao mesmo tempo que se uniam patrimónios fundiários, os acervos de bens móveis iam sendo acumulados, permitindo-lhe constituir um dos mais importantes espólios da região e até, em termos argênteos, de todo o país¹⁴¹.

O vínculo das Brolhas foi instituído em 1636 por Guiomar de Castro, filha do morgado das Brolhas, Gonçalo da Fonseca e Castro. O linhagista Felgueiras Gayo fala de vários filhos de Luís Pereira Coutinho e de sua mulher Leonor de Vilhena relacionados com a Ordem de Malta, entre os quais, Frei Melchior Pinto, Frei João Pereira Coutinho, comendador de Sernancelhe, Frei José Pereira Coutinho, comendador de Barrô, e Frei Álvaro Pinto da Fonseca, cavaleiro de Malta¹⁴². Na geração seguinte, destaca-se Frei Manuel Pereira Coutinho (1710-1792)¹⁴³, bailio de Leça e comendador de Távora¹⁴⁴, de Barrô¹⁴⁵ e de Elvas e Montoito¹⁴⁶, e na subsequente, Luís Pereira Coutinho de Vilhena¹⁴⁷ (1731-17?), comendador de Santa Marta¹⁴⁸ e de Chavão¹⁴⁹. Há ainda a assinalar, num ramo segundo, João Pereira Coutinho de Vilhena e Meneses e seu

¹⁴⁰ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Pratas em Coleções do Douro*. Bienal da Prata – Lamego, Lello Editores. Porto, 2001, p.24.

¹⁴¹ *Idem, Ibidem*.

¹⁴² Vd. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga. Carvalhos de Basto, 1989. Vol. 8, p.214. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*, pp.25-26.

¹⁴³ Filho de Luís Pereira Coutinho e de sua mulher D. Feliciano Micaela Pereira Coutinho. Vd. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Pp.214-215. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*

¹⁴⁴ Vd. ALBUQUERQUE, Martim de, dir. – *Portugal e a Ordem de Malta: Aspectos da Europa*. [S.I.]: CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, 1992, p.98. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*

¹⁴⁵ Vd. ALBUQUERQUE, Martim de, dir. – *Portugal e a Ordem de Malta: Aspectos da Europa*. P.79. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*

¹⁴⁶ Vd. ALBUQUERQUE, Martim de, dir. – *Portugal e a Ordem de Malta: Aspectos da Europa*. Pp.84 e 87. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*

¹⁴⁷ Vd. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Vol.8, p.215. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*

¹⁴⁸ Vd. ALBUQUERQUE, Martim de, dir. – *Portugal e a Ordem de Malta: Aspectos da Europa*. P.92. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*

¹⁴⁹ Vd. ALBUQUERQUE, Martim de, dir. – *Portugal e a Ordem de Malta: Aspectos da Europa*. P.84. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*

irmão António, comendadores de Malta¹⁵⁰, sendo nomeadamente o primeiro de Elvas e Montoito¹⁵¹. A profusão de relações de Lamego a Malta, desta casa, sucede também na casa do Poço¹⁵². Ligado a esta casa das Brolhas está o Grão-Mestre Frei Manuel Pinto da Fonseca, da Ordem Soberana Militar de Malta.

A Ordem foi desde sempre uma comunidade que no temporal não reconhecia superior (*communitas superiorem non recognoscens*) e como tal equiparada aos reinos independentes e dotada do que depois se convencionou chamar *soberania*. De facto, a partir do Grão-Mestre Frei Manuel Pinto da Fonseca, que cerrou a coroa, os Grãos-Mestres usaram-na ao estilo régio, para marcar que nada lhes faltava como soberanos e chefes de Estado¹⁵³.

Sobre D. Frei Manuel Pinto da Fonseca, Martim de Albuquerque, escreveu: “Ostentou D. Frei Manuel Pinto da Fonseca virtudes e defeitos comuns aos demais dirigentes políticos do tempo. Procurou desenvolver o comércio e novas indústrias (nomeadamente a da seda), regulamentou severamente, preocupou-se com a saúde pública, aumentou a carga tributária, reforçou a armada, expulsou os jesuítas (22 de abril de 1768), reformulou os estudos fundando a Universidade (1767), a biblioteca e a imprensa públicas, construiu e restaurou palácios, monumentos e edifícios de serviço público, lançou mão da crueldade como instrumento governativo e desenvolveu a diplomacia. Modernizou. Foi generoso e magnífico¹⁵⁴.” O Papa Bento XIV honrou-o, concedendo-lhe também a distinção pontifícia do Estoque e da Espada. Tendo falecido em 1773, jaz na Co-Catedral de São João, em Valetta¹⁵⁵.

A D. Frei Manuel Pinto da Fonseca foi dedicada uma obra literária por Celestino Petracchi intitulada *Il Vero Cavaliere di Malta. Orazione*. In Modena 1755. Per gli Eredi di Bartolommeo Soliani Stampori Sucali. Dedicata a Emanuele Pinto principe di Malta¹⁵⁶. D. Frei Manuel Pinto da Fonseca enquanto Grão-Mestre da Ordem Soberana Militar de Malta passou carta de cavaleiro da Ordem a seu primo, Luís Pinto de Sousa Coutinho¹⁵⁷, 1.º Visconde de Balsemão,

¹⁵⁰ Vd. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Vol. 7, pp.193-194. Filhos de Miguel Pereira Coutinho de Vilhena e de sua mulher D. Maria Guedes de Carvalho. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*

¹⁵¹ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – Arrendamento das Comendas de Elvas e Montoito, na Ordem de Malta, ao ourives do ouro portuense José Alves Vieira. *Filermo*. Porto: Assembleia Portuguesa dos Cavaleiros da Ordem Soberana e Militar de Malta. 7/8 (1998-1999), pp.147-161. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*

¹⁵² Relações com os Cavaleiros da Ordem Soberana e Militar de Malta.

¹⁵³ *A Ordem de Malta e o Mundo*. Direção de Martim Albuquerque. Edições Inapa, SA, 1998, pp.17-18.

¹⁵⁴ ALBUQUERQUE, Martim de – *Portugal e a Ordem de Malta – Aspetos da Europa*. Lisboa, 1992. In ALBUQUERQUE, Conde de – *A Ordem Soberana de Malta em Portugal. Espiritualidade, Assistência e Património*. Edição ACD Editores, 1.ª edição, 2006, p.22.

¹⁵⁵ ALBUQUERQUE, Conde de – *Op. Cit.*

¹⁵⁶ *Catalogo della biblioteca del Sagro militar ordine di S. Giovanni Gerosolimitano oggi detto di Malta*. Franz Paul von Smitmer, 1781, p.188. Ver *fac-símile* da obra, na ficha de inventário da casa das Brolhas no Volume 2 desta tese.

¹⁵⁷ AHFVB – Freguesia de Almacave e Sé - Lamego (Lisboa). Genealogia do Visconde de Balsemão/Grão-Mestre da Ordem de Malta Frei Manuel Pinto da Fonseca. Ver Volume 2, ficha da casa dos Viscondes de Balsemão; genealogia.

em 1767¹⁵⁸, da casa dos Viscondes de Balsemão, anexa à capela de S. Pedro de Balsemão, em Lamego. Os laços de consanguinidade perpetuavam assim neste caso, o acesso à Ordem de Malta e ao prestígio que esta tinha em Portugal, na Europa e no mundo. Intensa correspondência foi mantida entre D. Frei Manuel Pinto da Fonseca e o 1.º Visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho¹⁵⁹. Este proprietário da casa de Balsemão produziu no domínio das letras, poesia que foi reunida no ano 2000, no livro “Poemas Dispersos e Inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1.º Visconde de Balsemão”, por Francisco Topa¹⁶⁰. Inédita durante a vida do autor, a poesia do Visconde de Balsemão não encontrou melhor fortuna póstuma: em 1876, Camilo Castelo Branco publicou um epitalâmio¹⁶¹, mas os restantes textos – não totalmente desconhecidos pelos especialistas – continuaram inéditos até à publicação de Francisco Topa. Esta obra contemporânea apresenta uma nova edição, com variantes significativas, do epitalâmio publicado por Camilo e um total de oito novos poemas (cinco odes, uma epístola, uma égloga e um soneto). Nesta obra, no capítulo V, procedeu-se à anotação complementar de um dos poemas, editando um soneto de D. Catarina de Lencastre, esposa do Visconde de Balsemão, que serviu de ponto de partida para uma réplica do Visconde¹⁶².

O 1.º Visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho foi sócio da Academia das Ciências de Lisboa e colaborou nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*¹⁶³ com uma “Memoria sobre a descripção physica e economica do logar da Marinha Grande¹⁶⁴”. Sobre a sua ação enquanto ministro na secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, do governo de D. Maria I e sobre a sua postura política foi efetuada uma tese de doutoramento pela Universidade de Coimbra em 2014¹⁶⁵.

¹⁵⁸ AHFVB – Freguesia de Almacave e Sé - Lamego (Lisboa). Documento de concessão da Ordem de Malta ao 1.º Visconde de Balsemão, em 1767, pelo Grão-Mestre da Ordem de Malta Frei Manuel Pinto da Fonseca.

¹⁵⁹ AHFVB – Freguesia de Almacave e Sé - Lamego (Lisboa). Correspondência entre o 1.º Visconde de Balsemão e o seu primo, o Grão-Mestre da Ordem de Malta Frei Manuel Pinto da Fonseca; Carta de participação da morte do Grão-Mestre da Ordem de Malta Frei Manuel Pinto da Fonseca.

¹⁶⁰ TOPA, Francisco - *Poemas Dispersos e Inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1.º Visconde de Balsemão*. Edição de Autor. Porto 2000.

¹⁶¹ Epitalâmio *Tonante Jove, que de um gesto irado*. BRANCO, Camilo Castelo – *Curso de Litteratura Portuguesa*. Livraria Editora de Matos Mattos Moreira & C.ª. Lisboa 1876, pp.334-335.

¹⁶² TOPA, Francisco - *Poemas Dispersos e Inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1.º Visconde de Balsemão*, p.7.

¹⁶³ *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para Adiatamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa na Officina da Academia Real das Sciencias. M.DCC.LXXXIX.-MDCCCXV. [1789-1815]. 5 Volumes. Tomo V (1815). 10.ª *Memoria sobre a descripção physica e economica do logar da Marinha grande*, pelo visconde de Balsemão, pp. 257 a 277. Ver no Volume II, Quadro Sinoptico Quadro 1 - Proprietários/Familiares de Casas Senhoriais de Lamego, autores de obras manuscritas e impressas no séc. XVIII – XIX.

¹⁶⁴ TOPA, Francisco - *Poemas Dispersos e Inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1.º Visconde de Balsemão*, p.14.

¹⁶⁵ MARTINS, Carlos Henrique de Moura Rodrigues – *O Programa de Obras Públicas para o Território de Portugal Continental, 1789-1809. Intenção Política e Razão Técnica – O Porto do Douro e a Cidade do Porto*. Tese de Doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História de Arquitetura, orientada pelo Professor Doutor Mário Júlio Teixeira Krüger e pelo Professor Doutor Alexandre Vieira

Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre (1749-1824), esposa do 1.º Visconde de Balsemão veio-se a destacar como poetisa¹⁶⁶. Também sobre esta autora, Francisco Topa publicou aspetos da sua poesia¹⁶⁷. Maria Luísa Malato Borrallho publicou sobre ela a obra, “Por Acazo Hum Viajante...”. *A Vida e a Obra de Catarina de Lencastre, 1.ª Viscondessa de Balsemão (1749-1824)*¹⁶⁸.

Zenóbia Collares Moreira escreveu sobre esta escritora “O Lirismo Pré-romântico da Viscondessa de Balsemão D. Catharina Michaela de Sousa Cesar e Lencastre 1749-1824¹⁶⁹”. Esta autora publicou ainda aspetos da escrita da 1.ª Viscondessa de Balsemão, na obra “A Poesia Pré-Romântica Portuguesa¹⁷⁰”.

Ligada à casa das Brolhas em Lamego, estão por laços familiares, os proprietários da casa dos Loureiros/Condes de Alpendurada, os da casa dos Vilhenas, os da casa dos Viscondes de Balsemão, os da Quinta das Brolhas (todas estas casas estão localizadas na freguesia da Sé, Lamego), os proprietários da casa da Corredoura e da quinta dos Varais (ambas em Cambres), assim como os proprietários da quinta das Brolhas (Valdigem).

Na retaguarda da catedral, a casa dos Mores exibe nos cunhais duas pedras de armas de execução claramente seiscentistas, com os sinais dos Coelhos na da direita e dos Botelhos, Monteiros e Martins, na da esquerda. O chapéu eclesiástico no lugar do timbre, com as respetivas borlas pendentes de cada lado, bem como as 3 flores-de-lis do 3.º quartel falam-nos do proprietário que se encontra na origem da casa. No declinar do século XVIII, os prédios pertenciam a diversos, entre eles a José Bento Coelho de Magalhães, que tomou por esposa Jerónima Josefa de Sousa e Meneses, natural da Penajoia. Desta união nasceu Maria Teresa, batizada a 23 de outubro de 1714, padrinho Nuno Álvares de Távora, sobrinho do prelado de

Pinto Alves Costa e apresentada à Universidade de Coimbra. 2 Volumes. Universidade de Coimbra. Coimbra maio de 2014.

¹⁶⁶ A sua obra foi objeto de duas dissertações de doutoramento: CUNHA, Zenóbia Collares Moreira – *O Pré-romantismo Português – Subsídios para a sua compreensão*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1992; BORRALHO, M. Luísa Malato R. – *D. Catarina de Lencastre (1749-1824) – Libreto para uma autora quase esquecida*. 2 Tomos. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1999. Cf. TOPA, Francisco - *Poemas Dispersos e Inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1.º Visconde de Balsemão*, p.13. Ver no Volume II, Quadro Sinoptico Quadro 1 - Proprietários/Familiares de Casas Senhoriais de Lamego, autores de obras manuscritas e impressas no séc. XVIII – XIX.

¹⁶⁷ TOPA, Francisco – *Um Soneto Inédito da 1.ª Viscondessa de Balsemão seguido de uma réplica do seu marido*. In “Revista da Faculdade de Letras - Linguas e Literaturas”, II Série, Vol. XVII, Faculdade de Letras, Porto 2000.

¹⁶⁸ Temas Portugueses. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa, 2008.

¹⁶⁹ MOREIRA, Zenóbia Collares - *O Lirismo Pré-romântico da Viscondessa de Balsemão D. Catharina Michaela de Sousa Cesar e Lencastre 1749-1824*. Coleção Autores Portugueses (extracoleção). Edições Colibri. Lisboa 2000. Sinopse: Resultante de uma longa pesquisa realizada em vários acervos bibliotecários portugueses, O lirismo pré-romântico da Viscondessa de Balsemão tem o propósito de resgatar a autora e a sua obra poética (dada como perdida desde meados do século XX), apresentando-a através de um esboço biográfico e de uma breve abordagem crítica, complementada por uma antologia que reúne grande parte da produção da poetisa. <http://www.edi-colibri.pt/Detalhes.aspx?ItemID=855> 13-05-2017, 17:33H.

¹⁷⁰ MOREIRA, Zenóbia Collares - *A Poesia Pré-Romântica Portuguesa*. Editora RN Central de Cópias, 2000.

Lamego, e Teresa Luísa da Cunha, religiosa das Chagas, que para o efeito deu procuração ao primo de Mondim, Bartolomeu Correia de Alarcão. Houve ainda outro filho, que seria o herdeiro e capitão-mor da cidade, de nome Diogo de Magalhães Botelho e Menezes. Com ele, a casa tornou-se conhecida por “Palácio do Capitão-mor”¹⁷¹.

A casa do Poço constitui um conjunto arquitetónico complexo e multissecular, sendo o resultado cumulativo de múltiplas transformações ocorridas desde o período medieval. Nesta casa¹⁷² morou a família de Diogo Lopes de Carvalho, referido em 1679 como provedor da misericórdia de Lamego. Foi também a casa da família Carvalho Rebelo de Meneses. No séc. XVIII (1759) este edifício terá sido profundamente remodelado, pelo Deão Freire de Sousa, sendo estabelecido nele um colégio que foi extinto em 1788. A casa do Poço esteve particularmente ligada à Ordem Soberana de São João de Malta, na segunda metade do século XVIII e primeiros anos de Oitocentos. A geração de ouro desta família teve nas pessoas de Diogo de Carvalho e Sampaio, cavaleiro de Malta e embaixador de Portugal em Madrid, bem como no Bailio de Malta, Frei Francisco de Carvalho Pinto, dois expoentes da cidade de Lamego¹⁷³.

Diogo de Carvalho Sampaio esteve como titular do cargo de Encarregado de Negócios, na Legação em Madrid, desde fevereiro a junho de 1789. Tomou posse como Ministro ou Encarregado (?), de novembro de 1791, até julho de 1792. De agosto de 1793 a julho de 1794 desempenhou as funções de Ministro Plenipotenciário, o que iria ocorrer novamente de 20 de outubro de 1795 até junho de 1796. Foi também Embaixador Extraordinário em 1796, apresentando credenciais em 25 de julho desse ano¹⁷⁴.

Diogo de Carvalho e Sampaio escreveu várias obras, entre as quais um *Tratado das Cores que consta de três partes Analytica, Synthetica, Hermeneutica*, 1787 em Malta, Na officina Typographica de S. A. E., Impressor Fr. João Mallia, em cujo frontispício consta que era Cavaleiro da Ordem de Malta. Esta obra chegou a ser citada por J.W. Von Goethe em sua “Farbenlehre” (teoria da cor). Publicou no ano de 1788 em Lisboa, Na Regia officina

¹⁷¹ Diogo de Magalhães Botelho e Menezes casou com D. Quitéria Inácia de Alarcão, de Mondim, filha de Bartolomeu Correia de Alarcão e D. Rosa da Cunha Pessoa, natural de Coimbra, de quem teve: Teresa, batizada em agosto de 1755, padrinho o desembargador José Pinheiro da Fonseca, residente em Lisboa, que enviou procuração a Manuel Correia de Alarcão, de Mondim, e madrinha, D. Ana Josefa Pinto de Sousa e Maldonado; Brites, batizada em 1759, padrinho o tio P. Bernardo Botelho de Magalhães, reitor de S. Tiago de Besteiros. O casal teve outra filha, de nome D. Ana Joaquina de Magalhães Botelho, que pelos anos de 1765, juntamente com o pai, apadrinhou uma criança em Cambres. Na mesma altura, Diogo de Magalhães serviu de fiador a Leonardo Correia de Alarcão, de 102.400 réis tirados a juros na sé. *Contas da Fábrica da Sé*, f. 167, cód. do arquivo do Paço episcopal. In COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Volume V Barroco I. Lamego 1986, pp.562-563.

¹⁷² A casa do Poço fica situada junto da Sé.

¹⁷³ http://www.museudelamego.pt/?page_id=1067 - 25-03-2014, 12:08H. Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Pratas em Coleções do Douro*. Bienal da Prata – Lamego, Lello Editores. Porto, 2001, p.19.

¹⁷⁴ Instituto Diplomático. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Espanha, Titulares. <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/42-relacoes-diplomaticas/titulares/580-espanha.html> 3-04-2014, 13:11H.

tipografica a "Dissertação sobre as cores primitivas com hum breve tratado da composição artificial das cores", com edições em espanhol e alemão e publicou em Madrid, Na Officina Typographica da Viuva de Ibarra, MDCCLXXXI [1791], a "Memória sobre a formação natural das cores", dos quais se publicaram 200 exemplares. Nesta obra consta que Diogo de Carvalho e Sampaio, para além de ser cavaleiro da Ordem de Malta era sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa. (D.)

Foi autor ainda de "Elementos de agricultura en que se contem os principios theoreticos e praticos desta util agradável e honestissima disciplina", em 1790, na cidade de Madrid, Na Officina Typographica da Viuva da Ibarra (se principiou a 10 de novembro de 1790 e se acabou a 25 de agosto de 1791. Imprimiram-se somente 100 exemplares)¹⁷⁵.

Diogo de Carvalho e Sampaio recebeu através de documento de Alvará, a comenda de S. Julião de Água Longa da Ordem de Cristo, em cerca de 29 de outubro de 1796¹⁷⁶.

Os morgados do Poço foram tronco de ilustríssimas famílias: Cyrne Madureira, da casa do Poço das Patas (Porto) e do Paço de Gominhães; Teixeira de Magalhães, morgados de Celeirós (Sabrosa) e senhores da casa da Calçada (Vila Real); Teixeira Alcoforado, Condes de Vila Pouca; Guedes Brandão de Mello; Pereira Leitão¹⁷⁷; Guedes de Magalhães, senhores da casa do Espirito Santo (Lamego); Carvalhos, de Guimarães; etc¹⁷⁸.

Junto da Sé, nas suas traseiras ficava a casa de António Freire Gameiro de Sousa, Doutor na Faculdade de Leis, Lente da Universidade de Coimbra¹⁷⁹ e deão do cabido de Lamego em 1769 e mais tarde, de 1774 a 1799, primeiro bispo de Aveiro. António Freire Gameiro, proprietário da casa de Lamego recebeu em 21 de julho de 1781, provisão/licença para o seu Meirinho Geral poder usar da vara branca, segundo o registo Geral de Mercês de D. Maria I¹⁸⁰. Em relação á sua

¹⁷⁵ http://livrariaferreira.pt/catalogo/LB3_Vol2.pdf - 08-12-2017, 19:57H. Ver no Volume 2, Quadro Sinoptico Quadro 1 - Proprietários/familiares de casas senhoriais de Lamego, autores de obras manuscritas e impressas no séc. XVIII – XIX.

¹⁷⁶(data incerta). Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.28, f. 150v. <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1955105>

3-04-2014, 11:58H. Quanto a Frei Francisco de Carvalho Pinto, da Casa do Poço este fez parte de uma lista em que figuravam os nomes dos Cavaleiros candidatos de Portugal a Grão-Mestre da Ordem Soberana de São João de Jerusalém (Ordem de Malta), juntamente com Frei Rodrigo Manuel Gorjão, por volta de 1803, apresentada ao Papa, para que este delegasse quem deveria congregar todos os freires de São João e reaver a ilha de Malta. Cf. "Portugal e a Ordem de Malta-Aspetos da Europa", SIBS (1992), direção de Martim de Albuquerque.

¹⁷⁷ A Família Pereira Leitão, das Casas de Santa Cruz e de Vale Abraham (ambas em Lamego), está hoje representada pelos Pereira de Sampayo (Sampayo Pimentel), da Casa de Loivos; e muito ramificada nos Serpa Pimentel (Marqueses de Gouveia, Senhores da Casa da Pacheca, etc., etc.) [vide: *Anuário da Nobreza de Portugal*, Ano I, Braga: [s. e.], 1950, p.610-611; *Anuário da Nobreza de Portugal*, Ano II, Braga: Instituto Português de Heráldica, 1964; p.892-893. AMARAL, Luís – *Nomes de Portugal*. Lisboa: O Independente, 1998, p.247 e 419. In GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – *Duas Casas, suas pedras-de-armas, um mesmo tronco. Douro – Estudos & Documentos*. Vol. VIII (15), 2003 (1.º), 61-75, pp.66-67.

¹⁷⁸GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – *Op. Cit.*

¹⁷⁹ http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4977/1/LS_S1_04_AntonioBrasio_ADioc.pdf - 01-12-2017, 22:46H.

¹⁸⁰ ANTT, Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.11, f. 38.

pessoa foi elaborada diligência de habilitação pelo Tribunal do Santo Ofício, conselho geral do reino de Portugal¹⁸¹. Este elemento do clero deixou obra escrita (manuscrita) *Cartas a Cenaculo*¹⁸², (Aveiro, 1 de agosto de 1779; Aveiro, 27 de setembro de 1789) que constam da Biblioteca Pública de Évora¹⁸³. Foi-lhe dedicada uma obra anónima intitulada “O Devoto em Oraçãõ meditando a Paixaõ de Jesus Christo. E occupado nos interesses da sua alma”. «Novamente correta, ea crescentada com varias Meditações, Colloquios, Preces e Exercicios. Offerecida ao Ex. mo e R. mo Senhor D. Antonio Freire Gameiro de Souza do Conselho de S. Magestade. Primeiro Bispo de Aveiro». Coimbra 1789, Na Real Officina Typographica da Universidade¹⁸⁴.

A casa da Viscondessa de Guiães¹⁸⁵, e a dos Loureiros ou dos Condes de Alpendurada, juntas da Sé, atestam a importância social que essa área detinha em seiscentos e setecentos na cidade. Na sua particular situação urbana, a casa dos Loureiros, em Lamego, encerra a génese da varonia de uma família, a dos Condes de Alpendurada, que haveria de alcançar uma grande importância no Porto e em Lamego, não apenas pela sua relevância política, como igualmente pelo grande número de bens que possuiu¹⁸⁶. Uma das descendentes desta casa dos Loureiros veio a ser proprietária da casa da quinta dos Varais, em Cambres (Lúcia Josefina de Castro Girão¹⁸⁷), unindo as famílias.

A casa residência dos Sousa Maldonado, em Almacave foi propriedade da família de Rodrigo Pinto de Souza Maldonado, Fidalgo da Casa Real, que a mandou construir em 1774. Os Pereira Leitão possuíam em Lamego a casa de Santa Cruz, que ostenta uma pedra de armas semelhante à existente na casa de Vale Abraão, nas margens do Douro¹⁸⁸.

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1975359> 10-09-2013, 09:59H.

¹⁸¹ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 182, doc. 2708. Secção A Ministros e Familiares. <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2320884> 10-09-2013, 10:09H.

¹⁸² http://www.bdalentejo.net/BDAObra/obras/304/BlocosPDF/bloco66-645id_654id.pdf - 01-12-2017, 20:38H. Ver no Volume 2, Quadro Sinoptico Quadro 1 - Proprietários/Familiares de Casas Senhoriais de Lamego, autores de obras manuscritas e impressas no séc. XVIII – XIX.

¹⁸³ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, MATOS, Joaquim Antonio de Sousa Telles de - *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense: Que comprehende a literatura*. Volume 2. Impr. Nacional, 1868 (717 páginas), p.374.

¹⁸⁴ <https://www.livrariafernandosantos.com/produto/o-devoto-em-oracao-meditando-a-paixao-de-jesus-christo-e-occupado-nos-interesses-da-sua-alma/> - 11-12-2017, 17:17H.

¹⁸⁵ Uma herdeira dos Viscondes de Guiães, D.^a Maria Emília Silveira de Calheiros e Menezes foi no início do séc. XX, proprietária da Quinta do Mourão, na freguesia de Cambres. Ver no Volume 2, a ficha da Casa da Quinta do Mourão.

¹⁸⁶ In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*, p.41. Foi 1.º Conde deste título João Batista Pereira da Rocha (1831-1903), casado com D. Josefina Augusta Vieira de Magalhães, que era filha de António Vieira de Magalhães, 1.º Visconde de Alpendurada, e de sua segunda mulher D. Maria das Neves Correia Leal. O 1.º Visconde foi uma pessoa grada na cidade do Porto e seria agraciado com as Comendas das Ordens de Cristo e de S. Maurício e S. Lázaro. Ver sobre esta família, PINTO, Albano da Silveira; BAENA, Visconde de Sanches de – *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*. 2.ª Edição [S.I.: Fernando Santos, Luís Wenceslau Barroso, Rodrigo Faria de Castro], 1991. Vol.1, pp.64-68 e ZÚQUETTE, Afonso Eduardo Martins, dir. – *Nobreza de Portugal e do Brasil*. 2.ª Edição. Representações Zairol, vol. 1. Lisboa, 1984, pp.258-259.

¹⁸⁷ In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*

¹⁸⁸ In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – *Op. Cit.*, p.36.

A casa da quinta da Pacheca situada na freguesia de Cambres, um conjunto agrícola de grande importância na região duriense, pela qualidade e expansão da sua produção vitivinícola foi residência da família Pacheco Pereira¹⁸⁹, tendo sido mais tarde vendida à família Serpa Pimentel. Esta casa teve proprietários letrados que produziram no domínio das letras, obras escritas, nomeadamente, “*Espelho de hum Peccador*” (1731-2), de Diogo Borges Pacheco Pereira¹⁹⁰. Ao proprietário D. João Pacheco Pereira Coutinho (1750), cavaleiro da Ordem de S. Tiago em Espanha e cavaleiro de El Rei, foi-lhe dedicado o livro, “*Divertimento de Estudiosos ou nova compilação de bons ditos, e factos Moraes, Politicos, e Graciosos*”, por Joze Marques Soares¹⁹¹. Esta família está relacionada com a obra, “*Relaçam do Exercicio Militar com que as Tropas de Sua Magestade Fidelíssima aquarteladas na cidade do Porto aplaudirão os Anno do mesmo Senhor nos dias cinco e seis de junho*”. Composta por Angelo Amado Melmezi. Lisboa na Officina de Joseph Filippe, em 1757¹⁹².

Outro fidalgo relacionado com esta família da quinta da Pacheca, foi João Pacheco Pereira, que exerceu o cargo de juiz da alfândega do Porto em 1756. Fidalgo da casa real, do conselho de sua majestade, desembargador do paço, deputado e promotor do tribunal da bula da santa cruzada, integrou o grupo dos principais responsáveis pela instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, determinada pelo alvará de 10 de setembro de 1756. Foi o responsável pela averiguação dos tumultos de 23 de fevereiro e de 15 de março de 1757, contra a Companhia.¹⁹³ Residente a São João Novo, no Porto, tinha inúmeras quintas e casas no Douro, para além desta citada quinta da Pacheca¹⁹⁴. Foi um grande produtor de vinho do Douro.

¹⁸⁹ João Gonçalo Pacheco Pereira foi o último proprietário da Quinta.

¹⁹⁰ Fundo do século XVIII/Núcleo da Família Pacheco Pereira. Biblioteca, Livros e brochuras, PEREIRA, Diogo Borges Pacheco. Ver no Volume 2, Quadro Sinoptico Quadro 1 - Proprietários/Familiares de Casas Senhoriais de Lamego, autores de obras manuscritas e impressas no séc. XVIII – XIX.
<http://ephemerajpp.com/2012/08/14/fundo-do-seculo-xviii-nucleo-da-familia-pacheco-pereira-diogo-borges-pacheco-pereira-espelho-de-um-pecador1731-2/> 10-08-2013, 17:15H.

¹⁹¹ Arquivo: Núcleo da Família Pacheco Pereira, livros.

<http://ephemerajpp.com/2009/07/12/livro-dedicado-a-d-joao-pacheco-pereira-coutinho1750/> 10-08-2013, 19:00H.

¹⁹² Nele participaram João Pacheco Pereira de Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Desembargador do Paço, que esteve à frente da repressão à revolta dos taberneiros do Porto (contada no “*Motim Há Cem Anos*” de Arnaldo Gama e na peça “*O Motim*” de Miguel Franco) e José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, seu filho, Moço Fidalgo da Casa de El-Rei, Desembargador da Casa da Suplicação de Lisboa, e “um dos grandes engenhos que tem produzido este reino, em matérias de Literatura, de compreensão, e de Crítica, predicados que o fazem estimar em muitas partes da Europa, e pelos quais muitas academias o buscaram para seu Aluno.” O destino de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo esteve ligado com a história intelectual e política do Brasil. (ver Iris Kantor, “*Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*”). Arquivo: Núcleo da Família Pacheco Pereira, Biblioteca, panfletos, folhetos, folhas volantes, prospectos, tarjetas, Porto.
<http://ephemerajpp.com/2009/03/27/relacom-do-exercicio-militar1757/> 10-08-2013, 19:23H.

¹⁹³ Cf. CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes: o Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*. Tese de Doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2.º Volume. Porto, 2001, p.986.

¹⁹⁴ Cf. PEREIRA Gaspar Martim e COSTA, Natália Fauvrelle – Instruções para a Cultura da vinha e para o fabrico do vinho nas quintas de João Pacheco Pereira, antes da instituição da Companhia. *Douro*,

Esta família do Pacheco Pereira está ligada à da casa dos Serpas ou casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho de Lamego).

A casa da Corredoura em Cambres está unida através dos seus proprietários, dos Perfeito de Magalhães, à família da casa da Azenha na mesma freguesia, bem assim como aos fidalgos do Paço de Molelos no concelho de Tondela¹⁹⁵.

O paço do Monsul em Cambres está ligado por laços de sangue, matrimónio e descendência à casa dos Viscondes de Balsemão. A documentação do Paço do Monsul, em Cambres diz-nos: “Escriptura de Dotte que fez o Sr. Pedro Guedes de Carvalho a sua filha D. Catharina de Carvalho para casar com Luiz Pinto de Souza Fidalgo da Caza Real e Morgado de Balsemão em 2 de Setembro de 1600 como se ve do Documento q. esta neste Livro com o numero 4 a folhas 16¹⁹⁶”.

A casa do conde de Samodães, na freguesia de Samodães foi residência de Francisco de Paula D´Azeredo, conde de Samodães. Este escreveu “Apontamentos Biographicos de Francisco de Paula D´Azeredo, Conde de Samodães”, que foram compilados e publicados por Francisco D´Azeredo Teixeira D´Aguilar, igualmente Conde de Samodães¹⁹⁷. Neste livro, o conde aborda uma “Primeira época, anos de 1770 a 1792”, falando do contexto político de Portugal e da Europa na época do seu nascimento em Samodães, a 14 de janeiro de 1770. Faz uma pequena abordagem à freguesia que o viu nascer e descreve a casa de origem da família: “A casa, onde Francisco de Paula D´Azeredo nasceu, ainda hoje existe: foi fundada no anno de 1679, e era de natureza vincular. Foi em 1639 que o licenciado Padre Miguel de Carvalho instituiu o vínculo de Samodães em favor de Belchior Botelho, da villa de Mondim, para casar com sua irmã D. Brites de Carvalho. Em 1695 falleceu em Vizeu sua neta D. Maria de Magalhães, e o vínculo de Mondim passou para a casa de Farelães, que teve depois o título de Condes de Cavalleiros, e o de Samodães passou para Manoel Teixeira de Carvalho, primo de D. Maria de Magalhães, por ser filho d´Andre Teixeira de Carvalho, irmão de D. Brites de Carvalho. Este Manoel Teixeira de Carvalho foi bisavô de Francisco de Paula D´Azeredo. Foi este filho de Francisco Antonio Teixeira de Carvalho, falecido a 30 de outubro de 1771, e de sua mulher D. Joaquina Leocadia D´Azeredo Leite e Albuquerque, senhora da casa de Qintião, subúrbios de Lamego, nascida em 1742, e falecida em 4 de abril de 1787; jazz na capella da casa de Gogim, concelho de Lumiares, e atualmente d´Armamar. Pelo lado paterno era neto de Manoel Teixeira de Carvalho, senhor dos vínculos de Gogim e Samodães, que faleceu em 29 de

Estudos & Documentos. Instituto do Vinho do Porto. Universidade do Porto. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 5, Ano 3, 1998, pp.161-175.

¹⁹⁵ Ver Volume 2, ficha da casa da Corredoura; genealogia de Francisco Rebelo Teixeira (descendência).

¹⁹⁶ A.F.M.D. Documentos Avulsos do Monsul.

¹⁹⁷ Porto, na Typographia de Manoel José Pereira, 1866. Ver no Volume 2, Quadro Sinoptico Quadro 1 - Proprietários/Familiares de Casas Senhoriais de Lamego, autores de obras manuscritas e impressas no séc. XVIII – XIX.

janeiro de 1756, tendo nascido em 1669, e casado com D. Maria Euphasia Rebello, de Freixo de Numão, que faleceu em 21 de dezembro de 1759¹⁹⁸.” E, continua a descrição genealógica, que por ser extensa optamos por não citar neste trabalho. O livro tem outras considerações, como a dos seus feitos militares.

Estas famílias lamecenses seiscentistas e setecentistas, ligadas entre si por laços de consanguinidade, através de casamentos, eram detentoras de graus académicos (o que lhes conferia a nobilitação caso não o fossem), e foram difusoras da cultura letrada. Enriqueciam dedicando-se sobretudo ao comércio de vinho do Porto e do azeite. Faziam empréstimos a juros, adquiriam bens fundiários e compravam foros, urbanos e rurais, alargando a sua área de influência, quer na cidade e no concelho, quer fora dele. Embora dispusessem de casa na cidade do Porto e de Lamego, nas zonas urbanas de maior prestígio, em Almacave e na Sé, estas famílias passavam largas temporadas nas inúmeras quintas que rodeavam o burgo e que possuíam viradas o rio Douro.

Relativamente ao clero, enquanto elemento difusor da cultura letrada, um dos problemas com que a Igreja sempre se deparou ao longo da Época Moderna foi a da formação dos clérigos. Sobretudo após o concílio de Trento, houve uma maior atenção na resolução desta problemática¹⁹⁹, aumentando a exigência na formação académica dos candidatos, sobretudo àqueles que pretendiam ingressar nas ordens maiores²⁰⁰. Surgem colégios jesuítas e de outras ordens, congregações religiosas, seminários²⁰¹, e em Coimbra a faculdade dos Cânones, a qual dava formação àqueles que pretendiam ingressar nos cabidos²⁰². Apesar deste esforço na qualificação dos clérigos, a frequência de alunos foi sempre muito reduzida, e nem todos os que acediam às ordens sacras eram detentores de uma formação académica²⁰³.

Até ao início do século XVII, várias famílias de cristãos-novos viram os seus membros ingressarem no estado eclesiástico, tendo alguns deles alcançado lugares de destaque em vários cabidos do reino. O facto de ter um familiar pertencente ao clero possibilitava a estas famílias uma mais fácil integração na sociedade. A partir de seiscentos esta situação é alterada, sendo tomadas medidas que limitam aos cristãos-novos o estado eclesiástico. No reinado de Filipe IV

¹⁹⁸ D'AGUILAR, Francisco D'Azeredo Teixeira – *Apontamentos Biographicos de Francisco de Paula D'Azeredo Conde de Samodães*. Porto: na Typographia de Manoel José Pereira, 1866, p.3.

¹⁹⁹ PAIVA, José Pedro – Os mentores. In AZEVEDO, Carlos Moreira de - *História Religiosa de Portugal*. Círculo de Leitores. Vol. II. Lisboa, 2000, pp.201-237. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.46.

²⁰⁰ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500 – 1820). In *Análise Social*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXXVII, N.º165 (inverno). Lisboa, 2003, p.1227. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.46.

²⁰¹ PAIVA, José Pedro – *Op. Cit.*, p.215. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.46.

²⁰² *Idem, Ibidem*, p.217. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.46.

²⁰³ *Idem, Ibidem*, p.215. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.46.

de Espanha, a “pureza de sangue” torna-se indispensável para os proponentes²⁰⁴, sendo a sua ascendência averiguada por dois cónegos eleitos para o efeito²⁰⁵. O acesso por parte de candidatos com antepassados judeus, mouros ou hereges, torna-se bastante difícil. Esta intransigência em relação à “pureza de sangue”, não se limitava àqueles que pretendiam iniciar a carreira. Qualquer clérigo suspeito podia ser acusado, independentemente do seu estatuto (seria na centúria de quinhentos, ainda que de forma efémera, entre 1541 - 1547, que Lamego receberia um dos seis tribunais da inquisição em Portugal, o que reforça o peso institucional do seu episcopado e a relevância espiritual e cultural que a diocese detinha²⁰⁶). No século XVIII, esta condição para o ingresso no estado clerical, só vai ser eliminada com o marquês de Pombal, em 1773, quando a distinção entre cristãos-novos e velhos é abolida, sendo retirada dos estatutos dos cabidos todas as referências discriminatórias²⁰⁷. No entanto outros fatores influenciaram a entrada e a progressão nas carreiras clericais, como a importância da parentela.

O facto de se fazer parte do cabido conferia um elevado prestígio. Não só os cónegos pertenciam a famílias importantes, como auferiam de um elevado poder económico²⁰⁸. A pertença ao corpo capitular era, deste modo, desejada por qualquer família com intenção de ascender socialmente²⁰⁹. Uma família com pretensões a subir socialmente, e que procurasse colocar o seu parente num lugar eclesiástico de destaque, era recompensada com os bens que este lhe legava. Esses bens podiam fazer parte dos dotes das irmãs ou sobrinhas. É relevante, deste modo, o papel que os cónegos tiveram no campo matrimonial. Ocupando lugares de

²⁰⁴ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Op. Cit.*, p.1222. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.46.

²⁰⁵ PINTO, Cónego António Ferreira – *O Cabido da Sé do Porto. Subsídios para a sua história*. Publicações da Câmara Municipal do Porto. Porto, 1940, pp.18-19. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.46.

²⁰⁶ Cf. FARINHA, Maria do Carmo Dias – *Os Arquivos da Inquisição*. ANTT. Lisboa 1990; e MATEUS, Susana Bastos – *A ação do Santo Ofício sobre a comunidade cristã-nova de Lamego (1541-1544): o caso de Isabel Mende*. Cadernos de Estudos Sefarditas. 7 (2007), Pp.301-320. In FLOR, Pedro - *Do romano ao ouro bornido: a arte na Sé de Lamego, entre o Renascimento e o Barroco*. Espaço, Poder e Memória, a Catedral de Lamego, séc. XII A XX. Coord. Anísio Miguel de Sousa Saraiva. Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa 2013, p.107. Ver FERREIRA, Maria Manuela de Sousa Vaquero Freitas - *O Tribunal da Inquisição de Lamego. Contributo para o Estudo da Inquisição no Norte de Portugal*. Tese de Doutoramento em Cultura Portuguesa. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2012.

²⁰⁷ PINTO, Cónego António Ferreira – *Op. Cit.*, p.19. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.47.

²⁰⁸ BRAGA, Paulo Drumond – Igreja, Igrejas e Culto. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal*. Editorial Presença. Vol. VII. Lisboa, 2001, pp.90-129. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.51.

²⁰⁹ PAIVA, José Pedro – *Op. Cit.*, p.212. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.51.

destaque, pertencendo às elites urbanas, contribuindo para os dotes, possibilitavam a ligação conjugal dos seus parentes com estratos sociais superiores, efetivando a pretendida ascensão²¹⁰.

O retorno do investimento que a parentela fazia no familiar, contribuindo para a sua entrada e ascensão no meio clerical, podia também ser efetivado com a criação, por parte do eclesiástico, de casas e morgados – situação frequente, sobretudo nos três primeiros quartéis do século XVIII – que eram herdados pelos seus familiares. Nalguns casos, quem recebia o vínculo era o filho bastardo do clérigo²¹¹.

A igreja era um verdadeiro estado dentro do estado. Estava isenta do pagamento de taxas, dispunha de lugares prestigiantes, influía no governo do reino e possuía tribunais próprios²¹². Acrescente-se ainda a imensa riqueza que lhe advinha, nomeadamente, das suas propriedades, que abarcavam cerca de um quarto a um terço do país, e do ouro enviado pelo Brasil, durante o reinado de D. João V. Estas características atrativas, motivaram o aumento considerável de clérigos até à primeira metade do século XVIII, facto sublinhado pelos estrangeiros que visitaram Portugal²¹³. Em 1755, a população portuguesa tinha cerca de 200 000 eclesiásticos, um número quatro vezes superior àquele que existia no século anterior²¹⁴.

Com as dignidades e os cónegos, de origem nobre, também habitavam os seus familiares. Em Braga, quando os cónegos eram naturais de outra região, faziam-se acompanhar pelos seus parentes²¹⁵. Em Lamego, embora não disponhamos de dados que o comprovem, seguramente ocorreram casos semelhantes.

As famílias da nobreza e do clero de Lamego eram claramente, conforme escrevemos, detentoras de sociabilidade, de dinâmicas de laços de parentesco, e constituíam-se como elementos difusores da cultura letrada e elementos do poder. A sua arquitetura senhorial revela em síntese a matriz da sociabilidade, do poder e da cultura na região em análise.

Segundo Michel Foucault ao analisar a “Soberania e Disciplina” inerentes ao poder, este não o investiga como um fenómeno de dominação maciço e homogéneo de um individuo sobre os outros, de um grupo sobre outros de uma classe sobre as outras; mas tem bem presente que o

²¹⁰ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Op. Cit.*, p.1232. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.51.

²¹¹ FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.52.

²¹² HANSON, Carl A. – *Economia e Sociedade no Portugal Barroco*. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1986, pp.32-33. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.53.

²¹³ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Op. Cit.*, pp.1214-1215. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.53.

²¹⁴ HANSON, Carl A. – *Op. Cit.*, pp.42-43. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.53.

²¹⁵ VAZ, A. Luís – *O Cabido de Braga 1071 a 1971*. Braga: José Dias de Castro. 1971, p.141. In FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Vol. I. Porto, 2006, p.55.

poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. “ O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o individuo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o individuo não é o outro do poder: é um dos seus primeiros efeitos. O individuo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio facto de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do individuo que ele constituiu²¹⁶.”

Nos séculos XVII e XVIII, segundo o mesmo autor, “ocorre um fenómeno importante: o aparecimento, ou melhor, a invenção de uma nova mecânica de poder, com procedimentos específicos, instrumentos totalmente novos e aparelhos bastante diferentes, o que é absolutamente incompatível com as relações de soberania. Este novo mecanismo de poder apoia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riquezas²¹⁷.”

Michel Foucault a propósito de “Genealogia e Poder”, e abordando ainda este, diz-nos: “O problema que se coloca nas pesquisas de que falo pode ser analisado da seguinte forma: em primeiro lugar, o poder está sempre em posição secundária em relação à economia, ele é sempre finalizado e “funcionalizado” pela economia? Tem essencialmente como razão de ser e fim servir a economia, está destinado a faze-la funcionar, a solidificar, manter e reproduzir as relações que são características desta economia e essenciais ao seu funcionamento? Em segundo lugar, o poder é modelado pela mercadoria, por algo que se possui, se adquire, se cede por contrato ou por força, que se aliena ou se recupera, que circula, que herda esta ou aquela região? Ou, ao contrário, os instrumentos necessários para analisá-lo são diversos, mesmo se efetivamente as relações de poder estão profundamente intrincadas nas e com as relações económicas e sempre constituem com elas um feixe? Neste caso, a indissociabilidade da economia e do político não seria da ordem da subordinação funcional nem do isomorfismo formal, mas de uma outra ordem, que se deveria explicitar. Para fazer uma análise não

²¹⁶ FOUCAULT, M. - Soberania e Disciplina. In MACHADO, R. (Ed.), *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. 16 Graal ed. 2001 (1979), pp.132-139.

²¹⁷ *Idem, Ibidem*.

económica do poder, de que instrumentos dispomos hoje? Creio que de muito poucos. Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações económicas, mas acima de tudo uma relação de força. Questão: se o poder se exerce, o que é este exercício, em que consiste, qual a sua mecânica? Uma primeira resposta que se encontra em várias análises atuais consiste em dizer: o poder é essencialmente repressivo. O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe. Quando o discurso contemporâneo define repetidamente o poder como sendo repressivo, isto não é uma novidade. Hegel foi o primeiro a dizer-lo; depois, Freud e Reich também o disseram. Em todo o caso, ser órgão de repressão é no vocabulário atual o qualificativo quase onírico do poder²¹⁸.”

As elites lamecenses ao exercerem o seu poder estão inseridas numa complexa “rede” ou “matriz”, de agentes diversos nos quais se entrelaçam os mecanismos políticos, económicos, sociais, culturais, estéticos, institucionais e religiosos. Na sequência do pensamento de M. Foucault, o poder “passa” pelas elites, e a arquitetura senhorial que estas deixam como marca territorial, é em si à partida desde a sua conceção um ato de poder. Um ato de poder entre a conceção do seu risco, pelo encomendador e pelo arquiteto, o conhecimento, a tratadística, e a afirmação na urbanidade e/ou ruralidade.

Esta arquitetura reflete as ligações de poder, que estas classes senhoriais mantêm com o soberano, com as leis jurídico-institucionais portuguesas, com a família, os seus pares, os escravos, com os vínculos jurídicos que institucionalizam, com os morgadios, com os “prazos de vidas (até três vidas)” que criam ente si e os trabalhadores das terras, com os arrendamentos e os foros económicos. Este poder é lato, exercido em cadeia, e como elos de um sistema mais abrangente, as elites são o seu reflexo, o seu agente, mas também um componente do mecanismo complexo que é este mesmo poder. O eixo visual e os percursos desta arquitetura senhorial implicam um vínculo espacial entre esta e a envolvente. Itinerários estabelecidos no território pelas elites, áreas de influência espacial são manipulados e manipuladores, chegam mesmo a interferir, a sobrepor-se, a reforçarem-se reciprocamente, de modo complexo. E, a este processo não é “inocente” o papel das classes senhoriais enquanto estão no estatuto relacional com o poder. A relação “Poder-Cultura-Paisagem-Arquitetura” pressupõe a existência de um conjunto de características do homem, que lhes dá expressão, sendo que o carácter erudito da estrutura habitacional senhorial, procura evidenciar os pólos de poder que à partida estão nos seus pressupostos. A casa é em si mesma um espaço, um lugar da história das relações económicas quotidianas e da identidade privada e pública, a afirmação da relação com o grupo íntimo, dos signos relativamente privados, e da afirmação perante os outros, na experiência da vida social numa dada cultura, neste caso seiscentista e setecentista. A casa senhorial enquanto

²¹⁸ FOUCAULT, M. – Genealogia e Poder. In MACHADO, R. (Ed.), *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. 16 Graal ed.) 2001 (1979), pp.92-98.

elemento de estruturação do espaço reflete a identidade do grupo de nobres e clérigos, classes dominantes que lhe dão expressão, onde se reconhecem os seus símbolos de identidade e de pertença, e proporcionam a interação entre os seus utilizadores e os diferentes interlocutores individuais ou sociais. Esta arquitetura veicula uma eficácia simbólica, dado que tem o valor conceptual de enobrecimento, assumindo “signos” constantes, dos seus utilizadores, códigos que transcendem o processo de leitura sígnica do edifício. O seu significado não é apreendido de forma acidental, mas tem um propósito de quem o concebeu, é uma construção lógica de um sistema de símbolos. Símbolos do poder? Cremos que sim. A sua dimensão de “mensagem” acessivelmente comunicada denota a intenção de revelação duma reação simbólica intencional. Não estamos perante uma linguagem considerada estática da arquitetura, mas uma mais abrangente, que inclui também o espaço, o tempo, e fatores objetivos, como a forma e o poder.

3 – Os projetos de arquitetura senhorial – apropriação do espaço em análise

Segundo a Ordenação da “*Lei acerca da divisão e união dos prédios, e acerca dos encravados*”, datada de 1775, deveriam ser consideradas casas nobres: “*Primo, os palácios de prospeto decoroso, e notória nobreza: secundo, os edifícios que na contiguidade de outros tiverem para as ruas nos prospetos seis janelas de frente em hum só andar, e dahi para cima: tertio as que forem isoladas, ou pertencerem a pessoas, que na sua totalidade delias tenham partes de quatro pelo menos*²¹⁹”.

Esta definição permite igualmente apurar a diferenciação entre os grandes solares e construções isoladas, que se impõem mais claramente pela sua implantação no terreno e pelo desenho da sua planta e as construções inseridas na malha urbana da cidade, que se distinguiam sobretudo pelas dimensões da sua fachada bastando, para o reconhecimento do seu estatuto, que a mesma tivesse mais de seis janelas por andar.

²¹⁹ Embora esta lei não tivesse aplicação direta em todo o país mas tão só em Lisboa, Leiria, Santarém, Tomar, Abrantes e Setúbal, localidades onde se concentravam os esforços de reedificação após o terramoto de 1755, permite uma relativa extrapolação para o resto do país em termos de definição do conceito. SILVA, António Delgado da – *Collecção da legislação portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações (1763/1764)*. Na Tipografia Maignrense. Lisboa, 1829, pp.678-679. RODRIGUES, Luís Alexandre - *Bragança no século XVIII: urbanismo. Arquitetura*. Dissertação de Mestrado em História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Porto, 1995, p. 156. In CASTILHO, Liliana Andrade de Matos - *A Cidade de Viseu nos Séculos XVII e XVIII: Arquitetura e Urbanismo*. Tese de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. F.L.U.P., 2 Volumes. Porto 2012, p.212.

A multiplicação dos vãos e o cuidado posto na sua decoração, é assim uma das principais características da casa nobre deste período²²⁰, bem assim como o coroamento do edifício por frontões e a colocação do escudo de armas, contrastando com a simplicidade e linearidade da sua volumetria. A evolução da planimetria processou-se pelo desenvolvimento dos modelos medievais a por algumas incorporações de modelos estrangeiros introduzidos já no século XVII como a planta em “U²²¹”, sem que no entanto esses arquétipos tenham encontrado um grande sucesso entre a casa urbana devido às limitações decorrentes da sua implantação.

Com efeito, o respeito pela linearidade dos arruamentos, que muitas vezes ajudam a definir, e o pouco espaço disponível no interior da urbe vão ditar a configuração longitudinal destas habitações²²². Pelo mesmo motivo assistimos, nas casas nobres inseridas na malha da cidade, ao retraimento da escadaria para o interior do edifício furtando as fachadas a esse dinâmico elemento, tão caro à casa nobre barroca²²³.

Ainda que o termo “arquitetura senhorial” possa abranger um agrupado mais vasto ou restrito de habitações, de acordo com a aceção mais ou menos lata que se faça do mesmo, para o nosso estudo da cidade de Lamego e das freguesias ribeirinhas, concernem sob esta designação não só os edifícios pertença e encomenda de famílias nobres, como também de clérigos lamecenses, assim como os edificadados que pelas suas dimensões e qualidades arquitetónicas se distingam do corrente, na malha urbana e no território rural. Compostas quase regra geral, por dois ou em alguns casos, três pisos, um térreo e um nobre ou dois, distinguem-se pelas grandes dimensões, volumetria, cuidado decorativo, nomeadamente a nível dos vãos, da sua fachada principal, e pela definição da existência de um eixo central vertical formado pelo portal, janela ou varanda, e pedra de armas e, repercutido em espaços regulares, pelas pilastras que verticalizam ainda mais a fachada.

Nesse sentido o nosso estudo da arquitetura senhorial, recai sobre edificadados por mérito próprio e pelo estatuto inerente e social dos seus proprietários. Em termos formais caracterizam-se pelo tamanho superior de lote que ocupam, ou muitas vezes pela agregação de vários lotes, resultantes em muitos casos da administração e resultantes de imanações jurídicas vinculativas dos morgadios.

As suas longas fachadas, decorativamente cenográficas, de um barroco ostensivo em muitos casos, são simbólicas na sua afirmação de poder familiar atestada, no caso da nobreza e do clero, pela coroação com o brasão da família, ou particular.

²²⁰ CF. AZEVEDO, Carlos – *Solares Portugueses*. Livros Horizonte. Lisboa, 1988. In CASTILHO, Liliana Andrade de Matos – *Op. Cit.*, p.212.

²²¹ AZEVEDO, Carlos – *Op. Cit.*, p.57. In CASTILHO, Liliana Andrade de Matos – *Idem, Ibidem*.

²²² RODRIGUES, Luís Alexandre – *Bragança no século XVIII: urbanismo. Arquitetura*. P.158. In CASTILHO, Liliana Andrade de Matos – *Op. Cit.*, p.213.

²²³ PIMENTEL, António Filipe – *Escadaria*. Dicionário da Arte Barroca. Editorial Presença. Lisboa, 1989, p.163. In CASTILHO, Liliana Andrade de Matos – *Op. Cit.*, p.213.

Por vezes a própria documentação é perentória do reconhecimento, à época, do estatuto distintivo que revestia estas habitações surgindo expressões como “*casas grandes e nobres*”²²⁴ esclarecedoras quer das suas características formais quer das suas características sociais. Ao nível exterior, a casa nobre marca indelevelmente a paisagem através das dimensões das suas fachadas. A extensa ocupação do solo ao nível da rua era reveladora de um elevado poder económico, uma vez que se tratava do espaço mais caro e cobiçado, e normalmente associada a uma reduzida exploração em altura, o que reforçava igualmente a sensação de desafogo económico²²⁵.

O século XVII, apesar da sua difícil conjuntura política e económica que se viveu a nível nacional, primeiro sob a dominação filipina e depois com os elevados custos gastos decorrentes da guerra da Restauração, viu particularmente na cidade de Lamego surgir uma das mais eruditas casas, exemplo da arquitetura civil, privada. Referimo-nos à casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros²²⁶. A sua construção data de 1610, como atesta a inscrição numa cartela por cima da porta principal.

Outras casas nobres identificadas em Lamego e nas freguesias ribeirinhas, do século XVIII, ou foram construídas de raiz ou vinham já do século XVI - XVII e as alterações de traça e organização internas foram nuns casos pontuais, noutras profundas, tratando-se em algumas de acrescentos e noutras de grandes campanhas de renovações arquitetónicas. A título de exemplo podemos assinalar a evolução da casa das Brolhas²²⁷, da casa do Poço²²⁸ e da casa do Alvão, todas localizadas na união das freguesias de Almacave e Sé, em Lamego²²⁹.

O século XVIII, correspondendo a um período de maior desafogo económico e de penetração no país, senão de novas, de renovadas influências, sobretudo italianas conheceu um elevado surto construtivo que não veio no entanto cortar com os modelos previamente estabelecidos ou acabar com a arquitetura dita “chã”, mas antes enriquecê-los. Verificamos assim, mais do que dissonâncias, permanências de tipologias construtivas ao longo de toda a época moderna, sendo a diferença assinalada sobretudo por elementos decorativos da fachada e não pela sua organização funcional²³⁰.

As casas nobres da época moderna na cidade de Lamego e freguesias ribeirinhas (com exceções destas últimas), maioritariamente datadas do século XVII - XVIII, entroncam na

²²⁴ A.D.V.F.C.480/33 fls. 106. A designação de “*casas grandes*” para descrever as habitações da nobreza e da burguesia rica é comum a outras cidades do país. FERNANDES, António Jorge Inácio - *A rua dos Cónegos: um espaço sócio-arquitetónico no Porto Setecentista*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) Porto, 2006, p.1 11. In CASTILHO, Liliana Andrade de Matos – *Op. Cit.*, p.213.

²²⁵ CASTILHO, Liliana Andrade de Matos – *Op. Cit.*, p.214.

²²⁶ Casa Filipina; Ocupada na atualidade com escritórios de advogados.

²²⁷ Ver In Volume 2, plantas de arquitetura da casa das Brolhas.

²²⁸ Ver In Volume 2, plantas e alçados de arquitetura da casa do Poço.

²²⁹ A casa apresenta estruturas medievais. Ver In Volume 2, ficha da casa do Alvão.

²³⁰ CASTILHO, Liliana Andrade de Matos – *Op. Cit.*, p.217.

definição de Joaquim Jaime Ferreira-Alves, segundo a qual a casa nobre deste período é caracterizada *pelo esforço arquitetónico e decorativo concentrado na Fachada, no desenvolvimento horizontal, criando longas fachadas, articuladas com pilastras lisas pouco salientes, e acentuadas, sobre os telhados, por ornatos (urnas, fogaréis e pináculos); na existência de um piso dominante, o andar nobre, com janelas quase sempre mais ricas do que no andar térreo, na acentuação da linha superior do edifício (emprego de frontões); na importância da entrada nobre, enriquecida com colunas e pilastras, sustentando balcão com o parapeito ou simples grade, continuada por uma janela central de tipo mais rico e rematada pelo brasão de armas da família, criando-se assim um eixo vertical que divide a fachada em duas zonas iguais*²³¹.

Como característica acentuada nesta cidade de Lamego e região objeto de análise, a janela com varanda sobre a entrada nobre, da fachada da casa, cria um elemento arquitetónico contínuo, com características de balcão ou janela de sacada.

As fachadas evidenciam-se pela horizontalidade, verificando-se a presença de elementos verticais sobre os telhados (fogaréis e pináculos), como no caso da casa da Corredoura²³² em Cambres, e noutras para destacar a presença de capelas particulares, destacando-se assim do remanescente alçado do edificado, como na casa da quinta das Brolhas²³³ na união das freguesias de Almacave e Sé, em Lamego.

O arquiteto José Manoel de Carvalho e Negreiros integra-se numa tradição familiar de grandes mestres e arquitetos ligados à Casa Real e à Provedoria de Obras Reais que, sucedendo em diversos cargos de pai para filho, iam perdurando um saber fazer e um entendimento peculiar da arquitetura e da construção²³⁴. Este arquiteto realiza uma abordagem particularmente interessante à problemática da habitação doméstica, organizando-a por tipologias numa seriação que, mais tarde revela a sua filiação a uma ideologia fisiocrática. Numa espécie de sistematização do mais simples e elementar para o mais complexo, e tomando a casa do *plebeu solteiro* como um modelo gerador, o autor estabelece quatro tipologias: a casa *de um plebeu cazado*, a casa *de hum mecânico*, a casa *de hum nobilitado* e a casa *de hum lavrador*²³⁵. Se esta sistematização é realizada num universo rural, em que o autor vai elencando as várias tipologias de edifícios adequados à estrutura urbana de *lugar, aldeia e julgado*, numa aproximação à cidade o autor volta à problemática da casa nobre, dedicando-lhe agora um outro grau de pormenor. Neste sentido é notório que Carvalho Negreiros pretende aqui demonstrar os seus

²³¹ ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *Ensaio sobre a arquitetura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro*. Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. I Série, Vol. IV. Porto, 2005, pp.16-18.

²³² Residencial.

²³³ Encontra-se em estado de devoluta.

²³⁴ CARITA, Hélder – José de Carvalho Negreiros e a Arquitetura Civil Portuguesa nos finais do século XVIII. In *Atas do 3.º Congresso Internacional: Casa Nobre Um Património para o Futuro*. Municipio de Arcos de Valdevez, 2013, p.596.

²³⁵ *Idem, Ibidem*, p.600.

conhecimentos e profunda experiência no domínio da arquitetura senhorial. Para isso o autor realiza uma rara formulação do programa de uma habitação senhorial, dividindo-a hierarquicamente em quatro variantes: *habitação de um nobre cazado, habitação de um fidalgo e habitação de um titular ou Grande do Reyno, e Palácio Real*²³⁶.

Na sua estrutura expositiva, o autor compõe uma enumeração completa dos compartimentos necessários a uma habitação para um *nobre cazado*, acrescentando progressivamente divisões e aposentos para os outros casos de habitação de um fidalgo e de *um titular ou Grande do Reyno*, numa hierarquização conformada numa lógica de aparato e complexidade programática. Neste progressivo aumento de escala e complexidade, o texto vai fornecendo preciosos elementos sobre as lógicas de organização dos interiores de uma casa senhorial, nomenclaturas de cada espaço, regime de precedências ao nível dos compartimentos de representação do andar nobre, permitindo de forma comparativa esclarecer importantes pontos sobre a organização geral de uma habitação senhorial para esta época, assim como as classificações de cada espaço e respetivas funções²³⁷. Embora numa visão teórica e idealizada, datando de finais do século XVIII descreve-nos a habitação adequada a um nobre casado, na sua obra:

“Para a habitação de hu nobre cazado

Plano térreo

Logea de entrada escada principal cavallariça, cochieiras, armazenés, quartos para Bolieiros e mais moços de despenças, e despejos, cozinha quarto para o cozinheiro, escadas particulares

Primeiros mezaninos

Palheiro, celeiro caza de arreios, quartos para criados graves p^a o escudeiro para o capelão, quartos para filhos maiores, e para o dono da caza os seguintes Antecâmara, gabinete, caza para a livraria, outra para archivo, outra grande para guarda roupa, e outra para despejos com chaminé

Plano Nobre

Sala de espera, antecâmara, sala de visitas, gabinete, toucador, oratório ou tribuna para a ermida, caza de jantar, câmara, guarda roupa com chaminé, caza de lavor, despejos

Ultimos Mezaninos

Quartos para filhas, para creadas, para os filhos the idade de cinco anos caza da roda, cozinha para engomar proporcionada despejos²³⁸”.

²³⁶ *Idem, Ibidem.*

²³⁷ *Idem, Ibidem*, p.601.

²³⁸ NEGREIROS, José Manoel de Carvalho e – *Aditamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo que foi of^o a S A Real o Príncipe Nosso Senhor que Deus guarde em o anno de 1792-1797*, Lisboa. Biblioteca Nacional de Lisboa, Códice 3758-62, fls 90 a 94. Publicado por CARITA, Hélder – *Tipologias de casa nobre no tratado do Arquitecto José Manoel de Carvalho e Negreiros*. Palestra apresentada no Paço dos Duques de Guimarães. Disponível em www.pduques.imc-ip.pt/Data/Documents/Blog%20Negreiros.pdf – 10-07-12, 17.54H.

Cabe salientar que Carvalho Negreiros, nesta formulação, parte de uma clara idealização do que deveriam ser estes programas. Toma, por outro lado, como base de exemplificação, um modelo de edifício com três pisos e sótão, afastando-se do modelo mais comum em Portugal, com dois pisos e sótão (com o primeiro andar conformando o andar nobre)²³⁹.

Creemos que para o formulário idealizado e apresentado “Para a habitação de hu nobre cazado”, não temos no espaço de análise nenhuma casa nobre que lhe corresponda, tirando a casa das Brolhas²⁴⁰ (reconstruída em 1777), que de certa forma poderá ter pontos de contacto ao esquema conceptual arquitetónico em causa. As restantes casas nobres lamecenses, a uma escala obviamente menos grandiosa, têm a divisão funcional por pisos, e especificidades de espaços, que nos remetem para idênticas formas de viver a urbanidade e até a ruralidade.

In CASTILHO, Liliانا Andrade de Matos – *Op. Cit.*, p.223.

²³⁹ CARITA, Hélder – José de Carvalho Negreiros e a Arquitetura Civil Portuguesa nos finais do século XVIII. In *Atas do 3.º Congresso Internacional: Casa Nobre Um Património para o Futuro*, p.601.

²⁴⁰ Ver no Volume 2, plantas arquitetónicas da casa das Brolhas.

CAPITULO III: ARQUITETOS, ARTÍFICES E TRABALHADORES

I – Entre a obra e o artista: arrematação e contrato

O conhecimento dos arquitetos, artífices e trabalhadores que estiveram envolvidos na conceção e construção das casas de Lamego e freguesias em análise, será um dos pontos fundamentais para uma melhor compreensão e interpretação das características estéticas que elas apresentam. Todavia a escassez do acervo documental que chegou até nós, particularmente no que concerne a registos de contratos nos atos notariais, existentes no Arquivo Distrital de Viseu e, pontualmente, nos Arquivos Distritais de Vila Real, Braga e Porto remetem-nos para um enquadramento de anonimato dos mentores da maioria das construções, impedindo-nos de reconstruir com solidez os circuitos artísticos a elas subjacentes. Neste âmbito inferimos com base nas obras, provenientes da investigação sobre os artistas de Lamego, coligidas pelos investigadores Alexandre Alves²⁴¹ e Vergílio Correia²⁴².

A cartografia dos locais de proveniência dos artistas identificados, ligados à arquitetura civil, autores de risco, e da construção, permite-nos identificar um número de mestres a laborar no aro de Lamego, alguns referenciados como aí residentes.

Nesta célula geográfica, para este período, temos indicações relativas a vários artífices, a laborar em diferentes campanhas artísticas que não só a arquitetura civil²⁴³, como no âmbito das obras da talha (estruturas retabulísticas componentes de igrejas, da diocese), na arquitetura religiosa, nomeadamente nas obras da Sé e na construção do santuário da Nossa Senhora dos Remédios.

²⁴¹ ALVES, Alexandre – *Artistas e artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu, 2001, 2 volumes.

²⁴² CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*. Subsídios para a História da Arte Portuguesa XI. Imprensa da Universidade. Coimbra, 1923.

²⁴³ Ver QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Os Retábulos da Cidade de Lamego e o contributo para a formação de uma escola regional. 1680 – 1780*. Câmara Municipal de Lamego, Lamego, 2002. QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *A Importância da Sede do Bispado de Lamego na difusão da estética retabular: tipologias e gramáticas decorativas nos séculos XVII-XVIII*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte em Portugal apresentada à Universidade do Porto. F.L.U.P. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2006. 2 Volumes.

Consideramos que houve deslocação de muitos mestres, para corresponderem às encomendas nesta área geográfica, pelo que apesar de localmente existirem oficinas de pedreiros, e trabalhadores a laborar no domínio da pedra, como Francisco Lourenço, “Mestre de cantaria”, natural da cidade de Lamego, no séc. XVII²⁴⁴, efectuou-se o recurso a obreiros de outros espaços nacionais e internacionais, como foi o caso de João Lourenço, mestre pedreiro, natural de Vila Nova de Cerveira, que fez obras de arquitetura civil, no séc. XVIII, em Lamego²⁴⁵, e o caso de Francisco de Eirim, pedreiro natural da Galiza, que fez igualmente obras de arquitetura civil, no séc. XVIII (1732), em Lamego²⁴⁶.

Não obstante haver um número de trabalhadores identificados a morar no aro de Lamego, como o Mestre Pedreiro, António Borges (morador na Carreira de Fafel, subúrbios de Lamego), no séc. XVIII²⁴⁷, António de Bastos, referido como mestre pedreiro ou “Arquiteto e Pedreiro” (morador na rua de S. Lázaro, da cidade de Lamego), no séc. XVII-XVIII²⁴⁸, António Ferreira da Silva, Mestre Pedreiro (morador em Santo Aleixo da Várzea, freguesia de Recião, termo de Lamego), no séc. XVIII²⁴⁹, Bento de Castro, pedreiro (morador na rua da Pereira, da cidade de Lamego), no séc. XVII-XVIII²⁵⁰, João Cardoso, “Mestre de cantaria” (morador em Nazes, perto de Lamego), no séc. XVII²⁵¹, Manuel Cardoso, pedreiro (morador na Rua Torta, da cidade de Lamego), no séc. XVII-XVIII²⁵², possuímos alguns dados inequívocos que nos permitem relacioná-los com as construções das várias casas da arquitetura civil senhorial local, no espaço urbano, e alguns no espaço rural, mas muitos ficam no anonimato, dada a inexistência de fontes com que nos deparámos.

Equacionar a possibilidade, de muitas encomendas terem sido efetuadas sem que se procedesse à realização de um contrato registado em ato notarial, eventualmente por haver relações de muita confiança entre os encomendadores e os outros intervenientes. Este procedimento, num espaço urbano de relativas dimensões, como Lamego, poderia reduzir os custos com o registo do contrato em ato notarial. Esta situação seria exequível, facilitando o ajuste direto entre o promotor /encomendador e o arquiteto, ou mestre do risco e demais artífices. Esta realidade que poderia ser comum a muitas outras regiões do país, seria

²⁴⁴ ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*, Vol.II, p.123.

²⁴⁵ CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*, pp.37-38.

²⁴⁶ CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*, p.14.

²⁴⁷ A.D.V., *Notas de Lamego*, L. 550/67, fls. 56-57. In ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*

²⁴⁸ ALVES, Alexandre – *Artistas e Artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*. Vol. I, p.131 e 131v. CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*. Subsídios para a História da Arte Portuguesa, vol. XI. Imprensa da Universidade. Coimbra, 1923, p.7.

²⁴⁹ ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*, Vol. III, pp.159-160. A.D.V., *Notas de Lamego*, n.º 416-3, fls. 52v.-54. In ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*, Vol. III, pp.163-164.

²⁵⁰ CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*. Subsídios para a História da Arte Portuguesa, vol. XI. Imprensa da Universidade. Coimbra, 1923, p.7.

²⁵¹ ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*, Vol. I, p.159 e 159 v. e 161. A.D.V., *Notas de Lamego*, L. 89/9, fls. 66-67. In ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*

²⁵² ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*, Vol. I, p.165. A.D.V., *Notas de Lamego*, L. 522/89, fls.15 v. – 16 v. In ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*

contrastante com as cidades de Porto, Braga, Lisboa, onde a construção de grandes palácios determinaria uma intensa competição na arrematação das casas e implicaria a deslocação de muitos obreiros para outras áreas geográficas na procura de campanhas artísticas, como sabemos ser o caso de muitos artistas da região do Entre-Douro-e-Minho²⁵³. No caso da arquitetura religiosa na generalidade das ocorrências, a mobilidade dos artistas deveu-se à incessante procura de arrematações de obras postas a lanços em praça pública “*por escritos nas portas das Igrejas, aonde ouver officiaes Carpinteiros, ou Pedreiros, para que lancem nellas, com as condiçoens, & obrigaçoens necessarias*”²⁵⁴, como nos referem as *Constituições Sinodais* de Lamego de seiscentos.

Uma vez escolhido o mestre responsável pela empreitada da arquitetura civil, era lavrada uma escritura na presença de um tabelião, entre o encomendador, o mestre e os seus fiadores, normalmente em número de dois diretamente relacionados com o arrematante ou do mesmo ofício. Neste ato notarial eram estipuladas as cláusulas da obra, os prazos, os pagamentos e as penas caso a mesma não fosse concluída na data marcada ou tivesse algum defeito. Ao encomendador restava-lhe a obrigação do pagamento que deveria ser feito em três prestações: a primeira, na assinatura do contrato, a segunda no meio da empreitada e a terceira quando estivesse finalizada (...). Cumpridas as cláusulas do contrato, por vezes o encomendador celebrava uma escritura de quitação e desobrigação da empreitada²⁵⁵.

No caso concreto da arquitetura civil, a edificação de uma casa requeria a colaboração de vários artistas e artífices até à sua conclusão, cada um com uma função específica ou trabalhando nas várias fases da construção, sendo os artistas referenciados como arquiteto, riscador, mestre pedreiro, carpinteiro, sem compartimentos estanques.

²⁵³ Sabemos ter ocorrido esta situação na arte da talha que não podemos dissociar da arquitetura civil pela mobilidade dos seus membros entre ambas as artes. Cf. QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Op. Cit.*, p.127. “*Tal como sucedeu na cidade de Lamego, verificámos que a diocese recebeu as suas maiores influências em termos artísticos das regiões do Entre-Douro-e-Minho e do Porto pela circulação cada vez mais intensa destes obreiros que em busca de trabalho ou com encomendas específicas se estabeleciam na cidade e no seu aro ou nas regiões onde as obras eram postas a lanços, introduzindo os novos modelos e riscos*”.

²⁵⁴ *Constituições Synodales do Bispado de Lamego*. Livro IV, Título I, “*Da Edificação, & Reparação das Igrejas*”, Capítulo VIII “*Das Arremataçoens das obras das Igrejas que se mandão fazer*”. Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1683, p.305.

²⁵⁵ QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Os Retábulos da Cidade de Lamego e o contributo para a formação de uma escola regional. 1680 – 1780*. Câmara Municipal de Lamego, Lamego, 2002, p.106.

2 – Estatuto socioprofissional

2.1. O arquiteto

Leon Battista Alberti formulou uma primeira definição da profissão de arquiteto na introdução do seu tratado de arquitetura: “Eu chamarei arquiteto aquele que saberá com correta e maravilhosa razão e regra, assim como com a mente e com o espírito imaginar; assim como com o trabalho completar todas aquelas coisas que através do movimento dos pesos, união e aglomeração dos corpos, se possa com grande dignidade muito bem conciliar para a utilização dos homens. Para poder fazer isso é necessário que ele tenha conhecimento de tudo e da melhor qualidade e que possua os instrumentos apropriados. Esse será então o arquiteto²⁵⁶.”

Segundo Joaquim Jaime Ferreira Alves, a diferença entre pintores, arquitetos civis e engenheiros militares no Antigo Regime, recorrendo-se de Bonet Correa, “no era la formación ni el título, sino la práctica profesional”. Mestres pedreiros de arquitetura, que devido a uma tradição familiar ou pela experiência adquirida, aparecem como arquitetos, alguns deles ultrapassam a função de arquiteto – conceber edifícios – pois para além de desenhá-los tomam parte do “ato físico” da construção (Spiro Kostof). Apesar da diversificada formação, em todos eles encontramos um elemento comum – o conhecimento dos tratados de arquitetura. Estes, difundindo normas de fácil apreensão permitiam – mesmo para aqueles que afastados “tanto en lo geográfico como en su formación intelectual”, como de qualquer “possible discusión sobre el sentido de la arquitectura” (Carlos Sambricio) – projetar edifícios, abrir ruas, organizar uma praça²⁵⁷.

O livro “Advertencias aos modernos, que aprendem o officio de pedreiro, e carpinteiro²⁵⁸” de Valerio Martins de Oliveira (mestre pedreiro), de Lisboa, datado de 1757, diz-nos a propósito da figura do arquiteto, que este deve ser o “principal fabricante”, “o que deve ter para ser bom²⁵⁹” e como “deve ser bom Geometra”.

Segundo Bluteau, o termo arquiteto não era atribuído ao autor do risco, mas também ao mestre de obras e àquele que executa, deixando perceber alguma indefinição na atribuição de

²⁵⁶ ALBERTI, Leon Battista – “Della Architettura libri dieci di L.B. Alberti”, tradução do “De re aedificatoria”, de Cosimo Bartoli. Milão 1833, pp.XXI-XXVI, 22-24, 161-163, 180-184, 221-224, 315-318, 335-338, 360-361. In HOLT, Elisabeth G. – *Storia documentaria dell'arte. Dal Medioevo al XVIII secolo*. Ed. Feltrinelli, il., pp.3-525, p.,160. In GÓIS, António José Sapucaia de Faria – *Fatores Condicionantes na morfologia do Retábulo*. Dissertação de Tese de Doutoramento. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005, p.52.

²⁵⁷ ALVES, Joaquim Jaime Ferreira – *O Porto na Época dos Almadás (1757 – 1804), Arquitetura, Obras Públicas*. Vol. I. Porto, 1987, pp.629-630. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto.

²⁵⁸ *Advertencias aos modernos, que aprendem o officio de pedreiro, e carpinteiro*. Valerio Martins de Oliveira (mestre pedreiro), de Lisboa, publicado pela Regia Officina Sylviana, e pela Academia Real, e datado de M.DCC.LVII. 3.ª edição.

²⁵⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 21, 141.

funções²⁶⁰. Efetivamente, a atividade arquitetónica era exercida por homens com formação muito diversificada: arquitetos, engenheiros militares; arquitetos amadores, onde encontramos uma panóplia de origens e formações; mestres de pedraria (que na nossa opinião ocuparam um lugar da maior importância na conceção e execução de muitas casas nobres urbanas e principalmente no contexto rural) e o próprio proprietário, que com o auxílio de um mestre pedreiro, foi o responsável pelo risco da sua própria casa²⁶¹.

Para a prática da arquitetura, geralmente não era necessária formação teórica em instituições, como “Casas de riscar”, “Casa do Risco das Reais Obras Publicas de Lisboa”, ou as “Aulas de Desenho e Arquitetura da Universidade de Coimbra (1772)²⁶²”. Vemos muitos artistas de outros ramos dedicarem-se à arquitetura nesta época. Tanto os que projetavam como os que executavam as obras, exerciam a sua atividade no local de residência, ou noutras localidades mais ou menos distantes²⁶³.

Transpor para o século XVIII o raciocínio da profissão liberal parece, não só arriscado, mas também falseador das coordenadas funcionais da própria sociedade. Por isso, em Portugal, a arquitetura civil nunca poderá ser vista como uma história de autores. Como certamente viu Merveilleux, acima do arquiteto estava o *frade ignorante*, a consciência do próprio encomendador. Ou seja, esta arquitetura não vive da elocubração solitária de um artista, mas da sua conformação aos ditames de uma vontade e de um meio²⁶⁴. Mas não pode ser também uma simples história da evolução das formas, como a construção dos séculos XVII e XVIII tão bem demonstra: sob a roupagem difusa do barroco esconde-se uma mundividência multifacetada, transitando de um barrocoquismo aristocrático para outro dominado pelo absolutismo régio, de início religioso na sua formação, depois determinantemente civilista. Assim, as considerações sobre as formas e a ação dos artistas necessitam de constante confronto com as atitudes que serviam, sob pena de resvalarem para o terreno movediço das abstrações, onde todas as conjecturas são possíveis, mas nem todas legitimadas pela realidade que pretendem entender. Isto é, a arquitetura civil deve ser entendida como um dos veículos privilegiados para penetrarmos no mundo das representações, universo mental em que, por excelência, o tempo barroco se movimentava²⁶⁵.

Na região de Lamego atestamos a presença de vários arquitetos, alguns nacionais outros estrangeiros, tendo efetuado campanhas locais e deixado obras. A busca documental centrada

²⁶⁰ PEREIRA, José Fernandes – Artista. In PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, p. 52.

²⁶¹ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto Na época Moderna*. Lisboa: Edições Inapa. 2001, p.36.

²⁶² PEREIRA, José Fernandes – *História da Arte Portuguesa*. Círculo de Leitores. Barcelona, 1995. Vol. III.

²⁶³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *Op. Cit.*

²⁶⁴ “Arquitetura Civil” In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Direção de José Fernandes Pereira; Coordenação de Paulo Pereira. Editorial Presença, Lda. Lisboa, 1989, pp.41-42.

²⁶⁵ *Idem, Ibidem*, p.42.

nos contratos notariais existentes nos arquivos consultados, como já foi referenciado, não se revelou profícua como inicialmente pensávamos, relativamente a estes e à arquitectura senhorial, o que não obsta a que eles possam ter deixado a sua influência artística e estética. Não possuímos contratos de obras que o atestem, apenas temos como objeto/testemunho os próprios edifícios.

Nos finais do século XVII – inícios do século XVIII, destacámos no plano da arquitectura a figura de Carlos Gimac²⁶⁶, arquiteto maltês, cuja atividade no nosso país está intimamente ligada aos edifícios da Ordem de Cister. A fama que granjeia em Malta é determinante na sua vinda para Portugal ao serviço do bailio de Leça, por volta de 1695, com o intuito de dirigir a construção do seu palácio que pretendia erigir em Tabuado, Marco de Canavezes. Porém, com a súbita morte do encomendador em 1696, as obras foram suspensas, mas o prestígio de Carlos Gimac fora mais longe. Segundo Paulo Varela Gomes²⁶⁷, nesta data o arquiteto teria partido para Salzedas encetando diversas reformas no mosteiro de Santa Maria, onde se encarregou do risco da “*magestosa fachada barroca, de feição maltesa, e possivelmente a sacristia, o claustro novo, e as escadas de quatro lances (hoje em propriedade particular) que assentavam sobre pilares soltos*”²⁶⁸. Esta empreitada, sob a sua direção, ter-se-ia prolongado até 1703, altura em que Carlos Gimac se desloca a Arouca a pedido das monjas para executar o risco da nova igreja e coro do mosteiro de Santa Maria²⁶⁹, dado o “*miserável estado*” em que se encontrava em 1702. A sua edificação teria ocorrido entre 1704-1718, mas já sem a presença do arquiteto maltês, referenciado por volta de 1704 em Lisboa, onde se manteve até 1712. Posteriormente

²⁶⁶ PIMENTEL, António Filipe – *Carlos Gimac*, In “Dicionário da Arte Barroca em Portugal”. Editorial Presença. Lisboa, 1989; PEREIRA, José Fernandes – *Arquitetura barroca em Portugal*. In Coleção “Biblioteca Breve”, série Artes Visuais, vol. 103. Edições do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Lisboa 1992, pp.39-40; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Das Construções e das Reconstruções: A Memória de um Mosteiro (Santa Maria de Arouca – séc. XVII/ XX)*, vol., Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2003, pp.388-455. In QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Op. Cit.*, p.129.

²⁶⁷ GOMES, Paulo varela – *A Ordem de Malta em Portugal*. Edições INAPA. Lisboa, 1992. In QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Op. Cit.*

²⁶⁸ GAMBINI, Lígia Inês e SOARES, João Nuno Mendonça – *Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: o enigma das origens, campanhas artísticas, reformulações estéticas...viagens e revisitações*. In Atas do “Colóquio Internacional Cister. Espaços, Territórios, Paisagens”, vol. Edições do Departamento de Estudos do IPPAR. Lisboa, 2000, pp.283-296. In QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Op. Cit.*

²⁶⁹ A presença de Carlos Gimac em Arouca, a partir de Salzedas, deveu-se aos estudos de Ayres de Carvalho na sua obra *D. João V e a Arte do seu Tempo*. Vol. II. Lisboa, 1962, pp.244-274. Cf. SERRÃO, Vítor – O Barroco. In “História da Arte em Portugal”. Coleção Biblioteca da Arte. Vol. 4. Editorial Presença. Lisboa, 2003, p.174. segundo o autor, Carlos Gimac “*teria projetado a igreja nova do Mosteiro de Arouca (Sousa Viterbo, 1899), sendo chamado depois ao de Salzedas, da mesma ordem, para traçar hipoteticamente as obras de reconstrução do cenóbio medieval (Ayres de Carvalho, 1962)*”.

Todavia, parece-nos mais lógico, dada a proximidade de Marco de Canaveses com Salzedas, ter-se deslocado primeiro a este mosteiro e depois a Arouca, até porque em 1704, segundo Nelson Correia Borges, o arquiteto teria passado pelo mosteiro de Lorvão, segundo um assento de despesa justificado no Livro da Mordomia de Lorvão. Vide BORGES, Nelson Correia – *Lorvão e Arouca: relações artísticas de mosteiros irmãos*. In Atas do “I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória”, vol. I. Porto/Arouca. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p.440. In QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Op. Cit.*

partiu para Roma integrando a embaixada extraordinária ao Papa, onde acabou por morrer em 1730, tendo deixado a sua obra-prima na cidade papal, a convite do Cardeal D. Nuno da Cunha, em 1721: a remodelação da Basílica de Santa Anastácia.

A par de Carlos Gimac e também ao serviço do mosteiro de Santa Maria de Arouca, destaca-se outro nome sonante ligado à arquitetura e à talha com atividade documentada desde 1718 até 1761, Gaspar Ferreira. Este arquiteto, artista conimbricense delineou as estantes para os livros da Biblioteca da Universidade de Coimbra entre 1719 e 1724²⁷⁰. Trata-se de um criador local, com obras de arquitetura em Mangualde, trabalhando também em Viseu como entalhador, para além de trabalhos em Coimbra (claustro e portaria de Santa Clara-a-Nova), Mosteiro do Lorvão e hospital de Montemor-o-Velho²⁷¹. Temos dados documentais da superintendência de obras deste arquiteto nesta área geográfica do interior beirão onde contribuiu para a adoção de formas artísticas mais próximas das que se praticavam em Coimbra e na capital²⁷².

Outro arquiteto e um dos expoentes máximos da talha joanina portuense, vindo de Lisboa e referenciado na diocese de Lamego, é Miguel Francisco da Silva²⁷³. A sua obra documentada atesta a sua passagem, a pedido das monjas cistercienses, pela igreja do mosteiro de Santa Maria de Arouca em 1733, onde apresentou um risco, tendo em vista grandes alterações na tribuna do retábulo-mor²⁷⁴. Apesar desta intervenção não possuímos dados notariais que o possam ligar efetivamente à arquitetura senhorial da região lamecense.

O arquiteto, entalhador, imaginário e escultor, João Correia Monteiro, natural de Guimarães, e residente em Ferreirim, Sernancelhe executou uma vasta obra de pedraria²⁷⁵ na região de Viseu e Lamego²⁷⁶.

²⁷⁰ PEREIRA, José Fernandes – O Barroco do Século XVIII; in *História da Arte Portuguesa*; direção de Paulo Pereira; vol. III; Do Barroco à Contemporaneidade; Círculo de Leitores; 1997. p.119. O arquiteto Gaspar Ferreira esteve ativo entre 1718-1761.

²⁷¹ PIMENTEL, António Filipe; *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*; direção de José Fernandes Pereira; coordenação de Paulo Pereira. Editorial Presença. Lisboa 1989, pp.187-188.

²⁷² PIMENTEL, António Filipe; *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*; direção de José Fernandes Pereira; coordenação de Paulo Pereira. Editorial Presença. Lisboa 1989, p.187.

²⁷³ A respeito da vida e obra de Miguel Francisco da Silva vide FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - *Miguel Francisco da Silva*, in “Dicionário da Arte Barroca em Portugal”. Editorial Presença. Lisboa, 1989; *Breve ensaio sobre a obra de Miguel Francisco da Silva*, in Revista “Poligrafia”, n.º2. Centro de Estudos D. Domingos Pinho Brandão. Arouca, 1993, pp.71-101.

²⁷⁴ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *O Barroco nas Casas Cistercienses em Portugal. A organização do espaço sacro no Mosteiro de Arouca e a talha dourada nos séculos XVII e XVIII*. In Atas do “II Congresso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal”, vol. III. Ourense, 1998, p.1071; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Das Construções e das Reconstruções: A Memória de um Mosteiro (Santa Maria de Arouca – Séc. XVII / XX)*. Vol. I. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2003, p.404.

²⁷⁵ “Mestre de Arquitetura Maginária”, “Mestre de entalhador”, “Mestre de Geometria” ou “Mestre escultor” – assim designado em alguns instrumentos notariais – deixou o Minho natal, onde morava, na rua da Lixa, comarca de Guimarães, para vir fixar a sua residência na Beira (...) Nesta província, ao longo de trinta anos, pelo menos, desenvolveu intensa atividade, arrematando grande número de obras de entalha e de pedraria, e fazendo discípulos, entre eles seu filho Timóteo Correia Monteiro. ALVES,

2.2. Mestres pedreiros, carpinteiros.

O livro *Advertencias aos modernos, que aprendem o officio de pedreiro, e carpinteiro*²⁷⁷, de Valerio Martins de Oliveira, mestre pedreiro, de Lisboa, datado de 1757, dá-nos diretrizes sobre estes ofícios que deveriam ser observadas pelos respetivos à época. O livro teve várias edições, sendo que a 3.^a foi acrescentada “com o que pertence ao Officio de Carpinteiro”, de forma mais desenvolvida. Relativamente ao ofício de pedreiro, o livro indica o conhecimento que este, os oficiais e juizes de pedreiro deveriam ter sobre as Ordenações do Reino, relativas aos edifícios, serviços e certidões da profissão (“Pedreiro. Convemlhe muito faber o titulo da Ordenaçáo do Reyno, que trata dos edifícios, e servidoens, para quando passarem suas certidoens²⁷⁸; “Ordenação (do Reyno.) Refere-se o que dispoem a respeito dos edifícios, e fervidoens. He muito importante, que a saibaõ os Officiaes, e Juizes do Officio de Pedreiro²⁷⁹”). Esta obra refere a necessidade dos pedreiros e carpinteiros, assim como todos os oficiais mecânicos dominarem a geometria, para a arte de traçar²⁸⁰.

Segundo o regimento de pedreiros, estes tinham estipulado à partida o que deveriam saber fazer e serem enquanto pretendentes submetidos a um exame de pedreiro, por parte dos examinadores dos ofícios respetivos:

“O que se quizer examinar de alvenaria, deve saber conhecer a terra, e o lugar onde começar a obra, segundo o que o terramento for, e o lugar em que houver de fundar, e saberá abrir os alicerces convenientemente à obra, que há de fazer; deve saber lavrar huma fiada de cabeças bem estrocida, e igualada, rebada, e farta de cal, e sendo no verão auguada: assim como fizer cada fiada, deve saber dar seus terços à cal mais forte, ou menos forte; há de saber fazer muito bem huma chaminé, e dar-lhe a sua conta, com a sua regua, e prumo, segundo a sua largura, e altura; há de saber fazer hum portal de tijolo, huma janella, hum armário, e huma cantareira, e fachar tudo como a cada obra pertence, e meter simalhas em ayamentos, fachar abobedas, assentar pedrarias de toda a sorte, e tudo o mais, que então se usar; saberá bem telhar, fazer huma beira, e sobrebeira, e sua ponta, como deve saber qualquer bem Official. E sendo caso, que o que quizer examinar de alvenaria, souber lavrar hum peitoril de pedra, humas sedas, humas couceiras, huns botoens, e hum cunhal, por serem pessas, que pertencem à alvenaria,

Alexandre – *Artistas e Artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*. Governo Civil do Distrito de Viseu, 2001, Volume III, pp.245-258.

²⁷⁶ Obras na Diocese de Viseu: tribuna da igreja do convento de Santo António de Maçorim, Viseu (1749). Obras fora da Diocese de Viseu: Nicho da sacristia da Sé, Lamego (1757). EUSÉBIO, Maria de Fátima dos Prazeres – *A Talha Barroca na Diocese de Viseu*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte em Portugal. Faculdade de Letras do Porto. Porto 2005, vol.1., Anexos II, Quadros: entalhadores, esculptores, douradores, pintores, ensambladores, riscadores.

²⁷⁷ *Advertencias aos modernos, que aprendem o officio de pedreiro, e carpinteiro*. Valerio Martins de Oliveira (mestre pedreiro).

²⁷⁸ *Idem, Ibidem*, pp.145, 152, 162.

²⁷⁹ *Idem, Ibidem*, pp.15, 183-184.

²⁸⁰ *Idem, Ibidem*, pp.20-21.

poderão ser examinados das ditas peggas com a dita alvenaria²⁸¹. Relativamente ao exame de Taapeiro:

“E o que se quizer examinar de Taapeiro, saberá fazer hum cunhal de tijolo, e huma taipa com o seo formigão, e hum alicerse bem fundado, e dará a razão da terra, e da tempera della²⁸²”.

Ainda sobre o exame dos pedreiros: “Todo Official, que se quizer examinar do Officio de Pedreiro de pedraria, fará huma escada com o seu mainel traçada, e contrafeita assentada, e fará hum portal em sua conta com seu sobrearco capialçado, e traçará, e contrafará huma columna Dórica com sua base, e capitel, e toda a obra acima dita, e será contrafeita em barro; e os Examinadores a verão obrar de mãos para lhe constar da sua suficiência, e o mais que no tempo se usar²⁸³”.

Sobre o exame do ofício de carpinteiro, este deveria fazer-se na casa das consultas do santo patriarca, pelos examinadores desse ofício: “Quando alguém se quizer examinar do Officio de Carpinteiro de casas, os Juizes Examinadores deste Officio com o Escrivão geral da Bandeira; onde não sendo o pretendente conhecido por Official do Officio, ou pelo ter aprendido, será este obrigado a apresentar certidão do Mestre com quem aprendeo o mesmo Officio, em termos, que se lhe haja de dar credito. Depois que os Examinadores do mesmo Officio, perante o seu Escrivão geral, preguntarem ao Examinando pelas cousas principaes do seu Officio, como por exemplo as regras de hum madeiramente, para se haver de cobrir hum edifício, as formas de frechaes, e de barbates, que se devem observar; armandolhe por idéa huma casa esconça, para a idéa de hum madeiramento, como tambem pelo mais que possa crescer. Assim mais lhe terão papel prompto em branco, com regua, e compaço, e penna de lápis, para no mesmo papel mostrar o Examinando as figuras, que se lhe houverem de pedir; e caso, que não saiba o dito Examinando responder às perguntas, que lhe fizerem, será escusada mayor deligencia; e os ditos Juizes Examinadores assinarão ao dito Examinando tres mezes, para nelles aprender, e se exercitar no que houver de responder e deleniar. Porém se ainda assim o não satisfizer, findo o dito termo, por nenhum modo o aprovarão em quanto não constar do seu adiantamento: porém aquelle que satisfizer com prontidão ao que se lhe preguntar, e ao que se lhe mandar delinear, será logo aprovado, e se lhe dará sua certidão de aprovação para usar como Mestre de seu Officio²⁸⁴”.

O elenco das obras apresentadas relativas aos mestres são elucidativas do alcance do trabalho desenvolvido por obreiros da região e, permite-nos aferir também que a reputação alcançada por estes artistas poderá justificar a sua nomeação direta por diferentes encomendadores. A realização de contratos registados em notário, extravasando a relação de confiança entre os intervenientes e implicando custos despendidos com esse ato leva-nos à

²⁸¹ *Idem, Ibidem*, pp.147-148.

²⁸² *Idem, Ibidem*.

²⁸³ *Idem, Ibidem*, p.149.

²⁸⁴ *Idem, Ibidem*, pp.150-151.

existência de grandes e médias oficinas a laborar no aro de Lamego, com alguma concorrência entre si.

O estatuto social e económico, por parte dos promotores destas encomendas era alto, em relação com os artistas envolvidos. Assim, de acordo com os atos notariais, de seiscentos e de setecentos, possuímos informações documentais, nomeadamente contratos, que nos permitem identificar, os seguintes artistas, e o virtuosismo da sua técnica:

ANTÓNIO DE BASTOS

Mestre pedreiro, morador na rua de S. Lázaro, da cidade de Lamego, riscou a planta para as casas que José Teixeira de Macedo pretendia edificar defronte da Sé de Lamego²⁸⁵. Este encomendador era filho de Simão Francisco Brochado. Foi-lhe atribuído através de uma carta, a profissão do “Hábito de Cristo”, em 3 de dezembro de 1697²⁸⁶. Recebeu “Carta de Padrão”, com uma “Tença de 6\$000 rs e Hábito”, em 12 de fevereiro de 1701²⁸⁷. Apresentou diligência de habilitação para o Tribunal do Santo Ofício²⁸⁸. Este encomendador, José Teixeira de Macedo foi avô de Manuel Carlos Teixeira Pimentel de Carvalho, senhor do morgado de Guiães e por essa linha genealógica, antecessor de José Taveira Pimentel de Carvalho e Menezes, nascido a 6 de setembro de 1778 em Lamego e falecido a 16 de dezembro de 1886 no Porto, 1º Visconde de Guiães, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Coronel das Milícias de Lamego²⁸⁹. Esta designação de Guiães veio a dar o nome pela qual a casa é designada ainda na atualidade.

O Mestre pedreiro António de Bastos em maio de 1702, com o seu colega Manuel Pais, arrematou uma obra de pedraria, “da cozinha para diante”, no Mosteiro de Santo António de Ferreirim²⁹⁰.

Na opinião de Vergílio Correia, o mestre António de Bastos, “pedreiro e arquiteto”, era “artista de certa nomeada nos fins do século XVII e começo do XVIII, a quem Lamego deve a traça e a obra de alguns dos seus velhos palácios²⁹¹. Vergílio Correia escreve sobre ele: “É o autor da planta da casa apalaçada que se ergue defronte da Sé, (...) e que foi levantada em 1701 pelos mestres pedreiros Bento de Castro, Manuel Cardoso e Manuel Roiz²⁹².”

A reputação alcançada por este artista terá justificado a sua nomeação direta por diferentes clientes, para adjudicação de obras lamecenses.

²⁸⁵ ALVES, Alexandre – *Artistas e Artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*. Vol. I, p.131 e 131v.

²⁸⁶ ANTT. PT – RGM. *Registo Geral de Mercês de D. Pedro II*, liv. 11, fl.240.

²⁸⁷ ANTT. PT – RGM. *Registo Geral de Mercês de D. Pedro II*, liv. 14, fl.45.

²⁸⁸ ANTT. PT – TSO. *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, José*, mç. 144, doc. 2827.

²⁸⁹ Ver genealogia de José Teixeira de Macedo, na ficha de inventário da casa da Viscondessa de Guiães, ou dos Silveiras, no Volume 2, desta Tese.

²⁹⁰ ALVES, Alexandre – *Artistas e Artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*. Vol. I, p.131 e 131v.

²⁹¹ CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*. Subsídios para a História da Arte Portuguesa, vol. XI. Imprensa da Universidade. Coimbra, 1923, p.7.

²⁹² *Idem, Ibidem*.

BENTO DE CASTRO

Pedreiro, morador na rua da Pereira, da cidade de Lamego, contratou fazer as casas de José Teixeira de Macedo, defronte da Sé daquela cidade. Nesta obra, cuja escritura de obrigação é datada de 8 de maio de 1701, entraram também como sócios os mestres pedreiros Manuel Cardoso e Manuel Roiz²⁹³. Sobre este pedreiro diz-nos Vergílio Correia: “Foi um dos autores da construção da casa apalaçada que se ergue em frente do adro da Sé, e que ostenta ainda sobre o portal um escudo de armas, talvez as de José Teixeira de Macedo, que mandou executar a obra. A fl. 15 v.º do Livro de Notas de João Lobo Pimentel, de 1701 a 1703 (hoje cartório Jacinto), encontra-se o seguinte documento, que transcrevo integralmente, referente à obra e seus autores e executantes: - “Escritr.^a de contrato q fes Jose Teyx^{ra} de Masedo desta Cid.^e com Bento de Castro da Rua da Pereira e M.^{el} Cardoso da Rua Torta ambos desta Cid.^e e M.^{el} Roiz do lugar de Sepais tr.^o desta Cid.^e todos pedreiros – Saibão q.^{tos} ... de mil setecentos e hum, oito dias de maio, nesta Cid.^e de Lam.^o em cazas e m.^{as} de L.^{do} Simão Teyx.^{ra} Leitão onde eu t.^{am} fui sendo ahi prez.^{te} Joseph Teyxra de Masedo desta Cid.^e e Manuel Cardoso pedreiro da rua torta desta Cid.^e e Bento de Castro pedr.^o da rua da Pereira da mesma Cid.^e e M.^{el} Roiz pedreiro do lugar de sepais tr.^o desta Cid.^e todos p.^{cas} bem conhecidas de mim t.^{am} e tes^{tas} ao d.^e asin.^{das} no fim desta nota e logo plo dito José Teyx.^{ra} de Masedo foi d.^{to} q ele estava comtratado com os d.^{os} Bento de Castro e M.^{el} Cardoso e M.^{el} Roiz q presentes estavam de lhe fazerem huas cazas sitas defronte da See desta Cid.^e na forma da planta assinada por An.^{to} de Bastos e q farão a braça de alvenaria a tres mil e outocentos reis cada braça e cada braça de petipé de cantaria a sinquo mil reis e cada braço de silharia dos cunhais sinquo mil reis e cada jenela das logeas de assentos na frontaria pla medida da planta a seis mil e coatro sentos reis e cada jenela rasgada da frontaria na forma da planta a catorze mil e duz^{tos} e sinq.^{ta} reis; a porta da rua com o assento da pedra das armas abrindo as ele d.^{to} José Teyx.^{ra} as armas por sua conta trinta mil reis, e todas as mais portas de dentro asi de alcobas como adegas, e das mais cazas do tamanho e grandeza das casas do R.^{do} Ar.^{do} da See a seis mil e coatrocentos reis e todas as mais gornisois q a planta pedir plo preso da escritr.^a q se fez ao R.^{do} Ar.^{do} das suas cazas q estão nas minhas notas, e asi farão mais os caleiros de cantaria em sima das paredes adonde for necessário cada palmo a seis vinteis com suas gargolas na mesma forma e abrirão os aliserses por sua conta e farão as estadas por sua conta dando as traves e quinze dúzias de madeira caibros e taboois e lhe descontarão no preso o dr.^o q ele lhe hade dar da d.^a obra trezentos e trinta mil reis pla pedra velha das ditas cazas e lhe farão os cunhais q fiquão p.^a a p.^{te} do campo de cantaria medindo-se por alvenaria lavrados de cabeça de gattoo lhe discontarão o vão das cazas de genelas e portas e farão hua parede no cabo da baranda velha a setec^{tos} e sinq^{ta} reis a braça pondo-lhe a genela da sala da sua caza no m.^o da parede, a medisão dos cunhais da frontaria se medirão pla p.^{te} donde são lavradas e terão na

²⁹³ ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*, Vol. I, p.179.

largura das paredes conforme as do R.^{do} Ar.^{do} da See e levarão as paredes como as demais e farão hua chiminé no salão detraz das armas na forma da do R.^{do} do Ar.^{do} e plo mesmo preso e não meterão pedra nenhuma da velha nas prim.^{tas} tres cazas de diante nem levarão pedra preta se não toda branca asi portais como a escada e a mais pedra de cantaria q as d.^{tas} cazas tem servirão nos portais de dentro e asi farão a escada em preso de sento e sinquo mil reis cabendo arco se fara com ele e não cabendo arco sera com colunas e capiteis e sera vista por ofesiaais...”²⁹⁴.

MANUEL CARDOSO

Pedreiro, morador na rua Torta, da cidade de Lamego. Com Bento de Crasto e Manuel Roiz, contratou fazer as casas de José Teixeira de Macedo, defronte da Sé de Lamego. (1701)²⁹⁵. O registo notarial dá-nos a adjudicação desta empreitada, mediante o risco da planta de arquitetura à vista, assinada por António Bastos (arquiteto e pedreiro), bem assim como a explicitação da quantia mensal a ser paga (lanços mensais, não especificando o tempo de durabilidade e término da obra), através do contrato celebrado entre o promotor da encomenda, José Teixeira de Macedo, e os três artistas, Manuel Cardoso, Bento de Crasto e Manuel Roiz:

“Escritura de contrato que fez José Teixeira de Macedo, desta cidade, com Bento de Crasto, da Rua da Pereira, e Manuel Cardoso, da Rua Torta, ambos desta cidade, e Manuel Roiz, do lugar de Cepões, termo desta cidade, todos pedreiros.”

Em 8 de maio de 1701, perante o tabelião João Lobo Pimentel, dizia José Teixeira de Macedo que ele tinha contratado com os sobreditos mestres pedreiros, “de lhe fazerem umas casas defronte da Sé desta cidade, na forma da planta assinada por António Bastos”, pelo preço, além do mais, de Quarenta mil réis em cada mês”²⁹⁶.

JOÃO CARDOSO

“Mestre de cantaria”, morador em Nazes, perto de Lamego. Em 1680, contratou elevar as paredes da igreja da Misericórdia de Lamego, e em 1683, juntamente com Francisco Lourenço, tomou à sua conta a obra da frontaria das casas de Miguel Álvaro Pinto da Fonseca, naquela mesma cidade²⁹⁷. Este encomendador era filho de Bernardo da Silveira Pinto, e recebeu por alvará, o foro de “Moço Fidalgo”, em 20 de dezembro de 1741²⁹⁸. Também por alvará recebeu o foro de “Fidalgo Escudeiro”, em 8 de janeiro de 1742²⁹⁹.

Os atos notariais dão-nos o ajuste da empreitada da obra da frontaria das casas, entre o “mestre de cantaria”, João Cardoso, e o promotor da encomenda, Miguel Álvaro Pinto da

²⁹⁴ CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*, pp.11-13.

²⁹⁵ ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*, Vol. I, p.165.

²⁹⁶ A.D.V., Notas de Lamego, L. 522/89, fls.15 v. – 16 v. In ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*

²⁹⁷ ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*, Vol. I, p.159 e 159 v. e 161.

²⁹⁸ ANTT. PT – RGM. *Registo Geral de Mercês de D. João V*, liv. 32, fl.380.

²⁹⁹ ANTT. PT – RGM. *Registo Geral de Mercês de D. João V*, liv. 32, fl.380.

Fonseca, explicitando as cláusulas relativas às diretrizes a que devia obedecer, em conformidade com a traça que apresentava, bem assim como o lanço total da obra (não explicitando o tempo da durabilidade, bem como o prazo do término da mesma):

Em 20 de abril de 1683, “nesta cidade de Lamego, nas casas das moradas de Miguel Álvaro Pinto da Fonseca, Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Cavaleiro do Hábito de Cristo (...), aí apareceu presente o dito Miguel Álvaro da Fonseca e bem assim João Cardoso, de Nazes, arrabalde desta cidade, e Francisco Lourenço, outrossim da mesma cidade (...) foi dito pelo dito Miguel Álvaro Pinto da Fonseca que ele estava contratado com os ditos João Cardoso e Francisco Lourenço, mestres de cantaria, de lhe fazerem a frontaria das suas casas em que vive, nesta cidade, para a parte da rua, toda de alto a baixo, na forma da traça que da dita obra tinha, com seis janelas de sacada, ressaltadas por fora e por dentro, da melhor pedra que tem; este monte, com três frestas de cinco palmos de largo feitas na forma das portas, com mais uma porta na dita frontaria, na forma da dita traça, essa alteada na forma das janelas, digo (sic), ressaltada por fora e revestida por cima com seu colarinho e Armas, por conta dele dito Miguel Álvaro enquanto ao abrir das Armas e trazer [a pedra] do monte, com declaração que se levantará o cunhal, e perto da obra pela parte de cima um palmo e meio fará o que demanda a traça, com o colarinho que nela está feito, que nela entrará o palmo e meio, e que eles se aproveitarão de toda a pedra da frontaria que está feita das ditas casas, exceto da ametade das cornijas, que essa será para ele dito Miguel Álvaro para outra obra que queria fazer; a qual obra será muito bem feita, escoada, todas as janelas de pedra nova e o mais que for necessário (...) por preço de Duzentos e cinquenta mil réis...³⁰⁰”

FRANCISCO LOURENÇO

“Mestre de cantaria”, natural da cidade de Lamego. Em 20 de abril de 1683, de parceria com o seu colega João Cardoso, fez a obra da frontaria das casas de Miguel Álvaro Pinto da Fonseca, em Lamego³⁰¹.

ANTÓNIO COELHO

António Coelho, pedreiro. “No livro de Notas de Diogo de Morais, do ano de 1584 (hoje no cartório de Jacinto M. da Cruz), a fl.48, encontra-se uma “Obryguação antre bryatis. Cerq^{ra} e ãt^o coelho darneiroz” feita em 16 de março de 1584, em que o mestre pedreiro se compromete a fazer a obra das paredes de Beatriz Cerqueira, dona viúva, que estavam começadas “junto com o most^{ro} de S. Francisco”, paredes que partiam, de uma banda com casas de João Fernandes, serralheiro, e de outra com um muro do mosteiro³⁰².”

³⁰⁰ A.D.V., Notas de Lamego, L. 89/9, fls. 66-67. In ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*

³⁰¹ ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*, Vol.II, p.123.

³⁰² CORREIA, Vergílio – *Artístas de Lamego*, p.9.

ANTÓNIO BORGES

Mestre pedreiro, morador na Carreira de Fafel, subúrbios de Lamego, contratou fazer as casas de Gonçalo Guedes de Carvalho, junto à fonte de Almedina, naquela cidade³⁰³. O ajuste da obra foi celebrado, ficando explicitado no contrato celebrado entre o mestre pedreiro António Borges, “autor dos apontamentos” e o dito promotor da encomenda, a quantia da empreitada (especificação dos lanços, não sendo contudo regulamentado o tempo da durabilidade, bem como o prazo do término da mesma obra). Esta adjudicação foi registada em registo notarial de tabelião:

“Escritura de obrigação de obra da casa que faz António Borges, mestre pedreiro, ao Preclaríssimo Gonçalo Guedes de Carvalho, ambos desta cidade, pela quantia e condições nesta declaradas.”

Em 3 de outubro de 1797, “nesta cidade de Lamego, rua de Almedina dela casas do Preclaríssimo Gonçalo Guedes de Carvalho e Meneses, Tenente de Cavalos do Regimento de Bragança (...) o qual aí estava presente, e bem assim António Borges, mestre pedreiro morador na Carreira de Fafel, subúrbio desta dita cidade (...) e por ele António Borges foi dito (...) que por este público instrumento se obrigava por sua pessoa e todos os seus bens, havidos e por haver, a fazer a obra das casas que tem justo com o mesmo Preclaríssimo Gonçalo Guedes de Carvalho, na forma dos apontamentos (...) em preço e quantia certa de Quatrocentos e dois mil e quatrocentos réis pagos em quatro pagamentos iguais ...”. Estas casas seriam feitas “no sítio da Fonte da rua de Almedina, fazendo face com o tanque da mesma Fonte”. Tabelião, Manuel de Moura Almeida Seco³⁰⁴.

ANTÓNIO FERREIRA DA SILVA

Mestre pedreiro, morador em Santo Aleixo da Várzea, freguesia de Recião, termo de Lamego, tomou a seu cargo a execução das obras seguintes:

- 1708, 15 de março – demolir e fazer de novo o mirante do convento das Chagas, da cidade de Lamego;

- 1708, 15 de dezembro – uma varanda de cantaria sobre o pátio da santa casa da Misericórdia de Lamego;

1710, 22 de abril – de sociedade com Simão Gonçalves o frontispício da igreja e a portaria do convento de Santo António de Ferreirim;

- 1714, 20 de março – o levantamento das paredes do corpo da igreja e ladrilho da casa do capítulo velho do mesmo convento;

³⁰³ ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*, Vol. I, p.136.

³⁰⁴ A.D.V., Notas de Lamego, L. 550/67, fls. 56-57. In ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*

- 1716, 15 de março – juntamente com Manuel Afonso, a igreja do lugar de Figueira, termo de Lamego;

- 1717, 9 de outubro – **o frontispício e outras obras da residência de Francisco Vaz Pinto, fidalgo da casa Real, na rua da Corredoura da cidade de Lamego;**

- 1719, 20 de agosto – a casa do repeso e talho do Açougue da mesma cidade³⁰⁵.

O ajuste da obra, em 9 de outubro de 1717, do frontispício e outras obras da residência de Francisco Vaz Pinto, fidalgo da Casa Real, na rua da Corredoura, da cidade de Lamego foi celebrado, ficando explicitado no contrato celebrado entre o mestre pedreiro António Ferreira da Silva, e o dito promotor da encomenda (que lhe deu os apontamentos da obra; de realçar a colocação de pedra de armas da família), a quantia da empreitada (especificação dos lanços, não sendo contudo regulamentado o tempo da durabilidade, bem como o prazo do término da mesma obra). Esta adjudicação foi registada em registo notarial de tabelião:

“Escritura de contrato de obra que faz Francisco Vaz Pinto, da rua da Corredoura, desta cidade, com António Ferreira da Silva, de Santo Aleixo, termo desta cidade de Lamego.”

Aos 9 de outubro de 1717, “nesta cidade de Lamego, na rua da Corredoura dela, aonde eu Tabelião vim às moradas donde mora Francisco Vaz Pinto, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, sendo ele aí presente, e bem assim António Ferreira da Silva, Mestre pedreiro e morador no lugar de Santo Aleixo, do termo desta cidade (...) e logo aí pelo dito Francisco Vaz Pinto, foi dito, em minha presença e das testemunhas, que ele estava contratado com o dito Mestre António Ferreira da Silva, de que lhe este lhe fizesse o frontispício das suas casas, na forma dos apontamentos e contrato que com ele tinha ajustado e celebrado, na maneira seguinte = Que havia de fazer o frontispício de pedra fina que se não diferencie daquela que tem, sem nódoas nem quinas quebradas, nem falta nas pedras, e as juntas bem juntas, que fique como a melhor cantaria que esta terra tem, com todas as alturas que pede pela parte do quintal, assim de perpianho como de alvenaria e também a que está feita da mais da que era obrigado por outro contrato; fará este frontispício todo de cantaria escodada, com os alicerces de novo, lavrados os cunhais como os da Capela-mor da Sé desta cidade, a sapa da faixa que saia das sacadas e vá ressaltar com uma almofadinha, outra faixa em cima com alquitrave e também cornija, vasas e capitéis e sacadas, tudo isto feito nos moldes que dera o dito Francisco Vaz Pinto, a cornija da parte do quintal será de pedra branca pelo molde da da rua, as “paroulas” da rua serão da mesma pedra fina, e lhe fará uma pia que lance fora ao pé do cunhal que fica para a parte do poente; as sacadas ou portais levarão tranqueiras e

³⁰⁵ In ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*, Vol. III, pp.159-160.

agulhas as que se costumam nas obras boas, terão estes portais as larguras e alturas que têm os da parte do quintal, o portão da rua e do souto serão também da altura e largura que quizer o dito Francisco Vaz Pinto, levando tranqueiras e agulhas que lhe forem necessárias, sem quebra nem defeito algum; **a pedra de Armas** lhe abrirá e alimpará o melhor que puder ser; estes portais todos serão ressaltados por dentro e fora que são três de sacada em cima, e em baixo o da rua e do sótão, e outrossim lajeará três fiadas de cantaria à porta da rua como as do pátio; a qual obra, na forma dos apontamentos acima, ajustei com o dito Mestre em preço certo de Cem mil réis para o dito Mestre... .” Por outras obras declaradas nesta mesma escritura de obrigação, receberia o Mestre pedreiro mais 80.000 réis.

Tabelião, João Batista³⁰⁶.

FRANCISCO DE EIRIM

Francisco de Eirim, pedreiro. O seu nome aparece numa “Escritura de obrigação da obra das cazas e lagares e Dornas tudo de pedraria q fas fr.^{co} de Eirim mestre pedr.^o natural do Reino da Galliza e assistente na v.^a de medello, a Joseph Luís do Desterro da Rua da Corredoira desta Cid.^e” exarada nas notas de João Batista em 7 de dezembro de 1732³⁰⁷.

ANTÓNIO MENDES COUTINHO

António Mendes Coutinho, pedreiro. Era, nos meados do século XVIII, um dos melhores mestres pedreiros da cidade, e como todos os bons mestres do ofício, meio empreiteiro e arquiteto. Em 1740 faz com mais três companheiros um contrato de sociedade, cuja publicação julgo digna de interesse, e que transcrevo de um “Livro de notas” de Vicente de Paiva Pinto, de 1738 a 1740 (hoje no cartório de Jacinto Cruz): - “Escritura de contrato e sociedade q fazem o mestre João Martins e João Lourenço e António Mendes e M.^{el} Monteiro, m.^{es} pedreiros, asis^{tes} nesta Cid.^e – Saibam quantos este publico introm.^{to} de escritura de contrato e sociedade virem q no ano do n. de n. s. j. c. de 1740 anos, aos 20 dias do mês de m.^{co} nesta cid.^e de Lam.^o em moradas de mim t.^{am} adonde apareserão presentes João Martins e João Lourenço e An.^{to} Mendes e M.^{el} Montr.^o mestres pedreiros todas pessoas bem conhecidas das testemunhas desta nota ao diante nomiadas e no fim della assinadas logo hi por eles foi dito q eles estavam ajustados entre todos de darem huns aos outros sociedade e entrada em toda e qualquer obra q coalquer deles thomar darquitectura pedraria ou carpintaria chegando o emporte della a cem mil reis dahi p.^a sima e assim declararam todos e cada hum por si in solidum de q tomando coalquer deles alguma obra das asima ditas e pelas d.^{as} q.^{tas} dariam huns aos outros

³⁰⁶ A.D.V., *Notas de Lamego*, n.º 416-3, fls. 52v.-54. In ALVES, Alexandre – *Op. Cit.*, Vol. III, pp.163-164.

³⁰⁷ CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*, p.14.

entrada na mesma obra e q em coalquer dellas q forem havendo ganancia ou perda sera por conta de todos...”

Nove anos depois, a 8 de maio de 1740, António Mendes, então “mestre pedreiro em as obras da Sé”, serve de fiador ao mestre escultor João Correia Monteiro na obra que este se obrigou a fazer na tribuna do Convento de Santo António de Viseu³⁰⁸.

JOÃO LOURENÇO

João Lourenço, pedreiro. Natural de Vila Nova de Cerveira, trabalhou em Lamego pelo menos de 1738 a 1740. Em 5 de setembro de 1738 assinou perante o tabelião Vicente de Paiva Pinto a escritura de fiança da obra de uma capela dos Passos, nas traseiras da igreja de Almacave³⁰⁹. Foi o mestre João Lourenço, um dos pedreiros que fizeram a sociedade em que quatro dos melhores pedreiros de Lamego se comprometiam a tomar em comum todas as obras de arquitetura, pedraria ou carpintaria que a qualquer deles fossem oferecidas³¹⁰.

JOÃO MARTINS

João Martins, pedreiro. Em 1740 fez com os seus colegas João Lourenço, António Mendes e Manuel Monteiro uma sociedade para arrematação de obras de arquitetura, pedraria e carpintaria³¹¹.

MANUEL MONTEIRO SUPICO

Manuel Monteiro Supico, pedreiro. Em 1740 associa-se com os seus colegas João Martins, João Lourenço e António Mendes para a execução de obras de arquitetura, pedraria e carpintaria. É, em 1751, uma das testemunhas da escritura do contrato da obra da tribuna da Senhora do Rosário, da Sé, feita por João Correia Lopes, mestre entalhador³¹².

Com alguma constância os artistas referenciados adjudicavam as obras em regime de parceria, conforme atestam os contratos em atos notariais assinalados e descritos, procurando assim corresponder à execução de empreitadas de superior envergadura e cumprir o estipulado com os promotores das encomendas da arquitetura civil, senhorial. Nestes contratos redigidos em notário não nos aparece a indicação explícita do prazo para a conclusão da obra arrematada, por parte dos promotores das encomendas. No entanto, a especificação da referência aos lanços de pagamento asseguraria o cumprimento e evitaria abusos. A alusão ao risco, traça e aos apontamentos é uma das variáveis consideráveis e presentes, orientando e condicionando o trabalho dos artistas. Infelizmente, não conhecemos nenhum dos riscos desta arquitetura civil de

³⁰⁸ CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*, pp.10-11.

³⁰⁹ CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*, p.37.

³¹⁰ CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*, p.38.

³¹¹ CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*, p.43.

³¹² CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego*, p.65.

Lamego e freguesias ribeirinhas, estudadas por nós. Contudo com base nos contratos é possível aferir que com frequência eles estavam presentes à partida na arrematação da obra. Certos contratos, como o celebrado em 1683, entre o “Mestre de cantaria”, João Cardoso e o encomendador Miguel Álvaro Pinto da Fonseca, para a obra da frontaria das casas que queria edificar na cidade de Lamego, temos a especificidade dos detalhes concernentes às características que a obra deveria apresentar, nomeadamente, seis janelas de sacada (preocupação com a regularidade das aberturas, e sua simetria na fachada), certo número de portas, presença de armas (pedra de armas, certamente), e o tipo de pedra (obrigatoriamente nova, visando garantir a qualidade da obra, e não se encontrando qualquer alusão a taipa na sua execução) que deveria ser utilizada. Para além da referência às suas dimensões “de lhe fazerem a frontaria das suas casas em que vive, nesta cidade, para a parte da rua, toda de alto a baixo, na forma da traça que da dita obra tinha”, é relevante assim, o cuidado estético que denotam as especificidades deste contrato notarial.

2.3. Artífices e trabalhadores/ mobilidade de quadros socioprofissionais

Ao longo dos séculos XVII e XVIII fruto de uma conjuntura política e económica interna favorável que se repercutiu em outros setores da sociedade como a cultura, a religião e as artes, a mobilidade dos artistas no território nacional foi enorme³¹³. Esta conjunção de fatores revelou-se determinante não só no aumento da atividade artística e dos ofícios, mas também no seu número³¹⁴.

Recuperada a Independência de Portugal em 1640, após sessenta anos sob domínio espanhol, e concluída a paz com a Espanha em 1668, o país, pouco a pouco, conhece um período de acalmia e prosperidade lançando as bases da centralização do poder que se irão revestir de grande importância a todos os níveis. A subida ao trono de D. João V, “O Magnânimo”, em 1707, foi fulcral no eclodir do barroco português, ao qual não foram alheias as descobertas das minas de ouro e diamantes do Brasil e o seu afluxo ao território nacional que em muito contribuiu para o crescimento artístico. O espírito ambicioso e o gosto requintado aliado à sua inteligência e cultura fizeram do monarca português o grande mecenas³¹⁵,

³¹³ MACEDO, Jorge Borges de – *Do ouro aos diamantes: Portugal no século XVIII. Uma perspetiva*. In Catálogo da Exposição “O Triunfo do Barroco”. Fundação das Descobertas. C.C.B. Lisboa, 1993, pp.21-29.

³¹⁴ QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *A Importância da Sede do Bispado de Lamego na difusão da estética retabular: tipologias e gramáticas decorativas nos séculos XVII-XVIII*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte em Portugal apresentada à Universidade do Porto. F.L.U.P. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2006, vol. I, p.123.

³¹⁵ CARVALHO, Ayres de – *A ação mecénática joanina e a Roma Papal*. In Catálogo da Exposição “O Triunfo do Barroco”. Fundação das Descobertas, C.C.B., Lisboa, 1993. Citado In QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Op. Cit.*

procurando trazer para a sua corte os melhores artistas nacionais e estrangeiros, assim como se encarregou da importação de um grande número de obras de arte.

Já desde o século XVI que Lamego possui um grande número de artistas naturais e residentes, responsáveis por inúmeras obras de vulto³¹⁶. Organizados por mestres que regulamentavam os ofícios, esta organização manteve-se ao longo dos séculos XVII e XVIII, não podendo exercer atividade quem não possuísse licença profissional, sob pena de incorrerem em pesadas coimas³¹⁷. Estamos-nos a referir à arte da talha, a qual não podemos dissociar da arquitetura civil, dada a manifesta mobilidade destes artistas de uma arte para a outra, no território nacional.

A desenfreada ação mecenática ocorrida nos séculos XVII e XVIII aliada a este período de prosperidade despoletou por todo o país a deslocação de artistas e artífices das suas terras de origem³¹⁸. A Academia Real de História Portuguesa teve também um papel importante na vinda de artistas de outros países, fazendo com que a sua deslocação ocorresse no território nacional.

A mobilidade de artífices e trabalhadores, dos quadros socioprofissionais resultava dos imperativos de mercado, determinando que “para viver da sua profissão e manter todos aqueles que consigo trabalhavam, o mestre tinha de estar permanentemente em atividade, executando empreitadas que arrematava, algumas vezes fora da sua área de residência³¹⁹”. Esta realidade que se verificava entre os artistas e artífices da talha, também se aplicava aos da pedra, e da arquitetura civil senhorial.

A localização geográfica de Lamego beneficiando das suas vias fluviais, com os rios Douro, Coa e Távora, sobretudo com o primeiro, permitia a entrada de artistas de outras regiões do país. E, do espaço lamecense, constituía-se uma abertura para outras zonas, numa inter-relação contínua. A cidade e as suas freguesias tornavam-se locais de assimilação de novos conceitos artísticos e estéticos que estes artistas introduziam.

2.4. A estadia de Nicolau Nasoni

Ao debruçarmo-nos sobre a obra deste arquiteto, deparamo-nos com uma escassa bibliografia, nomeadamente com a existência de dois estudos biográfico-artístico do artista: de Robert Smith, em *Nicolau Nasoni, Arquiteto do Porto* (Livros Horizonte, 1966); e *Vida e Obra*

³¹⁶ A respeito dos artistas e artífices que trabalharam em Lamego nesta época *vide* COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Renascimento I, Vol. III. Braga, 1982, pp.315-354. In QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Op. Cit.*

³¹⁷ QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Op. Cit.*, p.126.

³¹⁸ QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Op. Cit.*, p.126.

³¹⁹ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Arte da talha no Porto na Época Barroca (Artistas e clientela. Materiais e técnica)*. Arquivo Histórico. Câmara Municipal do Porto. Porto, 1989, p.113.

de Nicolau Nasoni, de Maria Amélia Abreu Braga, tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1959). Mais recentemente afirmaram-se os estudos que resultaram de uma tese de mestrado, de Duarte Nuno Oliva de Frias, *A Pintura Decorativa de Nicolau Nasoni na Sé de Lamego*, apresentada à Universidade Lusíada (2003); a tese de mestrado, de Manuel Montenegro de Figueiredo Moreira da Silva, *Nicolau Nasoni e a Arquitetura Civil, As Villas do Cerco do Porto*, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (2009/2010); e a tese de doutoramento de Giovanni Battista Tedesco, *Nicolau Nasoni. Formação de um Pintor e de um Artista da Arte Efémera em Itália (1691-1723)*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2012).

Nicolau Nasoni, filho mais velho do casal Giuseppe Francesco Nasoni e Margarida Nicolai de Rossis, nasceu a 2 de junho de 1691 em São João de Valdarno de Cima da diocese de Fiesole, no Grão-Ducado da Toscana – Itália³²⁰. A família Nasoni vivia numa região onde o comércio tinha um importante papel no fim de séc. XVII, marcada pela rivalidade mercantil entre as cidades de Siena e Florença. Giuseppe Nasoni era administrador de bens de uma casa de comércio. O contacto de Giuseppe com burgueses ou senhores de outras paragens poderá, de certo modo, ter influenciado o futuro do filho. O período infantil e juvenil de Nicolau Nasoni não foi, até hoje, documentado de forma a podermos fundamentar alguns aspetos da sua vivência em Siena. Significativo é o estudo de Ettore Romagnoli – *Biografia Cronologica di bellartisti senesi dal secolo XII a tutto il XVIII*³²¹. Conforme nos diz o referido autor, “Nasoni foi discípulo de Nasini³²² no desenho figurativo mas não se limitou só a isso, pintou em suportes arquitetónicos e, neste aspeto, foi muito versado³²³”.

Na arquitetura terá tido outras influências³²⁴, talvez de Vincenzo Ferrati³²⁵, um pintor de arquiteturas efémeras, aplicadas a eventos sociais e religiosos, como procissões e outras celebrações.

³²⁰ FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *A Pintura Decorativa de Nicolau Nasoni na Sé de Lamego*. Tese de Mestrado em História de Arte. Universidade Lusíada. 2 Volumes. Lisboa, 2003, p.14.

³²¹ Para descrever um pouco este período, tem-se como apoio importante a obra deste estudioso do século XIX, que insere uma pequena biografia intitulada “Nicolò Nasoni, pittore, incisore ed architetto”, onde relata algumas facetas do artista Nicolau Nasoni em Siena. Documento citado por COUTINHO, Bernardo Xavier – “Nicolau Nasoni, arquiteto da igreja dos Clérigos, pintor em Siena, La Valetta e Porto”, *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*, Tomo XV, Lisboa, 1974, p. 12. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*, p.17.

³²² Giuseppe Nicola Nasini (1657-1736), era aluno de Francesco Nasini. Mais tarde, G. Nicola Nasini e Ciro Ferri foram convidados pelo Grão Duque da Toscana para realizarem a decoração do Palácio Pitti.. E. BENEZIT - *Dictionnaire des peintres, sculpteurs, dessinateurs et graveurs*, Tomo X, Gründ 1999, p. 99. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*

³²³ E. ROMAGNOLI – *Biografia cronologica di bellartisti senesi dal secolo XII a tutto il XVIII*, citado por COUTINHO, Bernardo Xavier - “Nicolau Nasoni...”, p. 3. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*

³²⁴ A.A.V.V. – “Nicolò Nasoni – Un artista italiano a Oporto, III Centenário della nascita”, Ed. Ponte della Grazie, Firenze, 1991, p. 52. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*, p.18.

³²⁵ De seu nome Vicenzo Giovannadrea de Raffaello Ferrati (1659-1711), prestou vários serviços à companhia da SS Annunziata de San Giovanni. E. BENEZIT, ob. cit., Tomo V, Gründ 1999, p. 408. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*

As atividades de Nicolau Nasoni não eram totalmente desconhecidas em Portugal. As suas obras tinham despertado o interesse do nobre portuense, enquanto cavaleiro e vice-chanceler da Ordem de Malta, Frei Roque de Távora e Noronha, irmão do deão do Cabido do Porto, D. Jerónimo de Távora e Noronha Leme Cernache³²⁶. O intercâmbio de informações entre estes ilustres irmãos terá ocorrido de uma forma célere, como comprovam as datas conhecidas da sua presença. Perante a data de 6 de julho de 1725, inscrita num painel restaurado, existente nos corredores do Palácio Magistral em La Valeta, antevemos a data em que Nasoni terá chegado a Portugal, uma vez que, existe uma inscrição do próprio artista a 9 de novembro na Sé do Porto desse mesmo ano. Julgamos que Nasoni terá aceite o convite de Roque de Távora e Noronha para aplicar toda a sua habilidade no Porto, e fugir a algumas perseguições de que era alvo³²⁷.

O período de Sé Vaga no Porto, de 1717 a 1741, trouxe ao cabido a possibilidade de empreender obras necessárias na sua catedral, e permitir a sua modernização e atualização face às novas doutrinas barrocas. A Sé portuense encontrava-se em transformações desde 1717, e quando o artista italiano chega a esta cidade já muitas das obras estariam a decorrer. A primeira tarefa e razão da sua vinda para Portugal era a execução das pinturas cenográficas da Sé, nas quais trabalhou desde a sua chegada ao Porto, em 1725, até à conclusão em 1733³²⁸. Naturalmente surge a primeira experiência documentada de Nasoni, agora como arquiteto, com a planta para a edificação da Igreja e edifício da irmandade dos Clérigos em 1731. Em 1732, dá-se o início da construção da Igreja dos Clérigos, após a aprovação do projeto de Nasoni³²⁹.

Vivendo também um período de Sé Vaga, o Cabido de Lamego requisita mestres e artífices para a reformulação arquitetónica da Sé. Pelas boas indicações que teria o cabido, é feito o convite a Nasoni para participar na renovação da sua Catedral juntamente com o arquiteto António Pereira, com o qual já trabalhara na Sé do Porto, até 1734³³⁰.

³²⁶ BELLO, Conde de Campo - *O Mecenas de Nasoni*. Porto 1974, p. 7/10. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de - *Op. Cit.*, p.29.

³²⁷ Segundo Dominic Cutajar, investigador maltês, as pinturas restauradas (1986) no Palácio Magistral, em La Valeta, revelaram inscrições feitas por Nasoni, nas quais o artista demonstrou o seu desagrado e receio perante alguns rivais e a perseguição da Inquisição. O mesmo estudioso referiu que as inscrições diziam: “Eu Nicolau...1725”. Num outro painel “Aqui vencido...e me”. In AAVV, Niccolò Nasoni (...), p. 64. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de - *Op. Cit.*

³²⁸ No séc. XIX as pinturas da capela-mor da Sé do Porto encontravam-se cobertas por uma camada de cal. Foram expostas ainda nesse século, sendo repintadas em novo período de Sé Vaga, em 1859. A descoberta mais importante aconteceria, em 1964, durante obras de restauração, quando apareceu um trecho de pintura, no vão da primeira fresta do lado da epístola. Uma pintura com inscrição que identifica o primeiro período de Nasoni no Porto, e que diz: Niccolò Nasoni fiorentino, naturale della terra di S. Giovanni Valdarno D. Sopra, dia (de) a dipingere in questa se il 9re de 1725 e ora 1731 e vene per mezzo del Sr. Decano Girolamo Tavora e Noronha. SMITH, Robert - *A vinda de Nicolau (...)*, p. 9. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de - *Op. Cit.*

³²⁹ FRIAS, Duarte Nuno Oliva de - *Op. Cit.*, p.34.

³³⁰ Em 1721, o Cabido de Lamego alertou D. Nuno Álvares Pereira de Melo, bispo de Lamego e ausente em Lisboa, para as más condições do teto e armações da Sé. Nada terá feito o bispo para atender tal aviso. Em 1733, já em período de Sé Vaga em Lamego, o Cabido toma a iniciativa de solicitar uma primeira planta de reestruturação a Miguel Francisco da Silva, que se encontrava a trabalhar no Porto, com António Pereira e Nicolau Nasoni. A planta de Miguel F. Silva não seria concebida, e com a data de 24 de

A planta encomendada a estes destacados artistas não colheria a aceitação de todos, e, principalmente, seria limitada pelas verbas existentes naquela época. Porém, António Pereira regressaria, mais tarde, com novo projeto e novas condições. Apesar da sua estreita colaboração com o referido arquiteto, Nasoni manter-se-ia em funções pelo Porto até 1738³³¹.

Ainda em 1734, e antes de uma nova deslocação a Lamego, Nasoni continuou a dirigir outras obras para o cabido da Sé do Porto. Na continuação das grandes reformulações no Porto, surgiu um documento da mitra que atesta a participação do artista italiano nas obras do novo palácio episcopal nesse ano de 1734. Realizaram-se estas obras de grande vulto em todo o palácio, como comprovam as numerosas despesas realizadas entre 1734 e 1737. Obras que vieram expressar o desenho nasoniano, como as padieiras das suas janelas de arcos ondulantes e subtis ornatos, e o aspeto grandioso do janelão central, e ainda a porta da entrada que lembram o desenho decorativo de Nasoni. O período de Sé Vaga no Porto demonstrou ser o momento privilegiado para desencadear transformações e aplicar novas linguagens plásticas e recuperações. É neste ambiente de mudança que Nasoni continua a participar em obras de restauro na Sé do Porto. O seu desempenho tornava-se cada vez mais multifacetado, depois dos primeiros projetos arquitetónicos. Corria já o ano de 1737, Nasoni voltava a ser chamado para aplicar a sua pintura decorativa nos alpendres exteriores da Sé do Porto.

Em 1738, regressa a Lamego para pintar a fresco as novas naves da Sé, conforme se comprova na assinatura e datação que Nasoni deixou nas pinturas realizadas³³². Nesse ano, antes de sair de Lamego, projeta a fonte do santuário de Nossa Senhora dos Remédios, a pedido da sua respetiva irmandade.

Foi já nos primeiros meses de 1739 que Nicolau Nasoni concluiu as pinturas na Sé de Lamego e por isso terá recebido de imediato os pagamentos do cabido³³³.

O palácio de Mateus (Vila Real) seria a próxima deslocação de Nasoni, no ano de 1740, a fim de participar nas obras de remodelação³³⁴.

setembro de 1734, uma ordem de pagamento esclarece que o Cónego António Teixeira, pagou com as rendas da Mitra a dois emissários para irem ao Porto convidar Nicolau Nasoni e António Pereira a deslocarem-se a Lamego para projetar nova planta. BRANDÃO, Domingos Pinho - *Nicolau Nasoni e a reconstrução da Catedral de Lamego*. Rev. Beira Alta, 1977, p. 175/177. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*

³³¹ Teria já o Cabido deliberado, em outubro de 1734, seguir a planta de reestruturação da Sé de Lamego, de Nicolau Nasoni, quando no início do mês seguinte o cónego Ignacio Garcez Ferreira vai fiscalizar as obras e ouve o descontentamento dos arquitetos perante o mau estado das paredes. Seguiu-se uma exposição ao Rei reclamando a necessidade de uma reconstrução de raiz, e para tal, foi enviada nova planta de António Pereira. BRANDÃO, Domingos Pinho - *Nicolau Nasoni e a reconstrução da Catedral de Lamego*. Rev. Beira Alta, 1977, p. 174. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*, p.35.

³³² Em inscrição feita no interior de uma cartela, no coro alto, a mesma diz: [NICOLAU]S NASONI[US] SENENSIS/DEP[ING] EBAT AN[NO DOMINI] MDCCX [XXVII]. Ainda como comprovativo verificamos a inscrição do ano 1738 numa pequena cartela numa das pinturas da nave central. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*, p.36.

³³³ Nasoni apresentou a conta pelas suas pinturas em março de 1739 e recebeu de imediato pelas mãos do cónego António José Teixeira Pimentel com dinheiro das comutações dos degredos. COSTA, Manuel Gonçalves da – *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Vol. V, Lamego, 1986, nota 18, p. 585. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*, p.37.

Em 1741, o bispo D. José Maria da Fonseca e Évora encomenda a Nicolau Nasoni um restauro generalizado da sua quinta da Santa Cruz em Matosinhos. Desenha o portão artístico de pedra, cinco portões laterais de granito, o palácio chamado de D. Mafalda, e ainda, belíssimos fontanários em pedra, dispersos pelos arruamentos da quinta³³⁵.

Na continuação do seu trabalho em projetar solares, encontraremos em 1742 o artista italiano a servir o seu protetor e amigo D. Jerónimo. Com um projeto vasto e arrojado para o futuro palácio do Freixo (Porto), colocou à prova a sua capacidade, tendo correspondido com toda a sua criatividade num trabalho que se estenderia até 1754³³⁶.

Segundo Robert Smith, outros palácios, casas e jardins terão tido o cunho artístico de Nasoni. Terá sido na década de 50 e até inícios da década de 60, que o artista aplica o seu conhecimento nesse tipo de construção em obras como a quinta do Chantre, a quinta do Viso, a quinta da Prelada, a quinta de Ramalde, e a quinta Bonjóia, além das casas de campo dos bispos do Porto, e por fim, um projeto de arquitetura religiosa, a igreja de Nossa Senhora do Terço³³⁷.

Apesar da sua autoria de riscos de numerosa arquitetura civil, nomeadamente de palácios no norte, não nos foi possível deparar com documentação nos vários arquivos por nós consultados, que comprovem a sua intervenção na arquitetura senhorial, na região do nosso estudo. É óbvio que a sua permanência na cidade lamecense o há de ter colocado em contacto com elementos nobres e eclesiásticos locais, com quem se deve ter cruzado quer na Sé, quer na irmandade da Nossa Senhora dos Remédios. Terá tido alguma intervenção pontual na arquitetura senhorial, nos diferentes palácios da cidade de Lamego? Não obstante, não possuímos documentação notarial, contratos de risco e de execução de obras das casas, ou plantas assinadas e desenhos

³³⁴O Palácio de Mateus foi construído entre 1739-1743 para o morgado de Mateus – António José Botelho Mourão. Robert Smith confirma a influência de Nasoni pelo uso de uma planta tipicamente italiana. Para isso descreve o uso de uma passagem central abobadada, no andar térreo, cortando o edifício e dando acesso, por uma dupla escada exterior, ao piso principal. No bloco central do Palácio chama a atenção para as curvas das cimalthas, idênticas à galilé da Sé do Porto. SMITH, Robert – *Nicolau Nasoni – 1691/1773*. Livros Horizonte, Porto, 1973, p. 26. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*, p.38.

³³⁵ Remonta a 28 de setembro de 1737 o pagamento de alguns projetos menores, a Nasoni, para as obras na Quinta de Santa Cruz, pagamento realizado junto com a última prestação devida ao artista italiano das pinturas no alpendre da Sé. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*, p.39.

³³⁶ O Palácio do Freixo seria a residência de campo de D. Jerónimo de Távora e Noronha. Um solar com interiores cheios de requinte, com salas de tetos pintados, grandes jardins com diversas esculturas, chafarizes e portões com belos ornatos. Domingos Pinho Brandão, antigo bispo auxiliar do Porto, divulga a existência no Cabido de um verbete relativo a uma escritura de contrato de algumas obras ornamentais arquitetónicas dos jardins do Palácio. Na escritura do contrato de carpintaria para o palácio já existia referência à coordenação dos trabalhos por Nasoni. As cláusulas e condições formuladas num documento divulgado em 1986 por D. Domingos P. Brandão, permitem datar a construção do palácio em 1742. Num outro documento de 5 de dezembro de 1744 entre os mestres pedreiros e D. Jerónimo descrevem-se as obras a realizar pelos artistas, segundo plantas de Nasoni. Este último acompanharia as obras e, caso não fosse a seu gosto, ordenava a reconstrução das mesmas à custa dos mestres pedreiros. As obras de pedraria estenderam-se até 1750, seguindo-se as obras de carpintaria, e mais tarde, as de pintura e estuque. A.D.P., PO-9, 3ª s, nº 62, fls 66-66v doc. Citado por BRANDÃO, Domingos Pinho - *Um documento inédito sobre os jardins do palácio do Freixo*. Rev. O Tripeiro, ano 6, nº 5, Porto, 1987, p. 130-132. In FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*, p.39.

³³⁷ FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*, p.45.

coevos, não poderemos deixar de assinalar a sua passagem significativa pela arte sacra no nosso espaço de análise. A morte de Nicolau Nasoni deu-se a 30 de agosto de 1773, sendo sepultado na igreja dos Clérigos. A irmandade dos Clérigos que o aceitou como seu membro encarregar-se-ia das exéquias fúnebres³³⁸.

³³⁸ FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *Op. Cit.*, p.47.

CAPITULO IV: – A CASA NOBRE NO CONCELHO DE LAMEGO

I – As fontes da arquitetura senhorial (a tratadística - entre a teoria e a prática)

Tentaremos estabelecer relações formais e visuais entre tratados e gravuras com obras existentes, nomeadamente os diferentes constituintes do edificado que formam as casas nobres existentes em Lamego. Isto não quer dizer que tenha sido essa a origem das fontes dos diversos criadores que as edificaram. Os seus autores podem ter usado elementos de uma gravura, ou de um tratado de forma parcial, invertida, ou total. Entre a teoria e a prática pretendemos focar a questão da edificação destas casas poderem ter sido o resultado de uma execução construtiva nas orlas do trabalho erudito (por isso com pontos de contacto com a talha, por exemplo).

Escrever sobre tratadística cujos textos ou gravuras poderão ter exercido alguma influência na região lamecense é sempre problemático, dado que não temos uma certeza absoluta sobre a existência destas obras em Lamego, à época, nas bibliotecas monásticas (convento de S. Clara; convento de S. Agostinho; convento de S. Francisco; convento dos Loios; recolhimento de Santa Teresa de Lamego), ou na biblioteca do cabido de Lamego ou de Viseu. Mas, há porém, um núcleo importante de tratados e de gravuras soltas à guarda da biblioteca municipal D. Miguel da Silva, de Viseu (fundo - reservados), da biblioteca Joanina em Coimbra (Universidade de Coimbra), da biblioteca municipal do Porto³³⁹, da Faculdade de Belas Artes do Universidade do Porto³⁴⁰, da biblioteca Nacional de Portugal (fundo - iconografia).

³³⁹ Incluiremos também os livros de uma importante biblioteca do centro do país, a do Mosteiro de Santa Cruz, de onde provieram gravuras de Dietterlin, Habermann e vários outros gravadores, o livro de Domenico Fabri, na edição de 1721-1722, etc. vejam-se os artigos da autoria de Marie-Thérèse Mandroux-França. Cf. OLIVEIRA, Eduardo Alberto Pires de – *André Soares e o Rococó do Minho*. Tese de Doutoramento em História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2011, p.261.

³⁴⁰ Refira-se que nesta coleção estão representados alguns dos mais importantes gravadores e editores de Augsburg; para um inventário destes homens e as principais áreas em que trabalharam veja-se o trabalho de Wolfgang SEITZ – *The engraving trade in Seventeenth and Eighteenth – Century Augsburg: A*

A coleção de tratados existentes na biblioteca municipal de Viseu – D. Miguel da Silva, proveniente da extinção de conventos decretada pelo governo liberal, é ilustrativa do conhecimento nesta área. O tratado de S. Carlos Borromeu (1538-1584), *Instructionum fabricae et supellectilis ecclesiasticae libri duo* (1577), na área da arquitetura religiosa conheceu grande difusão na região uma vez que constava da folha de rosto da *Constituição Sinodal* de Viseu de 1617³⁴¹. Na sua folha de rosto, destacam-se para além do título da obra, duas figuras importantes para a diocese: do lado esquerdo, a figura de S. Teotónio - padroeiro da cidade e do lado direito, a de S. Carlos Borromeu. A representação de S. Carlos Borromeu nesta constituição, indicia a sua importância para a reforma da diocese, nomeadamente no que diz respeito à reformulação da arquitetura³⁴².

Sabemos que circularam no entre Douro e Minho setecentista alguns tratados de arquitetura e algumas centenas de gravuras, soltas ou organizadas em livro. Ou, o que nos parece ser mais provável, gravuras soltas que pertenceram a livros que foram desmembrados³⁴³. Sabemos a presença de artistas oriundos do entre Douro e Minho na região, a operar em obras várias, como nas campanhas da Sé de Lamego, e na construção do santuário da Nossa Senhora dos Remédios, em obras na Sé de Viseu (o primeiro surto construtivo tem como vetor central o núcleo da Sé e corresponde ao período da Sede Vacante de 1720 a 1740. Esta extensa campanha de obras, que alterou profundamente o interior do templo e os alçados exteriores dos espaços anexos, foi conduzida pelo cabido e trouxe à cidade largas dezenas de arquitetos, mestres de obras e pedreiros, sobretudo da região de Braga, introduzindo uma estética já claramente barroca³⁴⁴).

É natural que se afirme que Sagredo – que até foi editado em Portugal³⁴⁵ – teve forte aceitação, que os manuais de Serlio e Dietterlin foram os mais seguidos, e que Pozzo também teve sucesso no nosso país³⁴⁶.

checklist. *Print Quarterly*, Londres, 3 (2), Jun. 1986, pp.116-128, onde se recolhem os nomes de 337 artistas. Citado In OLIVEIRA, Eduardo Alberto Pires de – *André Soares e o Rococó do Minho*, p.261.

³⁴¹ *Constituições Synodais do Bispado de Viseu – 1617*, Coimbra, Niccolas Carvalho Impreffor da Universidade, 1617.

³⁴²VOUGA, Cristina Maria Sequeira – *A Virgem apocalíptica na Imaginária Portuguesa da Produção Pós Tridentina. Nossa Senhora da Esperança / expectativa na Diocese de Viseu*. Dissertação de Mestrado em História de Arte. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008, p. 56.

³⁴³ OLIVEIRA, Eduardo Alberto Pires de – *Op. Cit.*, p.260. Basta conhecer os dois artigos sobre a dispersão de tratados e gravuras escritos por Marie-Thérèse Mandroux-França. Ou percorrer a maior coleção de gravuras avulsas existentes no Norte do nosso país, a da Biblioteca da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto; numa rápida análise pode ver-se que são inúmeras as gravuras que estão soltas, que foram arrancadas dos mais variados livros.

³⁴⁴ Muitos destes artistas vão permanecer na cidade nas décadas seguintes surgindo como encarregados de diversas obras, quer públicas quer particulares e entrosando na urbe o barroco de influência nortenha que a caracteriza. In CASTILHO, Liliana Andrade de Matos – *Op. Cit.*, p.263.

³⁴⁵ SAGREDO, DIEGO – *Memorias del Romano agora nueuamente impressas y añadidas de muchas piezas e figuras alos officiales que quieren seguir las formaciones delas basas, columnas, capiteles, y otras piezas de los edificios antiguos*. Lisboa: por Luís Rodrigues, 1542. In OLIVEIRA, Eduardo Alberto Pires de – *André Soares e o Rococó do Minho*, p.261.

³⁴⁶ *Idem, Ibidem*.

Segundo a investigadora Maria Amélia da Silva Paiva “Ser arquiteto nos séculos XVII e XVIII significava um contacto com alguns tratados de reputação irrevogável, como Vitrúvio, Alberti, Serlio e Vignola³⁴⁷”.

Apresentaremos os tratados de arquitetura que deverão ter circulado na zona norte do país, nomeadamente entre os arquitetos, mestres, pedreiros, artífices e trabalhadores que construíram em Lamego.

2 – Organização espacial e configuração dos elementos arquitetónicos

Refere o livro “Advertencias aos modernos, que aprendem o officio de pedreiro, e carpinteiro”, de Valerio Martins de Oliveira, mestre pedreiro, de Lisboa, datado de 1757, que “Que toda a pessoa, que quizer edificar palacio, ou edificio nobre, de cuja forma resulte à Cidade mais magnificência, possa obrigar de jure ao dono de alguma casa proxima, a que a venda para melhor poder edificar³⁴⁸.” O interesse das elites, nobreza e clero prevaleciam na edificação das suas residências, sobre as casas de outrem, desde que fosse para benefício próprio a sua demolição, criando espaço apropriado para a arquitetura senhorial. E, “que quando os edificios são para mayor ornato da Cidade, não poderá ser o dono compelido a deixar campo entre meyo ao vizinho edificio, se com tal lhe deixar ficar alguma deformidade³⁴⁹”. Eram assim beneficiados os proprietários e as casas de maior grandiosidade da cidade, perante a lei geral, em relação à restante arquitetura da população, excetuando os conventos, hospitais espaços militares e paços episcopais.

Em relação à altura dos edifícios, à disposição de janelas, portas, varandas, a obra referida, citava os preceitos que se deveriam seguir pelos ofícios de pedreiros e carpinteiros. Assim, qualquer pessoa podia edificar até à altura que quisesse, ainda que pudesse obscurecer os edifícios vizinhos, excetuando se tivesse qualquer ação de direito para o impedimento de tal elevação³⁵⁰. No entanto observava-se que o levantamento de qualquer edifício não se podia efetuar, se com ele se tirasse a vista ao edifício vizinho, de tal forma, que se este tivesse uma

³⁴⁷ ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva: Mestre e Arquiteto de Braga 1693 – 1751*. Porto. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1996, p.60. In PAIVA, Maria Amélia da Silva – *As Portadas na Arquitetura Civil do Concelho de Ponte de Lima: Estruturas, Funções e Significados*. Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto 2002, p.101.

³⁴⁸ *Advertencias aos modernos, que aprendem o officio de pedreiro, e carpinteiro*, pp.179-180.

³⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p.182.

³⁵⁰ *Idem, Ibidem*, pp.170-171.

janela, ou varanda, soalheira ou eirado, dos quais pudesse ver o céu, o campo, o mar ou o rio, aquele se não poderia elevar mais; e juntamente isto se estendia se o impedisse de receber o sol á vizinha casa³⁵¹.

Relativamente às portas, às janelas e às varandas: *Que qualquer pessoa possa abrir na sua casa janella, ou porta virada para a estrada, ou rua publica, com tanto que não ofenda em nada ao vizinho esta fatura; porque se esta janella, ou porta, for feita virada, ou defronte de outra qualquer porta, ou janella da alhea casa, ou tambem para outra qualquer quinta, horta, ou jardim, com cujo facto se possa descortinar o que cada hum em sua casa passa, ou pessoas femininas dellas, ou tambem se devassar pessoas Ecclesiasticas, Religiosos, Freiras, e Frades; poderá ser prohibida a tal fatura, conforme o texto: “Nada se deve fazer em prejuízo de, devassar qualquer casa, entendendo-se, que se não póde fazer porta, ou janella virada para outra qualquer.” He de Cardoso na palavra Servitus, num.36. Que ninguem possa abrir porta virada para a alhea possessão para por essa mesma se servir; advertindo porém, que se não for para serviço pela tal possessão de quinta, horta, ou cousa, que alhea for, poderá qualquer abrir porta, com tanto, que se guardem os dictames do numero próximo, veja-se o Author citado na palavra Servitus, n.37.*

Que qualquer pessoa possa fazer eirado, varanda, ou soalheiro, com tanto, que toda a madeira, e material de tal fatura, descancem, e fação força na parede própria; id est, que estas não causem prejuízo à visinha casa, ou possessão, guardando os dictames supra postos. Veja-se o Autor citado na palavra Servitus, n.38.

Que qualquer pessoa, que tiver casas, ou qualquer possessão, em que os madeiramentos estejam misturados, e juntos na parede circumvisinha, possa ter ação de Direito para assim poder ter os madeiramentos da sua casa, ou possessão; advertindo porém, que se o possuidor da tal casa a desmanchar, ou tirar, os madeiramentos, que na alhea, e visinha parede estavam postos, os possão tornar a pôr na mesma postura, se o dono da outra casa não tiver mandado tapar os buracos, em que as taes madeiras na sua parede estavam postas, porque se o tal os tiver mandado tapar, perderá o dono da casa desmanchada a posse de poder ter as madeiras na alhea parede; e isto por espaço de dez anos. Veja-se o Author citado na palavra Servitus, n.31.

Que todo aquelle, que tiver da sua casa, ou possessão, alguma viga, madeiramento, ou varão, metido na parede visinha, não poderá agravar a tal parede, se puzer outra viga, madeiramento, ou varão; mas sim poderá ser prohibido por ação negatória³⁵².

Foram objeto do nosso estudo, as seguintes casas de Lamego, união de freguesias de Almacave e Sé: casa das Brolhas; casa do Poço (Museu Diocesano); casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso); casa

³⁵¹ *Idem, Ibidem*, p171.

³⁵² *Idem, Ibidem*, pp.171-174.

dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial senhorial); casa das Mores (escritórios advogados; residencial); casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição); casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados); casa do Espírito Santo 1 (clubes Lamecense desde 1912); casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José); casa dos Serpas ou casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho); casa dos Pereira Coutinho / casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia); casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; residencial); casa dos Albergarias, casa da Rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mutúos Funebre Familiar Lamecense; devoluta); casa da rua da Seara (bar “Puro Malte”); casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T); casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; residencial); casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul); casa dos Viscondes de Balsemão (residencial); quinta das Brolhas (devoluta); casa do Alvão (parcialmente devoluta).

Na freguesia de Cambres: casa da Corredoura (residencial); casa da quinta da Azenha e capela (residencial); casa da quinta e Paço do Monsul (residencial); casa da quinta do Mourão (residencial); casa da quinta da Pacheca (residencial); casa e capela da quinta da Salada; casa da quinta dos Varais (residencial).

Na freguesia da Penajoia: casa da quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro); casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial); casa do Montenegro 2 (residencial); casa do Padre (residência paroquial do padre da Penajoia); casa da Pousada (residencial; família Montenegro);

Na freguesia de Samodães: casa do conde de Samodães / casa da fonte (residencial); casa da família Montenegro (devoluta); casa de Angorês (devoluta).

Na freguesia de Valdigem: casa da quinta das Brolhas (residencial); casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta); casa da quinta do Cabo (residencial). Todas estas casas, num total de trinta e oito constam do quadro de análise seguinte:

Quadro n.º8 - Casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas / objeto de estudo.

Quadro n.º8 - Casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas / objeto de estudo	
Concelho de Lamego	
Casa Senhorial	Freguesia
Casa das Brolhas (residencial senhorial)	Lamego - Almacave e Sé
Casa do Poço (Museu Diocesano)	Lamego - Almacave e Sé

Casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso)	Lamego - Almacave e Sé
Casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial senhorial)	Lamego - Almacave e Sé
Casa das Mores (escritórios advogados; residencial)	Lamego - Almacave e Sé
Casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição)	Lamego - Almacave e Sé
Casa do Visconde de Arneiros ou Casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados)	Lamego - Almacave e Sé
Casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde 1912)	Lamego - Almacave e Sé
Casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José)	Lamego - Almacave e Sé
Casa dos Serpas ou Casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho)	Lamego - Almacave e Sé
Casa dos Pereira Coutinho / Casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia)	Lamego - Almacave e Sé
Casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; residencial)	Lamego - Almacave e Sé
Casa dos Albergarias, Casa da Rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mutúos Funebre Familiar Lamecense; devoluta)	Lamego - Almacave e Sé
Casa da Rua da Seara (bar “Puro Malte”)	Lamego - Almacave e Sé
Casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T)	Lamego - Almacave e Sé
Casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; residêncial)	Lamego - Almacave e Sé
Casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul)	Lamego - Almacave e Sé
Casa dos Viscondes de Balsemão (residencial)	Lamego - Almacave e Sé
Quinta das Brolhas (devoluta)	Lamego - Almacave e Sé
Casa do Alvão (parcialmente devoluta)	Lamego - Almacave e Sé
Casa da Corredoura (residencial)	Lamego - Cambres
Casa da Quinta da Azenha e Capela (residencial)	Lamego - Cambres
Casa da Quinta e Paço do Monsul (residencial)	Lamego - Cambres
Casa da Quinta do Mourão (residencial)	Lamego – Cambres
Casa da Quinta da Pacheca (residencial)	Lamego - Cambres
Casa e capela da Quinta da Salada	Lamego - Cambres

Casa da Quinta dos Varais (residencial)	Lamego - Cambres
Casa da Quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro)	Lamego - Penajoia
Casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial)	Lamego - Penajoia
Casa do Montenegro 2 (residencial)	Lamego - Penajoia
Casa do Padre (residência paroquial do padre da Penajoia)	Lamego – Penajoia
Casa da Pousada (residencial; família Montenegro)	Lamego - Penajoia
Casa do Conde de Samodães / Casa da Fonte (residencial)	Lamego - Samodães
Casa da Família Montenegro (devoluta)	Lamego - Samodães
Casa de Angorês (devoluta)	Lamego - Samodães
Casa da Quinta das Brolhas (residencial)	Lamego - Valdigem
Casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta)	Lamego - Valdigem
Casa da Quinta do Cabo (residencial)	Lamego - Valdigem

Quadro-síntese da autora.

Alberti e Palladio falam da importância da qualidade da água como fator determinante para a escolha do sítio para uma casa ou cidade. Os mesmos autores aconselham a escolha do sítio com acessos fáceis, um sítio que não seja demasiado húmido, que seja identificado pelas pedras antigas e plantas nele encontradas, numa situação bem ventilada mas protegida dos ventos fortes e com um clima estável e soalheiro no inverno. Há qualidades de higiene e conforto para os quais a tecnologia moderna providencia substitutos eficientes mas não inofensivos³⁵³.

A implantação da totalidade das casas senhoriais seguiu o fator proximidade ou vizinhança de cursos de água, abundantes na cidade de Lamego e nas freguesias; como se seguissem vários corredores fluviais no quadro de ordenamento do território. E encaixando vários itinerários: a cidade de Lamego tem casas nobres numa área, nas proximidades do ribeiro de Coura, do ribeiro das Nazes, do ribeiro das Lages e do rio Balsemão; as freguesias ribeirinhas de Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem edificaram casas nobres numa zona de proximidade do rio Douro. Estas casas seguiram assim na sua edificação cinco vias fluviais. Atualmente, na cidade de Lamego, já não são tão visíveis alguns destes corredores fluviais, como é o caso do ribeiro de Coura que foi desviado no seu curso e não se encontra com o seu leito à superfície do território, bem assim como com o ribeiro das Nazes e com o ribeiro das

³⁵³ MEISS, Pierre Von – *Elements of Architecture – From Form to Place*. E & FN Spon Ed. London, 1990, p. 144. In PIRES, Amílcar Gil – *A Quinta de Recreio em Portugal, Vilegiatura, Lugar e Arquitetura*. Edição Caleidoscópio. Lisboa, 2013, p.110.

Lages. Sucede o contrário com o rio Balsemão e o rio Douro que ostentam os seus cursos, com caudais ostensivos, percorrendo os seus leitos de forma visíveis, delimitando margens na região. Em planta da cidade de Lamego e dos seus arredores, datada de 1793, levantada por J. Auffidiener, e copiada na secretaria do Real Corpo de Engenheiros, pelo 2.º tenente M. E. de Saldanha Machado, no ano de 1818, podem-se ver todos estes cursos de água, à exceção do rio Douro. Esta planta setecentista da cidade serviu-nos de fonte principal para a elaboração da análise a que procedemos, apesar de termos recorrido a outras plantas posteriores da cidade e do espaço.

Em registos iconográficos (fotografias a preto e branco e a sépia) da cidade ainda se podem ver as presenças de algumas pontes que existiam no século XX e que permitiam a passagem, mas que hoje já não existem. Este facto deveu-se aos procedimentos de arranjos urbanísticos sucessivos em Lamego, ao longo do tempo, que interferiram com esta questão das vias fluviais no perímetro da sua urbanidade. Assim segundo a planta setecentista citada e que foi a nossa referência, dado o lastro visual que nos permite, e as outras fontes de levantamento topográfico do território, consideramos:

Nas proximidades do rio Balsemão temos três casas construídas na sua área de influência: casa dos Viscondes de Balsemão (residencial); quinta das Brolhas (devoluta); casa do Alvão (parcialmente devoluta); todas edificadas na união de freguesias de Almacave e Sé.

Na área de preponderância do ribeiro das Lages temos três casas erigidas: casa das Brolhas (residencial); casa dos Serpas ou casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho); casa dos Pereira Coutinho / casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia); igualmente todas localizadas na união de freguesias de Almacave e Sé.

Na área de domínio do ribeiro das Nazes existem também três casas: casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T); casa da rua da Seara (bar “Puro Malte”); casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; residencial); todas circunscritas na união de freguesias de Almacave e Sé.

Nas proximidades de influência do ribeiro de Coura surgem-nos doze casas: casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde 1912); casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José); casa do Poço (Museu Diocesano); casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso); casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial); casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados); casa das Mores (escritórios advogados; residencial); casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição); casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; residencial); casa dos Albergarias, casa da rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mutúos Funebre Familiar Lamecense;

devoluta); casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul). Estas doze casas estão situadas na união de freguesias de Almacave e Sé.

Na área de influência do rio Douro, nas suas margens existem a maioria das casas construídas, da nossa amostra, dezoito casas: casa da Corredoura (residencial/Cambres); casa da quinta da Azenha e capela (residencial/Cambres); casa da quinta e Paço do Monsul (residencial/Cambres); casa da quinta do Mourão (residencial/Cambres); casa da quinta da Pacheca (residencial/Cambres); casa e capela da quinta da Salada/Cambres; casa da quinta dos Varais (residencial/Cambres); casa da quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro/Penajoia); casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial/Penajoia); Casa do Montenegro 2 (residencial/Penajoia); Casa do Padre (residência paroquial do padre da Penajoia); casa da Pousada (residencial; família Montenegro/Penajoia); Casa do conde de Samodães / Casa da Fonte (residencial/Samodães); casa da família Montenegro (devoluta/Samodães); casa de Angorês (devoluta/Samodães); casa da quinta das Brolhas (residencial/Valdigem); casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta/Valdigem); casa da quinta do Cabo (residencial/Valdigem).

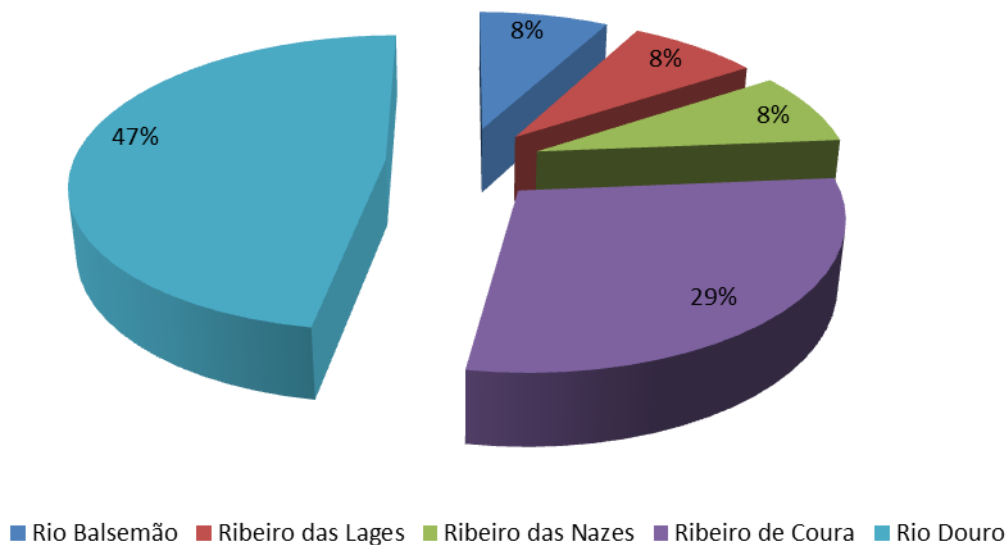
Quadro n.º9 - Casas Senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem), edificadas na área do Ribeiro de Coura, da Ribeira das Nazes, do Ribeiro das Lages, do Rio Balsemão e do Rio Douro

Quadro n.º9 - Casas Senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem), edificadas na área do Ribeiro de Coura, da Ribeira das Nazes, do Ribeiro das Lages, do Rio Balsemão e do Rio Douro	
Casa	Rio / Ribeiro (a)
Casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde 1912/Almacave e Sé); Casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José/Almacave e Sé); Casa do Poço (Museu Diocesano/Almacave e Sé); Casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso/Almacave e Sé); Casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial /Almacave e Sé); Casa do Visconde de Arneiros ou Casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados/Almacave e Sé); Casa das Mores (escritórios advogados; residencial/Almacave e Sé); Casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição/Almacave e Sé); Casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; residencial/Almacave e Sé); Casa dos Albergarias, Casa da rua da Olaria	Ribeiro de Coura

(sede da Associação de Socorros Mutúos Funebre Familiar Lamecense; devoluta/Almacave e Sé); Casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul/Almacave e Sé);	
Casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T/Almacave e Sé); Casa da rua da Seara (bar “Puro Malte”/Almacave e Sé); Casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; residencial/Almacave e Sé);	Ribeiro das Nazes
Casa das Brolhas (residencial/Almacave e Sé); Casa dos Serpas ou Casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho/Almacave e Sé); Casa dos Pereira Coutinho / Casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia/Almacave e Sé);	Ribeiro das Lages
Casa dos Viscondes de Balsemão (residencial/Almacave e Sé); Quinta das Brolhas (devoluta/Almacave e Sé); Casa do Alvão (parcialmente devoluta/Almacave e Sé);	Rio Balsemão
Casa da Corredoura (residencial/Cambres); Casa da quinta da Azenha e Capela (residencial/Cambres); Casa da quinta e Paço do Monsul (residencial/Cambres); Casa da quinta do Mourão (residencial/Cambres); Casa da quinta da Pacheca (residencial/Cambres); Casa e capela da quinta da Salada/Cambres; Casa da quinta dos Varais (residencial/Cambres); Casa da quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro/Penajoia); Casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial/Penajoia); Casa do Montenegro 2 (residencial/Penajoia); Casa do Padre (residência Paroquial do padre da Penajoia); Casa da Pousada (residencial; família Montenegro/Penajoia); Casa do Conde de Samodães / Casa da Fonte (residencial/Samodães); Casa da família Montenegro (devoluta/Samodães); Casa de Angorês (devoluta/Samodães); Casa da quinta das Brolhas (residencial/Valdigem); Casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta/Valdigem); Casa da quinta do Cabo (residencial/Valdigem);	Rio Douro

Quadro-síntese da autora.

Casas Senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas (Cambres, Penajóia, Samodães e Valdigem), edificadas na área do Ribeiro de Coura, da Ribeira das Nazes, do Ribeiro das Lages, do Rio Balsemão e do Rio Douro



Os recursos hídricos superficiais e profundos destes cursos de água, no espaço ao longo do tempo, e a sua influência na vida das casas senhoriais foram de grande valor. Não deve ter havido, calculamos, elevadas situações de precariedade em termos destes, dado o número de ribeiros e rios. A insuficiência de água não deve ter sido uma preocupação da população no seu geral, e nomeadamente daquela ligada às casas nobres. A localização destas nas proximidades destes cursos de água revela-nos o que parece ter sido uma eficiente gestão, garantindo o pleno abastecimento às casas bem como às atividades de consumo da sua população, que estavam diretamente dependentes desses recursos. A casa das Brolhas em Lamego possuía para além da proximidade com o ribeiro das Lages, uma mina de água no seu jardim³⁵⁴, e a casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José/Almacave e Sé), bem assim como a Casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul/Almacave e Sé) possuem vestígios de acesso à água proveniente de veio fluvial, dentro das próprias casas³⁵⁵. A casa dos Mores, junto à Sé, apresenta ainda nos dias de hoje, no seu vestíbulo e escadaria interior, visível humidade nas pedras de granito, vestígios da proximidade ao ribeiro de Coura (que se encontra encanado).

A localização do maior número de casas na linha fluvial do caudal do rio Douro, com a localização aí de muitas das grandes quintas da região, asseguraria a sustentabilidade dos agrossistemas. A hidrologia da região de Lamego e freguesias ribeirinhas é um fator importante,

³⁵⁴ A mina de água ainda existe hoje no jardim da casa das Brolhas.

³⁵⁵ Ver fotografias destes vestígios, que constam das fichas destas casas, no Volume 2.

dado estar relacionada com a produção e escoamento, o uso da terra, e respetiva cobertura vegetal, neste caso predominantemente da vinha. Importantes alterações sócioeconómicas verificadas tiveram consequências no uso e cobertura vegetal do solo e na exploração dos recursos hídricos. A implementação de determinados usos desse solo, ligadas a culturas permanentes como a vinha, pode exigir mais recursos hídricos. Todavia, para se inferir sobre estas conexões é necessário aprofundar as relações entre variáveis e efetuar estudos de detalhe que não cabem no âmbito deste estudo.

O rio Douro foi uma importante via fluvial para o escoamento de produtos e para a economia total da região. Recorde-se todavia, que por legislação de 1778 e 1779, passou a ser das atribuições da Companhia Geral do Alto Douro a regularização da navegação, para o que cobrava 40 réis por cada pipa de vinho, aguardente ou vinagre que fosse transportada através do rio, tomando medidas para a demolição de pontos, galeiras e cachoeiras que existiam em diversos locais. Entre estas obras avultou a destruição do cachão de S. Salvador da Pesqueira, próximo à ermida do Salvador do Mundo, ponto inacessível à navegação, “pelo poço de mais de 60 palmos de profundidade, que ali existia cercado de imensas pedras, e entre elas três grandes lousas, uma das quais tomava quase toda a largura do rio, despedia a água para baixo com 5 pés de declive, sendo todas estas pedras cobertas com 3, 5 e 6 palmos de água”. A desobstrução do rio (entregue aos cuidados do Pe. António Camelo, coadjuvado por José Maria Yola, da Sardenha) implicou dar 4 300 tiros debaixo de água, abrindo-se paralelamente na margem um estreito caminho para que os navegantes pudessem sirgar os barcos quando disso necessitassem. Principiando a obra no verão de 1780, só em 22 de outubro de 1789 uma delegação da Companhia pôde subir e descer o rio nesse local, embora as obras ainda continuassem até 1792, incluindo arranjos um pouco mais acima (Arnozelo e Requeijo). Nessas obras se terá dispendido mais de 50 contos de réis, com um rendimento anual da contribuição que atingia em média 2 400\$000 réis, o que, à taxa de 40 réis, correspondia a uma média de 60 000 pipas navegadas³⁵⁶. Importante terá sido, no entanto, a abertura à navegação no Douro Superior, com tudo o que isso implicava em termos de aproveitamento de novas terras para a plantação de vinhas e o acesso ao mercado das produções mais interiores³⁵⁷.

As casas senhoriais, por nós estudadas estão, direta ou indiretamente, ligadas a esta navegabilidade do rio Douro, este fator foi mais um atrativo para a localização privilegiada da maioria delas, nas suas margens.

Se as casas senhoriais obedeciam a uma planta previamente traçada, esta foi-se definindo adaptando-se à vida dos proprietários, alterando padrões, agregando espaços para o funcionamento das necessidades básicas ou relevantes para a sua imagem marcante no espaço.

³⁵⁶ Cf. O Panorama, 2.^a série, vol. III, 3.2.1844. In ALVES, Jorge Fernandes – Transportes no Rio Douro: sobre as máquinas de alar. *O Tripeiro*, 7.^a série, ano 17, n.º 6 (junho 1998), p.167.

³⁵⁷ ALVES, Jorge Fernandes – *Op. Cit.*

Tivemos acesso a plantas de algumas das casas que foram objeto do nosso estudo, datadas já do século XX (dezembro de 1989) e do século XXI (2001; 2003; 2005; 2007). Usufruímos assim do acesso às plantas das casas: Casa das Brolhas³⁵⁸ /Almacave e Sé; casa do Poço³⁵⁹ (Museu Diocesano) /Almacave e Sé; casa dos Pinheiros de Aragão³⁶⁰ (associação pela infância e a terceira idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T) /Almacave e Sé; Casa da rua da Seara³⁶¹ (bar puro malte) /Almacave e Sé; casa dos Pereira Coutinho / casa dos Vilhenas³⁶² (sede da santa Casa de Misericórdia) / Almacave e Sé; casa da quinta da Azenha e capela³⁶³ (residencial/Cambres); casa do conde de Samodães / casa da Fonte³⁶⁴ (residencial/Samodães). Não dispomos de desenhos coevos da reformulação total ou parcial que se empreendeu em algumas das casas, nem de qualquer planta que pudesse ser tomada como levantamento das casas nobres pré-existentes. Não encontramos plantas de casas individuais do século XVII e XVIII, nem de outras épocas anteriores.

As plantas das casas senhoriais de Lamego, cidade e freguesias ribeirinhas evoluíram mediante as necessidades logísticas, as possibilidades financeiras dos seus proprietários e muitas vezes, perante expropriações dos terrenos adjacentes às casas e ao património das mesmas. Assim muitas vezes, foi acrescentado ao primeiro edifício, outro, formando um L. Foi o caso da casa pertencente à quinta e Paço do Monsul³⁶⁵(residencial/Cambres) e da quinta das Brolhas (devoluta/Almacave e Sé). Estes dois edificadros apresentam de facto uma planta em L.

A planta em U torna o alçado normalmente numa fachada de grande cenografia e teatralização. “É sobretudo nas casas de planta em U que vamos encontrar uma conceção ordenada e lógica e um rigor até então desconhecidos³⁶⁶”. Lamego e as freguesias ribeirinhas não têm muitas casas com este tipo de planta. Podem-se observar nas casas senhoriais da casa da quinta das Brolhas (residencial/Valdigem); casa da família Montenegro

³⁵⁸ Plantas cedidas pela herdeira, familiar da casa das Brolhas, Dr.^a Maria Castro Athayde Amaral. Ver ficha desta casa, no Volume 2.

³⁵⁹ Plantas cedidas no Relatório de Intervenção Arqueológica na Casa do Poço. Lamego 2002. Arqueologia & Património. Coordenação geral: Ricardo Teixeira & Vitor Fonseca. Arqueologia Lda. Esta intervenção arqueológica foi realizada. Ver ficha desta casa, no Volume 2.

³⁶⁰ C.M.L./D.O.U. Plantas de adaptação do Solar Pinheiro de Aragão a Biblioteca Municipal. Projeto de abril de 2007. Este projeto não foi executado. Ver ficha desta casa, no Volume 2.

³⁶¹ C.M.L./D.O.U. Plantas do projeto de aditamento da casa da rua da Seara, n.º94, Almacave, Lamego, 2001, do proprietário Hijino do Carmo Rodrigues. Estas obras foram realizadas. Ver ficha desta casa, no Volume 2.

³⁶² Câmara Municipal de Lamego. Departamento de Obras e Urbanismo (DOU). Santa Casa da Misericórdia de Lamego. Plantas de adaptação do edifício, dezembro de 1989. Estas obras foram realizadas. Ver ficha desta casa, no Volume 2.

³⁶³ C.M.L./D.O.U. Plantas do projeto de obras da Quinta da Azenha, Cambres, Lamego. Proprietário Manuel Mascarenhas Gaivão. Arquiteto Carlos Maria de Azeredo. setembro de 2003. Estas obras foram realizadas. Ver ficha desta casa, no Volume 2.

³⁶⁴ Plantas cedidas pela herdeira, proprietária da casa, Maria Rosário Guedes, residente no Porto. Projeto de Arquitetura, Lar de Idosos, Samodães, Lamego. Avaliobra, Engenharia, Arquitetura, Construção Civil. Arquiteto Vitor Jorge da Silva Rodrigues Simões. fevereiro de 2005. Este projeto não foi concretizado.

³⁶⁵ Planta em L irregular. Ver ficha desta casa, no Volume 2.

³⁶⁶ AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses. Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.^a Edição. Livros Horizonte. Lisboa, 1969, p.81.

(devoluta/Samodães); casa do Montenegro 2 (residencial/Penajoia); casa do Poço (Museu Diocesano/Almacave e Sé).

A planta do tipo quadrangular é muito rara em Lamego e freguesias ribeirinhas. Ela é exibida apenas na casa das Brolhas (residencial/Almacave e Sé).

A planta irregular só nos surge nas casas: casa do Alvão (parcialmente devoluta/Almacave e Sé); casa da quinta do Mourão (residencial/Cambres); casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José/Almacave e Sé); casa dos Serpas ou casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho/Almacave e Sé); casa dos Viscondes de Balsemão (residencial/Almacave e Sé).

O tipo de planta em forma de T, não é habitual nas casas senhoriais em estudo, não tendo a nossa investigação encontrado nenhum exemplar desta tipologia.

A planta retangular é a mais frequente tipologicamente em Lamego e freguesias ribeirinhas. Ela surge-nos nas seguintes casas: casa da quinta dos Varais (residencial/Cambres); casa da quinta da Pacheca (residencial/Cambres); casa da quinta da Azenha e capela (residencial/Cambres); casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul/Almacave e Sé); casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial/Almacave e Sé); casa das Mores (escritórios advogados; residencial/Almacave e Sé); casa dos Pereira Coutinho / casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia/Almacave e Sé); **casa dos Pinheiros de Aragão³⁶⁷ (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T) /Almacave e Sé; casa e capela da quinta da Salada /Cambres; casa da quinta do Cabo (residencial/Valdigem); casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta/Valdigem); casa de Angorês (devoluta/Samodães); **casa do conde de Samodães / casa da Fonte³⁶⁸ (residencial/Samodães); **casa da Pousada³⁶⁹ (residencial; família Montenegro/Penajoia); **casa do padre³⁷⁰ (residência paroquial do padre da Penajoia/Penajoia); casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial/Penajoia); casa da quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro/Penajoia); casa dos Albergarias, casa da rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mutúos Funebre Familiar Lamecense; devoluta/Almacave e Sé); casa da Corredoura (residencial/Cambres); casa da rua da Seara (bar “Puro Malte”/Almacave e Sé); casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; residencial/Almacave e Sé); casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso/Almacave e Sé); casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição/Almacave e Sé); casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados/Almacave e Sé); casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde

³⁶⁷ ** Planta Retangular irregular.

³⁶⁸ *Idem, Ibidem.*

³⁶⁹ *Idem, Ibidem.*

³⁷⁰ *Idem, Ibidem.*

1912/Almacave e Sé); casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (Casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; residencial/Almacave e Sé); casa da quinta da Pacheca (residencial/Cambres).

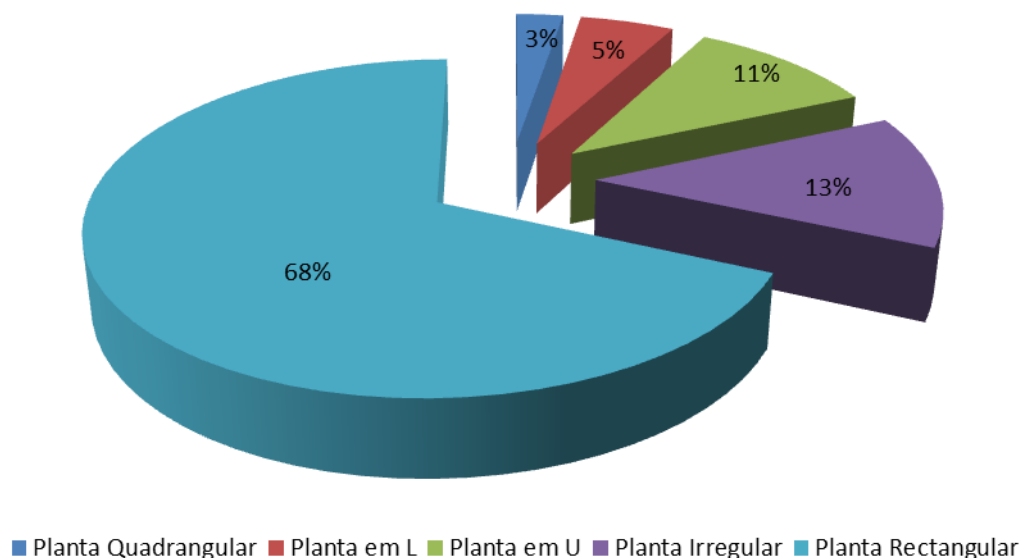
Quadro n.º10 – Tipologias da planta das casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas com o rio Douro (Cambres, Penajoia, Samodães, Valdigem).

Quadro n.º10 – Tipologias da planta das casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas com o rio Douro (Cambres, Penajoia, Samodães, Valdigem)	
Casa	Planta
Casa da quinta das Brolhas (residencial/Valdigem); Casa da família Montenegro (devoluta/Samodães); Casa do Montenegro 2 (residencial/Penajoia); Casa do Poço (Museu Diocesano/Almacave e Sé);	U
*Casa da quinta e Paço do Monsul (residencial/Cambres); Quinta das Brolhas (devoluta/Almacave e Sé);	L
Casa das Brolhas (residencial/Almacave e Sé);	Quadrangular
Casa da quinta dos Varais (residencial/Cambres); Casa da quinta da Pacheca (residencial/Cambres); Casa da quinta da Azenha e Capela (residencial/Cambres); Casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul/Almacave e Sé); Casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial/Almacave e Sé); Casa dos Mores (escritórios advogados; residencial/Almacave e Sé); Casa dos Pereira Coutinho / Casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia/Almacave e Sé); **Casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T) /Almacave e Sé; Casa e capela da quinta da Salada /Cambres; Casa da quinta do Cabo (residencial/Valdigem); Casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta/Valdigem); Casa de Angorês (devoluta/Samodães); ** Casa do Conde de Samodães / Casa da Fonte (residencial/Samodães); ** Casa da Pousada (residencial; família Montenegro/Penajoia); ** Casa do Padre (residência Paroquial do padre da Penajoia/Penajoia); Casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial/Penajoia); Casa da quinta do Estremadouro (residencial; Família Montenegro/Penajoia); Casa dos Albergarias, Casa da rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mutúos Funebre Familiar Lamecense; devoluta/Almacave e Sé); Casa da Corredoura (residencial/Cambres); Casa da rua da Seara (bar “Puro Malte”/Almacave e Sé); Casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal;	Retangular

residencial/Almacave e Sé); Casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso/Almacave e Sé); Casa de D. António Freire Gameiro Sousa (Colégio da Imaculada Conceição/Almacave e Sé); Casa do Visconde de Arneiros ou Casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados/Almacave e Sé); Casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde 1912/Almacave e Sé); Casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (Casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; Residencial/Almacave e Sé); Casa da quinta da Pacheca (Residencial/Cambres);	
Casa do Alvão (parcialmente devoluta/Almacave e Sé); Casa da quinta do Mourão (residencial/Cambres); Casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José/Almacave e Sé); Casa dos Serpas ou Casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho/Almacave e Sé); Casa dos Viscondes de Balsemão (residencial/Almacave e Sé);	Irregular (Planta)
Observações: *Planta em L irregular; ** Planta Retangular irregular;	

Quadro-síntese de autora

Tipologia da Planta das Casas Senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas com o Rio Douro (Cambres, Penajóia, Samodães e Valdigem)



3 – Casas com um e dois andares

A partir do objeto de estudo/investigação, da arquitetura civil senhorial existente em Lamego e nas freguesias de Cambres, Samodães, Penajoia e Valdigem, foi realizado o seu levantamento, para podermos estabelecer termos de comparação e ter bases de análise dos dispositivos tipológicos empregues, pelos diferentes mestres arquitectos, nas obras.

Tomámos assim, a opção de circunscrever grupos de identidade tipológica que nos permitissem uma reflexão alargada sobre as opções dos seus construtores e dos seus proprietários. A partir de um objetivo de estudo mais alargado, que previa uma análise exaustiva de todos os aspetos de cada casa senhorial seleccionadas, foi feito um reacerto para o adequar à especificidade tipológica do objeto de estudo e a um tempo disponível para a elaboração da dissertação, o que nos levou a um registo, descrição e análise concentrado na sua dimensão de casa senhorial. A perspetiva de análise, adotada é, assim, claramente, a uma escala “macro” e não a uma escala “micro”, não deixando, no entanto, de se apontarem algumas notas sobre a caracterização de alguns dos espaços interiores, sobre a composição das fachadas ou sobre as opções decorativas mais características das casas analisadas, já que daí também se inferem dados importantes da compreensão das obras.

A partir desta base, partimos para um estudo, através da descrição e análise do que entendemos serem as características mais significativas para a sua classificação. Assim, o estudo resultou na divisão das casas (organismos complexos), em partes distintas; a tipologia e implantação, no que diz respeito à evolução do entendimento de casa senhorial e da sua tradução física, bem como à seleção do local de implantação e das relações e articulações que estabelecem com o contexto envolvente; o percurso barroco, na análise da concretização da implantação e do modo como esta estabelece o domínio absoluto sobre o território, através de uma cenografia e das consequências que tem na casa; algumas notas, sobre a espacialidade interna, sobre a qualificação do espaço interior de algumas casas onde é possível fazer essa análise³⁷¹.

No período barroco, a casa nobre substitui o espaço religioso como foco principal da atenção da arquitetura³⁷². As casas de Lamego no espaço urbano e rural são no seu aspeto físico e social, altas e largas, de amplas fachadas. No território em estudo temos várias casas com um e dois andares. Elas têm assim um rés do chão e um primeiro piso nobre. Na área de análise temos

³⁷¹ Muitas delas hoje no seu espaço interno desempenham funções diversas - são escritórios de advogados, sede de delegação de turismo do Douro Sul; jardim de infância; clube de Lamego, etc.), e alheias às razões para as quais foram destinadas/inicialmente vocacionadas, não passam de memórias que tentaremos, através da análise, revisitar.

³⁷² In NORBERG-SCHULZ, Christian – *Late baroque and Rococo Architecture*. New York: Harry N. Abrams. 1974, p.76.

apenas uma casa senhorial com um andar, a casa do Montenegro 2 (residencial/Penajoia). Em relação às casas com dois andares, surgem-nos as seguintes (vinte e sete):

Casa das Brolhas (residencial senhorial/Almacave e Sé); casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso/Almacave e Sé); casa das Mores (escritórios advogados; residencial/Almacave e Sé); casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde 1912/Almacave e Sé); casa dos Pereira Coutinho / Casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia/Almacave e Sé); casa dos Sousa Maldonado³⁷³ (atual Paço Episcopal; residencial/Almacave e Sé); casa dos Albergarias, casa da rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mutúos Funebre Familiar Lamecense; devoluta/Almacave e Sé); casa da rua da Seara (bar “Puro Malte”/Almacave e Sé); casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T)/Almacave e Sé; casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; residencial/Almacave e Sé); casa dos Viscondes de Balsemão (residencial/Almacave e Sé); quinta das Brolhas (devoluta/Almacave e Sé); casa do Alvão (parcialmente devoluta/Almacave e Sé); casa da Corredoura (residencial/Cambres); casa da quinta da Azenha e Capela (residencial/Cambres); casa da quinta do Mourão (residencial/Cambres); casa da quinta da Pacheca (residencial/Cambres); casa e capela da quinta da Salada/Cambres; casa da quinta dos Varais (residencial/Cambres); casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial/Penajoia); casa do Padre (residência Paroquial do padre da Penajoia); casa do conde de Samodães / casa da Fonte³⁷⁴ (residencial/Samodães); casa da família Montenegro (devoluta/Samodães); casa de Angorês (devoluta/Samodães); casa da quinta das Brolhas (residencial/Valdigem); casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta/Valdigem); casa da quinta do Cabo (residencial/Valdigem).

Esta amostra é reveladora da preferência por este tipo de edifício senhorial, com uma estrutura de dois pisos, com uma altura e largura grandes. Estas edificações transmitem uma cenografia impactante e dominadora. Temos dois casos em que, em relação à fachada principal da casa, com dois andares, correspondem em dimensão nos alçados laterais, a três e a quatro pisos. O desnível do terreno leva a estas ocorrências. Esta realidade é reveladora da dinâmica da casa, uma vez que se aliarmos este fator à tipologia da planta maioritariamente retangular destas (conforme nossa análise), percebemos esta teatralidade significativa na paisagem. Temos uma casa senhorial, predominantemente de planta retangular, tipologicamente com dois pisos dominando a sua área de implantação. Muitas destas casas, enquanto espaços geométricos verticais e horizontais, não estão integradas apenas num dos eixos visuais da rua, nem num urbanismo que lhes valorize apenas a fachada principal, mas sim, estão edificadas com o

³⁷³ Fachada principal 2 pisos, mas com uma área de fachada enorme (corresponde num dos alçados laterais a 4 pisos).

³⁷⁴ Fachada principal com 2 pisos, mas com uma área de fachada enorme (corresponde num dos alçados laterais a 3 pisos).

domínio das quatro ruas para as quais as suas fachadas estão viradas. O eixo visual do seu espaço geométrico de ocupação assenta numa esquematização quaduplicada. O poder senhorial da nobreza e do clero nobilitado está assim expresso no domínio territorial que estas casas assinalam dentro da estrutura do espaço construído.

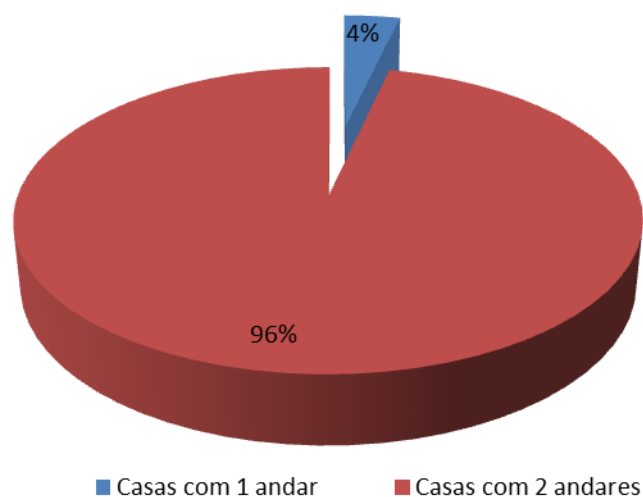
Quadro n.º11 - Tipologia dos andares das casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem) – 1 e 2 andares.

Quadro n.º11 - Tipologia dos andares das casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem) – 1 e 2 andares	
Casa	Andar
Casa do Montenegro 2 (residencial/Penajoia);	Casas com um andar
Casa das Brolhas (residencial senhorial/Almacave e Sé); Casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso/Almacave e Sé); Casa das Mores (escritórios advogados; Residencial/Almacave e Sé); Casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde 1912/Almacave e Sé); Casa dos Pereira Coutinho / Casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia/Almacave e Sé); *Casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; residencial/Almacave e Sé); Casa dos Albergarias, Casa da Rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mutúos Funebre Familiar Lamecense; devoluta/Almacave e Sé); Casa da Rua da Seara (bar “Puro Malte”/Almacave e Sé); Casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T)/Almacave e Sé; Casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; residencial/Almacave e Sé); Casa dos Viscondes de Balsemão (residencial/Almacave e Sé); Quinta das Brolhas (devoluta/Almacave e Sé); Casa do Alvão (parcialmente devoluta/Almacave e Sé); Casa da Corredoura (residencial/Cambres); Casa da quinta da Azenha e capela (residencial/Cambres); Casa da quinta do Mourão (residencial/Cambres); Casa da quinta da Pacheca (residencial/Cambres); Casa e capela da quinta da Salada/Cambres; Casa da quinta dos Varais	Casas com dois andares

<p>(residencial/Cambres); Casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial/Penajoia); Casa do Padre (residência Paroquial do padre da Penajoia); **Casa do conde de Samodães / Casa da Fonte (residencial/Samodães); Casa da família Montenegro (devoluta/Samodães); Casa de Angorês (devoluta/Samodães); Casa da quinta das Brolhas (residencial/Valdigem); Casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta/Valdigem); Casa da quinta do Cabo (residencial/Valdigem);</p>	
<p>Observações: *Fachada principal 2 pisos, mas com uma área de fachada enorme (corresponde num dos alçados laterais a 4 pisos). **Fachada principal com 2 pisos, mas com uma área de fachada enorme (corresponde num dos alçados laterais a 3 pisos).</p>	

Quadro-síntese de autora

Tipologia dos Andares das casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas (Cambres, Penajóia, Samodães e Valdigem) - 1 e 2 Andares



O programa está dividido funcionalmente por andares, com o piso térreo dedicado aos espaços de serviço e um piso superior nobre, num esquema atípico da arquitetura toscana e mais próximo das tipologias romanas e urbanas³⁷⁵.

Estas casas com dois andares apresentam em dezoito casas da nossa amostra de investigação, na sua fachada principal e nos alçados laterais, um friso de separação em granito, entre o rés do chão e o piso nobre. Assim, em todas as fachadas existem bandas horizontais de marcação dos pisos que segmentam os panos de fachada e agregam os vãos, submetendo-os a uma lógica de conjunto, semelhantes a muitas das propostas dos tratados de Serlio³⁷⁶. Trata-se de um conhecimento explícito desta tratadística, por parte do encomendador da obra e do mestre pedreiro ou arquiteto que as traçou no risco. No caso de algumas casas, estas bandas horizontais são absolutamente ostensivas na sua largura/dimensão, como é o caso da casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T). Estas bandas não correspondem a frisos decorativos como acontece por exemplo em Itália, em Firenze, no Palácio Budini Gattai, (já Palácio Grifoni), di Bartolomeo Ammannati, (1536-74), onde os admiráveis frisos, ostentam decoração, separando o rés do chão do primeiro e do segundo pisos.

As casas em Lamego que apresentam bandas horizontais de marcação dos pisos que segmentam os panos da fachada (e agregam os vãos), são dezoito: casa do Poço (Museu Diocesano/Almacave e Sé); casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso/Almacave e Sé); casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial senhorial/ Almacave e Sé); casa das Mores (escritórios de advogados, residencial/Almacave e Sé); casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados/Almacave e Sé); casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde 1912/Almacave e Sé); casa dos Pereira Coutinho / Casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia/Almacave e Sé); casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; residencial/Almacave e Sé); casa dos Albergarias, Casa da rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar Lamecense; devoluta/Almacave e Sé); casa da rua da Seara (bar “Puro Malte”/ Almacave e Sé); casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T) / (Almace e Sé); casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; residencial/ Almacave e Sé); casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul/ Almacave e Sé); casa da Corredoura (residencial/Cambres); *casa da quinta da Pacheca

³⁷⁵ BAJARD, Sophie; BENCINI, Raffaello – *Villas and Gardens of Tuscany*. Paris: Finest/Pierre Terrail, 2002, p.203. Nasoni é também adepto deste esquema, que é o comum na arquitetura portuguesa. In SILVA, Manuel Montenegro de Figueiredo Moreira da – *Nicolau Nasoni e a Arquitetura Civil. As Villas do Cerco do Porto*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Volume I. Porto, 2009/2010, p.47.

³⁷⁶ SILVA, Manuel Montenegro de Figueiredo Moreira da – *Op. Cit.*

(residencial/ Cambres); casa da Pousada (residencial; família Montenegro/ Penajoia); casa do conde de Samodães / casa da Fonte (residencial/ Samodães); casa de Angorês (devoluta/ Samodães). Estas casas estão maioritariamente localizadas na cidade de Lamego (Almacave e Sé), e em pouca percentagem, nas freguesias de Cambres e de Samodães.

As casas que não apresentam bandas horizontais de marcação dos pisos, que poderiam segmentar os panos da fachada e agregar os vãos, são vinte: casa das Brolhas (residencial senhorial/Almacave e Sé); casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição/Almacave e Sé); casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José/Almacave e Sé); casa dos Serpas ou casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho/Almacave e Sé); casa dos Viscondes de Balsemão (residencial/ Almacave e Sé); quinta das Brolhas (devoluta/ Almacave e Sé); casa do Alvão (parcialmente devoluta/Almacave e Sé); casa da quinta da Azenha e capela (residencial/ Cambres); casa da quinta e Paço do Monsul (residencial/ Cambres); casa da quinta do Mourão (residencial/ Cambres); casa e capela da quinta da Salada/ Almacave e Sé; casa da quinta dos Varais (residencial/ Cambres); casa da quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro/ Penajoia); casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial/ Penajoia); casa do Montenegro 2 (residencial/ Penajoia); casa do Padre (residência paroquial do padre da Penajoia); casa da família Montenegro (devoluta/ Samodães); casa da quinta das Brolhas (residencial/Valdigem); casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta/ Valdigem); Casa da quinta do Cabo (residencial/ Valdigem). Estas casas estão maioritariamente distribuídas pelas freguesias ribeirinhas com o rio Douro (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem). A cidade de Lamego tem poucas casas com esta característica, estando estas contudo localizadas na zona mais ruralizada.

Quadro n.º12 - Tipologia das casas que apresentam/não apresentam bandas horizontais de marcação dos pisos que segmentam os panos de fachada e agregam os vãos – Lamego e freguesias ribeirinhas (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem).

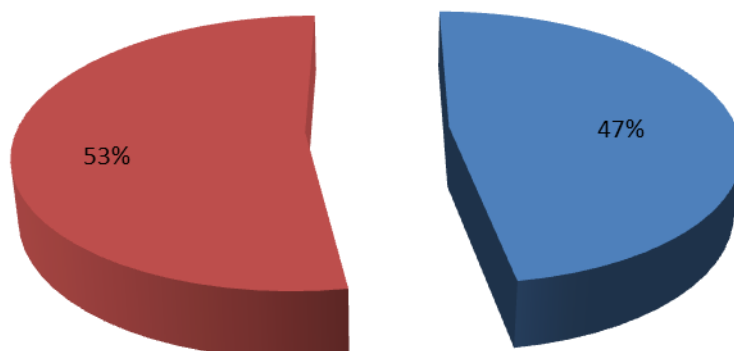
Quadro n.º12 - Tipologia das casas que apresentam/não apresentam bandas horizontais de marcação dos pisos que segmentam os panos de fachada e agregam os vãos – Lamego e freguesias ribeirinhas (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem)	
Casa do Poço (Museu Diocesano/Almacave e Sé); Casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são	Casas que apresentam bandas horizontais de marcação dos pisos que segmentam os panos da fachada e agregam os vãos

<p>ocupados por comércio diverso/Almacave e Sé); Casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial senhorial/ Almacave e Sé);</p> <p>Casa das Mores (escritórios de advogados, residencial/Almacave e Sé); Casa do Visconde de Arneiros ou Casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados/Almacave e Sé); Casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde 1912/Almacave e Sé); Casa dos Pereira Coutinho / Casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia/Almacave e Sé); Casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; residencial/Almacave e Sé); Casa dos Albergarias, Casa da rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar Lamecense; devoluta/Almacave e Sé); Casa da Rua da Seara (bar “Puro Malte”/ Almacave e Sé); Casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T) / (Almacave e Sé); Casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (Casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; residencial/ Almacave e Sé); Casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul/ Almacave e Sé); Casa da Corredoura (residencial/Cambres); *Casa da quinta da Pacheca (residencial/ Cambres); Casa da Pousada (residencial; família Montenegro/ Penajoia); Casa do conde de Samodães / Casa da Fonte (residencial/ Samodães); Casa de Angorês (devoluta/ Samodães);</p>	
---	--

<p>Casa das Brolhas (residencial senhorial/Almacave e Sé); Casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição/Almacave e Sé); Casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José/Almacave e Sé);</p> <p>Casa dos Serpas ou Casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho/Almacave e Sé); Casa dos Viscondes de Balsemão (residencial/Almacave e Sé); Quinta das Brolhas (devoluta/ Almacave e Sé); Casa do Alvão (parcialmente devoluta/Almacave e Sé); Casa da quinta da Azenha e capela (residencial/Cambres); Casa da Quinta e Paço do Monsul (residencial/ Cambres); Casa da Quinta do Mourão (residencial/ Cambres); Casa e capela da quinta da Salada/ Almacave e Sé; Casa da quinta dos Varais (residencial/ Cambres); Casa da quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro/ Penajoia); Casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial/ Penajoia); Casa do Montenegro 2 (residencial/ Penajoia); Casa do Padre (residência paroquial do padre da Penajoia); Casa da família Montenegro (devoluta/ Samodães); Casa da quinta das Brolhas (residencial/Valdigem); Casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta/ Valdigem); Casa da quinta do Cabo (residencial/ Valdigem);</p>	<p>Casas que não apresentam bandas horizontais de marcação dos pisos que poderiam segmentar os panos da fachada e agregar os vãos</p>
<p>Observações: *Casa da quinta da Pacheca (residencial/ Cambres), com banda horizontal de marcação do piso que segmenta os panos da fachada lateral.</p>	

Quadro-síntese da autora

Tipologia das casas que apresentam/não apresentam bandas horizontais de marcação dos pisos



- Casas que apresentam bandas horizontais de marcação dos pisos
- Casas que não apresentam bandas horizontais de marcação dos pisos



Fig.11- Casa do Assento ou Solar dos Padilhas³⁷⁷, com bandas horizontais de marcação dos pisos que segmentam os panos da fachada e agregam os vãos. Fotografia da autora.

³⁷⁷ Sede região de turismo do Douro Sul/ Almacave e Sé.

No *Livro Quarto*³⁷⁸ de Serlio (p.30, 56, 59) veem-se esferas colocadas no alto de edifícios. Essas mesmas esferas, maiores, estão também colocadas dentro de lareiras (p.63, 66). Este elemento decorativo foi usado em Lamego na fachada da casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros³⁷⁹, e como remates na escadaria interna (seis esferas de pedra que rematam os lances da escadaria, duas esferas completas e quatro meias esferas embutidas na parede), do palácio/casa senhorial setecentista³⁸⁰ da família Souza Maldonado, sita na freguesia de Almacave, de Lamego (atual Paço Episcopal).

A Villa Medici, Artimino, Prato, do arquiteto italiano renascentista, Bernardo Buontalenti, 1594-1600, ostenta quatro esferas, no remate da escadaria com lances divergentes exteriores, do edifício, apresentando duas em cada lance³⁸¹. A mesma utilização das esferas foi aplicada no exterior da escadaria da Villa Medici³⁸², Roma, dos arquitetos Nanni di Baccio Bigio, 1564 e Bartolomeo Ammannati, 1576³⁸³. Apesar de ser uma utilização concernente ao exterior destas villas, não deixa de constituir uma nobilitação das mesmas, que poderá ter influenciado futuras utilizações da mesma solução, neste caso na casa em estudo.



Fig.12 – Escadaria do palácio/casa senhorial da família Souza Maldonado³⁸⁴. Fotografia da autora.

³⁷⁸SERLIO, Sebastiano – *Tercero y Quarto Libro de Architectura*. Toledo: em casa de Ivan de Ayala, 1552.

³⁷⁹ Casa Filipina; ocupada na atualidade com escritórios de advogados.

³⁸⁰ Rodrigo Pinto de Souza Maldonado, Fidalgo da Casa Real, mandou-a construir em 1774.

³⁸¹ BUSSAGLI, Marco – *Arquitetura Italiana do Renascimento*. Magnus Edizioni Srl, Udine, Italy, 2012, p.266.

³⁸² Um edifício da família Crescenzi foi totalmente transformado por Nanni di Baccio Bigio, (1564), por encomenda do cardeal Giovanni Ricci di Montepulciano. À morte do proprietário, os sobrinhos vendem a villa ao cardeal Ferdinando de Medici, que a pretende ainda mais luxuosa e que, por isso, entrega a tarefa a Bartolomeo Ammannati, em 1576. In BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, p.476.

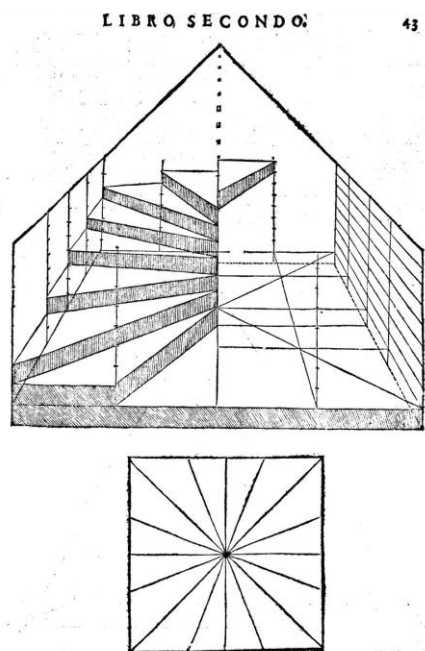
³⁸³ BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, p.474.

³⁸⁴ Atual Paço Episcopal de Lamego.



Fig.13 – Escadaria da casa das Brolhas. Fotografia da autora.

As escadarias são elementos de ligação entre os andares, e o espaço despendido com o seu aparato cenográfico nestas casas, é revelador por um lado da opulência de algumas destas famílias, mas também, por outro, do conhecimento da tratadística nas suas encomendas. É o caso da escadaria interna da casa de grande monumentalidade que apresenta as Brolhas, na urbe, junto às imediações da Sé. A sua dimensão e largueza da conceção decorativa fazem da escadaria interna, uma das mais sumptuosas da cidade. O mesmo acontece com a escadaria da casa da família Souza Maldonado, sita na união das freguesias de Almacave e Sé, de Lamego (atual Paço Episcopal), da escadaria da casa dos Pereira Coutinho / casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia), em Lamego. Relativamente à escadaria desta casa, temos no tratado de Serlio, *Livro Segundo*, o modelo conceptual a que poderá ter obedecido a mesma, com ligeiras alterações, tendo tido um tratamento mais circular nos ângulos dos degraus, e sendo mais acentuada a sua curvatura.



F 3 14



15

Fig.14 - Estampa 43 do tratado “Il Secondo Libro Di Propettiva Di Sebastiano Serlio Bolognese³⁸⁵”. Fig.15 – Escadaria da casa dos Pereira Coutinho / casa dos Vilhenas³⁸⁶. Fotografia da autora.

Relativamente à tratadística de Charles Étienne Briseux³⁸⁷, coloca-se-nos a questão de só existir um exemplar na Biblioteca Municipal do Porto, o que pertenceu a Frei José Vilaça. Mas terá havido outro nas bibliotecas conventuais bracarenses e minhotas ou em mãos particulares?³⁸⁸ De Briseux deverá interessar-nos sobretudo este tratado. A Briseux, podemos ir buscar, de imediato, não só uma série de gravuras mas, também, uma noção fundamental para a arquitetura dos edifícios: *as escadas são frequentemente pequenas para aceder ao andar superior*³⁸⁹. É certo que o autor escreve estas palavras a propósito de casas de campo e não da cidade³⁹⁰. Mas na área em estudo, acontece que existem algumas casas urbanas em que esta situação ocorre. Assim estas escadas pequenas estão patentes nas seguintes casas: na casa dos Mores, na casa dos Pinheiros de Aragão³⁹¹, na casa dos Serpas ou casa de Santa Cruz³⁹², na casa

³⁸⁵ SERLIO, Sebastiano - *Tutte l'opere d'Architettura ter Sebastiano Serlio Bolognese*. (livro 1-7) Presso Francesco de Franceschi Senese. Veneza, MDLXXXIII. <http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/serlio1584> 4-04-2012, 17:10H.

³⁸⁶ Sede da Santa Casa de Misericórdia de Lamego.

³⁸⁷ BRISEUX, C.E. – *L'art de batir des maisons de champagne...* 2 vols. Paris: chez Prault Pere, 1743. Este autor tem outra obra: *Traité du beau essentiel dans les arts applique à l'architecture* (2 vol. Paris, 1752).

³⁸⁸ OLIVEIRA, Eduardo Alberto Pires de – *Op. Cit.*, p.273.

³⁸⁹ FREIGANG, Christian – *Charles-Etienne Briseux*. In *Teoria da arquitetura do renascimento aos nossos dias*. Koln, Taschen, 2006, p.278.

³⁹⁰ Cf. OLIVEIRA, Eduardo Alberto Pires de – *André Soares e o Rococó do Minho*. P.273.

³⁹¹ Sede da APITIL e serviços técnicos (G.A.T). Esteve para ser adaptada a Biblioteca Municipal, mas o projeto apesar de ter chegado a ter plantas, nunca foi concretizado.

da rua da Seara. Também na zona rural, na freguesia de Cambres o mesmo se verifica na casa da Corredoura. As escadas internas nestas casas são estreitas, de um só lance, sem o mínimo de aparato, meramente utilitárias, permitindo o acesso ao piso nobre, não devendo ter tido grandes alterações às suas datas de construção, em campanhas de obras posteriores de acrescentos dos edificadas. Estas escadas são laterais, com um arco que pode ter ou não uma coluna a meio, e são muito análogas entre si, tipologicamente. Exceção a estas é a escada da casa da rua da Seara que apresenta um lance frontal maior, de acesso a outro lateral.



Fig.16 – Escadaria lateral interna da casa dos Pinheiros de Aragão, em Lamego. Fotografia da autora.



Fig.17 – Escadaria lateral interna da casa dos Mores, em Lamego. Fotografia da autora.

³⁹²Atualmente com serviços do Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho.



Fig.18 – Escadaria lateral interna da casa dos Serpas ou casa de Santa Cruz, em Lamego. Fotografia da autora.



Fig.19 – Escadaria lateral da casa da Corredoura, em Cambres. Fotografia da autora.



Fig. 20 – Escadaria com lance frontal e lateral interna da casa da rua da Seara, em Lamego. Fotografia de Arquivo Particular da Família Paiva.

De entre o número significativo de dependências interiores, em algumas das casas em estudo temos ainda hoje, a presença da cozinha, como um aposento onde se destaca a lareira de granito, com grande chaminé, como é o caso da que está na casa das Brolhas, na dos Mores, ambas em Lamego, e na Corredoura, em Cambres. Temos depois a cozinha presente nas casas de quintas, que constituem um aposento à parte, como existem no Paço do Monsul e na quinta da Pacheca ambas em Cambres. Elas atestam a grandiosidade do espaço da casa nobre, a nível da anatomia dos interiores. Num desenho da Biblioteca Nacional de Portugal, como sendo do palácio do “Cunhal das Bolas”, ao Bairro Alto, uma das suas legendas diz-nos que as chaminés deviam figurar em “todas as Casas assim dos amos como de todos os criados que servirem e morarem das portas para adentro com suas famílias que tiverem serventia polla parte da rua³⁹³”.



Fig.21 – Cozinha com arco em granito, e zona de fogão e lareira, da casa das Brolhas, na união das freguesias de Almacave e Sé (Lamego). Fotografia da autora.

³⁹³ BNP, *Secção de Iconografia*, D. 148 A. Publ. por CARVALHO, Ayres de - *Catálogo da Coleção de Desenhos*. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa, 1977, p.104. In *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos Interiores*. Coord. Isabel Mendonça, Hélder Carita, Marize Malta. Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014, p.138.



Fig.22 – 1 - Cozinha com estrutura de granito, da casa dos Mores, em Lamego. 2 - Lareira com colunas de granito, na cozinha da casa da Corredoura, freguesia de Cambres. Fotografias da autora.



Fig.23 – Lareira da cozinha do Paço do Monsul, freguesia de Cambres. Fotografia da autora.

Apesar de muitas casas terem sido profundamente alteradas nos seus interiores, existem algumas com dependências que apresentam tetos em masseira como os da sala e de outros aposentos, do piso nobre da casa do Montenegro 1, na freguesia da Penajoia (Molães)³⁹⁴.

³⁹⁴ Ver fotografias dos tetos em masseira da sala e de outros aposentos, no volume 2, desta tese, na ficha de inventário da casa do Montenegro 1, na freguesia da Penajoia (Molães).

Algumas casas apresentam tetos trabalhados em relevo, como é o caso da casa do Assento ou solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul/ Almacave e Sé), e outras têm tetos de masseira pintados com brasões, como a casa do Alvão (dois tetos/dois brasões/Almacave e Sé). Existem ainda alguns tetos em estuque, como no zagão do rés do chão, no salão, na sala da música do piso nobre, e na capela da casa das Brolhas, em Lamego³⁹⁵.



Fig.24 – Teto em masseira com relevo, do salão da casa do Assento ou solar dos Padilhas³⁹⁶.
Fotografia da autora.

³⁹⁵O teto da sala da música apresenta 4 figuras femininas em fundo azul-escuro, que representam a primavera, o verão, o outono, e o inverno, numa alegoria ao tempo, e ao ciclo da natureza e vários instrumentos musicais com motivos vegetalistas estilizados, flores, espigas, e fitas decorativas. Ver fotografias dos tetos em estuque do zagão do rés do chão, do salão e da sala da música, no piso nobre e da capela, no volume 2, desta tese, na ficha de inventário da casa das Brolhas

³⁹⁶ Localizado no piso nobre da casa.



Fig.25 – Teto em masseira com relevo, do salão da casa do Assento ou solar dos Padilhas³⁹⁷. Fotografia da autora.



Fig. 26 – Teto em masseira com brasão, na casa do Alvão, freguesia de Almacave e Sé (Lamego)³⁹⁸. Fotografia da autora.

³⁹⁷ Localizado no piso nobre da casa.

³⁹⁸ Ver ficha de descrição da casa no volume 2, desta tese.



Fig.27 - Teto em masseira com brasão, do salão da casa do Alvão, freguesia de Almacave e Sé (Lamego)³⁹⁹. Fotografia da autora.

A nível de anatomia de interiores, temos a existência de papel de parede historiado/decorativo na sala da música, da casa das Brolhas (Almacave e Sé), que apresenta várias cenas em ambiente rural, caçadas, passeios na natureza, alusão à música e temas literários, como a obra de Cervantes. No fundo das paredes deste aposento, a cerca de um metro do chão, e com uma espécie de friso delimitativo, a separar das cenas superiores, temos em toda a sala figurações de episódios da obra *Vida, y hechos del ingenioso cavallero D. Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes Saavedra (1547-1616)⁴⁰⁰. Ignoramos a data de execução e a de decoração de

³⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

⁴⁰⁰ Ver fotografias do papel historiado/decorativo da sala da música, no volume 2, desta tese, na ficha de inventário da casa das Brolhas. BORGES, Inês da Conceição do Carmo - A Sala da Música da Casa das Brolhas em Lamego: Programas Decorativos e Iconográficos. *III Colóquio Internacional - A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores. Caderno de Resumos.* Universidade Católica Portuguesa, Porto 2016, p.32. BORGES, Inês da Conceição do Carmo - A Sala da Música da Casa das Brolhas em Lamego: Programas Decorativos e Iconográficos. *Atas do III Colóquio Internacional - A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores.* Edição: Universidade Católica Editora/CITAR. Universidade Católica Portuguesa. Porto 2018.

ambos os programas decorativos. Ambos podem corresponder ao final do séc. XVIII ou inícios do séc. XIX, dadas as obras de reformulação da casa executadas em 1777.

Esta casa apresenta ainda a estrutura interna/externa do espaço ocupado pela tulha. É um vestígio de dependência da época da fundação da casa, no grupo de análise de casas senhoriais da nossa investigação.



Fig.28 – Fachada principal e entrada da tulha da casa das Brolhas. Fotografia da autora.

4 – Casas com mais de dois andares

No território em análise e constituindo-se como exemplares alternativos à maioria das casas senhoriais, mas apresentando-se com uma percentagem significativa, as casas com mais de dois andares são dez: casa do Poço (Museu Diocesano/Almacave e Sé); casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial senhorial/Almacave e Sé); casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição/Almacave e Sé); casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados/Almacave e Sé); casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José/Almacave e Sé); casa dos Serpas ou casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho/Almacave e Sé); casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul/Almacave e Sé); casa da quinta e Paço do Monsul (residencial/Cambres); casa da

quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro/Penajoia); casa da Pousada (residencial; família Montenegro/Penajoia).

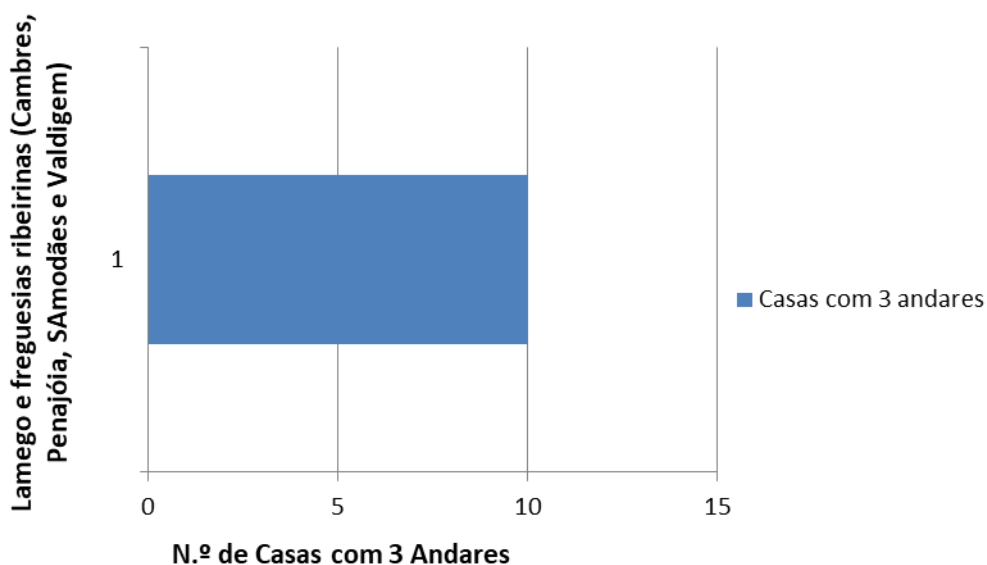
A maioria destas casas sofreu acrescentos ao longo do tempo, conforme as necessidades dos seus proprietários.

Quadro n.º13 - Tipologia dos andares das casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem) – 3 andares

Quadro n.º13 - Tipologia dos andares das casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem) – 3 andares	
Casa	Andar
Casa do Poço (Museu Diocesano/Almacave e Sé); Casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial senhorial/Almacave e Sé); Casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição/Almacave e Sé); Casa do Visconde de Arneiros ou Casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados/Almacave e Sé); Casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José/Almacave e Sé); Casa dos Serpas ou Casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho/Almacave e Sé); Casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul/Almacave e Sé); Casa da quinta e Paço do Monsul (residencial/Cambres); Casa da quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro/Penajoia); Casa da Pousada (residencial; família Montenegro/Penajoia);	Três Andares

Quadro-síntese da autora

Tipologia dos Andares das casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas (Cambres, Penajóia, Samodães e Valdigem) – 3 Andares



Estas casas senhoriais são pela sua altura, edifícios de grande destaque no urbanismo de Lamego, e nas freguesias de Cambres assim como na da Penajoia, onde se implantam.

5 – Elementos arquitetónicos

5.1. – Paredes

5.2. – Fachadas

5.3. – Varandas

O arquiteto e tratadista italiano, Giacomo Barozzio (1507-1573), consagrado como Vignola, em consequência de ser natural da localidade homónima da província de Modena, escreveu duas obras teóricas, que foram durante séculos referências incontornáveis. A fortuna extraordinária de que gozaram ficou a dever-se, decerto, à circunstância de se apresentarem como compêndios de exemplos de modelos clássicos, cuja representação gráfica rigorosa convinha quer aos arquitetos, quer aos amadores e profissionais sem formação técnica na disciplina:

Regolla delli cinque ordini d'architettura, [Roma], [1562]

Discute-se ainda a data da edição príncipe. Descreve um método para proporcionar corretamente as ordens. Vignola foi o primeiro a conceber um sistema de proporções coerentes abarcando todos os elementos das ordens. Teve de recusar a crença renascentista nas leis objetivas da proporção que os artistas e teóricos haviam tentado redescobrir mediante o estudo dos edifícios antigos e de Vitruvius. Em seu lugar, Vignola subordinou as suas contraditórias medições dos elementos individuais a uma regra puramente pragmática e, no fundo, totalmente subjetiva. Estabeleceu uma relação constante entre o pedestal, a coluna e o entablamento, válida para todas as ordens (4:12:3) e definiu todas as dimensões individuais dos componentes de uma ordem em relação com o raio da sua respetiva coluna (módulo). Isto permitiria adaptar qualquer ordem a uma dada altura, mediante um cálculo algébrico simples. A *Regola* havia de converter-se num compêndio de modelos, assim como na obra de arquitetura clássica mais vezes editada (para cima de 250 edições).

Em Portugal, além das várias edições italianas (Roma, 1617 [BN: BA 80 A], etc.), foram utilizadas traduções para as línguas espanhola (Madrid, 1593 [BU Coimbra]; 1702 [PNMafra: 2-41-9-16], etc.), alemã (Amesterdão, 1699 [BN: BA 598 P] e francesa, com destaque para as de: 1. Charles Augustin d'Aviler (1653-1700), intitulada *Cours d'Architecture qui comprend les Ordres de Vignole avec des commentaires, les figures et les descriptions de ses plus beaux Bâtimens* [...], Paris, 2 vols., 1691-1693 [BN: BA 611-612 P; BU Coimbra: 4-22-24 (Santa Cruz)] (um dos primeiros livros produzidos pela Académie Royal d'Architecture de que Aviler fora aluno em 1674: inclui a biografia de Vignola e descrição dos seus edifícios, bem como os de Miguel Ângelo, um dicionário de termos arquitetónicos e conselhos práticos para o desenho e construção dos projetos; existia entre os livros de José Teixeira Barreto); Paris, 1710 [BN: FA 3575 P]; 1738 [PNMafra: 2-41-9-3; BAJuda: 18-IX13 (Congregação do Oratório de Lisboa)]; 1756 [BN: BA 242 V]; 1760 [BMPorto: Y-13-34 (pertencente ao arquiteto beneditino frei José de Santo António Vilaça, 1731-1809)]; 2. Pierre Edme Babel (c. 1720-c. 1775), intituladas *Règles des cinq Ordres d'Architecture par Jacques Barozzio de Vignole* [...] *enrichi de vignettes et cartels* [...], Paris, 1747 [AcadCiênciasLisboa E 753/17 (Conv Jesus de Lisboa)] e *Le Nouveau Vignole ou Règles des Cinq Ordres d'Architecture par J. Barozzio de Vignole, enrichi de Moolures, Cartel set Culs-de-Lamp* [...], Paris, 1755 [BN: BA 660 P]; 3. Jacques-François Blondel (1705-1774), intitulada *Livre Nouveau ou Regles des Cinq Ordres d'Architectures*, par Jacques Barozzi de Vignole [...], Paris, 1757 [AcadCiênciasLisboa: E 751/8 (Conv. Jesus de Lisboa); BN: BA 54 A (S. Vicente de Fora); AcadNacBelasArtesLisboa: s-6-2; BMPorto: 4-14-17 (frei José de Santo António Vilaça)].

Le due Regole della prospettiva practica [1583]

Obra póstuma⁴⁰¹.

⁴⁰¹ VIGNOLA, G. B. da – *Breve Tratado das Cinco Ordens de Arquitetura*. Traduzido, compilado e apresentado por José da Costa Sequeira. Estar Editora. Lisboa, 2000, pp.7-8.

No seu tratado “Das cinco ordens da arquitetura” (1562), relativamente aos preceitos que devem observar-se nas portas e janelas nobres refere:

“86.º As dimensões das portas e janelas nobres, tanto exteriores, como interiores devem ser de uma proporção relativa à escala pela qual se construir o edifício, à grandeza das suas diferentes peças, e finalmente às particularidades da obra, e do local em que for feita. Quanto à relação que devem guardar os vãos, em altura e largura, será bom que se não perca um preceito quase geralmente seguido, qual o de se estabelecer a altura pelo dobro da largura; podendo sim aumentar-se como mais uma quarta da mesma largura, nas Ordens nobres, porém em nenhum caso diminuir-se. Veja-se a estampa 1, fig.^{as} 31, 32 e 33. Todos os ornamentos inerentes às portas e às janelas, tais como ombreiras, frisos, cornijas, tabelas, mísulas, etc. devem ser proporcionados aos vãos, assim como o carácter da sua decoração, deve andar em harmonia com a Ordem predominante, que geralmente falando, é quem faz que sejam mais ou menos ricas todas as partes dos edifícios⁴⁰².”

Segundo o investigador, José Sarmiento de Matos “a mais importante rutura face à tradição é a necessidade de *inventar* uma fachada, reflexo externo de uma rígida estratificação, por isso distante e arrogante. Ora, essa preocupação com o exterior tende, consoante o próprio poder progressivamente se institucionaliza, à demonstração de equilíbrio e unidade, criando os pressupostos onde com naturalidade se inserem coordenadas barrocas, isto é, a estabilização de um aparelho ideológico leva à apropriação dos critérios estilísticos que melhor se ajustam à evidenciação dos seus propósitos. Daí, sobretudo a partir de 1667, data central deste processo, revelarem-se a pouco e pouco sintomas barroquizantes, tais como o sentido de unidade global da construção, o decorativismo hierarquizado das cantarias e o eixo portal-janela – eixo de perspectiva, condutor do olhar para o piso do senhor e suporte da pedra de armas, elemento identificador numa linguagem simbólica -, tudo cenograficamente compondo a representação coerente de um estatuto⁴⁰³.”

Uma das gravuras/estampas de Vignola, no seu tratado “Règles Des Cinq Ordres D'Architecture”, aponta para o modelo, amplamente divulgado, da fachada com o seu portal principal articulado com a janela/varanda do piso nobre e o conjunto possivelmente encimado por escudo de armas (brasão).

⁴⁰² VIGNOLA, G. B. da – *Breve Tratado das Cinco Ordens de Arquitetura*. Pp.41-42.

⁴⁰³ “Arquitetura Civil” In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, p.39



Fig.29- 1 - Estampa do tratado de Vignola⁴⁰⁴. Porte desseignée au service de l'Illustrissime et Reuerendissime Cardinal Farnese pour l'entrée principale du Palais de la Chancellerie (XXXIX). P.79. 2 – Edição francesa da obra “Regole di Vignola⁴⁰⁵”.

O mesmo modelo de porta foi utilizado na capa de uma das edições francesas da obra “Reigles Des Cinq Ordres D'Architecture de M. Jacques Barozzio de Vignole”, alcançando assim uma grande divulgação.

Outras estampas deste tratado⁴⁰⁶ (77, 83, 85, 93, 101) mostram o eixo da porta com a pedra de armas.

A obra "Roma via Felice, da Sisto V a Paolo V", do arquiteto Maurizio Crocco apresenta um desenho de uma porta encimada por varanda, “Portone nuovo della Vigna Mattei sulla nuova via Felice, disegno di Ottaviano Mascarino del 1587”.

O tratado de Wendel Dietterlin, na gravura “A”, estampa 26, revela o eixo visual vertical referido, com a porta encimada ao centro, por uma pedra de armas.

⁴⁰⁴ *Règles Des Cinq Ordres D'Architecture de Vignolle*. (reueuee Augmentees et Reduits de Grand en petit par le Muet). A Paris: Chez Melchior Tauernier, 1632. Giacomo Barozzio (1507-1573), consagrado como Vignola.

⁴⁰⁵ <https://archive.org/details/reiglesdescinqor00vign> - 26-07-2016, 00:18H. Reigles des cinq ordres d'architecture by Vignola, 1507-1573; Poilly, Nicolas-Jean-Baptiste de, 1707-1780; Michelangelo Buonarroti, 1475-1564. This ed. probably published in the 1740s. Publisher A Paris: Chez N.J.B. de Poilly...

⁴⁰⁶ *Idem, Ibidem*.

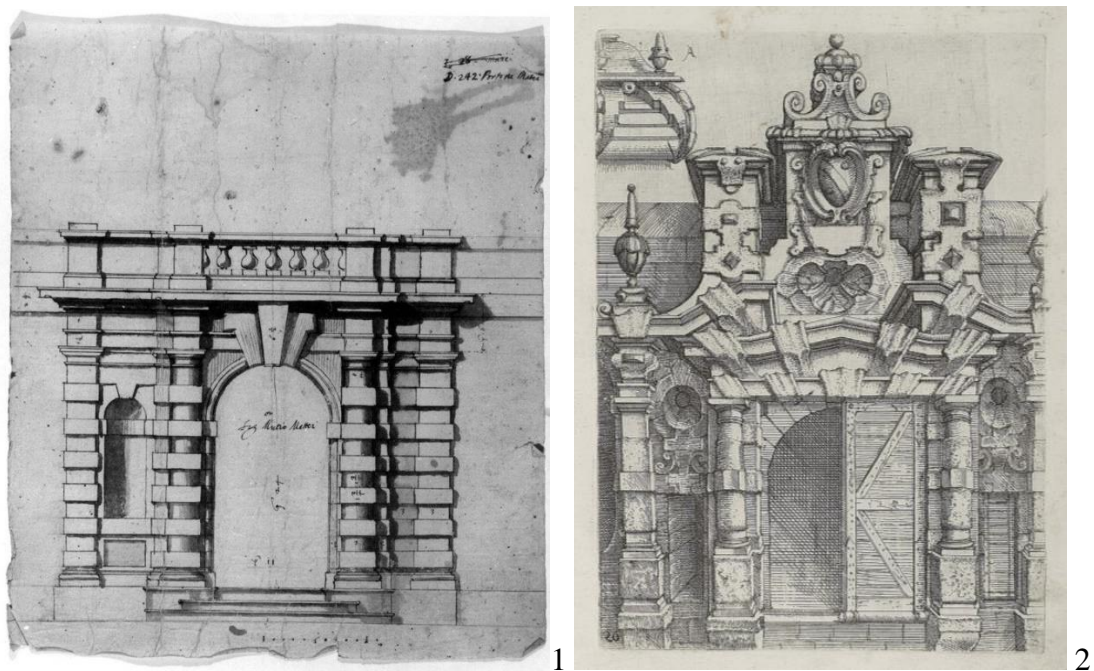


Fig.30 – 1- Portone nuovo della Vigna Mattei sulla nuova via Felice, disegno di Ottaviano Mascarino del 1587⁴⁰⁷. 2 - Estampa “26”, do tratado *Architectvra: von Ausstheilung, Symmetria vnd der Porportion der Funff Seulen*, de Wendel Dietterlin, 1598⁴⁰⁸.

Estas gravuras amplamente divulgadas foram utilizadas, cruzando-se os seus elementos num risco de fachada em que se aplicam a porta, a janela/varanda e a pedra de armas.

O arquiteto Nicolau Nasoni que tem obra documentada em Portugal tem um desenho da sua autoria, com o estudo de um arco, muito semelhante com esta estampa do tratado de *Vignole*, onde é notório o alinhamento entre o arco, a pedra de armas e a varanda. Aliás o desenho de Nasoni, parece-nos uma mistura de elementos entre esta estampa e a estampa XXXVI, do mesmo tratado de *Vignole*. Este consta do seu caderno de estudos intitulado “Studio di ornati alcuni dei quali del Nasoni”, que é um dos testemunhos mais relevante sobre o passado profissional de Niccolò Nasoni. Nele encontram-se uma série de estudos preparatórios para aparatos arquitetónicos efémeros, catafalcos e arcos triunfais, como também fachadas de edifícios, portões e janelas decoradas com elementos que seguem a moda do tempo⁴⁰⁹. Os

⁴⁰⁷ "Roma via Felice, da Sisto V a Paolo V" do arquiteto Maurizio Crocco. O desenho conserva-se na Accademia di San Luca, em Roma, no Fundo Mascarino.

⁴⁰⁸ DIETTERLIN, Wendel – *Architectvra: von Ausstheilung, Symmetria vnd der Porportion der Funff Seulen*. Nuremberga, 1598.

⁴⁰⁹ TEDESCO, Giovanni Battista - *Nicolau Nasoni. Formação de um pintor e de um artista da arte efémera em Itália (1691-1723)*. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2011, p.118.

desenhos são referentes ao período que Nasoni passou em Itália, confirmados pelas afinidades com a linguagem sienesa e também, com uma grande influência da arte bolonhesa⁴¹⁰.

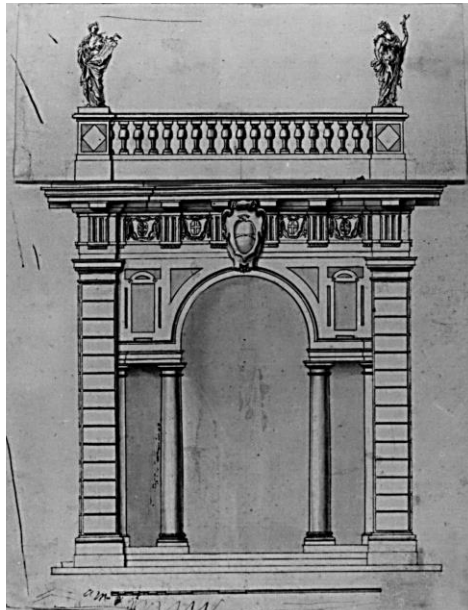
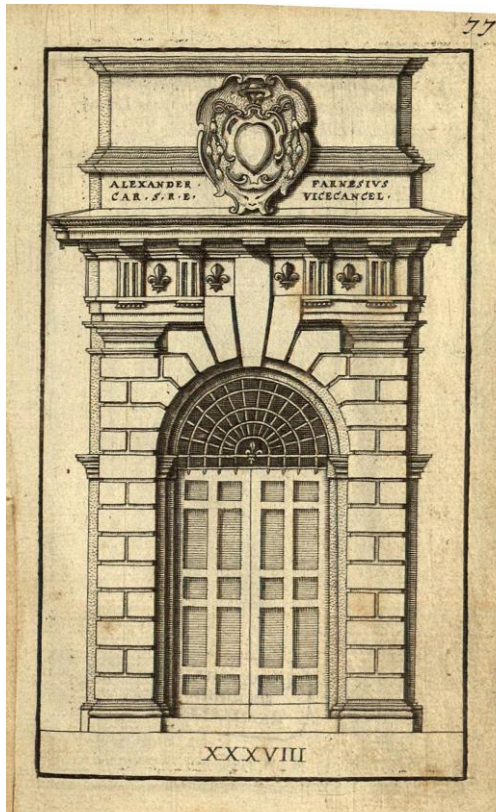


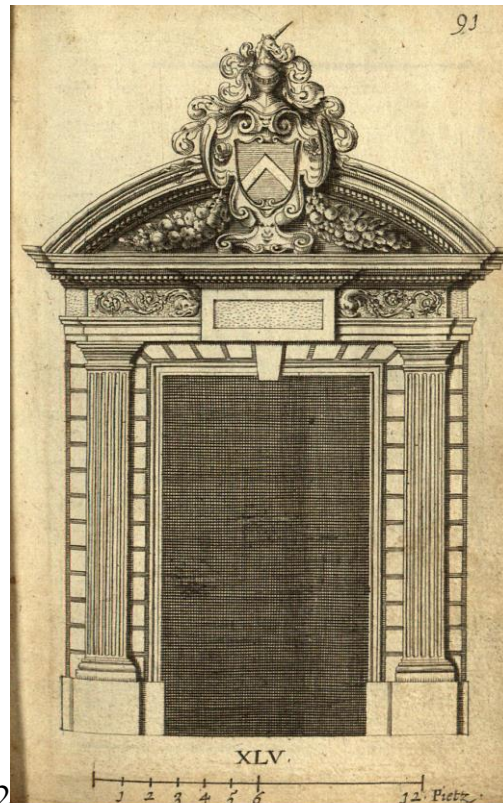
Fig.31 - Biblioteca Comunale: Niccolò Nasoni – Estudo de arco. Siena, 1710-1722⁴¹¹.

⁴¹⁰ *Idem, Ibidem.*

⁴¹¹ Reprodução de estampa In TEDESCO, Giovanni Battista – *Op. Cit.*, p.72. A estrutura apresenta-se com duas pilastras quadrangulares nos extremos, formadas por blocos sobrepostos, enquanto a trave com mísulas delimita a parte superior. Dentro da estrutura existe uma outra estrutura independente, formada por duas colunas circulares que sustentam o arco. Na parte superior encontra-se o friso, dividido em cinco quadrantes, que se estendem por todo o comprimento da estrutura. No centro do friso está o brasão, enquanto os restantes espaços são ocupados por escudos, símbolo da descendência familiar. Em cima do friso a habitual balaustrada, formada por pequenas pilastras. No fim da balaustrada existem duas pilastras quadrangulares que sustentam duas figuras femininas, personificações das Virtudes Cardinais: a da direita representa a Fortaleza, a da esquerda a Temperança. Como era habitual, as Virtudes representavam aspetos característicos do destinatário da obra.



32



33

Fig.32 - Estampa do tratado de Vignola⁴¹². Porte de l'édifice du Reuerendissime et Illustrissime Cardinal Farnese a Caprarole (XXXVIII). Fig.33 – Estampa do tratado de Vignola. Porte XLV⁴¹³.

Existe uma outra estampa, a L, do tratado de Vignola, com o alinhamento da porta/pedra de armas com uma coroa⁴¹⁴, exatamente como acontece com a pedra de armas, patente na casa das Brolhas, em Lamego, datada de 1777. O palácio Spada, em Roma, do arquiteto Giulio Merisi, com esculturas de Giulio Mazzoni, 1548-1550⁴¹⁵ tem na sua fachada principal uma pedra de armas coroadada, no alinhamento da porta principal e janela central.

⁴¹² Règles Des Cinq Ordres D'Architecture de Vignolle. *Op. Cit.*, p.77.

⁴¹³ Règles Des Cinq Ordres D'Architecture de Vignolle. *Op. Cit.*, p.91.

⁴¹⁴ Règles Des Cinq Ordres D'Architecture de Vignolle. *Op. Cit.*, p.101.

⁴¹⁵Cf. BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, p.486. Este palácio mandado edificar pelo cardeal Girolamo Capodiferro a partir de 1548, foi adquirido em 1632 pelo cardeal Bernardino Spada.

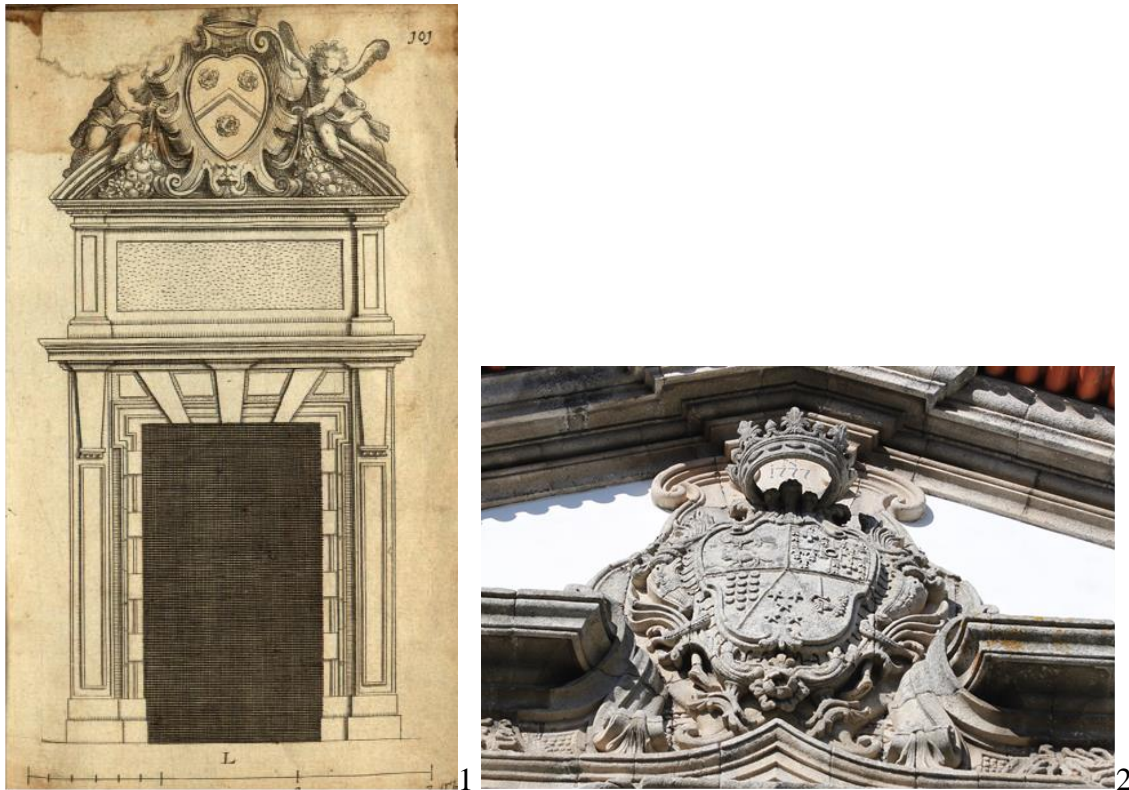


Fig.34- 1 - Estampa L, (porta) do tratado de Vignola⁴¹⁶. Pormenor da pedra de armas com coroa. 2 - Pedra de armas da casa das Brolhas, de Osórios, Meneses, Sousas, Castros, Fonsecaas (ou Coutinhos) e Vilhenas, datada de 1777. Fotografia da autora.



Fig.35 - Fachada principal da casa das Brolhas; pano central rematado com frontão triangular onde se insere a pedra de armas⁴¹⁷. Fotografia da autora.

⁴¹⁶ *Règles Des Cinq Ordres D'Architecture de Vignolle* (reueuee Augmentees et Reduits de Grand en petit par le Muet). A Paris: Chez Melchior Tauernier, 1632, p.101. Giacomo Barozzio (1507-1573), consagrado como Vignola. Existe uma similitude entre esta estampa do tratado, e o coroamento da pedra de armas da casa das Brolhas. Provavelmente houve influências deste tratado na elaboração da coroa da pedra de armas, desta casa.

⁴¹⁷ Sentido de verticalidade dado pelo alinhamento vertical visual da porta, janela e pedra de armas / frontão.

A pedra de armas inserida no frontão da casa dos Pereira Courinho ou dos Vilhenas (atual sede da Santa Casa da Misericórdia de Lamego), familiares da casa das Brolhas, apresenta influência da estampa 73, do tratado de arquitetura de Wendel Dietterlin⁴¹⁸, com os seus motivos alegóricos à guerra. Esta inspiração denota o estatuto social do seu proprietário/encomendador e as honras militares beneficiadas.

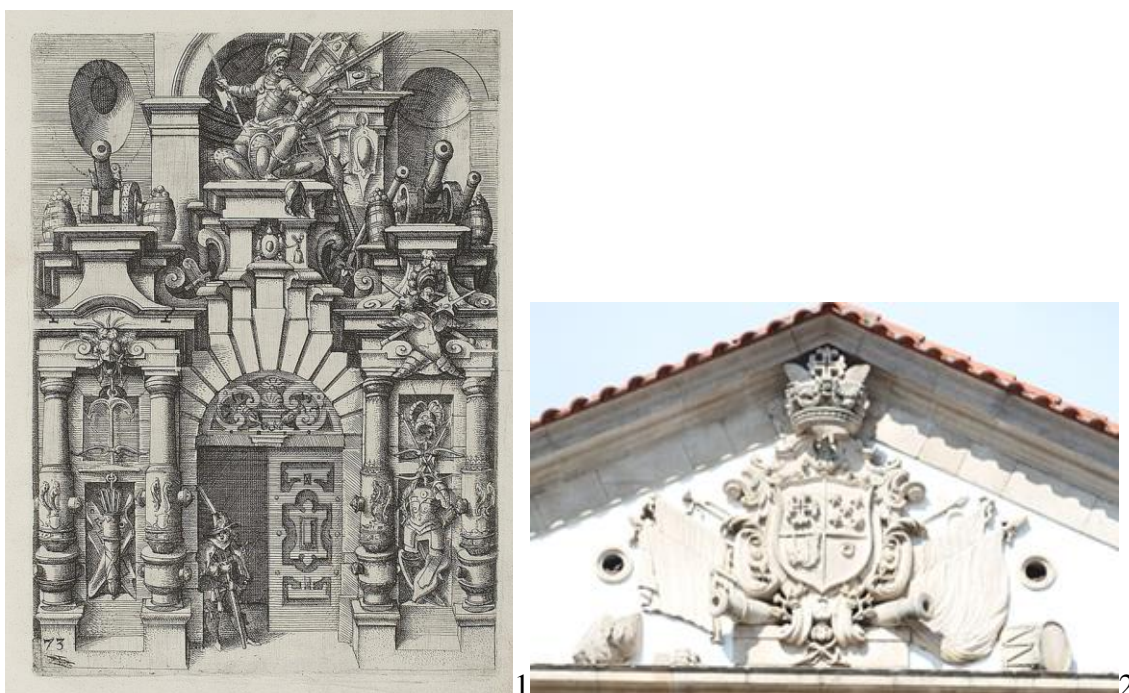


Fig.36 – 1 - Estampa 73, do tratado *Architectvra von Ausstheilung, Symmetria vnd der Porportion der Funff Seulen*, de Wendel Dietterlin, 1598⁴¹⁹. 2 – Frontão com pedra de armas (escudo esquartelado: 1º Pereira, 2º Coutinho, 3º Vilhena, 4º Meneses), da casa dos Pereira Courinho ou dos Vilhenas em Lamego; representação de troféus militares. Fotografia da autora.

A pedra de armas integrando a fachada principal do edifício, já estava presente na arquitetura italiana do Renascimento. No palácio Dei Diamante, Ferrara, do arquiteto Biagio Rossetti, 1493, classificado como um dos mais importantes palácios do Renascimento italiano, a pedra de armas aparece enquadrada por cima da porta principal⁴²⁰. Este edifício foi realizado por Sigismondo d’Este, com projeto de Biagio Rossetti.

No palácio Antonini, Udini, com a dupla função de palácio citadino e Villa suburbana, do arquiteto Andrea Palladio, 1556, é evidente na sua fachada principal, e integrado no frontão

⁴¹⁸ DIETTERLIN, Wendel – *Op. Cit.*, estampa 73.

⁴¹⁹ DIETTERLIN, Wendel – *Op. Cit.*, estampa 73.

⁴²⁰ Cf. BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, pp.242, 244, 245.

triangular, ao centro, a pedra de armas desenhando-se um alinhamento simétrico com o eixo visual vertical, incluindo a janela de sacada/varanda e a porta principal⁴²¹.

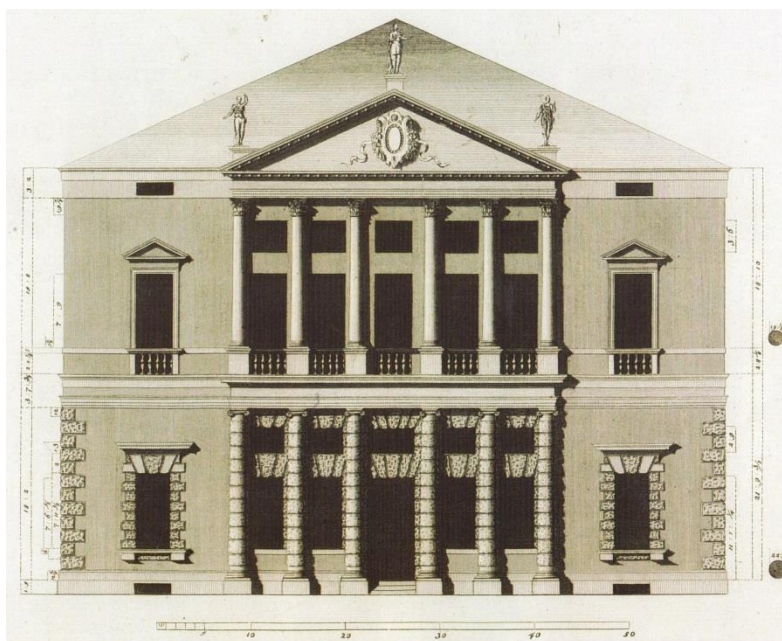


Fig.37 - Alçado do Palácio Antonini, Udini, de Andrea Palladio, 1556⁴²².

Na Villa Foscari “La Malcontenta”, Mira, Veneza, de 1559, o mesmo arquiteto, Andrea Palladio⁴²³ coloca a pedra de armas no frontão, ao centro (construída por volta de 1560 para os irmãos Nicoló e Alvise Foscari). Na Villa Emo, Fanzolo di Vedelago, Treviso, Andrea Palladio, em 1554-1565, integra a pedra de armas, no frontão do corpo principal que faz um alinhamento com os edifícios anexos⁴²⁴. O mesmo acontece na Villa Almerico Capra “La Rotonda”, Vicenza, de 1566, pelo arquiteto, que inclui a pedra de armas no frontão⁴²⁵. Esta solução repete-se na Villa Piovene, Lonedo di Lugo, Vicenza, de 1545⁴²⁶. Na Villa Badoer, Fratta Polesine, Rovigo, de 1556, Palladio⁴²⁷ volta a pôr a pedra de armas no frontão do edifício.

No palácio Dei Cavalieri, outro arquiteto italiano, Giorgio Vasari, 1562, agrega uma pedra de armas na superfície superior da janela, varanda que encima a porta principal⁴²⁸. Este edifício magnífico é o resultado de uma renovação do Palazzo degli Anziani (séculos XIII-XIV), iniciada em 1562 com um projeto de Giorgio Vasari para Cosme I, que é celebrado na estátua defronte ao palácio.

⁴²¹ Cf. BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, pp.22-23.

⁴²² Cf. BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, p.23.

⁴²³ Cf. BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, p.28.

⁴²⁴ Cf. BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, p.100.

⁴²⁵ Cf. BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, pp.148, 150, 151.

⁴²⁶ Cf. BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, pp.160-161.

⁴²⁷ Cf. BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, pp.184.186, 187.

⁴²⁸ Cf. BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, pp.414, 415.

Outro arquiteto renascentista, Vincenzo Scamozzi, em 1576, enquadra a pedra de armas no frontão, em La Rocca Pisana, Lonigo, Vicenza⁴²⁹, uma Villa construída para a família Pisani como residência de lazer e repouso, no alto de uma colina que domina a planície.

Na Villa Medici “La Petraia”, Castello, Firenze, do arquiteto renascentista, Bernardo Buontalenti, 1576-1589, a pedra de armas adorna a parte superior da porta principal do edifício⁴³⁰.

O palácio Farnese, Roma, projetado em 1516 por Antonio da Sangallo, o Jovem, para o cardeal Alessandro Farnese, futuro papa Paulo III, foi ampliado por Michelangelo (1546-1549) e por Vignola (1569-1573) e terminado por Giacomo della Porta (1589). Este edifício exibe na fachada principal o alinhamento da porta ao centro, com a varanda/janela e a pedra de armas na parte superior desta⁴³¹.



Fig.38 - Palácio Farnese, Roma⁴³². Projetado em 1516 por Antonio da Sangallo, o Jovem, para o cardeal Alessandro Farnese, futuro papa Paulo III, foi ampliado por Michelangelo (1546-1549) e por Vignola (1569-1573) e terminado por Giacomo della Porta (1589).

Num estudo para a fachada do palácio Pitti, Firenze, de Luca Fancelli, 1458, e Bartolomeo Ammannati, 1549, elaborado por Pietro da Cortona, temos o eixo visual vertical, do alinhamento da porta, varanda/janela e pedra de armas⁴³³.

⁴²⁹ Cf. BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, p.172.

⁴³⁰ BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, p.276.

⁴³¹ BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, pp.437-445.

⁴³² BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, p.445.

⁴³³ BUSSAGLI, Marco – *Op., Cit.*, p.390.

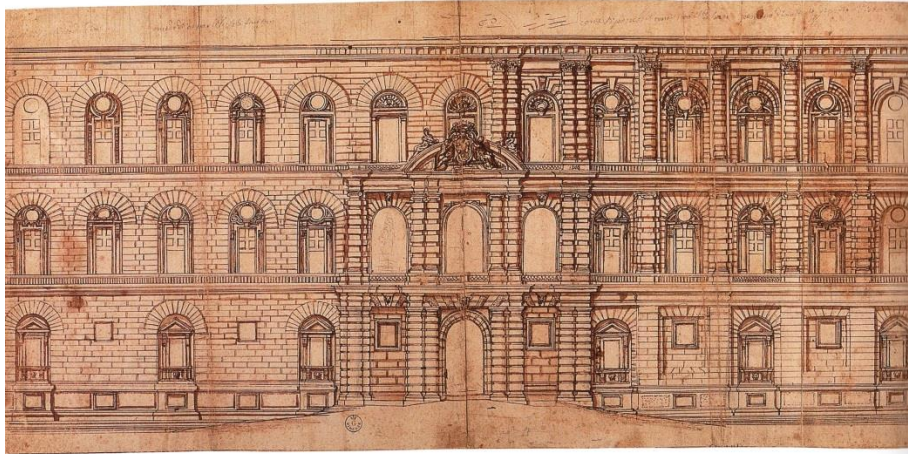


Fig.39 - Perspetiva do palácio Pitti, Firenze, de Luca Fancelli, 1458, Bartolomeo Ammannati, 1549⁴³⁴. Todo o palácio é revestido em bossagem rústica.

A obra *Delle magnificenze di Roma Antica e moderna... Dedicata alla sacra Real Maestà di Carlo infante di Spagna ré delle Due Sicilie / da Giuseppe Vasi da Corleone... Con una spiegazione istorica di tutte le cose notabili di dette porte; Composta dal P. Giuseppe Bianchini Veronese...*, publicada em Roma: Nella Stamperia del Chracas presso S. Marco al Corso, 1747- [1761]⁴³⁵, no seu volume I (Tomo I), “Libro Primo”, “Le Porte e Mura Di Roma”, apresenta-nos as suas portas da cidade encimadas com uma pedra de armas. Esta está patente nas seguintes: porta del Popolo Flaminia⁴³⁶; porta Pia Viminalis⁴³⁷; porta S. Lourenzo ot Esquilina⁴³⁸; porta S. Giovanni Coelimontana⁴³⁹; porta Portese ol Portuensis⁴⁴⁰; porta S. Pancrazio ol Janiculensis⁴⁴¹; porta Settimiana⁴⁴²; porta Cavalleggieri ol Posterula⁴⁴³; porta Fabrica⁴⁴⁴; porta Pertusa⁴⁴⁵; porta Angelica⁴⁴⁶.

Nesta mesma obra, e neste volume I, “Libro terzo”, intitulado “Le Basiliche e Chiese Anche Di Roma”, temos uma estampa com a “Basilica de S. Giovanni in Laterano”, com a

⁴³⁴ BUSSAGLI, Marco – Op., Cit., p.390.

⁴³⁵ Giuseppe Vasi, 1710-1782.

⁴³⁶ VASI, Giuseppe - *Delle magnificenze di Roma Antica e moderna... Dedicata alla sacra Real Maestà di Carlo infante di Spagna ré delle Due Sicilie / Con una spiegazione istorica di tutte le cose notabili di dette porte; Composta dal P. Giuseppe Bianchini Veronese...* Roma: Nella Stamperia del Chracas presso S. Marco al Corso, 1747- [1761]. Estampa 1.

⁴³⁷ *Idem, Ibidem.* Estampa 4.

⁴³⁸ *Idem, Ibidem.* Estampa 6.

⁴³⁹ *Idem, Ibidem.* Estampa 8.

⁴⁴⁰ *Idem, Ibidem.* Estampa 12.

⁴⁴¹ *Idem, Ibidem.* Estampa 13.

⁴⁴² *Idem, Ibidem.* Estampa 14.

⁴⁴³ *Idem, Ibidem.* Estampa 16.

⁴⁴⁴ *Idem, Ibidem.* Estampa 17.

⁴⁴⁵ *Idem, Ibidem.* Estampa 18.

⁴⁴⁶ *Idem, Ibidem.* Estampa 19.

legenda do “Palazzo Pontificio, e Patriarcale⁴⁴⁷”, com o eixo vertical formado pela porta no rés do chão, com a varanda/janela e a pedra de armas na parte superior desta, no primeiro piso. No mesmo volume I, no “Libro Quarto” denominado “I Palazzi e Le Vie Piú Celebri Di Essa Dedicata Alla Sacra Real Maestà Di Elisabetta Farnese Regina Vedova Di Spagna &c.”, o “Palazzo Pontificio sul Quirinale⁴⁴⁸”, apresenta o eixo visual formado por uma porta no rés do chão e varanda/janela com a pedra de armas na parte superior desta, no piso nobre; o mesmo modelo aparece duplicado na fachada do “Palazzo Odescalchi⁴⁴⁹”, com porta, janela/ varanda no primeiro piso e pedra de armas encimando os dois conjuntos. Este palácio com uma imponente fachada ritmada pelas aberturas, tem sete janelas a separar duas entradas com o mesmo eixo vertical visual, numa simetria imponente. A estampa 65, do mesmo livro, intitulada “Palazzo S. Marco della Serenifs. Rep. di Venezia⁴⁵⁰”, representa na legenda 1, o Palazzo Bolognetti”, que curiosamente tem a porta de entrada com varanda ampla, por cima, no piso nobre integrando três portas de acesso ao interior, tendo a do centro uma pedra de armas, e revelando o mesmo eixo vertical visual.

O “Palazzo Borghese⁴⁵¹”, representado nesta obra apresenta duas entradas, uma principal com o mesmo eixo de porta, janela/varanda no primeiro piso, e outra entrada, para os coches com o eixo igual, mas com pedra de armas a encimar o conjunto.

O “Palazzo Madama⁴⁵²” exhibe o mesmo modelo, da porta no rés do chão, encimada por janela/varanda e remate com pedra de armas, num eixo que revela o centro da fachada simétrica. O mesmo modelo de simetria é dado pelo centro formado pela porta, janela/varanda e pedra de armas, do “Palazzo Farnese⁴⁵³”. Também no “Palazzo Marescotti già Estense⁴⁵⁴”, o modelo repete-se estando descentrado na fachada e sem pedra de armas. O “Palazzo Altieri⁴⁵⁵” apresenta o mesmo eixo vertical visual que referimos anteriormente, apesar de estar descentrado na fachada principal (porta no rés do chão, janela/varanda no primeiro piso, encimada por pedra de armas).

⁴⁴⁷ *Idem, Ibidem.* Estampa 46.

⁴⁴⁸ *Idem, Ibidem.* Estampa 61. Ver estampa do palácio, no volume 2, desta tese.

⁴⁴⁹ *Idem, Ibidem.* Estampa 64. O palácio apresenta um rés do chão e mais dois pisos. Ver estampa do palácio, no volume 2 desta tese.

⁴⁵⁰ *Idem, Ibidem.* Estampa 65. Ver estampa do palácio, no volume 2, desta tese.

⁴⁵¹ *Idem, Ibidem.* Estampa 69. Ver estampa do palácio, no volume 2, desta tese.

⁴⁵² *Idem, Ibidem.* Estampa 70. Ver estampa do palácio, no volume 2, desta tese.

⁴⁵³ *Idem, Ibidem.* Estampa 73. O palácio tem rés do chão e mais dois pisos. Ver estampa do palácio, no volume 2, desta tese.

⁴⁵⁴ *Idem, Ibidem.* Estampa 78. O palácio tem rés do chão e mais dois pisos. Ver estampa do palácio, no volume 2, desta tese.

⁴⁵⁵ *Idem, Ibidem.* Estampa 79. O palácio tem um rés do chão, mais dois pisos e um alçado no telhado, em dois patamares, um com, janelas e outro menor. Ver estampa do palácio, no volume 2, desta tese.

Na mesma obra referida, Volume III (tomo III), na estampa 168, “Collegio Nazzareno” a legenda ostenta o “Palazzo del Marchese del Bufalo⁴⁵⁶”, com o eixo visual referido, na fachada (porta no rés do chão, janela/varanda no primeiro piso, encimada por pedra de armas).

Podemos concluir pela análise desta obra italiana do séc. XVIII, que na sua maioria, os palácios da cidade de Roma seguiam este modelo de risco/desenho da fachada com a porta principal no rés do chão, encimada por uma janela/varanda no primeiro piso, e terminada por uma pedra de armas, independentemente de haver ou não mais um piso acima do edificado. Este eixo vertical, no conjunto da geometria construtiva dos palácios, conduz o olhar e a perceção do observador / usufruidor, tendo vários efeitos dinâmicos associados. Em causa estava a contemplação da grandeza das duas entradas para o espaço privado/intímo/restrito, direcionadas pela existência da porta e da janela/varanda e o poder expresso na pedra de armas, representativo da exclusão dos que não lhes eram socialmente pares, às épocas seicentistas e setecentistas (devido às arbitrariedades que constituía o tecido social da urbanidade e da ruralidade).

As armas heráldicas das famílias nobres portuguesas passaram a ser representadas pelas pedras de armas presentes nas fachadas principais da arquitetura senhorial. Estas armas heráldicas foram objeto de publicação em Portugal no código, *Livro do Armeiro-Mor*, um manuscrito datado de 1509. Este código iluminado foi mandado fazer por D. Manuel, e fixou os brasões existentes, o verdadeiro cânon, num tempo em que havia grandes arbitrariedades no uso das armas⁴⁵⁷. O livro foi encomendado por D. Manuel I, conforme se pode ler no início da obra:

*Livro das Armas//que ho muyto alto//...//elrey Dom Manuell//...//mandou a my rey darmas Portuguall//juiz da nobreza que compossese e hordenasse//e nelle asentasse tadallas armas dos reys e princepes cristaãos// e asy udeus mouros e gentijos//domde primeiramente decendeo e começou a nobreza//a asy asentasse e possese todallas armas dos nobres destes reynos e senhorios cada//huuas em seu luguar proprio//...*⁴⁵⁸

Esta obra, coletânea de armas heráldicas, é atribuída ao “Rei de Armas” João do Cró (ou João du Cros), cujas armas figuram junto da sua assinatura. Este código é oficial: saiu das mãos de um oficial régio, e o seu conteúdo decorre das obrigações e funções contidas no respetivo regimento⁴⁵⁹. É considerado o mais antigo armorial português. O livro tem vários capítulos: os Nove da Fama, o dos Estados da Europa, Ásia e África, o do Imperador a sacração do rei de França, arcebispos e bispos alemães e franceses, e a nobreza de Portugal, começando

⁴⁵⁶ *Idem, Ibidem*. Libro nono, “I Collegi, Spedali, e Luoghi PII...”. Estampa 168.

⁴⁵⁷ A.N.T.T. Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 19. 1 Liv. (161 f. 403 x 315 mm); perg.

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4162406> – 1-02-2015, 16:16H. Cf. *Livro do Armeiro-Mor* (1509). 2.^a Edição. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão; Apresentação de Vasco Graça Moura; Introdução, Breve História, Descrição e Análise de José Calvão Borges. Academia Portuguesa da História/Edições Inapa, 2007.

⁴⁵⁸ BORGES, José Calvão - "Descrição e análise", in *Livro do Armeiro Mor* (2007), p. XXVII.

⁴⁵⁹ A.N.T.T. Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 19.

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4162406> – 1-02-2015, 16:16H.

pelas armas de D. João II. Um dos seus capítulos (cinco), o capítulo da nobreza e geração de Portugal trata das casas nobres de Portugal, ao todo 287 armas, encabeçadas pela Casa Real. No entanto, nem todos os títulos existentes em 1509 são referidos. A partir do fólho 117 a obra apresenta quatro armas por página. Estas são essencialmente casas de menor categoria e mais recente nobreza. O *Livro do Armeiro-Mor* pertencia à livraria particular do rei D. Carlos. António Caetano de Sousa atribuiu as iluminuras ao mestre Arryet.

O livro esteve ainda na origem do *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas* ainda na primeira metade do século XVI e o *Thesouro de Nobreza*, já no terceiro quartel do século XVII, seguiu de certa forma o modelo da obra de João do Cró (ou João du Cros).

O *Livro da nobreza e da perfeição das armas dos reis cristãos e nobres linhagens dos reinos e senhorios de Portugal*, também do século XVI, é da autoria de António Godinho. Este autor era escrivão da câmara de D. João III, mas o códice foi começado em tempo de D. Manuel (? 13 de dezembro 1521). A obra contém 135 brasões iluminados⁴⁶⁰.

No prólogo do *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas*, dirigido a D. João III, António Godinho expõe também os mesmos motivos de D. Manuel I, e refere ainda:

*Querendo prouer queao REY conuem dar o timbre & nõ o que cada hum quer tomar como alguns cuidam... Sam os chefes das linhagens obrigados a trazer as armas dereitas Asicomo foram dadas ao primeiro Queas ganhou & os outros cõ as deferenças Queseus graos requerem...*⁴⁶¹

Este livro é considerado, juntamente com o *Livro do Armeiro-Mor* cujas faltas tentou corrigir, o mais importante armorial português.

O *Tombo das armas dos reis e titulares e de todas as famílias nobres do reino de Portugal intitulado com o nome de Tesouro de nobreza*, datado de 1675, também conhecido por "Cidades e Vilas" é da autoria de Francisco Coelho, rei de armas da Índia. Contém as armas dos reis, titulares e famílias nobres de Portugal⁴⁶². Entre os vários capítulos da obra, tem, *Armas dos Reys de Portugal*; *Armas das Raynhas de Portugal*; *Armas dos Duques e Marqueses de Portugal*; *Armas dos Condes de Portugal*; *Armas das Famílias*. No capítulo *Armas das Famílias*, o final do *Thesouro da Nobreza* apresenta, a partir do fólho 27, quarenta fólhos com armas de famílias nobres portuguesas, todas com o verso em branco. O capítulo inclui a quase

⁴⁶⁰A.N.T.T. Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 20. 1 liv. (63 f.; 430 x 320 mm); pergaminho. <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162407> – 1-02-2015, 16:50H. Cf. ALBUQUERQUE, Martim de - *A Torre do Tombo e os seus tesouros*. Lisboa: Inapa, 1990. FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da sala de Sintra*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973. *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas* (António Godinho, Séc. XVI). Fac-simile do MS. 164 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução e Notas de Martim Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima. Edições Inapa, 1987.

⁴⁶¹A.N.T.T. Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 20. *Livro da nobreza e da perfeição das armas dos reis cristãos e nobres linhagens dos reinos e senhorios de Portugal*, Prólogo (fl 2r).

⁴⁶² Arquivo Nacional Torre do Tombo. Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 21. 1 Liv. (79 f.; 480 x 350 mm); pergaminho, papel. <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162408> - 1-02-2015, 17:48H. Cf. ALBUQUERQUE, Martim de - *A Torre do Tombo e os seus tesouros*. Lisboa: Inapa, 1990.

totalidade de armas de família presentes no *Livro do Armeiro-Mor* e no *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas*, e ainda as de muitas outras famílias entretanto nobilitadas. O capítulo segue geralmente a ordem de apresentação dos armoriais anteriores, com as linhagens mais velhas e importantes, primeiro - incluindo quatro títulos de conde não mencionados no capítulo anterior, e ainda dois títulos extintos em 1675 (o de conde de Penela e o de conde de Linhares). O fólio 66 apresenta apenas quatro armas, pelo que o total de armas de família portuguesas neste capítulo do *Thesouro de Nobreza* é de 472⁴⁶³. A obra é de certa forma uma continuação dos importantes armoriais executados por iniciativa de D. Manuel I: o *Livro do Armeiro-Mor*, de João do Cró (1509), e o *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas*, de António Godinho (ca. 1521-1541).

No século XVIII, surgiu a obra *Tesouro da nobreza de Portugal*, feita pelo padre frei Manuel de Santo António e Silva da Ordem de São Paulo, o reformador do cartório da nobreza (1783, a data é incerta). Contém os escudos de armas da Casa Real do reino, com as suas diferenças, os distintivos das dignidades eclesiásticas e seculares, e os escudos de todas as famílias naturais deste reino, e de muitas das que vieram de fora, a maior parte com as origens, progressos e graduação dos descendentes delas⁴⁶⁴.

Todas estas obras escritas fixaram os brasões existentes, o verdadeiro cânon, e tornaram-nos através do tempo um distintivo que faria das armas, a visualidade do poder e dos privilégios das famílias, para além das grandes arbitrariedades que constituíam a sociedade. Eles foram por isso pintados nas bandeiras, nos coches, no interior das casas, nos tetos, no mobiliário, no vestuário, nas louças, gravados nos botões de libré⁴⁶⁵, nas baixelas de prata e ornamentos de ouro (objetos pessoais), nas arcas tumulares (túmulos), e elementos arquitetónicos, esculpidos em forma de pedras de armas, que a arquitetura civil ostentaria nas suas paredes principais, nos palácios, residências rurais, nas quintas, nas capelas privadas, para além de outros edifícios de arquitetura. Estes resultantes das linhagens (livros de linhagens, a que no século XVI se deu também o nome de nobiliários) são o resultado de registos genealógicos escritos na pedra, para demonstrar o parentesco com antepassados ilustres. Não obstante podem ter outras funções que não só as da esfera estritamente familiar, de afirmação, servindo para justificar direitos, respondendo a diversos fins utilitários. Eles podem servir para fomentar conhecimentos e amizades, de modo a suscitar aproximação e união de famílias cristãs, como forma de fortalecer o cristianismo; evitar nefastas consequências sociais, da não observância do preceito canónico, que impedia o casamento entre parentes até ao sétimo grau,

⁴⁶³ http://pt.wikipedia.org/wiki/Thesouro_de_Nobreza - 1-02-2015, 18:10H.

⁴⁶⁴ A.N.T.T. Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 16. 1 Liv. (290 f.); papel. <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162404> - 1-02-2015, 18:28H.

⁴⁶⁵ *Botões de Libré Portugueses Armoriados (Coleção Segismundo Pinto)*. Roteiro de uma Exposição. I Congresso de Heráldica de Tomar. Edição da Câmara Municipal de Tomar, da Academia Portuguesa de Ex-Líbris, e da Universidade Lusíada, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos. Tomar 2003.

antecipando, como meio de prova, os registos paroquiais obrigatórios desde o Concílio de Trento; provar legitimidade relativamente a certos direitos como os de padroado (para fundadores de mosteiros e seus descendentes legítimos poderem receber bens de natureza diversa do instituto religioso) e de avoenga (preferência na venda de bens hereditários do património familiar)⁴⁶⁶.

As pedras de armas, presentes nas fachadas das casas senhoriais, objeto da nossa investigação, constituem um dos elementos arquitetónicos mais importantes para a constituição do eixo simétrico, que marcam no centro dos edifícios, na área de Lamego e freguesias. Nestes casos, a heráldica tornou-se ela própria protagonista, no desenho forte e inexpugnável que as casas (de preferência na fachada principal) deveriam possuir.

Com o período barroco, a heráldica tornou-se mais espetacular, nos enquadramentos compositivos e nos vários elementos decorativos, geralmente fitomórficos ou de troféus militares, que enquadram quase sempre as armas⁴⁶⁷.

As pedras de armas nestas casas senhoriais apresentam as mesmas na esquina da casa, formada pelo ângulo das duas paredes, em três casas: casa das Mores (escritórios advogados; residencial); Casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde 1912); casa da quinta dos Varais (residencial).

Apresentam a pedra de armas em outras situações da casa (com pedra de armas), em três casas: casa do Alvão (parcialmente devoluta); casa da Pousada (residencial; família Montenegro/Penajoia); casa da quinta do Cabo (residencial).

Sem pedra de armas apresentam-se sete casas: casa da rua da Seara (bar “Puro Malte”); casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; residencial); casa da Corredoura (residencial); casa da quinta da Pacheca (residencial); casa e capela da quinta da Salada; casa de Angorês (devoluta/Samodães); casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta/Valdigem).

Com pedra de armas na frontaria da capela, surgem em dez casas: casa dos Viscondes de Balsemão (residencial); quinta das Brolhas (devoluta); casa da quinta da Azenha e capela (residencial); casa da quinta e Paço do Monsul (residencial); casa da quinta do Mourão (residencial); casa da quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro); casa do Montenegro 2 (residencial/Penajoia); casa do Padre (residência paroquial do padre da Penajoia); casa da família Montenegro (devoluta/Samodães); casa da quinta das Brolhas (residencial/Valdigem).

⁴⁶⁶ Cf. A.N.T.T. Livros de Linhagens. [1340-1739].

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4223187> - 1-02-2015, 19:20H.

⁴⁶⁷ DUARTE, Eduardo – *A Heráldica Portuguesa na Arte e na Sociedade*. Arte & Sociedade. Atas das Conferências, p.44.

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5642/3/ULFBA_A%20HER%C3%81LDICA%20PORTUGUESA%20NA%20ARTE%20E%20NA%20SOCIEDADE.pdf – 1-02-2015, 22:52H.

Com pedra de armas na frontaria da casa, apresentam-se quinze casas: casa das Brolhas (residencial senhorial); casa do Poço (Museu Diocesano); casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso); casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial); casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição); casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados); casa dos Serpas ou casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho); casa dos Pereira Coutinho / casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia); casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; residencial); casa dos Albergarias, casa da rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mutúos Funebre Familiar Lamecense; devoluta); casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T); casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul); casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José); casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial/Penajoia); casa do conde de Samodães / casa da Fonte (residencial).

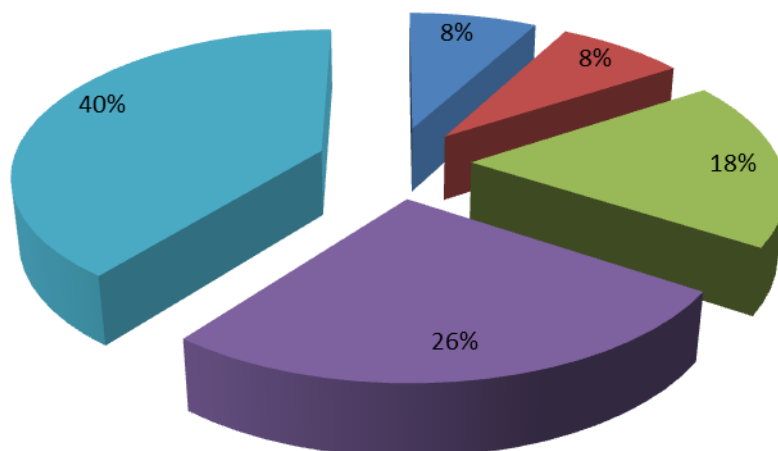
Quadro n.º14 – Tipologias da pedra de armas das casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas com o rio Douro (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem)

Quadro n.º14 – Tipologias da pedra de armas das casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas com o rio Douro (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem)	
Casa Senhorial	Tipologia
Casa dos Viscondes de Balsemão (residencial); Quinta das Brolhas (devoluta); Casa da quinta da Azenha e capela (residencial); Casa da quinta e Paço do Monsul (residencial); Casa da quinta do Mourão (residencial); Casa da quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro); Casa do Montenegro 2 (residencial/Penajoia); Casa do Padre (residência paroquial do padre da Penajoia); Casa da família Montenegro (devoluta/Samodães); Casa da quinta das Brolhas (residencial/Valdigem);	Na frontaria da capela
Casa das Brolhas (residencial); Casa do Poço (Museu Diocesano); Casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso); Casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial); Casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição); Casa do Visconde de Arneiros ou Casa dos Pinheiros (casa Filipina;	Na frontaria da casa

<p>escritórios de advogados); Casa dos Serpas ou Casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho); Casa dos Pereira Coutinho / Casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia); Casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; Residencial); Casa dos Albergarias, Casa da rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mutúos Funebre Familiar Lamecense; devoluta); Casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T); Casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul); Casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José); Casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial/Penajoia); Casa do conde de Samodães / Casa da Fonte (residencial);</p>	
<p>Casa das Mores (escritórios advogados; residencial); Casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde 1912); Casa da quinta dos Varais (residencial);</p>	<p>Na esquina da casa, formada pelo ângulo das duas paredes</p>
<p>Casa da rua da Seara (bar “Puro Malte”); Casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (Casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; residencial); Casa da Corredoura (residencial); Casa da quinta da Pacheca (residencial); Casa e capela da quinta da Salada; Casa de Angorês (devoluta/Samodães); Casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta/Valdigem);</p>	<p>Sem pedra de armas</p>
<p>Casa do Alvão (parcialmente devoluta); Casa da Pousada (residencial; família Montenegro/Penajoia); Casa da quinta do Cabo (residencial);</p>	<p>Outras (com pedra de armas)</p>

Quadro-síntese de autora.

Tipologias da Pedra de Armas das Casas Senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas com o Rio Douro (Cambres, Penajóia, Samodães e Valdigem)



- Na esquina da Casa, formada pelo ângulo das duas paredes
- Outras (com Pedra de Armas)
- Sem Pedra de Armas
- Na frontaria da Capela
- Na frontaria da Casa

De salientar que nem todas as casas senhoriais são armoriadas. Muitos destes edificadros arquitetónicos não têm pedra de armas na fachada principal, ou em qualquer outra. Do ponto de vista decorativo, são um dos elementos exuberantes. O seu estudo ajudou-nos a conhecer as famílias preponderantes do concelho de Lamego e das freguesias, as ligações existentes entre si, e acima de tudo, a importância simbólica que ainda têm na atualidade, sendo-lhes a mesma reconhecida pelo testemunho histórico/patrimonial que representam em termos heráldicos e genealógicos⁴⁶⁸. A sua ausência, em muitos casos foi o resultado da legislação ou de remoções por motivos particulares das famílias. A sua presença na arquitetura senhorial foi objeto de legislação oitocentista, sendo sujeita à coleta sumptuária. O decreto de 8 de setembro de 1887 reconhecia à junta fiscal das matrizes, o direito de inscrever no rol dos agraciados, todos quantos tivessem na fachada de sua casa a pedra de armas. Estivesse ela colocada numa parede, cunhal, frontão, portal, ou apenas, apoiado num muro, aparecendo encartelado, partido em pala,

⁴⁶⁸ SILVA, José Carlos Ribeiro da – *A Casa Nobre no Concelho de Lousada*. Tese de Mestrado em História de Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2007, p.173. In BORGES, Inês da Conceição do Carmo – *O Solar de Santana. Museu Municipal de Tondela e a Arquitetura Senhorial da Região*. Editora Palimage, Terra Ocre. Coimbra, 2010, p.162.

ou exibindo dois ou quatro quartéis, tornava a família, objeto de sujeição, em relação às diretrizes dos impostos governamentais.

O decreto sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo, nº 230, de 29 de março de 1894, reafirmava que “o regulamento da contribuição sumptuária faz incidir esta contribuição sobre o uso pessoal ou material de brasão de armas, e por isso está sujeito a ella aquelle que tem na parede exterior da casa da sua residencia brasão de armas, pois que a presumpção é que tem o direito de usar d’esse distinctivo de nobreza⁴⁶⁹.” Esta lei fez com que muitas famílias, interpusessem recurso nos tribunais, e tentassem escapar à situação de coletados.

Os expedientes, chamados pelos reclamantes em seu auxílio, foram diversos, quer obtendo certidões passadas pelo *escrivão da nobreza do reino*, em que se certificava não constar nos livros respetivos a concessão de nenhuma carta de brasão, quer solicitando á *mordomia mor da Casa Real* uma declaração pela qual se mostrasse que o recorrente não tinha qualquer direito ao uso de armas de nobreza. Porém, nenhum destes meios surtiu, ao que saibamos, o efeito desejado. Servindo, ao invés, para acicatar a vontade, sempre sôfrega, da coleta, pois, ao recusar a validação jurídica de semelhantes documentos, o tribunal entreabria outras portas. É que, apropriando-se dos argumentos da defesa e invertendo-lhes o sentido original, punha o reclamante entre a espada e a parede: pois se este até nem tinha direito a usar brasão, então, cumpria à competente autoridade “averiguar e punir esse uso ilegal⁴⁷⁰”. Assim muitas famílias removeram a pedra de armas das fachadas das suas casas e capelas, para tentarem “fugir” ao imposto⁴⁷¹.

Ela personificava os estatutos sociais, os privilégios da realeza, sendo o granito a pedra de eleita para as perpetuar. Estas casas senhoriais possuíam extensos territórios agrícolas cujos proprietários passavam o título para o filho mais velho, assegurando a continuidade nobiliárquica, ostensiva no seu brasão, e capelas.

O modelo construtivo arquitetonicamente, com o eixo central bem definido, da porta, janela/varanda, pedra de armas presente na casa nobre lamecense foi amplamente difundido na cidade e freguesias ribeirinhas. Exemplos destas casas na união das freguesias de Almacave e Sé, são as seguintes: casa das Brolhas (sem varanda, no eixo visual vertical); casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (eixo articulado com três janelas de varanda, uma central, e duas laterais, numa varanda única e comum); casa das Mores (sem brasão nesse alinhamento de eixo

⁴⁶⁹ Cf. Decreto de 29 de março de 1894, Diário do Governo nº 122, abril de 1894.

⁴⁷⁰ Recursos nºs 10:915 e 10:916 apresentados ao Supremo Tribunal Administrativo, cf. Diário do Governo nº 232, de 13 de outubro de 1899, p.378. In FIGUEIROA-RÊGO, João – A “Collecta Sumptuária” Oitocentista, alguns aspetos da sua controversa aplicação. *Arquipélago – História*, 2ª série, VII, 2003, pp.285-304.

⁴⁷¹Cf. FIGUEIROA-RÊGO, João – A “Collecta Sumptuária” Oitocentista, alguns aspetos da sua controversa aplicação.

visual vertical); casa de D. António Freire Gameiro Sousa; casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José/ varanda com colunas e com três janelas); casa dos Serpas ou casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho); casa dos Pereira Coutinho / casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia); casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; Residencial); casa da rua da Seara (bar “Puro Malte”/ sem brasão nesse alinhamento de eixo visual vertical); casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T); casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue / sem brasão nesse alinhamento de eixo visual vertical). Na freguesia de Cambres há a seguinte: casa da Corredoura (sem brasão nesse alinhamento de eixo visual vertical). Na freguesia de Penajoia existem as seguintes: casa do Montenegro 1, (junto à estrada e Igreja); casa da Pousada (eixo articulado com três janelas de varanda, uma central, e duas laterais, numa varanda única e comum, com ausência de brasão nesse eixo visual vertical). E, por fim, na freguesia de Samodães: casa do conde de Samodães / casa da Fonte. Podemos assim concluir que a maioria das casas com fachada principal ostentando na sua geometria, o eixo vertical visual formado pela porta janela/varanda e pedra de armas, estão na área urbana. É assim uma das características de Lamego. As outras estão presentes, uma na freguesia de Cambres, duas na Penajoia e uma em Samodães. Não temos nenhuma casa com este atributo em Valdigem. É uma particularidade essencialmente urbana, na nossa área de estudo.

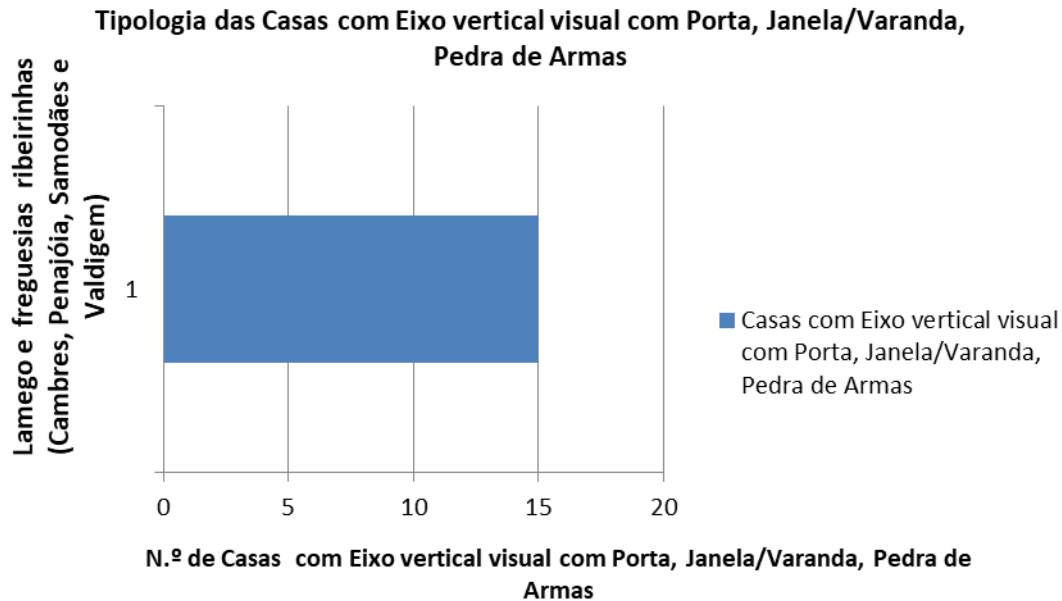
Quadro n.º15 – Tipologias das casas senhoriais com eixo vertical visual com porta, janela/varanda, pedra de armas, de Lamego e freguesias ribeirinhas com o rio Douro (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem)

Quadro n.º15 – Tipologias das casas senhoriais com eixo vertical visual com porta, janela/varanda, pedra de armas, de Lamego e freguesias ribeirinhas com o rio Douro (Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem)	
Casa Senhorial	Tipologia
Casa das Brolhas (sem varanda, no eixo visual vertical), em Almacave e Sé - Lamego; Casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (eixo articulado com três janelas de varanda, uma	Eixo vertical visual com porta, janela/varanda, pedra de Armas

central, e duas laterais, numa varanda única e comum), em Almacave e Sé - Lamego; Casa das Mores (sem brasão nesse alinhamento de eixo visual vertical), em Almacave e Sé – Lamego; Casa de D. António Freire Gameiro Sousa, em Almacave e Sé - Lamego; Casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José/ varanda com colunas e com três janelas), em Almacave e Sé - Lamego; Casa dos Serpas ou Casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho), em Almacave e Sé - Lamego; Casa dos Pereira Coutinho / Casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia), em Almacave e Sé - Lamego; Casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; residencial), em Almacave e Sé - Lamego; Casa da Rua da Seara (Bar Puro Malte/ sem brasão nesse alinhamento de eixo visual vertical), em Almacave e Sé – Lamego; Casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T), em Almacave e Sé – Lamego; Casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (Casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue / sem brasão nesse alinhamento de eixo visual vertical), em Almacave e Sé – Lamego;

Casa da Corredoura (sem brasão nesse alinhamento de eixo visual vertical), em Cambres; Casa do Montenegro 1, (junto à estrada e Igreja), em Penajoia; Casa da Pousada (eixo articulado com três janelas de varanda, uma central, e duas laterais, numa varanda única e comum, com ausência de brasão nesse eixo visual vertical), em Penajoia; Casa do conde de Samodães / Casa da Fonte, em Samodães.

Quadro-síntese de autora.



A casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros, com uma cartela maneirista onde se inscreveu a data de 1610, inserida por cima da porta de entrada foge a este esquema, estando a verticalidade central da sua fachada acentuada com a presença do eixo formado pela porta, brasão, ladeados por duas/quatro varandas, duas no 1.º piso nobre, do projeto inicial da casa e duas no último piso, acrescentadas posteriormente, em data incerta, anos 20-30 do séc. XX. Sabemos que em 1950 o último piso já tinha sido acrescentado⁴⁷². Esta fachada é claramente um desvio ao modelo comum que temos vindo a referir, mas tendo uma similitude, dada com a presença das varandas descentradas, que reforçam a simetria do alçado. Estamos neste caso perante uma casa seiscentista, com uma fachada que aponta para outras fontes da arquitetura senhorial, desta casa nobre de Lamego. Esta fachada apresenta significativas analogias estético – ideológicas, com aspetos do claustro de D. João III, do convento de Cristo de Tomar. Também encontramos analogias, com configurações do claustro, do colégio de Santo Agostinho ou da Sapiência, de fins do séc. XVI, de Coimbra.

Oitavo e último claustro da complexa planimetria do convento de Cristo, o claustro de D. João III - também designado como claustro principal ou ainda claustro dos Filipes - pode ser classificado como um dos mais importantes monumentos da arquitetura do Tardo-Humanismo, de fâcies italiano, na Península Ibérica⁴⁷³. Não obstante o tesouro real se achar depauperado, o monarca dispense quantias vultuosas com a construção de um novo claustro. Porquê? Pela

⁴⁷² Ver Volume 2, ficha de descrição da casa; fotografia da fachada principal da casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros. Photo Goldner, Paris, 1950. Photo Goldner 4 Square Claude Debussy, 4, Paris – 17.º - Carnot 43 31.

⁴⁷³ COELHO, Maria da Conceição Pires – *A Igreja da Conceição e o Claustro de D. João III do Convento de Cristo de Tomar*. Edição da Assembleia Distrital de Santarém, 1987, p. 337.

“paixão da glória” e porque desejava estar em dia com os países mais civilizados da Europa do seu tempo⁴⁷⁴. Durante a regência da rainha D. Catarina, é outorgado ao arquiteto Diogo de Torralva o regimento das obras. Cerca do ano de 1566, ocorre o falecimento de Torralva que deixa o claustro bastante incompleto. Somente dezanove anos após esta data – porquanto parece que nada se avançou enquanto Francisco Lopes foi mestre das obras do convento – se retoma a construção do Claustro de D. João III. Terceiro comitente da fábrica foi Filipe II de Espanha, soberano muito interessado pelas artes da construção. E em nada influiu a arquitetura da vizinha Espanha na fábrica do claustro de D. João III apesar de o último comitente ser um monarca espanhol. O figurino seguido – perdoe-se-nos a expressão – continuou a ser o italiano, nomeadamente a arquitetura da província de Veneza interpretada por Filippo Terzi, mestre de formação urbinense⁴⁷⁵.

O claustro joanino pode ser incluído na chamada arquitetura de aparato, em que fachadas de ornamentação imponente nada têm a ver com a funcionalidade do edifício. Afigure-se-nos, portanto, como foi dito, que a magnificente exortação do claustro se deve a duas razões fundamentais por parte de D. João III: demonstrar que estava em dia com a moderna arquitetura italiana e, simultaneamente, cobrir-se de glória no presente e no futuro, pela circunstância de ter mandado construir tão monumental edifício⁴⁷⁶. Analisemos, por conseguinte, as fontes que na realidade se podem considerar inspiradoras do claustro principal, agrupando-as em principais e secundárias. Pertencem à primeira categoria: o *Palácio Grimani*, da autoria de Sanmicheli (1484-1559), em Veneza; a “Nuova Imperiale”, de Girolamo Genga (1476-1551), em Pesaro; e a “Basilica”, de Andrea Palladio (1508-1580), em Vicenza. Incluímos na segunda categoria: a “Libreria Marciana”, de Jacopo Sansovino (1486-1570), também em Veneza; e o *Palácio “del Te”* de Giulio Romano, em Mantova. Ainda como fonte secundária, ponderamos um monumento teórico – que não lítico – isto é, os “Sette libri dell’architettura de Sebastiano Serlio bolognese⁴⁷⁷”. Reputamos a obra de Serlio fonte secundária do claustro de D. João III, porquanto já se encontra ínsita nas fábricas de Sanmicheli, Genga e Palladio, verdadeiras fontes principais da fábrica tomarense⁴⁷⁸.

Relativamente ao claustro do colégio da Sapiência, ou de Santo Agostinho, na alta de Coimbra, a historiadora de arte, Maria de Lurdes Craveiro, refere-nos: “Inteiramente nova na cidade é a conceção plástica que envolve o claustro retangular, datado de 1596, que contava, no

⁴⁷⁴ *Idem, Ibidem*, p.339.

⁴⁷⁵ *Idem, Ibidem*, p.353.

⁴⁷⁶ *Idem, Ibidem*, p.363.

⁴⁷⁷ Dizemos por comodidade, os “Sette libri...”. Na realidade não foram todos os livros de Serlio, e muito menos o VII, só publicado em Francoforte, no ano de 1575, cuja edição italiana (Veneza) data apenas de 1584. Vide Andrea Silipo, in *D.E.A.U.*, t. 5, p.483. In COELHO, Maria da Conceição Pires – *Op. Cit.*, p.363.

⁴⁷⁸ COELHO, Maria da Conceição Pires – *Op. Cit.*, p.374.

ano anterior, com os serviços do aparelhador Luís Francisco⁴⁷⁹. Tanto os quatro alçados como as abóbadas das galerias baixas constituem aqui a mais absoluta novidade, porventura paradigmática do esforço de demarcação do mosteiro relativamente à poderosa instituição da Universidade. Com afinidades marcantes com o claustro torralviano de Tomar, o ambiente clássico que se respira em Santo Agostinho, a sua aproximação aos esquemas tratadísticos, e, em particular, a Serlio, e o completo afastamento da “norma” vigente na cidade, que impunha repetidamente o modelo castelhano, têm feito acreditar na palavra de Frei Nicolau de Santa Maria e na identificação do espaço claustral com os desenhos eventualmente encomendados a um arquiteto com a credibilidade de Filipe Terzi. Na realidade, não foi até agora possível saber se houve alterações aos planos iniciais elaborados em 1592 por Jerónimo Francisco, mas em 1598 o arquiteto local mantinha o acesso à literatura e a informação manuscritas e impressas disponíveis no Mosteiro de Santa Cruz e era o homem das obras nomeado pelo rei na cidade. por outro lado, a vertente torralviana do claustro também não pode constituir a (...) *marca que mais credibilidade dá à intervenção de Tércio (...)*⁴⁸⁰, pela simples razão de que se o arquiteto esteve diretamente ligado à continuidade das obras em Tomar, também o esteve em São Vicente de Fora, com estratégias construtivas bem diferentes. Finalmente, pretender encaixar o partido arquitetónico do claustro de Tomar no círculo restrito dos seus diretos responsáveis é negar o carácter de visibilidade que o mesmo claustro não podia deixar de ter. No âmbito da arquitetura erudita, a Jerónimo Francisco não faltavam os modelos igualmente extraídos de Tomar, conciliados com a força teórica dos tratados. Ou seja, se toda a obra conhecida de Jerónimo Francisco não tem paralelo com o colégio de Santo Agostinho, o mesmo se poderá dizer de Terzi, que não produziu nunca quaisquer planos com afinidades com colégio crúzio. E se as razões invocadas pela historiografia radicam, sobretudo, na capacidade do italiano para a projeção do espaço e das formas em causa, estão por apurar todas as capacidades criativas do arquiteto ao serviço de Santa Cruz. Assim sendo, parece mais razoável, senão mesmo mais sensato, acreditar no valor documental de uma ata do que aceitar sem crítica a palavra do cronista, não obstante todos os seus contributos que continuam a fazer pertinente e obrigatória a sua leitura⁴⁸¹.”

⁴⁷⁹ CRAVEIRO, Maria de Lurdes – *O Renascimento em Coimbra. Modelos e Programas Arquitetónicos*. Coimbra: s. n., 2002, vol.II, p.123. In CRAVEIRO, Maria de Lurdes – *O Colégio da Sapiência, ou de Santo Agostinho, na Alta de Coimbra. Monumentos 25*, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. setembro, 2006, p.72.

⁴⁸⁰ BORGES, Nelson Correia – “Colégio de Santo Agostinho. Espaços monástico-escolares”. *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*. Coimbra; Viseu: Palimage Ed., 2003, p.138. In CRAVEIRO, Maria de Lurdes – *O Colégio da Sapiência, ou de Santo Agostinho, na Alta de Coimbra. Monumentos 25*, p.73.

⁴⁸¹ CRAVEIRO, Maria de Lurdes – *O Colégio da Sapiência, ou de Santo Agostinho, na Alta de Coimbra. Monumentos 25*, pp.72-75.

A tese de Carlos Ruão, “Arquitetura Maneirista no Noroeste de Portugal, Italianismo e Flamenguismo”⁴⁸², publicada em 1996, aponta para a contribuição de Horta Correia, que na década de 80 do séc. XX, vem contribuir para que se desenvolvam estudos de síntese importantes tendo como base a teoria Kubleriana sobre a arquitetura portuguesa. Horta Correia diferencia já arquitetura chã de arquitetura maneirista (...) Mostra-se assim consciente da realidade maneirista, exemplificando os casos do claustro tomarense de Torralva, a obra de Terzi de Coimbra e a de António Rodrigues em Alcácer do Sal, e aquilo que designa como “persistência de valores locais e assimilação do decorativismo maneirista” – casos de Carnide, em Lisboa, de São Salvador de Grijó e da fachada vianense do Hospital da Misericórdia⁴⁸³.

Carlos Ruão na sua abordagem ao Maneirismo e numa perspetiva metodológica distingue três grandes tipos de Maneirismo arquitetónico, sem uma sequência cronológica e estilística estanque. Um primeiro momento, entre as décadas de 50 a 70, de um Maneirismo *puro* e erudito, tutelado pelo claustro de Tomar, um Maneirismo flamengo, de “ar nórdico”, experimental na obra de Jerónimo de Ruão das décadas de 70 e 80 e com grande fortuna em todo o Noroeste, do modelo de São Salvador de Grijó ao da Misericórdia de Guimarães, e um Maneirismo *reformado*, a partir da década de 70, que irá conduzir à grande arquitetura de seiscentos de raiz italiana⁴⁸⁴.

As analogias estéticas entre a fachada da casa do Visconde de Arneiros, ou casa dos Pinheiros, de 1610 e o claustro de D. João III - também designado como claustro principal, ou ainda claustro dos Filipes, do convento de Cristo, em Tomar, e o claustro do colégio da Sapiência, ou de Santo Agostinho, na alta de Coimbra colocam-nos as ligações entre o arquiteto, ou mestre que traçou o risco desta casa e os responsáveis dos respetivos claustros. Não nos foi possível encontrar fontes documentais que atestem a mesma conjugação, para além da arquitetura patente no próprio edifício. Concluimos as reais erudições do encomendador e do arquiteto. Trata-se de um exemplar único na cidade e nas freguesias da nossa amostra. Estamos assim, perante uma casa que está incluída na chamada arquitetura de aparato, em que fachadas de ornamentação imponente, não têm a ver com a funcionalidade do edifício. Um caso singular, que nos deixa concluir sobre a ligação entre os pólos de construção que constituíram Tomar, Coimbra e Lamego.

Uma outra analogia estética – ideológica possível é a que poderemos estabelecer entre a fachada desta casa e o aspeto do centro interno da residência, pátio circular colunado, ao nível do primeiro piso do Palácio Farnese (Villa Farnese, Caprarola), onde o corte circular revela o

⁴⁸² RUÃO, Carlos – *Arquitetura Maneirista no Noroeste de Portugal. Italianismo e Flamenguismo*. Edição do Instituto de História de Arte da Universidade de Coimbra /EN – Eletricidade do Norte, S. A. Coimbra 1996.

⁴⁸³ CORREIA, Horta – A arquitetura – maneirismo e “estilo chão” em *História da Arte Portuguesa*, vol.7, “Maneirismo”, Alfa. Lisboa, 1986, p.96. In RUÃO, Carlos – *Arquitetura Maneirista no Noroeste de Portugal. Italianismo e Flamenguismo*, pp.17-18.

⁴⁸⁴ RUÃO, Carlos – *Arquitetura Maneirista no Noroeste de Portugal. Italianismo e Flamenguismo*, p.22.

desenho de um amplo terraço, sustido por arcos e colunas, do arquiteto Giacomo Barozzi da Vignola (que transformou o projeto original da fortificação, num palácio renascentista). Neste pátio com galerias, pares de colunas jónicas flanqueiam nichos contendo bustos dos Imperadores Romanos, por cima da arcada rusticada, um trabalho inspirado no esquema de Bramante para a "Casa de Rafael", na Villa Giulia, Roma⁴⁸⁵.



Fig.40 – Casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros, de 1610⁴⁸⁶. Fotografia da autora.

⁴⁸⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Villa_Farnese - 24-07-2016, 19:26H.

⁴⁸⁶ Casa ocupada com escritórios de advogados, em 2014. 1610 - Data inscrita numa cartela, ao centro, por cima da porta.



Fig.41 – Casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros, de 1610, capitel jónico da fachada principal. Fotografia da autora.



Fig.42 - Claustro D. João III. Convento de Cristo em Tomar. Fotografia © Beatriz Gouveia, março de 2016.



Fig.43 – Claustro do colégio de Santo Agostinho ou da Sapiência, em Coimbra⁴⁸⁷.
Fotografia © Milton Pacheco, junho 2017.



Fig.44 – Palácio Farnese (Villa Farnese, Caprarola). Giovanni Battista Falda, Parte interior del palacio de Caprarola..., entre 1655 y 1678⁴⁸⁸.

⁴⁸⁷ O primeiro registo é composto por arcos de volta perfeita assentes em pilastras toscanas, intercalados por vãos retos encimados por moldura retangular assente sobre colunas dóricas, sendo a galeria coberta por abóbadas de aresta decoradas. No segundo registo, que é fechado, abrem-se varandins de moldura simples ladeados por colunas jónicas e precedidas de gradeamento de ferro. Misericórdia de Coimbra. Claustro: vista parcial (DGESBA, 1970). Atualmente, o Colégio da Sapiência pertence à Santa Casa da Misericórdia de Coimbra. <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70530> - 01-04-2015, 17:04H.



Fig.45 – 1- Palácio Farnese (o Villa Farnese, Caprarola) / corte do interior⁴⁸⁹.
2 - Palácio Farnese (Villa Farnese, Caprarola) / corte do interior.

A erudição do encomendador e do arquiteto do risco da Casa do Visconde de Arneiros ou Casa dos Pinheiros, de 1610, é um reflexo em primeira instância da genealogia dos proprietários que a usufruíram. A casa foi propriedade de António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira da Silva que recebeu o título de “Visconde”, em sua vida⁴⁹⁰. Este é descendente de António Pinheiro da Fonseca⁴⁹¹.

Segundo Felgueiras Gaio (1750-1831), na sua obra *Nobiliário de famílias de Portugal*, o título de “Pinheiros” leva-nos ao encomendador desta casa em estudo. O autor diz-nos: “I - **António Pinheiro da Fonseca**, Arcediago de Riba Coa, senhor da quinta dos Cónegos. Era filho de **Gervásio Domingues da Fonseca**, senhor da casa de Pedernelo, e de sua mulher **Isabel (ou Maria) Pinheiro**. Neto paterno de **João Domingues Infanção**, e de sua mulher **Lucrecia Dias**. Neto materno de **João Fernandes de Campos**, Cavaleiro da Ordem de Cristo, criado de D. Jorge, duque de Coimbra, senhor da casa de Campos, em São João de Folhadela, distrito de Gouveia, senhor da quinta do Sem, senhor da casa do Castanhal, serviu em África no tempo de D. Afonso V, e de sua mulher Isabel Pinheiro. Teve de N:

II - **Ângela Pinheiro da Fonseca**. Casou com **João Rodrigues Veniaga**.

⁴⁸⁸ Giovanni Battista Falda, Nuovi Disegni dell’Architettura e Piante de Palazzi di Roma, Roma, ca. 1655 (ejem. de la Accademia di San Luca, Roma). <http://www.etsavega.net/dibex/Caprarola.htm> - 24-07-2016, 17:10H.

⁴⁸⁹ http://www.storiaeconservazione.unirc.it/Docenti/Martino/CEGA/immagini/13/03_8_Caprarola,%20palazzo%20Farnese,%20cortile.jpg – 25.07-2016, 15:57H.

⁴⁹⁰ Decreto de 17, e Carta de 20 de julho de 1870. – (D. Luíz I, - Registo no Arch. da T. do T., Mercês de D. Luíz I, Liv. 23, fl.170). PINTO, Albano da Silveira – *Resenha das Famílias Titulares Grandes de Portugal*. Tomo I. Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva. 1ª Edição. Lisboa, 1883/85, p.136.

⁴⁹¹ Ver genealogia de António Pinheiro da Fonseca, no volume 2 desta tese, na ficha descritiva da casa.

Tiveram:

III - I - **Manuel Pinheiro da Fonseca**, que segue.

III - II - **Bernardo Pinheiro**.

III - **Manuel Pinheiro da Fonseca**, casou com **Maria Monteiro**, filha de **André Gonçalves**, e de sua mulher **Ana Monteiro**⁴⁹². (Quartos avós do 1º visconde de Arneirós, que segue na *Resenha das Famílias Titulares Grandes de Portugal*).”

Ângela Pinheiro da Fonseca foi filha de união sacrílega do padre Antonio Pinheiro da Fonseca, Arcediago de Riba Coa, natural de Gestaçô, Termo de Amarante, Distrito do Porto com Izabel Álvares, mulher solteira, natural de Arneiros, Lamego, distrito de Viseu⁴⁹³. Angela Pinheiro nasceu em Arneiros, Lamego e faleceu em 1684 em Arneiros, Lamego. Angela Pinheiro casou-se com João Rodrigues em Viana do Castelo⁴⁹⁴. João Rodrigues nasceu em Arouca, Lamego e faleceu em Arneirós, Lamego⁴⁹⁵.

António Pinheiro da Fonseca frequentou a Faculdade em Cânones na Universidade de Coimbra. As suas respetivas matrículas foram: 16.11.1585; 19.10.1586; 13.10.1587; 04.02.1588; 12.12.1589. Instituta: Bacharel em Cânones: 20.02.1588, com a formatura: 14.04.1590⁴⁹⁶.

O encomendador desta casa de Lamego, datada de 1610 foi o padre António Pinheiro da Fonseca, Arcediago de Riba Coa, senhor da quinta dos Cónegos. O padre foi morador em Lamego (“P. Antonio Pinheiro da Fonseca, Arcediago de Riba Coa, natural de Gestaçô, morador em Lamego, ...”)⁴⁹⁷. E, temos a alusão a este padre, no seguinte documento: “Em Corte Regia de 17 de junho de 1620 – Vi uma consulta do Desembargo do Paço, sobre uma petição do Procurador da Mesa Pontifical do Bispado de Lamego, acerca do Arcediago de Riba Coa, que Antonio Pinheiro da Fonseca impetrou em Roma, estando provido pelo Bispo, por vagar um mez seu – e ordenareis que por nenhum caso se consinta que Antonio Pinheiro, nem seus procuradores, tomem posse; e que da minha parte se escreva ao Cabido, e ao Corregedor d`aquella Commarca, que assim o procurem, e que façam uma relação das causas que ha para a provisão de Antonio Pinheiro não passar adiante, e vo-la remetam, para m`a enviardes, e com

⁴⁹² GAYO, Felgueiras - *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Vol. VIII. Carvalhos de Basto. 2.ª Edição. Braga 1989, pg. 472 e 551 (Pinheiros).

⁴⁹³ <http://www.geocities.ws/geneabotelho/pafg10.htm> - 25-04-2017, 23:35H.

⁴⁹⁴ *Idem, Ibidem*.

⁴⁹⁵ *Idem, Ibidem*.

⁴⁹⁶ A.U.C. (Arquivo da Universidade de Coimbra) - António Pinheiro da Fonseca. Código de referência PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/P/005233. Alunos da Universidade de Coimbra 1536/1919-10-08. António Pinheiro, vide Fonseca 1585-11-16/1590-04-14. Faculdade: Cânones. História administrativa/biográfica/familiar - Filiação: Gervásio Domingues. Naturalidade: Amarante. Datas de produção: 1585-11-16 A data é incerta a 1590-04-14.

⁴⁹⁷ *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Volume XL. Aveiro, 1974, p.154.

ella mandar d'aqui escrever a Sua Santidade, para que assim o haja por bem. Christovão Soares. Liv de Correspondencia do D. do Paço, fol.267v.⁴⁹⁸,

O padre António Pinheiro da Fonseca está ligado à representação da pedra de armas da casa, escudo oval com o esquartelado de Pinheiro e Coutinho. Era assim, um homem do clero erudito. Este tendo estudado em Coimbra, conheceria a cidade e o que de melhor se construía à época, podendo contratar um arquiteto de prestígio, para edificar a casa em Lamego.

Relativamente a outros aspetos da tratadística (entre a teoria e a prática), aplicados nas casas senhoriais da nossa área de estudo, no *Livro Quarto*, de Serlio (p.34, 35, etc.), vêem-se imensas portas sobrepujadas por ovais ou circulares abertas ou não. As janelas do volume 2, figuras 101 e 103, do tratado de Pozzo também ostentam motivos circulares, abertos e fechados, inscritos sob a mesma cornija⁴⁹⁹. Os *Livros Sexto e Sétimo* de Serlio, utilizam abundantemente o óculo redondo ou em forma de elipse, retângulo, etc., umas vezes de uma forma apenas decorativa, não vazada, portanto, e outras como forma para iluminação de edifícios (veja-se sobretudo o *Livro Sexto*, p.9, 21...; *Livro Sétimo*, p.8, 21, 131, 135, 139, 143...⁵⁰⁰).

O uso do óculo também surge em bastantes gravuras (13, 34, 36, 60, 62, 63, 81, 90 e, sobretudo, a 169 que aparece quase como o motivo principal, 190, 191), do tratado de Wendel Dietterlin⁵⁰¹. Está mais do que referida a grande influência deste tratado na arquitetura galega. Vários autores se têm referido à importância que a arte galega poderá ter exercido na arte minhota⁵⁰², à ação direta deste tratado⁵⁰³, ou às duas referências. Mas ninguém ainda estudou especificamente a importância que realmente teve entre nós ao longo dos tempos⁵⁰⁴. A influência na arte minhota interessa-nos dado a região de Lamego ter tido a operar nela, artífices do entre Douro e Minho, tendo possibilidades de terem influenciado os edificados através deste tratado também.

A Casa dos Pereira Coutinho / Casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia), de Lamego apresenta um óculo na parede interna, que tem adossada a si a escadaria.

⁴⁹⁸ *Collecção chronologica da legislação portugueza*. Compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva (Bacharel formado em Direito). 1620-1627. Imprensa de J. J. A. Silva. Lisboa, 1855, p.13 (junho de 1620).

⁴⁹⁹ POZZO, Andrea – *Perspectivae pictorum atquae architectorum*. Partes 1 e 2. Augsburg: Impensis Jeremiae Wolffii, 1719.

⁵⁰⁰ SERLIO, Sebastiano – *Tutte l'opere d'architettura et prospetiva...* Veneza, Giacomo de Franceschi, 1619 [Londres, Gregg International Publisher Limited, 2.ª imp, 1968].

⁵⁰¹ DIETTERLIN, Wendel – *Architectvra: von Austheilung, Symmetria vnd der Porportion der Funff Seulen*. Nuremberga, 1598.

⁵⁰² SMITH, Robert C. – *A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)*. Bracara Augusta. Braga, 22 (63-66), 1968. In OLIVEIRA, Eduardo Alberto Pires de – *André Soares e o Rococó do Minho*. Tese de Doutoramento em História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2011, p.265.

⁵⁰³ FERREIRA-ALVES, Jaime Joaquim – Ensaio sobre a arquitetura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, 4, 2005, pp.135-153. In OLIVEIRA, Eduardo Alberto Pires de – *André Soares e o Rococó do Minho*, p.265

⁵⁰⁴ Para o século XVI e para a arquitetura veja-se RUÃO, Carlos – *Arquitetura maneirista no Noroeste de Portugal: italianismo e flamenguismo*. Coimbra: Instituto de História de Arte da Universidade de Coimbra, 1996. In OLIVEIRA, Eduardo Alberto Pires de – *André Soares e o Rococó do Minho*, p.265.

O “*Libro Estraordinario Di Sebastiano Serlio Bolognese Nel qual si dimostrano trenta portedi opera...*”, expõe uma estampa duma porta, a VII, com o motivo decorativo de conchas abertas nas partes superiores laterais⁵⁰⁵. Também o tratado já citado de Wendel Dietterlin, tem na estampa “68”⁵⁰⁶, o mesmo elemento decorativo.

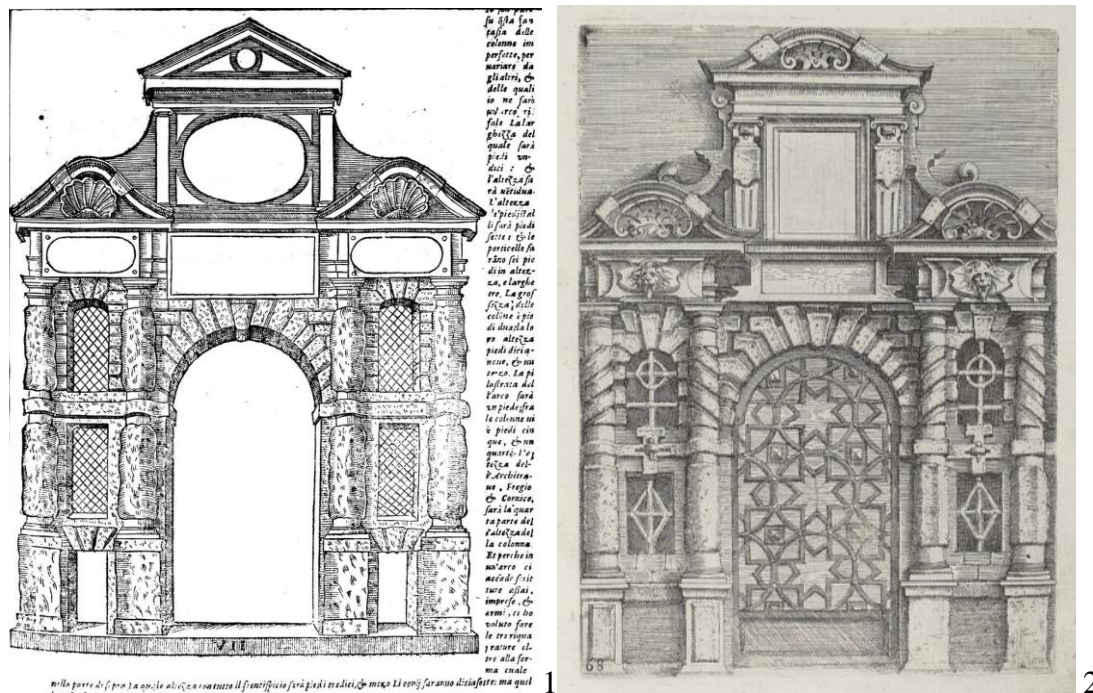


Fig.46 - 1 “*Libro Estraordinario Di Sebastiano Serlio Bolognese Nel qual si dimostrano trenta portedi opera...*”. In Venetia, MDLXXXIII.” Porta VII. 2 – Estampa “68”, do tratado de Wendel Dietterlin⁵⁰⁷, 1598.

⁵⁰⁵ SERLIO, Sebastiano - *Tutte l'opere d'Architettura ter Sebastiano Serlio Bolognese*. (livro 1-7) Presso Francesco de Franceschi Senese. Veneza, MDLXXXIII.

<http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/serlio1584> 4-04-2012, 17:30H.

⁵⁰⁶ DIETTERLIN, Wendel – *Op. Cit.*, 68.

⁵⁰⁷ DIETTERLIN, Wendel – *Op. Cit.*, 68.



Fig.47 - Varandas da fachada principal da casa dos Sousa Maldonado, Lamego. Fotografia da autora.

Este motivo surge-nos aplicado na casa Sousa Maldonado, em Almacave. Somos remetidos através do uso destas conchas abertas, para a fachada principal da igreja da Misericórdia de Braga que as ostenta num grandioso programa flamenguista⁵⁰⁸. Poderemos colocar em hipótese de trabalho a influência de elementos da arquitetura maneirista do noroeste de Portugal nesta fachada lamecense.

Relativamente ao tratado de Jacques François Blondel⁵⁰⁹, ele terá chegado a Portugal em 1737, e as suas gravuras poderão também ter sido utilizadas. A ideia de uma concha a fechar um arco e pendida para baixo⁵¹⁰ é tão corrente nos tratados, como em gravuras soltas.

A concha nesta fachada está no remate das janelas do andar nobre, 1.º piso, e num dos alçados laterais da casa. Esta é larga, com cerca de seis nervuras aparecendo como forma perfeita de *terminus* de uma superfície curva que apresenta o recorte superior das janelas/varandas.

⁵⁰⁸ RUÃO, Carlos – *Arquitetura Maneirista no Noroeste de Portugal. Italianismo e Flamenguismo*. Edição do Instituto de História de Arte da Universidade de Coimbra /EN – Eletricidade do Norte, S. A. Coimbra 1996, p.208. Esta obra levanta a questão da autoria desta fachada da Misericórdia de Braga ser do pedreiro Manuel Luís (act.1555-1608).

⁵⁰⁹ BLONDEL, Jacques-François – *De la distribution des maisons de plaisece et de la decoration des edifices en general*. 2 Vol. Paris: chez Charles-Antoine Jombert, 1737/1738.

⁵¹⁰ *Idem, Ibidem*, vol.2, pl.66

6 – A sacralização do espaço doméstico

6.1. – Oratórios e capelas

No tratado de arquitetura italiana do renascimento, *Quattro libri dell'architettura* (1570), de Andrea Palladio (1508-1580), no “Libro Secondo”, a propósito de “Dell’Atrio Testvgginato, e della Casa Privata, Cap. VII”, (da casa privada), o arquiteto apresenta-nos numa planta de edificio, um espaço interno designado “F, Basilica”:

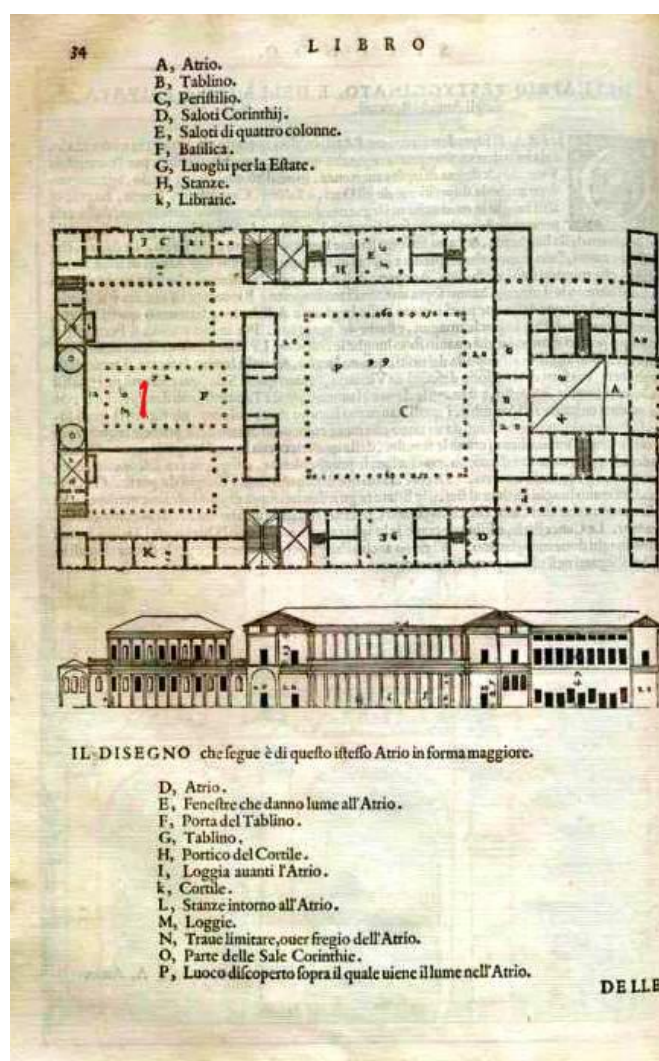


Fig.48 - Planta do “Libro Secondo”, de Andrea Palladio⁵¹¹. 1 -“F, Basilica” (Basilica).

⁵¹¹ PALLADIO, Andrea, (1508-1580) - *Quattro libri dell'architettura. I quattro libri dell'architettura, ne' quali, dopo un breue trattato de' cinque ordini, & di quelli auertimenti, che sono piu necessarij nel fabricare; si tratta delle case private, delle vie, de i ponti, delle piazze, de i xisti, et de' tempij.* Venetia, D. de' Franceschi, 1570, p.34.

<http://hdl.loc.gov/loc.rbc/rosenwald.0873.2> 26-01-2015, 00:59 H.

Neste “Libro Secondo” do tratado, Palladio aborda “Del Compartimento delle Case di Villa. Cap. XIII”, bem assim como “De i Disegni Delle Case di Villa di Alcuni Nobili Venetiani. Cap. XIII”.

O tratadista italiano, Gabriele Paleotti (1522-1597), no seu tratado *Discorso intorno alle imagini sacre e profane*⁵¹² (Paleotti MDLXXXI / 1582), composto por cinco livros, expõe no índice completo da obra, a referência à necessidade de existência de oratórios e de capelas nas casas das famílias, nas vilas ou cidades: “Tavola del Quinto Libro”, cap. XVIII. *Che ogni casa capace, così nelle città come nelle ville, devria avere alcuno oratorio o capella per servizio della famiglia.* À exceção dos dois primeiros livros do tratado, desconhece-se o paradeiro dos restantes, não nos sendo possível saber quais os normativos específicos de Paleotti, relativamente à construção destes espaços sacros nas casas familiares.

O tratado de arquitetura “*Il Settimo Libro D’Architettura Di Sebastiano Serlio Bolognese*”⁵¹³ (Serlio MDLXXXIII /1584) ostenta normativos de como construir casas, arquitetura civil. Na estampa correspondente a “Della quarta habitatione fuori della Città, Capitolo III”, surge no texto da legenda da planta, a alusão a “una capelletta” (capelinha), no interior da casa; na estampa “Della sesta habitatione alla Villa. Capitolo VI”, a legenda da planta refere a presença de “una capella” (capela), no interior do edifício/casa térrea; na estampa “Della duodecima casa fuori della Città. Capitolo XII”, casa a edificar no campo, a planta refere a presença de “una capelletta” (capelinha), no interior da casa com rés do chão e um piso; na estampa “Della quartadecima casa fuori della Città. Capitolo XIII”, casa a edificar no campo, a planta do edifício refere a presença de dois espaços, relativos à prática religiosa católica e cristã da família, uma capela e um oratório, no interior da casa: de “una capelletta” (“nella quale e vna capelletta C. di forma ottagonata. Il suo diametro è piedi XV. E uui al suo seruitio un oratorio non meno di piedi VII per diametro”); na estampa “Della casa vigesimaquarta fuori della Città. Capitolo XXIII” refere-se na planta do edifício, uma capela “P. Da questa si passa ad vn luogo passeggiare Q. che in Francia si dice galleria: nel capo del quale é vna cappella”⁵¹⁴), destinada à prática religiosa da família.

⁵¹² PALEOTTI, Gabriele – *Discorso intorno alle imagini sacre e profane. Diviso in cinque libri, dove si scuoprono varii abusi loro e si dichiara il vero modo che cristianamente si doveria osservare nel porle nelle chiese, case et in ogni altro luogo.* Raccolto e posto insieme ad utile delle anime per commissione di Monsignore Illustriss. e Reverendiss. Card. Paleotti Vescovo di Bologna. Al popolo della città e diocesi sua. In Bologna, per Alessandro Benacci, MDLXXXI.

⁵¹³ “*Il Settimo Libro D’Architettura Di Sebastiano Serlio Bolognese.*” Nel qual si tratta Di molti accidenti, che possono occorrere al Architetto: so como neila seguente pagina si legge. In Venetia, Appresso Francesco de Franceschi Senese, MDLXXXIII.

⁵¹⁴ “*Il Settimo Libro D’Architettura Di Sebastiano Serlio Bolognese*”, p.56.

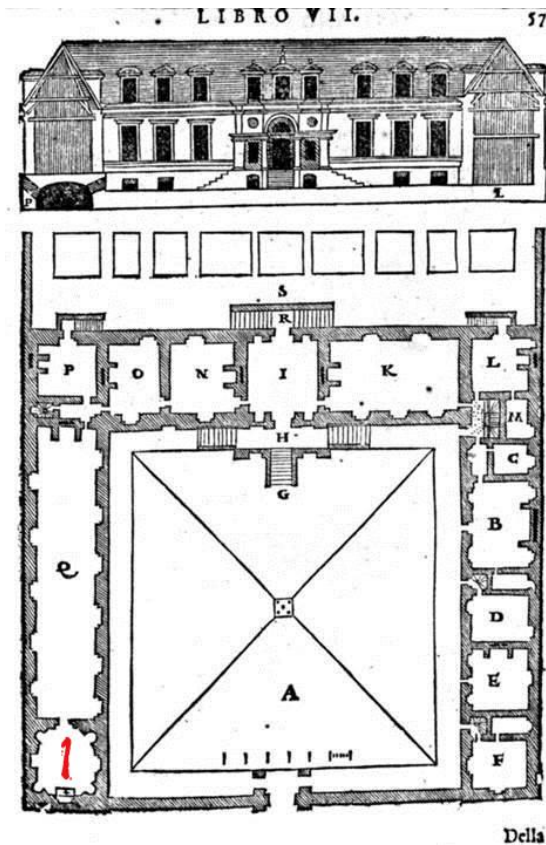


Fig.49 - Planta da casa “Della casa vigesimaquarta fuori della Città. Capitolo XXIII⁵¹⁵”, de Serlio. 1- “vna cappella” (Capela).

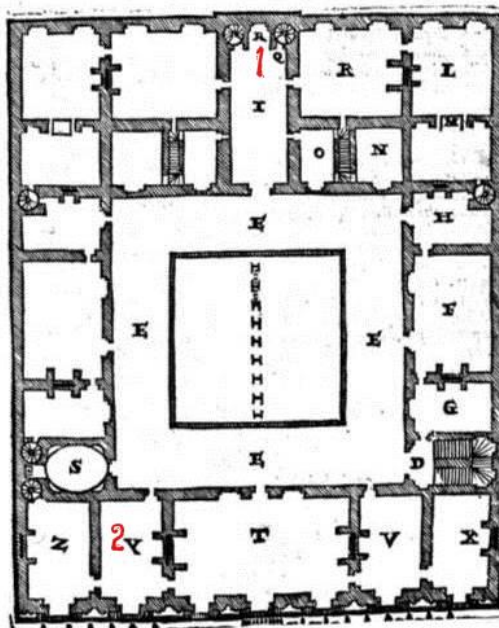
Na estampa, “D’vna habitatione, per far dentro alla Città in luogo nobili; ventesimaquinta. Capitolo XXV⁵¹⁶” há o registo na planta de “farui vna cappelleta” (capelinha), para culto religioso cristão da família da casa.

Na estampa “D’vna habitatione dentro alla Città in luogo nobili, ventesimaquinta. Capitolo XXV”, a planta tem a presença conjunta de uma capelinha, e de uma capela, para a prática religiosa interna da casa, “R venendo in quà per il terrazzo, vi farà vna cappelletta⁵¹⁷”, e “Da questa camera Y. si vedrà dentro la cappella chi farà vn finestrino”.

⁵¹⁵ *Idem, Ibidem*, p.57.

⁵¹⁶ *Idem, Ibidem*, pp.58-59.

⁵¹⁷ *Idem, Ibidem*, p.60.



Della

Fig.50 - Planta da casa “D’vna habitatione dentro alla Città in luogo nobili, ventesimaquinta. Capitolo XXV⁵¹⁸”, de Serlio. 1 – “vna cappelletta”. 2 – “La cappella”.

Muitas vezes a capela não está integrada no interior da casa. Pode estar anexa ou destacada, no jardim. A presença de capela destacada surge-nos numa gravura intitulada "Geometrical plan of the casino and great gardens of the royal palace of Caprarola", datada de 1748, do italiano Giuseppe Vasi, (1710-1782). Nesta gravura dos jardins do Palácio Farnese (Caprarola), em Itália ela surge nos jardins (“15 Capella”, da legenda), em frente da “Scala”, ladeada por duas “Loggia”, e tendo por detrás dois espaços denominados “Palazzina per ricreazione nel Giardino”. A capela está nesta composição presente num plano geométrico, nos jardins, calculados meticulosamente para este grande palácio italiano.

⁵¹⁸ *Idem, Ibidem*, p.61.

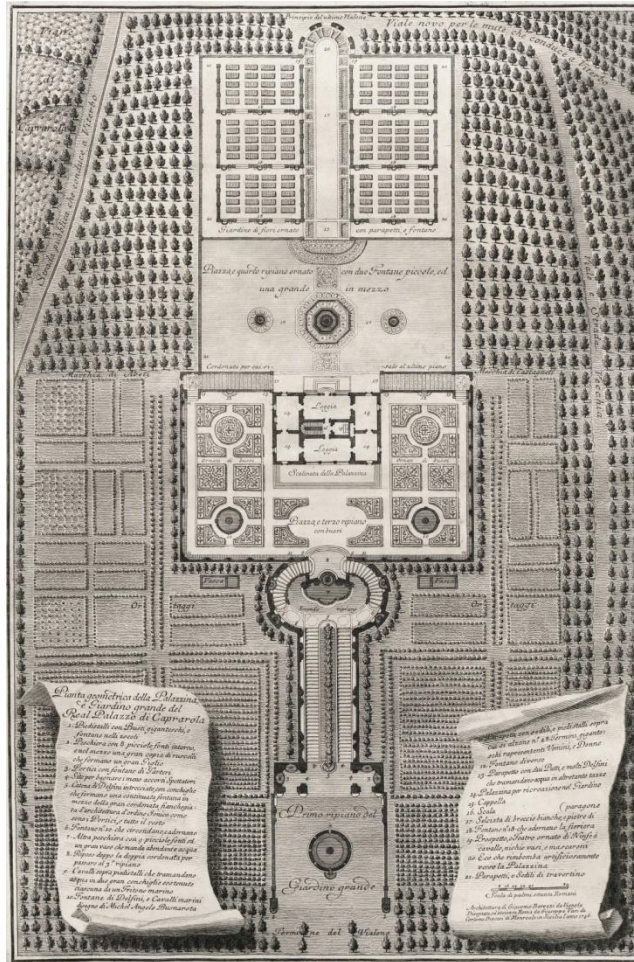


Fig.51 – "Geometrical plan of the casino and great gardens of the royal palace of Caprarola", 1748. Giuseppe Vasi (1710-1782)⁵¹⁹.

⁵¹⁹ Collection: Catena-Historic Gardens and Landscapes Archive. New York, NY, USA, Private Collection, New York.
<http://bard.lunaimaging.com:8083/MediaManager/srvr?mediafile=/Size4/BardBAR-1-NA/1007/200319.jpg&userid=3&username=viewall&resolution=4&servertype=JVA&cid=1&iid=BardBar&vcid=NA&usergroup=Catena-Historic Gardens and Landscapes Archive-1-Restricted&profileid=524-07-2016, 18:36H.>

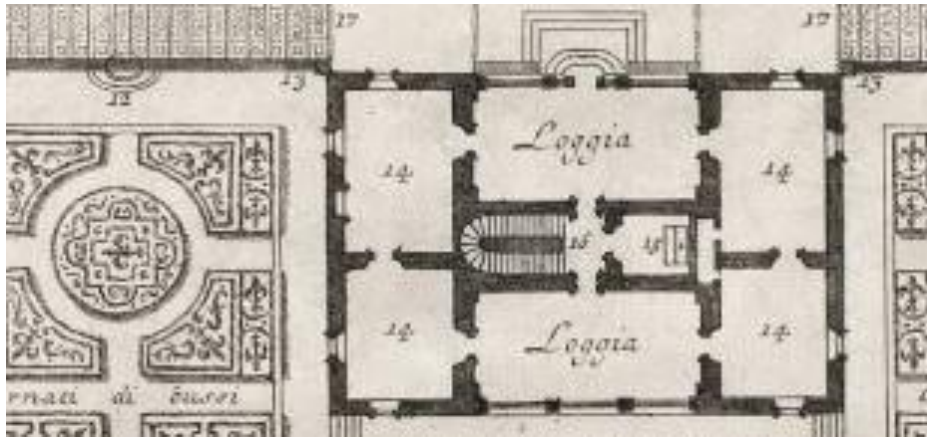


Fig.52 – Pormenor da planta "Geometrical plan of the casino and great gardens of the royal palace of Caprarola", 1748. Giuseppe Vasi (1710-1782). "15 – Capella⁵²⁰".

Quando a capela surge no exterior da casa é notória a presença da cruz assinalando o ponto mais alto da sua fachada principal, no eixo visual central da sua edificação. Frei Bartolomeu dos Mártires, na sua obra *Catecismo ou Doutrina Cristã e Práticas Espirituais*, editado em Braga a 4 de novembro de 1564 (depois do Concílio de Trento, mas antes do Catecismo Romano), diz-nos nas suas instruções, no Livro Primeiro, *Doutrina Cristã*, Capítulo III, *Como a Igreja trabalha por muitas maneiras no coração dos cristãos*, no item 16, a importância dos fiéis se benzerem e fazerem o sinal da cruz, aludindo aos mistérios que este significa. No item 17, explanando os mistérios do sinal da cruz, diz:

“Não porei em outra cousa minha confiança, pois nela está nossa salvação, nossa vida, e nossa redenção. Portanto, com muita razão **se põe este sinal nas frontarias das capelas, no mais alto lugar**, e no meio das Igrejas, porque, entrando, logo ponhamos os olhos nele, e, com os olhos, os corações, pedindo-lhe remédio e saúde de nossas doenças espirituais, confiando que, por virtude do mistério, que na cruz se celebrou, sararemos das mordeduras das serpentes infernais, como diz o Senhor, E assi, com muita razão, levamos este sinal por bandeira em nossas procissões e clamores, pondo toda a confiança de alcançar remédio em nossas necessidades e trabalhos neste sinal, e não em nossos merecimentos. Assi também, com muita causa, devemos poer este sinal em todos os caminhos, estradas, praças, e ermos, pera que, ocorrendo-nos em todas as paries, nos experte a memória à lembrança da Morte e Paixão do Senhor, e pera que, neste desterro, nos defenda e ajude em todos nossos caminhos e carreiras até nos levar à Pátria celestial⁵²¹.”

⁵²⁰ *Idem, Ibidem.*

⁵²¹ *Obras Completas de D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590), Catecismo ou Doutrina Cristã e Práticas Espirituais.* 15.^a Edição. Edição do Movimento Bartolomeano. Volume I, Fátima 1962.

Em dois anos já esta obra se difundira, praticamente, a todo o território nacional e até a boa parte das terras ultramarinas⁵²². Cremos que este livro de Frei Bartolomeu dos Mártires atesta uma prática na arquitetura quinhentista, o de colocar o sinal da cruz “nas frontarias das capelas, no mais alto lugar” e este facto reforçado pelo catecismo do autor, faz com que os encomendadores das capelas particulares, ligados às casas senhoriais apliquem este preceito, nesse espaço religioso, conectado com a arquitetura civil. Neste sentido, reforçando a indicação de Frei Bartolomeu dos Mártires, também a obra do pintor, iluminador, arquiteto e humanista português Francisco de Holanda (1517-1584), *Da fabrica que fallece á cidade de Lisboa*, editada pela primeira vez em Lisboa em 1571, defende no capítulo VIII, *Das cruces e miliários*, a divulgação de cruces de pedra nos caminhos e lugares públicos (*crvzes de pedra que se põem nos caminhos e lugares públicos, tirando as de pau quebradas e velhas*), nas entradas e saídas da cidade de Lisboa (e ainda por todo o Portugal), em suma a presença na cidade cristã, do simbolo maior do cristianismo, recordando assim aos fiéis os mistérios da morte e paixão de Jesus Cristo⁵²³.

As capelas particulares nas casas senhoriais assumem no seu espaço, os decretos dogmáticos da fé emanados do sacrossanto e ecuménico Concilio de Trento, como o valor da cruz, a missa, o culto dos santos, das reliquias e das imagens. A capela ligada à casa senhorial dá assim relevo à prática devocional, à oração, à espiritualidade, ao comportamento moral dos elementos da família nobre e aos elementos do clero, indo de encontro aos meios, para que o crente pudesse alcançar o caminho da salvação eterna, rumo à cidade santa de Jerusalém Celeste.

O doutor místico da Igreja, São João da Cruz (1542-1591), na obra *Subida do Monte Carmelo. Purificação Ativa do Sentido e do Espírito*, Livro terceiro, capítulo XXXVIII, *Prossegue nos Bens motivos*. Diz dos oratórios e lugares dedicados a oração, e no capítulo XXXIX, *De como se há de usar dos oratórios e templos, encaminhando o Espírito a Deus*. Neste tratado afirma que o cuidado demasiado no seu adorno e requintes estorvam o amor de Deus. – Nem por isso se faça pouco caso do ornato e reverência de que são dignos. – O verdadeiro espiritual só atende neles ao recolhimento interior.

O oratório e a capela privada fazem parte integrante do edificado, da arquitetura senhorial de Lamego, aparecendo ligados a uma importante tradição religiosa desta diocese, dando lugar a espaços particulares e familiares privilegiados da oração. As capelas surgem em

⁵²² *Idem, Ibidem*. Braga, por António de Maris (1564), Lisboa, por Marco Borges (1566), Coimbra, por António de Maris (1574), Lisboa, por Manuel de Lyra (1585), Lisboa, por António Alvarez (1594), sucedendo-se cadenciadamente novas edições em Évora, por Manuel de Lyra (1603), Lisboa, por Jorge Rodrigues (1617), Lisboa, por Jorge Rodrigues (1628), Lisboa, por Henrique Valente de Olivetrj, (1656), Lisboa, por António Rodrigues de Abreu (1674), Lisboa, por João Galvão (1684), Lisboa, por Miguel Rodrigues (1764), Lisboa, por Miguel Rodrigues (17 65), Lisboa, por Simão Tadeu Ferreira (1785).

⁵²³ *Francisco de Hollanda: Da fabrica que fallece á cidade de Lisboa: Da sciencia do desenho / por Joaquim de Vasconcellos*. - Porto: Imprensa Portugueza, 1879. - XXXIX, 24, 23, XVII, [2] p.; 22 cm. - (Archeologia artistica; 7), pp.17-18.

maior número, estando integradas na fachada, adossadas ou destacadas junto às casas, muitas vezes junto ao jardins, enquanto os oratórios estão presentes na estrutura interna destas. Os oratórios são estruturas devocionais que se encontram no espaço íntimo do quotidiano senhorial, destinados à oração individual, com uma utilização doméstica, não havendo intenção de divulgação em espaço público. Os normativos das *Constituições Sinodais de Lamego* de seiscentos expressam o cuidado que se deveria ter nomeadamente com este espaço religioso. Assim estas constituições do Bispado de Lamego, de 1639⁵²⁴ referem-se à liturgia da missa, nos oratórios, nos seguintes termos:

“IX.

Não se pòde dizer Missa em Oratorios, dentro em casas particulares, salvo forem aprovados pelo Ordinário, & dedicados tão sómente ao culto divino, & visitados pelo mesmo Ordinario, antes de se dizer Missa, & depois (b) E sem a dita aprovação, & licença do Ordinario, não sómente não podem os Sacerdotes seculares, mas nem os Regulares dizer Missa nelles, sem embargo de quaesquer privilégios. Contra os quaes Regulares poderá proceder o Ordinario, como Delegado da Sè Apostólica, por virtude do Concilio Tridentino. c E a dita licença não pòdem conceder os Ordinarios, senão por causa de necessidade, & com as clausula, que costumão trazer as licenças Apostólicas. E o Sacerdote, que nos ditos Oratorios disser Missa sem licença, será prezo, & suspenso por hum anno, das Ordens, & condenado em dez Cruzados.⁵²⁵”

E, segundo as mesmas *Constituições Sinodais* era nos oratórios que a igreja, de acordo com o sagrado Concilio Tridentino concedia o local ideal para a guarda das Relíquias Santas, por parte de particulares:

“I.

E aos particulares, que tiverem Relíquias conhecidas, & ávidas por taes, na forma que fica dito no Capitulo precedente, exhortamos grandemente, que as tenhaõ, & guardem com toda a decencia em Reliquarios, como fica dito, em seus Oratorios; ou não os tendo, em cofres, gavetas, caixas, ou lugares semelhantes, que sirvaõ de cousas limpas, & não sórdidas. E sendo pessoa leiga, as não toque. Salvo bejandoas, & venerandoas. (c) E trazendoas ao pescoço por devoção santa, como pòdem fazer, [d] seja em Reliquario de ouro, ou prata. E se for por pobreza não poderem, em Reliquario de seda, & penduradas do pescoço, & não em outra parte do corpo. E toda a pessoa, que se achar não guarda a reverencia, acatamento, & veneração devida às ditas Reliquias, segundo o que fica dito, será castigado gravemente a arbítrio,

⁵²⁴ *Constituições Synodales do Bispado de Lamego*, feitas pelo Ilustríssimo, & Reverendíssimo Senhor D. Migvel de Portugal publicadas, e aceitas no Synodo, que o dito Senhor celebrou em o anno de 1639. Lisboa, Officina de Migvel Deslandes. M.DC.LXXXIII (1683).

⁵²⁵ *Constituições Synodales do Bispado de Lamego*, feitas pelo Ilustríssimo, & Reverendíssimo Senhor D. Migvel de Portugal publicadas, e aceitas no Synodo, que o dito Senhor celebrou em o anno de 1639. Liv. I. Tit. 6. Cap.9, p.49.

segundo a qualidade, & circunstancias da culpa. E usando dellas para algũa superstição, será prezo, & condenado em maiores penas, por o tal sacrilégio. (e).⁵²⁶”

Em relação à presença de oratório nas casas do nosso estudo, temos um registo da sua presença na casa da rua da Seara, em Lamego⁵²⁷.

Estas *Constituições Sinodais do bispado de Lamego* de 1639, a propósito da intenção expressa por testamento, sobre o enterramento dos proprietários, das casas senhoriais nas suas capelas particulares, fazem referência aos normativos do ofício litúrgico fúnebre, que se deveriam cumprir:

“VII.

E mandandose o defunto enterrar em algũa Capella sua, ou alhea dentro na Freguezia, onde tinha o domicilio, ou era Freguez, os Offícios se farão todos na dita Capella; & na mesma se dirão as Missas por ordem do Parocho, se o defunto outra cousa não ordenar; porque esta parece que foi sua vontade, & não resulta prejuízo ao dito Parocho.⁵²⁸”

Sobre a presença das capelas e dos oratórios nas casas localizadas em meio urbano ou rural, as casas de Lamego seguem a tratadística de Andrea Palladio (1508-1580), de Serlio e de Gabriel Paleotti.

As casas que foram objeto do nosso estudo com capela integrada na fachada têm a sua expressão nas casas: casa dos Viscondes de Balsemão (residencial); quinta das Brolhas (devoluta); casa do Alvão (parcialmente devoluta); casa da quinta da Azenha e capela (residencial); casa da quinta do Mourão (residencial); casa da quinta da Pacheca (residencial); casa da quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro); casa do Montenegro 2 (residencial/Penajoia); casa do Padre (residência paroquial do padre da Penajoia); casa da família Montenegro (devoluta/Samodães); casa da quinta das Brolhas (residencial/Valdigem) e na casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta/Valdigem). Relativamente à casa dos Viscondes de Balsemão, encaixada numa pequena planície junto às margens do rio Balsemão, afluente da margem esquerda do rio Varosa, que possui adossada a si a capela de São Pedro de Balsemão, esta constitui-se como um caso singular na nossa amostra de estudo, dado que esta capela está classificada como Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 7 586, DG, I Série, n.º 138, de 8-07-1921⁵²⁹.

⁵²⁶ *Constituições Synodales do Bispado de Lamego*, feitas pelo Ilustríssimo, & Reverendíssimo Senhor D. Miguel de Portugal publicadas, e aceitas no Synodo, que o dito Senhor celebrou em o anno de 1639. Liv. 4. Tit. 2. Cap.1, p.307.

⁵²⁷ Ver fotografia deste oratório na ficha de inventário da casa da rua da Seara, no volume 2, desta tese.

⁵²⁸ *Constituições Synodales do Bispado de Lamego*, feitas pelo Ilustríssimo, & Reverendíssimo Senhor D. Miguel de Portugal publicadas, e aceitas no Synodo, que o dito Senhor celebrou em o anno de 1639. Liv. 3. Tit. 10. Cap.2, p.225.

⁵²⁹ A Capela de São Pedro de Balsemão integra o Projeto Vale do Varosa desde abril de 2014 e o Varosa Valley Tour desde 2017.

Com a capela destacada da fachada da casa existem os casos seguintes: casa da quinta e Paço do Monsul (residencial); casa e capela da quinta da Salada (junta a um pequeno jardim); casa da quinta dos Varais (residencial; junto ao jardim) e a casa da Pousada (residencial; família Montenegro; Penajoia; junto ao jardim).

As capelas destas casas têm sempre porta para a rua. A licença para celebrar missa nestes espaços religiosos impunha que assim fosse, em obediência à regulamentação eclesiástica em vigor⁵³⁰.

As casas senhoriais que não apresentam na atualidade capela integrada na fachada, adossada à mesma ou destacada desta, constituem uma maioria do nosso objeto de estudo: casa das Brolhas (residencial); casa do Poço (Museu Diocesano); casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso); casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial); casa das Mores (escritórios advogados; residencial); casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição); casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados); casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde 1912); casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José); casa dos Serpas ou casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho); casa dos Pereira Coutinho / casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia); casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; residencial); casa dos Albergarias, casa da Rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mutúos Funebre Familiar Lamecense; devoluta); casa da rua da Seara (bar “Puro Malte”); casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T); casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; residencial); casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul); casa da Corredoura (residencial); casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial/Penajoia); casa do conde de Samodães / casa da Fonte (residencial); casa de Angorês (devoluta/Samodães); casa da quinta do Cabo (residencial). Sabemos no entanto que a casa das Brolhas possui capela no interior da própria casa.

Quadro n.º16 - Relação entre a casa e a capela das casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas / objeto de estudo.

Quadro n.º16 – Relação entre a casa e a capela das casas senhoriais de Lamego e freguesias ribeirinhas / objeto de estudo		
Isenta de capela na fachada	Com capela integrada na fachada	Com capela destacada da fachada

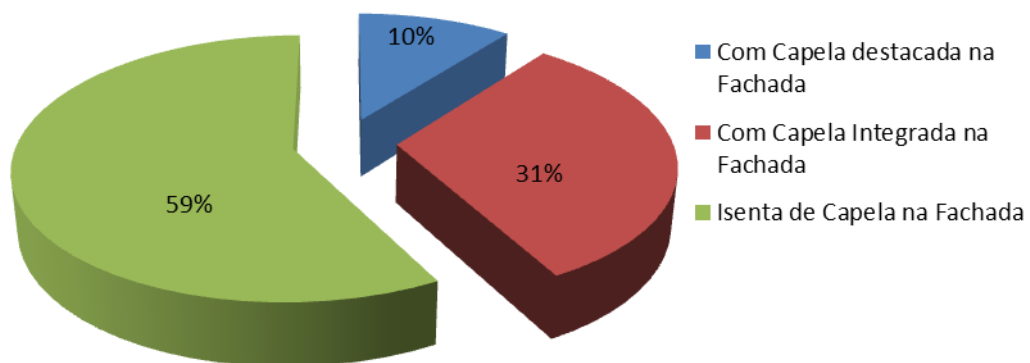
⁵³⁰ STOOP, Anne de - *Palácios e Casas Senhoriais do Minho*. Editora Civilização. Porto 1993, p.17.

<p>Casa das Brolhas (residencial); Casa do Poço (Museu Diocesano);</p> <p>Casa dos Silveiras ou dos Viscondes de Guiães (pensão no 1.º piso; os fundos são ocupados por comércio diverso);</p> <p>Casa dos Loureiros ou dos condes de Alpendurada (residencial); Casa das Mores (escritórios advogados; residencial);</p> <p>Casa de D. António Freire Gameiro Sousa (colégio da Imaculada Conceição);</p> <p>Casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros (casa Filipina; escritórios de advogados);</p> <p>Casa do Espírito Santo 1 (Clube Lamecense desde 1912);</p> <p>Casa do Espírito Santo 2 (patronato de S. José);</p> <p>Casa dos Serpas ou Casa de Santa Cruz (Ministério da Justiça, serviços de Registos Civil e Predial, Notariado e Tribunal de Trabalho);</p> <p>Casa dos Pereira Coutinho / Casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia);</p> <p>Casa dos Sousa Maldonado (atual Paço Episcopal; Residencial);</p>	<p>Casa dos Viscondes de Balsemão (residencial);</p> <p>Quinta das Brolhas (devoluta);</p> <p>Casa do Alvão (parcialmente devoluta);</p> <p>Casa da quinta da Azenha e capela (residencial);</p> <p>Casa da quinta do Mourão (residencial);</p> <p>Casa da quinta da Pacheca (residencial);</p> <p>Casa da quinta do Estremadouro (residencial; família Montenegro);</p> <p>Casa do Montenegro 2 (residencial/Penajoia);</p> <p>Casa do Padre (residência paroquial do padre da Penajoia);</p> <p>Casa da Família Montenegro (devoluta/Samodães);</p> <p>Casa da quinta das Brolhas (residencial/Valdigem);</p> <p>Casa da Fonte, dos Pinto Ribeiro (devoluta/Valdigem);</p>	<p>Casa da quinta e Paço do Monsul (residencial);</p> <p>Casa e capela da quinta da Salada;</p> <p>Casa da quinta dos Varais (residencial);</p> <p>Casa da Pousada (residencial; família Montenegro);</p>
---	--	---

<p>Casa dos Albergarias, Casa da rua da Olaria (sede da Associação de Socorros Mutúos Funebre Familiar Lamecense; devoluta);</p> <p>Casa da Rua da Seara (bar “Puro Malte”);</p> <p>Casa dos Pinheiros de Aragão (Associação pela Infância e a Terceira Idade de Lamego APITIL) e serviços técnicos (G.A.T);</p> <p>Casa do poeta Fausto Guedes Teixeira (Casa das Irmãs Missionárias do Precioso Sangue; Residencial);</p> <p>Casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro Sul);</p> <p>Casa da Corredoura (residencial);</p> <p>Casa do Montenegro 1 (parcialmente devoluta; residencial/Penajoia);</p> <p>Casa do conde de Samodães / casa da Fonte (residencial);</p> <p>Casa de Angorês (devoluta/Samodães);</p> <p>Casa da Quinta do Cabo (residencial);</p>		
--	--	--

Quadro-síntese da Autora.

Relação entre a Casa e a Capela das Casas Senhoriais de Lamego e freguesias Ribeirinhas (Cambres, Penajóia, Samodães e Valdigem)



CAPITULO V: A CASA NOBRE E O DOMÍNIO VITIVINÍCOLA

I – A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – 1756; 1758 - 1761 (Demarcações Pombalinas); 1788 (demarcações Marianas ou Subsidiárias da Primordial)

Com a morte de D. João V e a subida ao poder de D. José I inicia-se um processo transformador responsável pelo abalar das estruturas sociais, económicas e políticas do nosso país, divulgado na historiografia sob o epíteto de “pombalismo” já que, como principal ideólogo dessas mudanças, se destacou a figura do ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal⁵³¹.

Até finais do séc. XVII, a estruturação e legitimação do poder político, teve como esteio uma conceção teocêntrica do mundo. O poder de Deus refletia-se como raios de sol na ação do monarca, justificando dessa forma o seu poder absoluto como emanente do poder transcendente do ser supremo, logo indiscutível. Este edifício ideológico de legitimação do poder político, entra em degradação na viragem do século XVII para o século XVIII, altura em que novos caminhos se abriram aos espíritos cultos da Europa, invadidos por uma euforia do saber, com fundas raízes no pensamento renascentista e pontos altos no racionalismo cartesiano, responsável por dar um sentido exato às coisas abstratas, ou no heliocentrismo de Galileu que abriu portas ao conhecimento da natureza, afastando as tradicionais explicações providencialistas. Procura-se agora conciliar fé e razão e legitimar o poder político através de uma relação contratual entre governantes e governados, na qual cabia aos últimos exercer o poder no sentido da “felicidade” dos primeiros. Neste cimento teórico, que nem sempre se viu

⁵³¹ CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes: o Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*. Tese de Doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2001, Volume II, p.959.

praticamente refletido, assentou o poder de monarcas considerados paradigmas do chamado *absolutismo esclarecido*, Catarina II da Rússia, Frederico II da Prússia e José II da Áustria⁵³².

Sebastião José de Carvalho e Melo, viu o seu espírito tocado por este ambiente transformador. Contribuíram sobremaneira para isso as suas enviaturas, primeiro para a corte britânica (1738-1743) e sobretudo a sua passagem pela corte austríaca (1745-1749). Partilhando as contradições do seu tempo, se governou Portugal com “mão de ferro”, fazendo emergir a sua faceta despótica, não é menos verdade que a sua ação política teve um alcance e amplitude históricas de relevo, pela inovação que trouxe ao tecido social e cultural, pelas mudanças que operou na mentalidade, materializadas nas reformas que produziu no relacionamento entre a igreja e o estado, no exercício, na universidade, na administração pública e na economia, cuja projeção a “viradeira” ofuscou, mas que apesar disso ainda se lê na ação de muitos vultos do liberalismo português⁵³³.

No plano agrícola, a sua principal reforma ocorreu através da criação da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. A crer no diploma da sua instituição, a companhia foi criada a partir de uma representação enviada ao Rei pelos “Lavradores de Sima do Douro e Homens Bons da Cidade do Porto”, em que se alega depender da agricultura das vinhas, a subsistência de grande parte das “...*Comunidades Religiosas, das casas distintas, e dos povos mais consideráveis das tres Provincias da Beira, Minho e Traz os Montes...*”. Ora segundo os signatários o que sucedia era que os vinhos não davam o rendimento necessário para o granjeio anual. Os signatários da representação propuseram-se formar uma companhia, sob o beneplácito régio, com objetivo de sustentar a cultura das vinhas, manter a pureza natural das produções sem dano e com benefício para o comércio nacional e estrangeiro⁵³⁴.

Designava-se por *Mesa*, o órgão definidor das estratégias a adotar pela futura companhia. Compunham-no um provedor, doze deputados e um secretário encontrados entre os acionistas qualificados para esse efeito, em função da sua participação no capital da sociedade. Eram consideradas pessoas capazes para ocupar estes cargos, as que fossem detentoras de capital igual ou superior a dez mil cruzados, realizados em ações da companhia, de nacionalidade portuguesa ou naturalizados e residentes na cidade do Porto ou em “*Sima do Douro*”⁵³⁵. Cabia-lhe definir linhas de orientação política da instituição⁵³⁶. A constituição da mesa era encontrada através de eleições, nas quais participavam todos os acionistas com capital igual ou superior a três mil cruzados. Não ficavam de fora da participação eleitoral os acionistas cujo peso social não

⁵³² *Idem, Ibidem*.

⁵³³ RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Projeções do Reformismo Pombalino*. “Sob o Signo das Luzes”. Lisboa, 1987, pp.11-31. In CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*, Volume II, p.960.

⁵³⁴ CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*, Volume II, p.961.

⁵³⁵ Mesmo que fossem acionistas, estava vedada aos estrangeiros a possibilidade de acederem aos órgãos de gestão da Companhia. A.D.P., Cartório do Cabido da Sé do Porto, n.º441. Exemplar impresso da *Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Lisboa, na Officina de Miguel Rodrigues, 1756, p.1. In CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*, Volume II, p.961.

⁵³⁶ *Idem, Ibidem*, parágrafo I.

atingisse tais montantes. Nesse caso tinham a possibilidade de se agrupar até perfazerem aquele capital, constituindo em nome de todos um só voto que, concertando-se, poderiam delegar num deles. A validade das suas decisões merecia o crédito e a plena execução, nos exatos moldes em que se praticava nos tribunais régios, salvaguardando a prevalência das leis e regimentos do reino⁵³⁷.

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, foi dotada de uma poderosa administração já que possuía juízo próprio, capitais suficientes e uma legitimidade assente em processos eleitorais participados e no privilégio real. Neste âmbito, dispunha à partida em regime de exclusividade (monopólio) de duas fatias significativas do tradicional mercado de vinhos do Douro, o do Brasil e da cidade do Porto e sua área de influência mais direta⁵³⁸.

O principal objetivo da Companhia era o de “...sustentar com a reputação dos vinhos a cultura das vinhas, e beneficiar ao mesmo tempo o commercio, que se faz neste género (o vinho), estabelecendo para elle hum preço regular...⁵³⁹” que resultasse interessante para os que o fabricavam e que, simultaneamente, proporcionasse lucros aos que com ele negociavam. De que forma se propunha conseguir isto? “... evitando por huma parte os preços excessivos, que impossibilitando o consumo...” arruinavam o negócio dos vinhos, evitando por outro lado que os preços descessem para níveis tão baixos impedindo os lavradores de sustentarem “...as despesas annuaes da sua agricultura⁵⁴⁰”. Em suma reserva-se o direito de taxar os preços dos vinhos do Douro.

Segundo o texto do alvará de instituição da companhia, fixar preços dos vinhos implicava rigor no conhecimento da sua valia no mercado, logo, saber da sua proveniência e reunir provas sobre a sua qualidade. Afinal tinha sido o embarque de lotações de vinhos generosos com vinhos de ramo, que havia minado a reputação dos vinhos do Douro, depreciando o produto no mercado exterior. A qualidade das aguardentes com que eram beneficiados também não era fiscalizada convenientemente. Por outro lado, era preciso dar resposta às queixas relacionadas com a multiplicação das tabernas na cidade do Porto e às malévolas lotações de vinhos das várias proveniências que nelas se faziam passar por vinhos de ramo, genuínos da região do Douro⁵⁴¹.

A fórmula encontrada foi a de demarcar “... as duas Costas Septentrional, e Meridional do Rio Douro...”, processo gerador da atual Região Demarcada do Douro que, com uma ponta de orgulho gostamos de apresentar como a primeira do género no mundo. De facto assim não é, outras a precederam no tempo, contudo as bases estruturantes em que assentou dão-lhe a

⁵³⁷ CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*, Volume II, p.962.

⁵³⁸ CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*, Volume II, p.972.

⁵³⁹ *Idem, Ibidem*, parágrafo X. In CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*

⁵⁴⁰ *Idem, Ibidem*. In CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*

⁵⁴¹ CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*, p.973.

primazia como modelo mais próximo do moderno conceito de “denominação de origem controlada”⁵⁴².

O objetivo desta demarcação consistia em separar “...inteira, e absolutamente...” os territórios do Alto Douro que produziam vinhos para embarque com destino à América e Reynos Estrangeiros, de todos os outros que apenas produziam vinhos “...capazes de se beber na terra...” para que a reputação dos primeiros, assente na “...sua bondade natural...”, não fosse arruinada pela inferioridade dos segundos⁵⁴³.

Assim, definiu-se que as propriedades habitualmente produtoras de vinhos generosos, entenda-se capazes de envelhecer e por isso de saírem a barra do Douro rumo aos portos do Brasil e do estrangeiro, deviam ser inscritas num tomo cadastral, no qual deveria constar também a sua denominação e confrontações, fossem pequenas ou grandes, bem como uma estimativa sobre a sua produtividade média nos últimos cinco anos. O objetivo deste rigor de pormenor era o de, por um lado se evitar que os seus proprietários pudessem vender os seus vinhos sem previamente os manifestarem à companhia e por outro, impedir que pudessem entrar como acionistas ou vender a estrangeiros maior número de pipas do que as que constavam do referido tomo⁵⁴⁴.

A comarca e concelho de Lamego foram objeto desta demarcação pombalina de 1758 pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. A demarcação abrangeu a freguesia atual de Penajoia, que integram a quinta do Estremadouro⁵⁴⁵, e a casa da Pousada⁵⁴⁶, parte da freguesia de Samodães onde se localizam a casa do conde de Samodães e a casa do Montenegro, bem assim como o lugar de Angorês (onde foi edificada a casa com o mesmo nome), a freguesia de Cambres, com a casa da quinta dos Varais, a quinta da Pacheca e a casa da Corredoura, a freguesia de Valdigem, com a quinta das Brolhas, e outras zonas que não estão dentro da área geográfica desta tese⁵⁴⁷.

A demarcação do preço de seis mil e quatro centos da parte do sul do rio Douro, respeitante a Lamego e Cambres, foi a seguinte:

Demarcação e separação p^a o preço de seis mil e quatro centos no dstricto da d^a Cida.^{de} e freg.^a o Sitio da Franzea⁵⁴⁸, e Vão⁵⁴⁹; e da mesma sorte os Sítios das Varges⁵⁵⁰, e da Calçada⁵⁵¹,

⁵⁴² Precedem a Região Demarcada do Douro, regiões vitícolas delimitadas na Toscana em 1716 e na Hungria em 1737 (vinhos de Tokay). PEREIRA, Gaspar Martins – *As Demarcações Vinhateiras na História do Alto-Douro*. Separata de “*Estudos Transmontanos*”, n.º67. Vila Real, 1997, p.140. In CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*, p.974.

⁵⁴³ Alvará...parágrafo XXIX. In CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*, p.974.

⁵⁴⁴ Alvará...parágrafo XXIX. In CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*, p.974.

⁵⁴⁵ De D. Teodolinda Montenegro. In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Edição do Instituto do Vinho do Porto. I Volume. Porto, 1949, p.108.

⁵⁴⁶ *Idem, Ibidem.*

⁵⁴⁷ Cf. FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Edição do Instituto do Vinho do Porto. I Volume. Porto, 1949, pp.108-115.

⁵⁴⁸ Franzia – Encostas junto ao hospital civil de Lamego, pertencentes a Jaime Guerra. In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. II Volume. Porto, 1950, p. 275.

que deagoão p^a hum Ribr^o, q. corre junto ao Lugar do Portello; e as vinhas q. ficão a p.^{te} do Sul da estrada q. vay do d^o Lugar de Portello direyta à Corredoura⁵⁵², e dahi p.^{la}

*fls. 155

Capp.^a de S. Seba.^{am553} vay por Cambres até * o Lugar da Pouzada⁵⁵⁴, agoas vertentes p^a o Rio das Barges⁵⁵⁵.

No que concerne a Pannajoia:

Demarcação p^a o preço de seis mil e quatro centos no dstricto deste Lugar todo o vinho, q. dficou fora da demarc.^{ão} de dés mil e quinhentos, a qual consta do tr.^o q. della se fes respetivo ao d^o Lugar⁵⁵⁶.

As demarcações de 1761 resultaram de requerimentos de lavradores durienses solicitando a inclusão das suas vinhas na zona de “Feitoria”, em virtude de, na demarcação de 1758, terem sido classificadas apenas como produtoras de vinhos de ramo⁵⁵⁷.

No geral, as demarcações pombalinas, bem como as qualificações dos vinhos, assentaram essencialmente no critério da tradição. Consagraram a área mais antiga do vinhedo duriense, valorizando o Baixo Corgo, em torno da linha Lobjos/Cambres, célebre já no século XVI pelos “vinhos de pé” de Lamego, aromáticos e de grande duração, que ganhavam qualidades com o envelhecimento⁵⁵⁸. Se bem que os fatores naturais tivessem sido considerados (solo, clima, altitude, etc.), a maior parte dos melhores terrenos com aptidões vitícolas do Cima Corgo não foi valorizada e o Douro Superior ficou quase integralmente excluído⁵⁵⁹.

⁵⁴⁹ Vão – Encostas junto à Ortigosa (Lamego), de Herdeiros de D. Vasco de Serpa Pimentel. In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. II Volume. Porto, 1950, p.275.

⁵⁵⁰ Hoje, Várzeas, de Manuel Monteiro. In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. II Volume. Porto, 1950, p. 275.

⁵⁵¹ Quinta da Calçada, a Sul de Portelo, pertencente a Herdeiros de Francisco de Melo Ilharco. In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. II Volume. Porto, 1950, p.275.

⁵⁵² **Casa da Corredoura que foi do Sr. Conde de Alvelos.** In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. II Volume, p.276.

⁵⁵³ Capela existente em Portelo de Cambres. In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. II Volume. Porto, 1950, p.276.

⁵⁵⁴ Lugar de S. Brás (Cambres). In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. II Volume. Porto, 1950, p.276.

⁵⁵⁵ Hoje Várzeas. In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. II Volume. Porto, 1950, p.276.

⁵⁵⁶ FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. II Volume. Porto, 1950, pp.275-276.

⁵⁵⁷ FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. III Volume. Porto, 1951, p.17.

⁵⁵⁸ Fernandes, Rui – *Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas léguas...* (1532). In *Inéditos de História Portuguesa*. Tomo V. Lisboa, 1824. Cf. PEREIRA, Gaspar Martins – *As Demarcações Vinhateiras na História do Alto Douro*. Separata dos Estudos Transmontanos e Durienses – 7 – 1997, pp.141.

⁵⁵⁹ PEREIRA, Gaspar Martins – *Op. Cit.*, pp.140-141.

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, embora uma instituição com características que, pela sua natureza a individualizam dos modelos de gestão criados por Pombal para outras áreas da atividade económica nacional, não deixa de ter como traço marcante de ligação com eles o carácter monopolista. A instituição da companhia foi determinada pelo alvará 10 de setembro de 1756, que confirmou os seus estatutos, aprovados na cidade do Porto em 31 de agosto do mesmo ano, por aqueles que viriam a ser os seus principais responsáveis: *Luiz Beleza de Andrade, Joseph Pinto da Cunha, Joseph Monteiro de Carvalho, Custódio dos Santos Alvares Brito, João Pacheco Pereira, Luiz de Magalhães Coutinho, António de Araújo Freitas de Sousa e Veiga, Manoel Rodrigues Braga, Francisco João de Carvalho, Domingos Joseph Nogueira, Francisco Martins da Luz, Francisco Barbosa dos Santos e Luiz Diogo de Moura Coutinho*. Todas estas assinaturas foram precedidas da de Sebastião José de Carvalho e Melo, a quem o projeto foi previamente apresentado para aprovação, antes de submetido à opinião do conselho régio e à aprovação final de D. José I⁵⁶⁰. Estes foram os homens a quem ficou confiada a gestão da companhia nos seus primeiros três anos de atividade.

No que toca a João Pacheco Pereira, sabemos-lo como juiz da alfândega do Porto em 1756. Fidalgo da Casa Real, do Conselho de Sua Majestade, Desembargador do Paço, Deputado e Promotor do Tribunal da Bula da Santa Cruzada, etc., seria em 1757 nomeado Presidente da Alçada que averiguou os tumultos de 23 de fevereiro e de 15 de março de 1757, contra a companhia. Residente em São João Novo, manifestou nesse ano 275 pipas de vinho⁵⁶¹. Das quais não pagou a imposição. O mesmo é dizer, tratou-se de vinhos que foram exportados. Estranho é o facto de aparecer como signatário do documento de instituição da companhia, apresentando um único manifesto. Certamente, alguém a quem regularmente vendia a sua produção, muito provavelmente uma companhia britânica, manifestou anteriormente os seus vinhos. Esta suspeita ganha maior consistência se tivermos em conta que já em 1730 um outro juiz da alfândega, Bento Pacheco Pereira, manifestava 33 pipas de vinho que declarou embarcara para o Brasil⁵⁶². De resto, João Pacheco Pereira produzia no Douro ou pelo menos entrou para sócio da companhia em 1756 com 300 pipas de vinho⁵⁶³, valor que se aproxima do único manifesto em seu nome na imposição do vinho (275 pipas). Era então, não só um dos

⁵⁶⁰ A.D.P. Cartório do Cabido da Sé do Porto, n.º 441. Exemplar impresso da *Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, 1756, pp.29-30. In CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*, p.981.

⁵⁶¹ AHMP, L. 1370, *Imposição do Vinho*, fls. 234-234v. In CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*, p.986.

⁵⁶² AHMP, L. 1345, *Imposição do Vinho*, fls.233v. In CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*

⁵⁶³ FONSECA, Álvaro Moreira da – *A Ideação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. “Anais do Instituto de Vinho do Porto”. Instituto de Vinho do Porto. Porto, 1955-1956, p.66, nota 4. In CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*

mais poderosos proprietários do Porto⁵⁶⁴, mas também o maior da região do Douro produzindo mais de 300 pipas de vinho⁵⁶⁵.

Este titular surge-nos como residente no Porto. No entanto pertence à família de fidalgos da quinta da Pacheca, na freguesia de Cambres. Era filho de Pedro Pacheco Pereira, e recebeu documento de Apostila, 100\$000 rs mais do ofício de Juiz da Alfândega da Cidade do Porto, em 18 de março de 1770 (data é incerta)⁵⁶⁶.

É questionável se teria duas residências, uma na cidade do Porto, e outra na região do Douro. Cremos que sim, até como produtor seria aí, também na região, que teria as suas vinhas, de onde seria oriundo o vinho de exportação acima referido. A comprovar esta nossa afirmação/conclusão, e segundo um documento manuscrito (Manuscrito n.º 994), guardado na Biblioteca Pública Municipal do Porto, e publicado por Gaspar Martins Pereira e Natália Fauvrelle da Costa⁵⁶⁷, as propriedades referidas nesse texto pertenciam, por altura da fundação da companhia, ao fidalgo, João Pacheco Pereira. O documento referencia um vasto conjunto de quintas, vinhas, olivais e outras propriedades dispersas por diversas freguesias do Baixo e Cima Corgo. As mais importantes são as quintas do Crasto (freguesia de Gouvinhas, concelho de Sabrosa), de Tourais ou “dos Pachecos” (abarcando uma área mais extensa que a atual quinta da Pacheca, na freguesia de Cambres), de Valclaro (Penajoia), do Pego ou de “S. Gonçalo” (Valença do Douro, atual concelho de Tabuaço), das Cortes (Cambres), de Marrocos, de Casal de Dronho e Malpica e dos Poços (Valdigem)⁵⁶⁸. Todas estas quintas constituíam importantes unidades de exploração vitícola, dispendo invariavelmente, além das vinhas, de lagares e adegas. Algumas delas tinham olivais, terras de pão, pomares e hortas. As quintas do Crasto assim como a do Pego possuíam azenha de azeite e forno telheiro. Nestas referenciadas

⁵⁶⁴ Veja-se, por exemplo, a referência feita pelo Padre Agostinho Rebelo da Costa, na sua *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto* às quintas de João Pacheco Pereira no Porto: “Bastavão só as que João Pacheco Pereira Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Fidalgo da Caza de Sua Magestade, Senhor donatário da Villa de Vellozo, e Alcaide Mor da Villa de Rei, possui em todo o Massarellos, Villar, e outros subúrbios desta Cidade para encher hum grande volume”. Cf. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica, e Histórica da Cidade do Porto*. Porto, 1789, p.41. In PEREIRA Gaspar Martim e COSTA, Natália Fauvrelle – *Instruções para a Cultura da vinha e para o fabrico do vinho nas quintas de João Pacheco Pereira, antes da instituição da Companhia. Douro, Estudos & Documentos*. Instituto do Vinho do Porto. Universidade do Porto. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 5, Ano 3, 1998, p.162.

⁵⁶⁵ A partir de 1770, podem quantificar-se os vinhos de embarque produzidos, anualmente, nas quintas de João Pacheco Pereira, através da análise dos livros de qualificação e de arrolamentos de vinhos de embarque, existentes no Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Cf. PEREIRA, Gaspar Martins – *Aspetos sociais da viticultura duriense nos fins do século XVIII*. In “Atas das 1.ª Jornadas de Estudo Norte de Portugal- Aquitânia, março de 1984”. Porto: CENPA, 1986, pp.93-118. PEREIRA Gaspar Martim e COSTA, Natália Fauvrelle – *Instruções para a Cultura da vinha e para o fabrico do vinho nas quintas de João Pacheco Pereira, antes da instituição da Companhia*. Douro, Estudos & Documentos. Instituto do Vinho do Porto. Universidade do Porto. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 5, Ano 3, 1998, p.162.

⁵⁶⁶ A.N.T.T. – PT. - Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 10, f. 435v.

⁵⁶⁷ PEREIRA Gaspar Martim e COSTA, Natália Fauvrelle – *Instruções para a Cultura da vinha e para o fabrico do vinho nas quintas de João Pacheco Pereira, antes da instituição da Companhia*, pp.161-175.

⁵⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p.162.

aparecem alusões a capelas, mas sabemos que também a quinta da Pacheca a possuía, instituída no século XVI. Infelizmente, o documento não conclui a descrição das propriedades, ficando por descrever a quase totalidade desta última quinta, que deveria ser a mais importante de todas. Apesar de incompleta, a descrição das propriedades permite-nos salientar o domínio da vinha, quer nas quintas quer nas parcelas dispersas. O documento aponta-nos a expansão da vinha, nomeadamente em terras anteriormente ocupadas por sumagrais ou soutos⁵⁶⁹.

A criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro representou um marco histórico, um ponto de viragem com reflexos visíveis no futuro dos dois pólos desta realidade sócio-económica. Se no Douro nada ficou como dantes, no Porto, os reflexos da criação deste organismo pombalino de controle da produção e comércio dos vinhos do Douro, sulcou a vida da cidade que lhe serviu de base⁵⁷⁰

O concelho de Lamego viu como acionistas da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, algumas pessoas influentes da urbe. Assim no ano de 1760, temos os seguintes: Alexandre Luíz Pinto de Souza; Diogo de Magalhaens Botelho; Francisco Perfeito Pereira Pinto; João da Silveyra Pinto e Bulhoens; João Pinheiro da Affonfeca; Luís Jozé Machado Ferreira; Manoel Carlos Teixeira Pimentel; Maria Ignácia Pinto de Vilhena⁵⁷¹. Cremos serem reflexo do dinamismo da cidade, no que concerne à companhia e às questões do vinho na região demarcada.

Quadro n.º17 – Relação dos acionistas de Lamego pertencentes à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, & C. – 1760.

Quadro n.º17 – Relação dos acionistas de Lamego pertencentes à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, & C. – 1760	
Relação dos acionistas de Lamego pertencentes à <i>Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, & C. – 1760</i>	FONTES – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Códice 673, fl. 259-259v. e 260, <i>Relação dos Acionistas da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, & C.</i>
* Alexandre Luíz Pinto de Souza – Lamego	
* Diogo de Magalhaens Botelho – Lamego	
** Francisco Perfeito Pereira Pinto – Lamego	
* João da Silveyra Pinto e Bulhoens – Lamego	
* João Pinheiro da Affonfeca – Lamego	
* Luís Jozé Machado Ferreira – Leomil, concelho de Lamego	
* Manoel Carlos Teixeira Pimentel – Lamego	
* Maria Ignácia Pinto de Vilhena – Lamego	
Observações: As pessoas que têm (*) são as que têm voto sem dependência de outros acionistas.	

⁵⁶⁹ *Idem, Ibidem.*

⁵⁷⁰ CARDOSO, António Barros – *Op. Cit.*, Volume I, p.12.

⁵⁷¹ B.G.U.C. Códice 673, fl. 259-259v. e 260, *Relação dos Acionistas da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, & C.*

Pessoas que à margem dos seus nomes levam (**) são as que se acham habilitadas para os lugares de Provedor, Vice-Provedor, e sete Deputados representativos da Junta da Administração desta Companhia na conformidade da sua instituição, e de alvará de Sua Majestade de 16 de dezembro de 1760.

Quadro -síntese da autora.

Relativamente aos produtores comerciantes de vinhos, da região demarcada pela companhia, temos no concelho de Lamego, na freguesia de Samodães situada numa elevação da margem esquerda do Douro, um grande produtor de vinhos. Considerada terra fértil, tinha todos os géneros agrícolas do país. De entre eles encontramos a vinha, pois esta freguesia abrangia a zona de demarcação do Douro, logo, sujeita à inspeção dos seus vinhos, por parte da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro⁵⁷². É daqui o terceiro⁵⁷³ maior produtor/comerciante de vinhos, Francisco António de Carvalho, da comarca de Samodães, cujos registos, segundo a investigação de Marta Maria Pereira Centeno, correspondem a dois anos de negócios, 1764-65. Este produtor terá exportado a partir da cidade do Porto, 495 pipas de vinho.

Em 1784 foi elaborado um relatório, *Informação* por Luís Pinto de Sousa Coutinho, para a Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro⁵⁷⁴. Este documento foi redigido pelo fidalgo, que viria a ser Visconde de Balsemão⁵⁷⁵, ligado à família da casa dos Viscondes de Balsemão, adjacente à capela de S. Pedro de Balsemão, de Lamego. Trata-se de um completo relatório sobre a situação da companhia, elaborado a pedido da rainha. Tendo recebido a ordem para desempenhar essa comissão, em 5 de junho de 1784, Luís Pinto de Sousa Coutinho já se encontrava no Porto a 24 desse mês e, cinco dias depois, cumpridas as formalidades de apresentação à junta, dava início ao minucioso trabalho de análise dos inúmeros livros da companhia. No fim de novembro, enviava para a corte o seu relatório. A par das críticas a inúmeros aspetos da administração da companhia na época pombalina, nota-se uma simpatia pelo dinamismo das novas juntas, elogiando, nomeadamente, um maior cuidado na gestão dos negócios da companhia, os investimentos feitos com o comércio para o Báltico e outros novos mercados, o apoio a projetos arrojados, como o *Plano de Comércio para a África e Índia*, em

⁵⁷² LEAL, Augusto Soares A. B. Pinho – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário*. Vol. VIII. Livraria Editora de Mattos Moreira & C.^a. Lisboa. 1873, P.379 B, 380 A. in CENTENO, Marta Maria Pereira – *O Comércio de Vinhos no Porto na Época de Pombal (1757-1772)*. Tese de Mestrado em Estudos Locais e Regionais. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2005, p.61.

⁵⁷³ Sendo o primeiro – pela quantidade de pipas que manifestou – José Pinto da Cunha, do Lugar de Reimão e o segundo – pela quantidade de pipas que exportou – José Caetano Pereira de Moura, de Lobrigos, Santa Marta de Penaguião. In CENTENO, Marta Maria Pereira – *Op. Cit.*, p.61.

⁵⁷⁴ PEREIRA, Gaspar Martins – *A Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1784*, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho. Douro – *Estudos & Documentos*, vol. IV, 1999 (2.º), pp.153-195.

⁵⁷⁵ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. Ministério do Reino. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro: *Informação circunstanciada do Estado da Companhia do Douro no anno de 1784. Comissão de que foi encarregado o Senhor Luiz Pinto de Souza, depois Visconde de Balsemão*. 35 (2-4). In PEREIRA, Gaspar Martins – *Op. Cit.*, p.154.

que se empenhava então um grupo de negociantes do Porto. Não deixa de referir a persistência de vícios da administração e a falta de apoio aos lavradores do Douro, afinal bem pouco beneficiados pela conjuntura comercial de prosperidade que então atravessava o setor. No seu relatório, não se limita a expor a situação, propondo medidas para a reforma da companhia, que acredita constituir um organismo indispensável para a regulação da economia dos vinhos do Douro⁵⁷⁶.

No reinado de D. Maria a situação no Douro vinhateiro agravou-se tornando-se necessário ampliar a zona produtora de vinhos de embarque; nesse sentido foi publicado o aviso de 6 de março de 1788, que mandava proceder a um arrolamento de vinhas que pudessem produzir vinhos de igual bondade à que se obtinha na zona da feitoria. Em 26 de agosto do mesmo ano foi remetido o trabalho realizado para a corte, onde, em 6 de setembro, mereceu a aprovação de D. Maria I. No entanto, ficava registado que a sua inclusão no tomo dos vinhos de embarque só duraria enquanto a experiência e a utilidade pública provassem as vantagens desta providência, tornando, porém, tais vinhas a virem a ser excluídas logo que a sua intervenção fosse prejudicial ao comércio e à agricultura⁵⁷⁷.

Grande parte desta demarcação⁵⁷⁸ foi realizada à sombra dos vinhos de 19\$200 e 15\$000 réis a pipa, da zona pombalina. Estes vinhos de ramo, promovidos a vinhos de embarque, acusaram, imediata e naturalmente, a sua falta no consumo. Para atalhar esta deficiência incluíram-se novas freguesias na região demarcada do Douro⁵⁷⁹.

Na “Relação das Quintas, e Vinhas que o Vice Provedor Jozé de Oliveira Barreto, e os Deputados Domingos Martins Gonsalves e Francisco Batista de Araújo Cabral Montez, nos exames, informações, e pessoas, e oculares inspecções que fizeram no Alto Douro por comissão da Junta da Administração da Companhia Geral do mesmo Alto Douro, acharão capazes de produzir Vinho legal de Embarque de Inglaterra conforme as Ordens de Sua Magestade dirigidas à mesma Junta”, temos as seguintes descrições sobre a área geográfica do nosso estudo:

Freguesia de Simodaens

A Quinta de António de Azeredo de Albuquerque⁵⁸⁰, rodeada de estradas, no Sítio do Lugar de Simodaens, que pelo Nascente confina com a estrada que divide a Demarcação de Feitoria,

⁵⁷⁶ *Idem, Ibidem.* A importância deste relatório é acrescida ainda pela vasta documentação que anexa. Nada menos que 39 listas, relações e quadros estatísticos, que sintetizam os diversos aspetos da administração da Companhia.

⁵⁷⁷ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Instituto do Vinho do Porto. Porto, 1996, pp.203-204.

⁵⁷⁸ Demarcações Marianas, por terem sido realizadas no reinado de D. Maria I.

⁵⁷⁹ *Idem, Ibidem.*

⁵⁸⁰ Esta quinta foi do conde de Samodães, onde tinha a sua residência antes de construir o Solar na Fonte. Esta propriedade, conhecida por quinta do Casco, no lugar da Barroca, é delimitada por caminhos: ao norte, pelo caminho da Barroca; ao sul, pelos caminhos do Mártir e Salvado; a leste, pelo caminho da

em cuja *Quinta tem o sobredito lagar, e Adega, razão porque necessariamente foi contemplada nesta Demarcação por se lhe ter arruinado o Armazem que tinha nas margens do Douro e não ter outra em que houvesse de envasilhar, e fazer o vinho das Vinhas d'Embarque que tem a dita freguesia.*

Freguesia de Valdigem

Divisão das vinhas que confinam com a antiga Demarcação de Embarque no sítio da Portella de Valdigem que ficam entre a estrada por onde corre a dita Demarcação, e o caminho, ou atalho que vai do marco número vinte e quatro até chegar ao do número vinte e seis⁵⁸¹, cujas vinhas deste Circulo possuem os Lavradores seguintes:



Fig.53 - Marco pombalino N. 26, Feitoria 1758, em Valdigem⁵⁸². Coleção Instituto dos Vinhos do Douro e Porto - s/d; Fotografia da Casa Alvão, Porto.

Fonte (limite da Feitoria); a oeste, pelo caminho do Salvado. Esta quinta é hoje pertença da família Montenegro. *Idem, Ibidem*, p.97.

⁵⁸¹ Devemos recordar que a demarcação pombalina de 1758 seguia do marco n.º 24, situado na Portela (Alto de Valdigem), por caminho, através das Laceyias, até à Malpica, onde fora situado o marco n.º 26. O caminho, agora aproveitado, seguia ao sul do anterior e, portanto, a altitude superior, da Portela para a Malpica, indo pelo alto da quinta do Sardoeiro... e por carreirões passava por propriedades de José Viseu de Carvalho. *Idem, Ibidem*, p.98.

⁵⁸² Fotografia cedida por IDVP. FA23-V2017 Marco Pombalino Região Duriense – 80.

Marco no lugar da Malpica. Acesso: Estrada 313, desvio para a Subestação de Valdigem. Carta Militar: Folha 126, Peso da Régua. Coordenadas: x 231594 y 463408. Proprietário: Miguel Monteiro. Proteção: Imóvel de Interesse Público, Decreto N.º 35909 de 17-10-1946, n.º 92. Material: granito. Dimensões: 95x35x27. Inscrições: N.º 26/FEITO/RIA/1758. Campo Epigráfico (cm): 55x27. Data de demarcação: 4/11/1758. Descrição técnica: Marco de granito paralelepípedo, de remate liso, apresentando na face principal a inscrição “N.º 26 FEITORIA 1758”, distribuída por quatro linhas rematada na parte inferior por um filete. Pequena lacuna no canto posterior direito. Descrição Histórica: Vigésimo sexto marco da demarcação na costa meridional do rio Douro colocado no Carreiro de Casal Dronho para Santa Eufémia, junto à vinha de Estevão Falcão. Álvaro Moreira da Fonseca localizou-o na Malpica, em propriedade de João Ramos, onde ainda se encontra. O local, junto de uma construção de apoio à atividade agrícola, foi recolonizado por vegetação arbustiva. Estado de conservação: Razoável. Área considerável coberta por

1 vinha de Thereza Maria; 1 vinha de Hipolito Beleza; 1 vinha de António Rodrigues Gatoso; 2 vinhas de Jozé Cardozo Pontes; 1 vinha de Jozé Alvarenga; 1 vinha de António Albergaria Monteiro; 1 vinha de Patricio Rodrigues; 1 vinha de Maria Jacinta; 1 vinha de Joana Vaz; 1 vinha de João Pinto; 1 vinha de Francisco Lopes; 1 vinha de Manoel Falcão de Braga; 1 vinha de Francisco Rodrigues; 1 vinha de Simão de Gouveia; 1 vinha de Manoel Ferreira Malicia; 1 vinha dos Herdeiros de Manoel Correia Rebello; 1 vinha do Padre Jozé de Brito; 1 vinha de João Bernardo; 1 vinha de Joanna Maria; 1 vinha de Maria Aresta. Na mesma freguesia de Valdigem merecem a qualidade de Embarque as vinhas dos Lavradores seguintes:

As vinhas da Malheira de Jozé da Esperança, e de António Rodrigues de Falcão que parte do Nascente com a estrada que vem da Regoa para Valdigem, e do Poente com os Olivares⁵⁸³.

A vinha do Portal do Esqueiro⁵⁸⁴ que parte do Nascente, e Norte com a estrada que vem pela volta de Valdigem, e do Poente, e sul com Olivares he possuída por D. Margarida de Carvalho.

“Na Relação das Quintas, e Vinhas que o Vice Provedor Jozé de Oliveira Barreto, e os Deputados Domingos Martins Gonsalves e Francisco Batista de Araújo Cabral Montéz, nos exames, informações, e pessoas, e oculares inspecções que fizeram no Alto Douro por Comissão da Junta da Administração da Companhia Geral do mesmo Alto Douro, acharão capazes de produzir Vinho para o preço de quinze mil réis pipa, em lugar das que deste preço acharão capazes de produzir vinho Legal d’Embarque de Inglaterra na forma das Reais Ordens de Sua Magestade dirigidas à mesma Junta⁵⁸⁵”, constam as descrições seguintes sobre a área geográfica da nossa investigação:

Freguesia de Simodaens

Principia esta Demarcação no Ribeiro do Corgo⁵⁸⁶ que fica na Sahida do Lugar de Angores⁵⁸⁷ a parte do Nascente do dito Lugar, e corre pelo dito Ribeiro assima ate dar no fundo

líquenes. Necessita tratamento biocida e limpeza da envolvente. *Marcos de Demarcação*. Natália Frauvelle (Coord.). IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto). Museu do Douro. Peso da Régua, 2007, p.144.

⁵⁸³ Lembramos que estas vinhas façam parte do Vale da Lágua, pertença do Sr. D. Francisco da Silveira (Castelo Melhor). FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*, p.100.

⁵⁸⁴ **A vinha do Portal Esqueiro é do Sr. Eng. Macário de Castro. Este proprietário possui a quinta das Brolhas, em Valdigem, objeto da nossa investigação onde faz parte integrante a citada vinha. Ver Volume 2, ficha da quinta das Brolhas na freguesia de Valdigem.** FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

⁵⁸⁵ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*, p.181.

⁵⁸⁶ Linha de água, seca no verão, que corre através das encostas da Quebrada e do Santinho. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*, p.182.

⁵⁸⁷ Lugar situado entre a povoação de Samodães (freguesia a que pertence) e a freguesia de Penajoia. Situa-se próximo do Rio Douro, na sua margem esquerda. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

do Souto do Santinho⁵⁸⁸, a contestar na Vinha de Dona Thereza Luiza de Souza Cezar⁵⁸⁹, da Cidade de Lamego, e corre pela parte do Poente desta Vinha ao alto ate dar no Caminho da Quebrada⁵⁹⁰ seguindo o Canal⁵⁹¹ que vai pela vinha de Diogo Gonsalves, e chegando ao caminho da dita Quebrada, segue o rumbo della pelo fundo de outra Vinha da dita Dona Thereza Luiza até chegar a estrada que vem do Poyo para a Igreja desta Freguezia⁵⁹², e seguindo esta estrada desce por ella abaixo pelo Lugar do Outeiro⁵⁹³, e encostado a Capella de Santo Ovidio⁵⁹⁴ ate dar na estrada que vem de Angores para Simodaens⁵⁹⁵ aonde se acha hum marco de Feitoria, e termina esta Demarcação⁵⁹⁶.

Demarcou-se mais para o dito de quinze mil réis as Vinhas da Quinta da dita Dona Thereza Luiza de Souza Cezar, de Lamego, sita no Ribeiro das Lagoas de Simodaens que confina pelo fundo com estrada que vai de Simodaens para Cambres⁵⁹⁷.

Estando em curso as diligencias para as demarcações marianas no Douro vinhateiro, sabemos por uma carta datada de 30 de setembro de 1788, da Câmara de Lamego, para a junta da companhia do descontentamento do povo de algumas das suas freguesias e da cidade:

*Srs. Provedor, e Deputados da Junta Geral das Vinhas do Alto Douro*⁵⁹⁸

Em consequência das Reaes Ordens de 6 de setembro passado, a nós comunicadas por Avizo de Vossas Senhorias de 26 do dito Mês, mandamos copiar no Livro competente as Demarcações que Vossas Senhorias nos inviarão, as quaes tornamos a remeter com a precisa Nota de ficarem registadas, tudo na forma do dito avizo de Vossas Senhorias, a quem ao mesmo tempo patenteamos os clamores, e Deprecações com que todos os Lavradores que tem Vinhas

⁵⁸⁸ Encostas da freguesia de Samodães, ao sul de Angorês e pertencentes, entre outros, a Joaquim Guedes de Magalhães e António Fausto Montenegro. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

⁵⁸⁹ **Supomos tratar-se de propriedades da família Vasconcelos Carvalhais, da casa do Espirito Santo, de Lamego, hoje pertença dos Srs. Joaquim Guedes de Magalhães e António Fausto Montenegro.** In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

⁵⁹⁰ Caminho aonde vai desembocar o caminho da Burreça. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

⁵⁹¹ Linha de água, vinda do Caleiro e que passa pelo meio da povoação de Samodães. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

⁵⁹² Caminho que vem da Serra das Meadas, passa junto da Igreja Matriz de Samodães e segue por Cimo de Villa, Outeiro, etc., até ao rio Douro. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

⁵⁹³ Lugar de Samodães onde se encontra a capela da Senhora da Graça (antiga de Santo Ovídio). In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

⁵⁹⁴ Hoje capela da Senhora da Graça. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

⁵⁹⁵ O cruzamento situa-se no lugar da Corredoura. Como tantas vezes acontecia, a feitoria estava apenas separada das vinhas de 15\$000 reis por um caminho. O contrabando dos vinhos de uma zona para a outra era inevitável. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

⁵⁹⁶ Este marco deve ser o n.º 10 e o seu paradeiro é desconhecido. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

⁵⁹⁷ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

⁵⁹⁸ A carta tem uma nota inicial por funcionário da companhia: “Carta da Camera de Lamego, em resposta á que a Junta lhe dirigio sobre o assumpto de serem registadas na mesma Camera as novas Demarcações subsidiarias a que Sua Magestade mandou proceder. Registrarão-se as Demarcações d’Embarque, as de 19\$200, e as de 15\$000 réis como se vê da Nota que se acha nas relações que se lhe inviarão. Faltou a mesma Camera em remeter o original Edital que se lhe enviou da Demarcação de 10\$500 para também ser registado na mesma Camera”. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*, p.340.

em Cepoens, Varzea d’Abrunhães, e Queimadella, nos instão a que ponhamos na Prezença de S. Magestade a irreparavel ruina que está iminente, porque estão certos de verem em pouco tempo as suas vinhas a monte, e eles reduzidos á mendicidade; E nos achamos justíssimos os motivos destes Lamentos.

As vinhas sam fracas, Barrujelas, de pouca produção, os granjeios dispendiozissimos, i só cobram as despezas desde que os vinhos tem corrido pelos pressos de 14 reis, e vinte ao quartilho, por que há Labradores que despendem em granjeios, e foro mais de dois mil reis por pipa. Todo este povo de Lamego tambem clama que tendo-se-lhe tirado hua grande parte de vinho do termo pela primeira Demarcação, o que agora restava apenas chegava para o consumo da cidade; pois que, por que á dois anos tem sahido algum vinho, não obstante ter sido esta falta compensada com vinho que veio de fora para esta cidade, tem havido falta de vinho, o que atualmente se experimenta.

E esta falta fes lembrar ao Povo, o suplicarmos que vedássemos para futuro a extração de qualquer vinho de thermo para fora.

Que se agora fica só para a Cidade vinho da freguesia da Sé, e hum pouco da Fraguezia d’Almacave não há vinho para consideravel parte do anno.

Estas são as queixas daqueles Lavradores, e deste Povo, a cuja Felicidade esperamos achar atentas as vistas sempre Purosas de Sua Magestade.

Lamego em Camara de 30 de setembro de 1788 annos

De Vossas Senhorias

Atentos obsequiosos Veneradores

*João de Souza Freyre d’ Araújo Borges da Veyga = Jerónimo de Carvalho Rebello =
Clemente Paulo de Mendonça = António Roiz da Sylva⁵⁹⁹*

As medidas de preservação da qualidade dos vinhos do Douro através da companhia foram e constituíram uma preocupação que se prolongou no tempo, e tiveram reflexos no espaço, domínio vitivinícola. Muitas das casas senhoriais, objeto da nossa investigação estão inseridas nas áreas de delimitação das demarcações pombalinas⁶⁰⁰ no douro vinhateiro, e nas das demarcações marianas ou subsidiárias da primordial, igualmente no Douro. Muitas destas casas estão integradas em áreas de quintas, outras atualmente descontextualizadas, em espaço rural, mas sem enquadramento de espaço vitivinícola adjacente, que não lhes é subjacente na atualidade, apesar das suas raízes ancestrais nesse domínio.

⁵⁹⁹ 1788, setembro, 30: Carta da Câmara de Lamego para a Junta da Companhia, referindo-se às reclamações dos lavradores que têm vinhas em Cepões, Várzea de Abrunhais e Queimadela, bem como do povo da cidade. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *Op. Cit.*

⁶⁰⁰ As Demarcações Pombalinas foram designadas por Demarcações “Primordiais”, em virtude de serem as primeiras, as originais. As Marianas, encontram-se sob a denominação de “Subsidiárias”, por terem vindo, como o nome indica, em reforço das primordiais.

As demarcações pombalinas deixaram marcos de cantaria, no território, que podem ser visualizados em grande parte da nossa zona de estudo. O § 29 da lei da instituição da companhia em 1756, determinava que se demarcasse na região do Douro “aquele território que produz os verdadeiros vinhos de carregação⁶⁰¹”.

Pela carta de 28 de julho de 1757, de Sebastião José de Carvalho e Melo para o provedor da junta da companhia, foi determinado dar início às demarcações, ao mesmo tempo que se nomeava a comissão que devia levar a cabo tarefa tão árdua. A referida comissão deu começo ao seu trabalho pelo meado de setembro de 1757, tendo delimitado até ao fim desse mês a zona de feitoria que se estendia a poente do rio Corgo até Barqueiros, na margem direita do rio Douro, e toda a zona ribeirinha do mesmo rio na sua margem esquerda entre a Penajóia e Parada do Bispo. Pelo que se conclui da documentação compilada, depois de uma interrupção que compreendeu os meses de outubro e novembro, o trabalho prosseguiu no mês de dezembro de 1757. Muito provavelmente os primeiros dias do ano de 1758 foram gastos na demarcação da margem sul do rio Douro, para nascente de Parada do Bispo. Contudo, e como se depreende da carta de 20 de setembro de 1758, de Sebastião José de Carvalho e Mello para a junta da companhia, porque a comissão demarcante não tivesse cumprido fielmente as instruções que lhe foram impostas, tais demarcações foram dadas por nulas e nomeada nova comissão para, sem demora, efetivar tal trabalho. Teve essa tarefa início em 4 de outubro de 1758, prolongando-se até 29 de novembro do mesmo ano⁶⁰².

Para perpetuar e assinalar a demarcação do terreno através dos tempos, foram colocados 201 marcos de cantaria ao longo das ladeiras do país do vinho, da região vinhateira do Douro. No ano de 1759, porém, os lavradores excluídos da zona de feitoria requereram ao rei a sua inclusão em região tão apetecida. Esses requerimentos, depois de informados pela junta da companhia, subiram à aprovação de Sua Majestade que pelas resoluções então tomadas e de que tivemos conhecimento pela carta do Sr. Conde de Oeiras para a junta da companhia, de 14 de janeiro de 1760, ordenou que se efetivassem novas adições as quais se realizaram no ano de 1761⁶⁰³.

De novo a mesma comissão que em 1758 tinha procedido à demarcação, percorre a região, adicionando à feitoria todas as vinhas sempre que nelas concorressem as condições necessárias para produzirem os verdadeiros vinhos de carregação. Nesse trabalho se demoraram de 17 de abril a 4 de maio de 1761 tendo sido colocados mais 134 marcos⁶⁰⁴.

⁶⁰¹ FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. III Volume. Porto, 1951, p.283.

⁶⁰² *Idem, Ibidem.*

⁶⁰³ *Idem, Ibidem.*

⁶⁰⁴ *Idem, Ibidem.*



Fig.54 - Marco pombalino N. 22, *Feitoria 1758*, em Valdigem⁶⁰⁵. Coleção Instituto dos Vinhos do Douro e Porto - s/d; Fotografia da Casa Alvão, Porto.

No quadro que se segue apreenderemos as zonas da nossa área de estudo onde os marcos foram colocados, ou que se encontram em posse de proprietários dessa mesma região, apesar de poderem ser de outra zona da demarcação, segundo Álvaro Moreira da Fonseca e a nossa investigação de trabalho de campo.

⁶⁰⁵ Fotografia cedida por IDVP. FA23-V2009 Marco Pombalino em Valdigem, Barreiro – 76. Lugar do Barreiro, caminho do Barreiro para Alto da Portela. Acesso pela estrada 313. Carta Militar: Folha 126, Peso da Régua. Coordenadas: x 231325 y463100. Proprietário: Domínio público. Proteção: Imóvel de Interesse Público, Decreto N.º 35909 de 17-10-1946, n.º 91. Material: granito. Dimensões: 73x34x-. Inscrições: N.º 22/FEITO/RIA/1758. Campo Epigráfico (cm): 53X26. Data de demarcação: 4/11/1758. Descrição técnica: Marco de granito paralelepípedo, de remate liso, inserido no muro que ladeia o caminho público, apresentando na face principal, voltada ao caminho, a inscrição “N.º 22 FEITORIA 1758”, distribuída por quatro linhas rematada na parte inferior por um filete. A epígrafe está um pouco desgastada. Não é possível medir a profundidade por estar embutido no muro. Descrição Histórica: Vigésimo segundo marco de demarcação na costa meridional do rio Douro colocado no carreirão para a Portela de Valdigem, junto à parede da vinha do Mestre de Campo José Vicente. Álvaro Moreira da Fonseca localizou-o no lugar do Barreiro, onde ainda se encontra. Está inserido no muro do caminho público acompanhado por uma bordadura de oliveiras, junto à Quinta da Tapada. Estado de conservação: Razoável. Algumas manchas de líquenes e zona envolvente com silvado. Necessita tratamento biocida e limpeza da envolvente. *Marcos de Demarcação*. Natália Frauvelle (Coord.). IDVP (Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto). Museu do Douro. Peso da Régua, 2007, p.143.

Quadro n.º11 – Marcos pombalinos de 1758 e de 1761 - Região vinhateira do Douro – região de Lamego; e na posse de proprietários de Lamego, apesar de alguns serem de outra área da demarcação.

Marcos pombalinos - Região vinhateira do Douro – região de Lamego; e na posse de proprietários de Lamego, apesar alguns serem de outra área da demarcação.				Fontes: FONSECA, Álvaro Moreira – <i>As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro</i> . Edição do Instituto do Vinho do Porto. III Volume. Porto, 1951, pp.285-292. Investigação de campo da autora.
N.º	Lugar	Freguesia	Concelho	Nome do proprietário / Tipo de Proteção
4 Feitoria 1758	Quinta do Estremadouro (acesso pela estrada 222)	Penajoia	Lamego	Família Montenegro (2015); Imóvel de Interesse Público, Decreto N.º 35909 de 17-10-1946, n.º87.
8 Feitoria 1758	Quinta do Sol	Loureiro	Peso da Régua	Bernardo Mendia Serpa Pimentel – quinta da Pacheca (1951); José Serpa Pimentel - quinta da Pacheca (2015); Imóvel de Interesse Público, Decreto N.º 35909 de 17-10-1946, n.º12.
9 Feitoria 1758	Caminho público de Angorez para Samodães, Lugar do Marco	Samodães	Lamego	Domínio público; Imóvel de Interesse Público, Decreto N.º 35909 de 17-10-1946, n.º88.
19 Feitoria 1758	Estrada real do Douro para Valdigem, junto à vinha de João Correia da Silva, depois da barroca da Malheira (1951). Interior da Quinta de Santo António.	Valdigem	Lamego	Proprietário: Fausto Pinto Ribeiro. Herdeiros de Fausto Pinto Ribeiro (2015); Imóvel de Interesse Público, Decreto N.º 35909 de 17-10-1946, n.º 89.

	Acesso pela estrada 313 (2015)			
22 Feitoria 1758	Lugar do Barreiro, caminho do Barreiro para Alto da Portela. Acesso pela estrada 313.	Valdigem	Lamego	Junto à parede da vinha do Mestre de Campo José Vicente (1951); Está inserido no muro do caminho público acompanhado por uma bordadura de oliveiras, junto à quinta da Tapada (2015). Algumas manchas de líquenes e zona envolvente com silvado (2015); Imóvel de Interesse Público, Decreto N.º 35909 de 17-10-1946, n.º91.
26 Feitoria 1758	Lugar da Malpica. Estrada 313, desvio para a Subestação de Valdigem	Valdigem	Lamego	Proprietário: Miguel Monteiro; Propriedade de João Ramos (1951), onde ainda se encontra (2015); Proteção: Imóvel de Interesse Público, Decreto N.º 35909 de 17-10-1946, n.º 92.
49	Quinta dos Currais	Poiares	Régua	Macário de Castro – Casa das Broilhas – Lamego (1951); Herdeiros da casa das Broilhas - Lamego (2015);
84	Lugar do Estremadouro (Estrada Lamego-Rezende)	Penajoia	Lamego	-? (1951); Casa do Estremadouro, família Montenegro (2015);
85	Samodães (caminho de Angorês para Samodães)	Samodães	Lamego	? (2015)
86	Quinta de S. António	Valdigem	Lamego	Álvaro Pontes – Régua – Valdigem (1951);
87	Lugar do Tanque	Valdigem	Lamego	? (1951); 2015?

	(caminho de Valdigem para o Barreiro)			
88	Lugar do Barreiro (caminho do Barreiro para o Alto da Portela)	Valdigem	Lamego	? (1951); 2015?

Quadro-síntese da autora.

Na demarcação pombalina de 1758 foram colocados 201 marcos de cantaria e na de 1761 foram instalados mais 134, o que constitui um total de 335 marcos. Segundo Álvaro Moreira da Fonseca, somente 103, isto é menos de um terço, foram encontrados. Este autor indica-nos que muitos deles servem nos armazéns de “canteiros” ou “dormentes” aos toneis, outros são utilizados como soleiras ou padieiras de portas ou janelas; uns suportam velhos casebres (Vilarinho de S. Romão, Silhão) ou mais modestamente, estão reduzidos à condição de “pontigos” sobre pequenos veios de água (Vilarinho de S. Romão) quando não embutidos em muros, junto a estradas (Estremadouro-Penajoia) ou caminhos públicos (Vinha do Pinheiro); por vezes, encontram-se derrubados e ocultos entre matos ou, ainda, a descoberto, ao sol, em ladeiras cascalhentas (Pedregal-Fontelo)⁶⁰⁶.

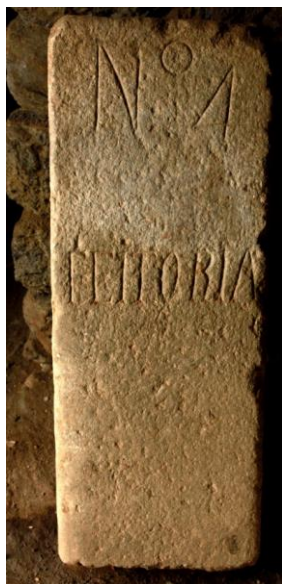
Muitos deles, por nós encontrados em trabalho de campo, estão guardados dentro de quintas, como no caso de um armazém, da casa do Estremadouro⁶⁰⁷ (marco pombalino N.º 4 Feitoria 1758), na freguesia da Penajoia; na casa da família Pinto Ribeiro (marco pombalino N.º 19 Feitoria 1758), em Valdigem; ou encostados a paredes, descontextualizados, como na quinta da Pacheca (marco pombalino “N 8 Feitoria D 1761⁶⁰⁸”); ou nos caminhos, como o que está na

⁶⁰⁶ Cf. FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. III Volume. Porto, 1951, p.284.

⁶⁰⁷ Marco Pombalino na Quinta do Estremadouro – Descrição: granito. Dimensões: 97x38x22. Inscrições: N.º 4 / FEITORIA. Campo Epigráfico: 45x33. Data da Demarcação: 4/11/1758. Descrição técnica: Marco de granito paralelepípedo, de remate liso com topo irregular, apresentando na face principal a inscrição “N.º 4 FEITORIA”, distribuída por duas linhas. Lacunas nas arestas e segmento inferior, destinado a ser enterrado, amputado com o reaproveitamento como material de construção. Descrição Histórica: Quarto marco da demarcação na costa meridional do rio Douro colocado no canto da propriedade do Abade de Tendais, António Leite Pereira, junto ao caminho do Estremadouro para Samodães. Álvaro Moreira da Fonseca encontrou-o embutido num muro da estrada Lamego-Resende no lugar do Estremadouro. Quando foram realizadas as obras de alargamento da estrada os proprietários da Quinta do Estremadouro retiraram-no, resguardando-o no interior do armazém. Estado de conservação: Bom. Acumulação de poeiras. Acesso pela Estrada 222. Carta Militar: Folha 126, Peso da Régua. Coordenadas: x222467 y464612. Proprietário: Família Montenegro. Proteção: Imóvel de Interesse Público, Decreto N. 35909 de 17-10-1946, n.º87. *Marcos de Demarcação*. Natália Frauvelle (Coord.). IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto). Museu do Douro. Peso da Régua, 2007, p.140.

⁶⁰⁸ Marco Pombalino na Quinta da Pacheca – Descrição: granito. Dimensões: 135x37x21. Inscrições: N 8/FEITO/RIA/D 1761. Campo Epigráfico: 39x32. Data de demarcação: 27/04/1761. Descrição técnica:

estrada de Angorês para Samodães (marco pombalino N.º 9 Feitoria 1758⁶⁰⁹); e na freguesia de Valdigem, que se encontra inserido num muro do caminho público, coberto de vegetação (marco pombalino N. 22, Feitoria 1758).



55



56

Fig.55 - 1 – Marco pombalino “N.º 4 Feitoria 1758”, na quinta do Estremadouro, Penajoia⁶¹⁰.

Fig.56 - Marco pombalino “N 8 Feitoria D 1761”, na quinta da Pacheca, Cambres. Fotografia da autora, 2013.

Marco de granito paralelepípedo, de remate recortado, apresentando na face principal, voltada ao caminho, a inscrição “N 8 FEITORIA D 1761”, distribuída, por quatro linhas, estando a linha superior truncada. Face posterior bastante irregular, com saliência que devia permitir o encaixe na parede. Descrição Histórica: Oitavo marco colocado na restrição da demarcação da freguesia de Loureiro em frente do caminho das Lamas, freguesia de Loureiro, junto à Quinta do Sol, pago pela viúva do Morgado de Gervide. Na década de 1990 o marco foi retirado deste lugar pela família Serpa Pimentel, aquando da venda da quinta, tendo sido transportado para a Quinta da Pacheca, da mesma família, onde foi colocado no pátio. Está em bom estado de conservação. Marco na Quinta da Pacheca. Acesso pela Estrada 1070, acessível pela Estrada 222. Carta Militar: folha 126, Peso da Régua. Coordenadas x22804 y465104. Proprietário: José Serpa Pimentel. Proteção: Imóvel de Interesse Público, Decreto N. 35909 de 17-10-1946, n.º12. *Marcos de Demarcação*. Natália Frauvelle (Coord.). IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto). Museu do Douro. Peso da Régua, 2007, p.139.

⁶⁰⁹ Marco Pombalino no caminho de Angorês para Samodães. Descrição: granito. Dimensões:103x31x24. Inscrições: N 9 / FEITO / RIA. Campo Epigráfico: 44x28. Data da Demarcação: 4/11/1758. Descrição técnica: Marco de granito paralelepípedo, de remate liso com topos arredondados, apresentando na face principal, voltada ao caminho, a inscrição “N 9 FEITORIA”, distribuída por três linhas. A epígrafe está ilegível. Lacunas na face posterior. Descrição Histórica: Nono marco da demarcação na costa meridional do rio Douro colocado na estrada de Angorês para Samodães, junto à ponte. Álvaro Moreira da Fonseca encontrou-o no lugar do Marco, caminho de S. Vicente, junto à estrada para a Quinta do Carvalho. Este marco foi deslocado do local original por volta de 2003, com o alargamento do caminho, tendo sido fixado em base de cimento e restaurado. Estado / Conservação: Mau. Encontra-se fixo numa sapata de cimento localizada à face da estrada, o que constitui um local de risco em caso de acidente. Foi lavado de forma excessiva, operação que tornou quase ilegível a inscrição original. Acesso pela Estrada 222. Carta Militar: folha 126, Peso da Régua. Coordenadas x225607 y463759. Proprietário: Domínio público. Imóvel de Interesse Público, Decreto N. 35909 de 17-10-1946, n.º88. *Marcos de Demarcação*. Natália Frauvelle (Coord.). IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto). Museu do Douro. Peso da Régua, 2007, p.141.

⁶¹⁰ Fotografia de António José Montenegro Cardoso Salvador Coelho, da família Montenegro (casa da quinta do Estremadouro), em 2015.

Devido á intervenção da Direção do Instituto do vinho do Porto, os marcos pombalinos foram, pelo Decreto n.º 35.909, de 17 de outubro de 1946, classificados como imóveis de interesse público⁶¹¹.



Fig.57 - Marco pombalino N. 19, Feitoria, em Valdigem⁶¹². Coleção Instituto dos Vinhos do Douro e Porto - s/d; Fotografia da Casa Alvão, Porto.

⁶¹¹ FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. III Volume. Porto, 1951, p.284.

⁶¹² Fotografia cedida por IDVP. FA23-V2016 Marco Pombalino em Valdigem – 79.

Marco na Quinta de Santo António. Acesso pela estrada 313. Carta Militar: Folha 126, Peso da Régua. Coordenadas: x 231171 y 462792. Proprietário: Fausto Pinto Ribeiro. Proteção: Imóvel de Interesse Público, Decreto N.º 35909 de 17-10-1946, n.º 89. Material: granito. Dimensões: 99x34x16. Inscrições: N 19/FEITORIA. Campo Epigráfico (cm): 56x38. Data de demarcação: 4/11/1758. Descrição técnica: Marco de granito paralelepípedo, de remate liso, apresentando na face principal, voltada ao pátio, a inscrição “N 19 FEITORIA”, distribuída por três linhas rematada na parte inferior por um filete. A epígrafe está bastante desgastada. A base está cortada. As faces laterais têm furação com vestígios de ferros. Descrição Histórica: Décimo nono marco da demarcação na costa meridional do rio Douro colocado na estrada real do Douro para Valdigem, junto à vinha de João Correia da Silva, depois da barroca da Malheira. Álvaro Moreira da Fonseca encontrou-o no portão da Quinta de Santo António. Com as obras da abertura da variante para Armamar, em 2003, foi retirado deste local e levado para o interior da quinta. Estado de conservação: Razoável. Algumas manchas de líquenes na área que esteve exposta ao ar livre. Necessita limpeza. *Marcos de Demarcação*. Natália Frauvelle (Coord.). IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto). Museu do Douro. Peso da Régua, 2007, p.142.

2 – As Quintas – importantes unidades de exploração vitícola

A paisagem vinhateira da região demarcada do Douro resulta de uma sábia combinação da ação do homem sobre a natureza que se prolongou ao longo de gerações. Para poder cultivar as encostas inóspitas e pedregosas, o agricultor duriense teve de criar solos desfazendo as fragas e construir muros para reter a terra. Construiu-se uma paisagem humanizada, segmentada por terraços de diferentes tipos utilizados para o plantio da vinha e ainda para outras culturas emblemáticas na região, como a oliveira e a amendoeira⁶¹³.

Os socalcos conhecidos como *pré-filoxéricos*, apresentam muros geralmente baixos, com terraços horizontais e estreitos, comportando uma ou duas fiadas de vinha não aramada. O traçado do muro acompanha as curvas de nível, resultando num desenho sinuoso. De modo a aproveitar o espaço disponível a vinha era plantada em *pilheiros*⁶¹⁴, técnica que consistia na plantação do bacelo em aberturas quadrangulares deixadas nas paredes, reservando o geio⁶¹⁵ para outras culturas, como os cereais e os produtos hortícolas⁶¹⁶.

O Douro é uma realidade indissociável da cultura da vinha com vestígios que datam de há mais de 3 mil anos (Buraco da Lapa na Bacia do Tua). Uma série de registos e de estações arqueológicas comprovam um contínuo desenvolvimento associado à cultura da vinha, que criou um sistema muito complexo e com muitas interações⁶¹⁷. Os socalcos aparecem na sistematização do terreno como uma evolução de técnicas primárias de incremento de fertilidade do solo e da redução da erosão já conhecidas, por exemplo, no Médio Oriente há pelo menos 3 mil anos⁶¹⁸. Alguns exemplos podem ainda ser vistos no Douro Superior. Consiste na colocação das pedras (a sua remoção seria sempre feita pois estorvam o trabalho na terra) em linha e com ligeira inclinação horizontal, de modo a fazer a água das chuvas perder velocidade, a depositar o seu sedimento e a impedir a erosão. Esta prática realizada repetidamente, cria um muro baixo com uma pequena quantidade de sedimento no patamar. Existem algumas variações da técnica, particularmente em lugares semidesérticos onde um ligeiro aumento da inclinação permite

⁶¹³ FAUVRELLE, Natália – Arquiteturas da Paisagem Vinhateira. Técnicas e Saber Fazer. *Arquiteturas da Paisagem Vinhateira*. Museu do Douro. Peso da Régua, 2008, p.15.

⁶¹⁴ Pilheiro – Orifício deixado no muro para plantação de vinha, deixando disponível o solo do geio para outras culturas. In FAUVRELLE, Natália e MARQUES, Susana – Glossário. *Arquiteturas da Paisagem Vinhateira*. Museu do Douro. Peso da Régua, 2008, p.173.

⁶¹⁵ Geio – Terreno entre dois muros para plantação de vinha. In FAUVRELLE, Natália e MARQUES, Susana – Glossário. *Arquiteturas da Paisagem Vinhateira*. Museu do Douro. Peso da Régua, 2008, p.172.

⁶¹⁶ *Idem, Ibidem*.

⁶¹⁷ VIEIRA, Luís – Futuro e sustentabilidade dos socalcos e da vinha na Região Demarcada do Douro. *Arquiteturas da Paisagem Vinhateira*. Museu do Douro. Peso da Régua, 2008, p.23.

⁶¹⁸ HILLEL, D. – *Out of Earth: Civilization and the Life of the Soil*. Berkley: University of California Press, 1992. In VIEIRA, Luís – *Op. Cit.*

obrigar a água a percorrer a linha de pedras (muro) em toda a extensão, aumentando assim a infiltração da água⁶¹⁹.

Sem os socalcos com muros seria impossível, com o tipo de solos existente, o tipo de rocha-mãe e a morfologia do terreno, ter a quantidade mínima de solo onde as videiras, fruteiras e outras culturas possam ser plantadas e sobreviver. A erosão naturalmente levaria todo o solo. A presença dos socalcos aparece muito associada à cultura da vinha uma vez que noutras zonas próximas, que historicamente não foram grandes produtoras de vinha, os socalcos têm menor expressão. No Douro gerou-se uma espécie de simbiose entre a vinha, o homem e os socalcos⁶²⁰.

Os socalcos pré-filoxéricos são constituídos por um conjunto de pedras sobrepostas que retêm uma determinada quantidade de terra. Não é perceptível que tenha havido uma grande mobilização na terra nem na rocha-mãe na construção do muro, além do granjeio de culturas. São geralmente baixos e de fatura pouco elaborada. Isto confere uma grande solidez ao socalco que, não havendo nenhum problema no escoamento das águas a montante, dificilmente cairá. As pedras utilizadas têm grande resistência mecânica (aquelas que naturalmente resistiram à erosão e ficaram na superfície), o peso da terra sobre o muro é mínimo e esta funciona mais como cimento do muro do que algo que o ponha em risco. O comprimento é relativamente curto o que permite linhas de escoamento sem grande acumulação de água e subseqüentes situações de erosão. Alguns socalcos são mais largos e/ou mais altos, podendo ter hortas e fruteiras e, eventualmente, poços ou minas, criando uma paisagem diversa pontuada com árvores e com um padrão de terraços, maiores ou menores em função da topografia e das condições do solo⁶²¹.

Ao longo dos séculos foram sendo aproveitados todos os metros quadrados – mesmo entre rochas – garantindo os escoamentos de água e aproveitando os pontos de água de forma a maximizar o rendimento agrícola. A parte do solo arável é escassa. É natural que o aproveitamento da mesma cultura, ao longo do tempo, tivesse conduzido a algum esgotamento. As castas das vinhas utilizadas eram as mais diversas. O mesmo conceito de diversificar estava patente na colocação de árvores de fruto de diferentes espécies e na prática de outras culturas associadas, bem como no facto de haver a fragmentação da propriedade com o objetivo de diminuir o risco. Como em todos os tipos de investimento convém distribuir o risco e isso é evidente na cultura da vinha duriense pré-filoxera. Por outro lado, a biodiversidade é uma garantia de maior resistência a doenças, pragas e fenómenos climáticos, assegurando assim uma produção mínima⁶²².

⁶¹⁹ MAZOR, E. – *Millennia of sustained desert agriculture in the Central Negev versus highly preserved ecosystems inside the makhteshi*, 2001. In VIEIRA, Luís – *Op. Cit.*

⁶²⁰ VIEIRA, Luís – *Op. Cit.*, p.24.

⁶²¹ VIEIRA, Luís – *Op. Cit.*

⁶²² VIEIRA, Luís – *Op. Cit.*

No que diz respeito ao modelo de granjeio ele era feito de modo a adicionar matéria orgânica no solo através da incorporação da vegetação herbácea de primavera, ao mesmo tempo que se controlavam as infestantes, garantindo assim a manutenção dos níveis de matéria orgânica. Este tipo de socalcos, as castas e a sua diversidade, e o modo de granjeio é que estão na génese do *terroir* Douro e dos vinhos do Porto e do Douro⁶²³.

Após a devastação provocada no território pela filoxera, os modelos antigos de construção de muros foram abandonados. Uma grande parte das vinhas mortas não foi reconvertida dados os elevados custos de um novo plantio. Os socalcos abandonados, conhecidos como *mortórios*⁶²⁴, foram invadidos por espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas características da região. Outros foram recolonizados por olival ou amendoal e, mais raramente, por porta-enxertos americanos enxertados com videiras das castas autóctones⁶²⁵.

O sistema adotado com a filoxera consistia na construção de terraços largos, o que exigia uma menor quantidade de muros. Estes são mais altos e largos, sendo desenhados segundo um traçado retilíneo. Muros mais fortes permitem a sustentação de mais terra, possibilitando a plantação de 20 a 40 ou mais fiadas de videiras, conduzidas por arames suportados por esteios de xisto. Este tipo de terraceamento apresenta algumas variações conformes à inclinação do terreno, à habilidade dos pedreiros e mesmo à qualidade da pedra. As técnicas de construção empregues aplicam conhecimentos transmitidos de geração em geração, sendo genericamente os mesmos que se utilizam na reconstrução feita na atualidade⁶²⁶.

Durante o levantamento do muro podem ser criadas barbacãs ou *copeiros*⁶²⁷, aberturas quadrangulares que permitem a drenagem das águas pluviais. Em alguns casos são acompanhadas de uma pedra saliente que funciona como goteira, evitando que a água esorra pelo muro, infiltrando-se e causando a sua degradação. Um outro modo de evitar a acumulação excessiva de água nos terrenos é através de *gateiras* ou canais de condução de águas que dirigem os caudais em excesso para ribeiros ou para tanques de reserva onde poderão ser utilizadas mais tarde. Estes canais, muitas vezes murados, podem ser abertos diretamente na rocha, sem qualquer acabamento, ou possuir um fundo empedrado⁶²⁸.

A circulação entre os diferentes muros é feita através de rampas ou escadas. Estes elementos podem ser levantados dentro da própria parede, retirando-lhe espessura, ou ser adossados a esta,

⁶²³ VIEIRA, Luís – *Op. Cit.*, p.25.

⁶²⁴ Mortórios – Terra de vinha em socalcos que foi abandonada após a devastação filoxérica. São terrenos normalmente ocupados por vegetação arbustiva ou mata densa, podendo também ser aproveitados para o plantio de olival. In FAUVRELLE, Natália e MARQUES, Susana – Glossário. *Arquiteturas da Paisagem Vinhateira*. Museu do Douro. Peso da Régua, 2008, p.172.

⁶²⁵ FAUVRELLE, Natália – *Arquiteturas da Paisagem Vinhateira. Técnicas e Saber Fazer. Op. Cit.*

⁶²⁶ FAUVRELLE, Natália – *Arquiteturas da Paisagem Vinhateira. Técnicas e Saber Fazer. Op. Cit.*

⁶²⁷ Copeiro – Termo regional utilizado para designar as goteiras abertas nos muros de vinha para escoamento das águas pluviais. In FAUVRELLE, Natália e MARQUES, Susana – Glossário. *Arquiteturas da Paisagem Vinhateira*. Museu do Douro. Peso da Régua, 2008, p.171.

⁶²⁸ FAUVRELLE, Natália – *Arquiteturas da Paisagem Vinhateira. Técnicas e Saber Fazer. Op. Cit.*, p.17.

o que implica a construção de um muro suplementar. Os degraus são formados por blocos inteiros ou por pedra aparelhada com capeamento. No caso das rampas, o calcetamento é feito com *xisto metido a cutelo*⁶²⁹, tipo de calçada em que o xisto é inserido na terra verticalmente o que permite travar a descida, facilitando a circulação de pessoas e animais. O uso de lajes é pouco usual já que a superfície polida do xisto dificulta os movimentos. Uma outra forma de construir escadas, as escadas de *salta-cão* ou *salta-cabras*, consiste na colocação de lajes transversais na parede, deixando uma parte saliente que formará cada degrau da escada. Cada laje fica com uma maior superfície no interior do muro para poder dar estabilidade à estrutura⁶³⁰.

Além dos muros de suporte para a vinha, a construção da paisagem vinhateira duriense inclui outro tipo de arquiteturas essenciais para o desenrolar da atividade agrícola, como os abrigos. São estruturas construídas na vinha destinadas a albergar as alfaias agrícolas, podendo ser embutidas na própria espessura do muro. Como o espaço disponível nesta solução é menor, muitas vezes a construção é autónoma. Criam-se pequenas cabanas de formato variado, que se implantam no terreno adaptando-se ao declive. Possuem apenas uma porta, sendo a cobertura feita com lajes de xisto ou telha de barro, variando o tipo de aparelho de acordo com a pedra disponível. É o equilíbrio entre a morfologia acidentada e o sistema construtivo e produtivo das arquiteturas da paisagem que conferem a qualidade e a especificidade paisagística à região demarcada do Douro e que a torna única e irrepetível⁶³¹.

Os socalcos pós-filoxéricos ao criarem um novo modelo, deram origem também a um novo *terroir* diferente do que existia. Não foi possível observar nem reportar as alterações que aconteceram nas castas e no vinho, uma vez que este modelo esteve associado à replantação com porta-enxertos – o que é também uma grande mudança no processo cultural –, nomeadamente na plasticidade das castas relativamente ao solo e nas próprias castas que passam a ser enxertadas. Infelizmente não há registos que nos informem, com fidelidade, quais as alterações que aconteceram no vinho e nas castas. Também nunca foram realizados estudos comparativos das vantagens e desvantagens entre os muros pré e pós-filoxéricos e os seus efeitos na qualidade dos vinhos⁶³².

O modelo pós-filoxérico exigia uma capacidade financeira e um esforço de surriba incomparavelmente maiores, mas que permitia a plantação da vinha com mais videiras e uma produção de vinho bastante mais elevada. Como o vinho remunerava bem os produtores, foi possível substituir grande parte dos socalcos. Com o conseqüente aumento de produção, o novo

⁶²⁹ Xisto metido a cutelo – Termo regional para a técnica de colocação das pedras de xisto a pino, normalmente utilizada no capeamento do muro. Também pode ser empregue no meio das paredes para lhe conferir maior solidez. In FAUVRELLE, Natália e MARQUES, Susana – Glossário. *Arquiteturas da Paisagem Vinhateira*. Museu do Douro. Peso da Régua, 2008, p.174.

⁶³⁰ FAUVRELLE, Natália – *Arquiteturas da Paisagem Vinhateira. Técnicas e Saber Fazer. Op. Cit.*

⁶³¹ FAUVRELLE, Natália – *Arquiteturas da Paisagem Vinhateira. Técnicas e Saber Fazer. Op. Cit.*, p.18.

⁶³² VIEIRA, Luís – *Op. Cit.*, p.26.

modelo foi dado por superior ao antigo. Em geral, os conjuntos de socalcos pós-filoxéricos são excelentes obras de engenharia que representam a paisagem duriense. As grandes quintas, junto ao Douro, correspondem aos locais em que os proprietários tinham maior capacidade financeira e que, com a construção de terraços monumentais, obtinham também maior visibilidade⁶³³. Este modelo, que teve grande sucesso, seria hoje impossível de realizar com custos aceitáveis pois baseia-se no uso intensivo de mão de obra barata para desfazer e partir a pedra e construir os muros, muita da qual veio de fora da região.

Originou também imitações com o aproveitamento de muros preexistentes, de melhor qualidade ou dimensões, em surribas e plantações a eito, com grandes densidades de plantação e maiores produções. Esta ocupação do solo, com grande densidade, impede uma maior erosão à qual esta sistematização seria suscetível sem uma quantidade tão elevada de plantas. Outras soluções intermédias entre o muro pré e pós-filoxérico foram realizadas, levando à destruição de parcelas com muros pré-filoxéricos nas zonas mais aptas para a produção de vinho que, por esta razão, foram sendo replantadas. Estes sistemas não permitiam a mecanização. Foram mantidos enquanto o custo e a disponibilidade da mão de obra não constituíram um problema. Nos finais do século XX tornou-se obrigatória a mecanização, sendo também necessários outros métodos⁶³⁴. Foi desenvolvida a sistematização em patamares com o recurso a buldózer⁶³⁵

É nesta paisagem vinhateira peculiar, específica que surgem as quintas, em contexto rural, nas freguesias ribeirinhas com o rio Douro, na freguesia de Cambres, de Samodães, de Penajoia e na união das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, sendo esta última, áreas geográficas do nosso estudo.

O vocábulo quinta procede do português arcaico *quintã* que, segundo Alberto Sampaio, juntamente com outras formas de propriedade, como o casal, derivou da desagregação da *Villa* romana, sendo composta por habitações, pomares, terras, soutos, vinhas, etc. Uma hipótese proposta por este autor aponta para que *quintã* possa proceder da divisão romana de Cardo/Decumanos, sendo esta a quinta parcela. Este tipo de divisão pode ter sido aplicado à *villa* resultando a quinta de uma forma de agrimensura agrária⁶³⁶.

O “casal” também deriva da *villa* romana, distinguindo-se da “quinta” por ser um prédio rústico não nobre e pelo seu tamanho inferior. A sua designação inicial está ligada à habitação isolada do trabalhador romano (*casarii*), que depois passa a designar também a terra que este

⁶³³ VIEIRA, Luís – *Op. Cit.*, p.27.

⁶³⁴ PONI, Stefano – “Mechanization and terroir, are they compatible?” *Practical Winery Vineyard Magazine*. May/June, 2006. In VIEIRA, Luís – *Op. Cit.*

⁶³⁵ Cf. VIEIRA, Luís – *Op. Cit.*

⁶³⁶ SAMPAIO, Alberto – *As vilas do norte de Portugal*. Separata da Revista “Portugalia”. Imprensa Moderna. Porto, 1903, p.62. In FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Quintas do Douro. As Arquiteturas do vinho do Porto*. Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1999, p.7.

trabalha⁶³⁷. A quinta controlava diversos casais, dela dependentes, sendo composta por “grandes casas de habitação, por vezes com várias divisões, eventualmente mesmo uma torre⁶³⁸”. Alguma documentação medieval faz referência a “quinta com seus casais” ou “casais que a ela rendem”, o que demonstra que a quinta tinha uma função administrativa, ficando o seu dono superintendente das restantes parcelas⁶³⁹. Por outro lado, a designação *quintã* também parece estar diretamente ligada ao terreno onde se situavam as casas do senhor e os terrenos que eram cultivados sob a sua orientação direta⁶⁴⁰.

Muitas vezes o próprio termo “casal” englobaria, implicitamente, o conjunto dos elementos próximos da casa de morada⁶⁴¹. Este parece ser, aliás, o sentido primordial da palavra, cuja etimologia, remete para “o que é relativo à casa”. Na documentação do Entre-Douro-e-Lima, para o qual temos o estudo de André Marques Evangelista⁶⁴², o termo ocorre na aceção restrita de “casa rural e construções adjacentes” ou de “terreno apto a ser edificado”, podendo até aparecer, num mesmo documento, como sinónimo de “casa”. Aliás, segundo Garcia de Cortázar, ao contrário da palavra “hereditas”, que sublinha os aspetos da sucessão patrimonial familiar, os diversos termos que, sobretudo a partir do século XI, designam unidades familiares de exploração na documentação peninsular (“casal”, “solar”, “mas”) “aportan la idea sustancial de espácio concreto, de territorio preciso, de domicillio. Su primer valor es por ello, sin duda, el casa. Pero, en seguida, adquire outro complementario: el de unidad de exploración que une casa y campos de cultivo, a la medida de la pequeña célula conyugal⁶⁴³”.

É claro que a casa desempenha um papel vital na articulação do conjunto, cuja viabilidade assenta precisamente na interdependência entre vários tipos de componentes e entre as várias formas de exploração económica que convergem nestas unidades. Contudo, o funcionamento da estrutura está longe de ser linear. Aliás, é sabido como as explorações camponesas podem

⁶³⁷ SAMPAIO, Alberto – *Op. Cit.*, p.59.

⁶³⁸ GONÇALVES, Iria – *O Património do mosteiro de Alcobça nos séculos XIV e XV*. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1989, pp.168-183. Esta autora também partilha a opinião de Alberto Sampaio acima referido. In FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Quintas do Douro. As Arquiteturas do vinho do Porto*, p.7.

⁶³⁹ Cf. GONÇALVES, Iria – *Op. Cit.*, p.180; AMARAL, Luís Carlos Ferreira de – *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV*. Edição Cosmos, Lisboa, 1994, pp.50-51. In FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Quintas do Douro. As Arquiteturas do vinho do Porto*, p.7.

⁶⁴⁰ RIBEIRO, Luís Paulo Almeida Faria – *Quintas do Concelho de Lisboa: inventário, caracterização e salvaguarda*. UTL/ISA. Lisboa, 1992, p.4. In FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Quintas do Douro. As Arquiteturas do vinho do Porto*, p.7.

⁶⁴¹ O mesmo acontece na documentação leonesa com o termo “solar”, sobretudo no século XII (AYALA MARTÍNEZ, 1994 – *Relaciones de Propiedad y estructura económica del Reino de León: los marcos de la producción agraria y el trabajo campesino (850-1230)*, p.313. In MARQUES, André Evangelista – *O Casal: uma organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Dissertação de Mestrado no âmbito do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento. Departamento de História. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2006, p.179.

⁶⁴² MARQUES, André Evangelista – *Op. Cit.*

⁶⁴³ GARCIA DE CORTÁZAR – *La sociedad rural en la España medieval*. Siglo Veintiuno Editores. Madrid, 1990, p.53. In MARQUES, André Evangelista – *Op. Cit.*, p.180.

oscilar entre o “agrupamento temporário de parcelas”, que confere ao núcleo central uma proeminência/permanência indiscutíveis, e o “conjunto indissociável⁶⁴⁴”.

Durante a Idade Média, uma significativa quantidade de terrenos fazem parte do património das ordens monásticas, estando a zona em estudo (região demarcada do Douro) sob a influência dos conventos de S. João Batista de Tarouca e de Santa Maria de Salzedas. O esquema de exploração da propriedade adotado para a grande maioria dos seus bens foi o da exploração indireta, entregando as quintas e os casais a rendeiros que se encarregavam de os enriquecer e trabalhar os seus campos⁶⁴⁵.

Natália Fauvrelle nos seus estudos encontrou um caso para o qual é possível documentar a aplicação deste esquema. Trata-se da quinta do Paço do Monsul, foreira ao mosteiro de Salzedas, em cujos prazos encontrou, além da descrição da quinta propriamente dita, a enumeração de diversas vinhas, olivais, etc., adjacentes à quinta mas com outros donos, todos obrigados a entregar os foros na quinta do Monsul, também referenciada como granja. O termo *granja* encontra-se mais associado a reserva senhorial⁶⁴⁶, diretamente explorada pelo senhor. Tal facto, juntamente com o nome por que ficou conhecida a quinta (Paço do Monsul), reforça a opinião que o termo “quinta” surgiu para designar a reserva senhorial que desde a época romana é referenciada como *palatium* ou *palatiolum* (paço ou paçô), segundo Alberto Sampaio, termo que designava a morada do proprietário da *villa* e que se vai conservar no vocabulário das camadas populares.

Nos casos por nós estudados, encontramos outro, para o qual também é possível aplicar um esquema idêntico ao referido. Trata-se da quinta da casa dos Varais, na freguesia de Cambres, propriedade de Múnia Esteves, de seus filhos e filhas (século XII), que a vendeu aos frades do Mosteiro de S. João de Tarouca (Ordem de Cister), através de escritura em 1142⁶⁴⁷. Nesta propriedade plantaram os monges os primeiros vinhedos do Douro, com castas trazidas da Borgonha. É natural que a exploração desta quinta tenha sido semelhante à do Paço do Monsul. O arquivo da quinta da casa dos Varais encontra-se disperso por vários membros da família alargada. A casa sofreu uma forte devastação com as invasões francesas, e com um incêndio nos anos 40 do século XX, que destruiu muito do seu património/espólio. Por estes motivos não nos é possível documentar a exploração da mesma, ao longo do tempo, através dos seus rendeiros.

Durante a época Moderna a divisão da propriedade deve ter ganho contornos menos rígidos, passando a existir mais unidades independentes, generalizando-se o termo “quinta”. Estas foram

⁶⁴⁴ DURAND, Robert - *Les Campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XIIIe et XIIIe siecles*. F.C.G. – Centro Cultural Português. Paris, 1982, p.339. In MARQUES, André Evangelista – *Op. Cit.*, pp.229230.

⁶⁴⁵ In FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Op. Cit.*, p.8.

⁶⁴⁶ Cf. GONÇALVES, Iria – *Op. Cit.*, 1989, pp.177-178; AMARAL, Luís Carlos Ferreira de – *Op. Cit.*, 1994, p.50. In FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Op. Cit.*, p.8.

⁶⁴⁷ CARDOSO, Altino Moreira – *A Magna Carta da História do Vinho do Porto. Escritura de Cister (1142)*. Mem Martins: Amadora-Sintra. 1ª Edição, setembro de 2012.

adquiridas pela pequena nobreza ou por burgueses endinheirados⁶⁴⁸ que desta forma tornavam visível o seu estatuto social, que não seria evidente com a posse de um mero casal. Podemos dizer que é possível entender a quinta como um fenómeno social uma vez que irá ser associada a um determinado estatuto.

Importa, apesar dos casos referenciados, tentar explicar o que é uma “Quinta”, ou seja, o que esta expressão define, na atualidade, já que o seu significado é diferente de região para região. No Entre-Douro e Minho, quinta é uma propriedade por vezes de dimensão territorial reduzida, à qual no Douro vinhateiro se dá o nome de “quintal”. Em terras durienses o qualificativo de quinta é reservado às propriedades vitícolas de dimensão variável, mas abrangentes de territórios de considerável extensão. No Douro o conceito de quinta implica igualmente a presença na propriedade de edificações para residência do proprietário (casa grande), do caseiro, do feitor e alguns casos de alguns trabalhadores rurais, bem como estruturas vinárias e de armazenamento dos vinhos⁶⁴⁹.

No presente a quinta pode ser interpretada como uma unidade de exploração agrícola, neste caso específico, vocacionada para a vitivinicultura, onde se integram casa de habitação e estruturas de apoio à atividade agrícola e, em especial, vitivinícola. É assim uma forma de organização do território, cuja estrutura traduz uma estratégia implementada pelo homem, ao longo dos séculos, em harmonia com o meio ambiente. É um testemunho vivo de uma realidade agrária que importa conservar, pelos seus valores culturais e memorativos. Trata-se de uma unidade territorial, um fenómeno histórico, social e patrimonial⁶⁵⁰.

Assim nesta perspetiva debruçamo-nos sobre algumas destas unidades de produção vitivinícola que têm pelas suas linhagens genealógicas e heráldicas, um passado relevante, e que são espaços emblemáticos desta região. Outro critério para esta seleção foi a procura da existência de documentação que servisse de apoio ao estudo. Mas, a investigação nos arquivos da região, nomeadamente no arquivo distrital de Viseu, no arquivo distrital de Vila Real, no arquivo da Câmara Municipal de Lamego revelou-se infrutífera. Muitas das quintas não possuíam qualquer arquivo familiar ou quando existia, este estava disperso por vários membros da família alargada. A maioria das vezes também, nenhum deles se encontrava organizado.

Constam do quadro n.º18 (seguinte), as quintas com óbvia vocação vitivinícola que referenciamos como casos exemplares. Trata-se de uma amostragem, na impossibilidade de abordar todo o seu universo, na área geográfica incluída no âmbito desta investigação. Estas quintas por nós seleccionadas, estiveram integradas na área das demarcações pombalinas do

⁶⁴⁸ RIBEIRO, Luís Paulo Almeida Faria – *Op. Cit.*, 1992, p.5. In FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Op. Cit.*, p.8.

⁶⁴⁹ CARDOSO, António Barros, SILVA, Francisco Ribeiro da – *Porto do Vinho – Port of Wine*. Civilização Editora. Porto, 2007, p.100. In CARDOSO, António Barros, e TRILHO, Sílvia – *Quintas Históricas do Douro – Um Património a Preservar e a Valorizar. Atas do 3.º Congresso Internacional Casa Nobre um Património para o Futuro*. Município de Arcos de Valdevez. 2013, p.748.

⁶⁵⁰ FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Op. Cit.*, p.9.

Douro vinhateiro de 1758, e na das demarcações Marianas ou subsidiárias da primordial. Este foi um dos critérios a que obedecemos, dada a sua história vitivinícola. Outro fator de seleção foi o facto de estarem ligadas (á exceção de uma delas) aos monges cistercienses do Mosteiro de S. João Batista de Tarouca e de Santa Maria de Salzedas. Trata-se de dois mosteiros masculinos da Ordem situados no vale do Douro, afastados entre si, por uma distância não superior aos cinquenta quilómetros, facto que evidencia uma enorme pressão cisterciense em relação aos concelhos envolventes. Dentro da diversidade dos tipos de exploração ou interesses económicos do mosteiro distinguem-se três grandes grupos de propriedades: o couto monástico; as granjas que estão diretamente ligadas com os espaços de análise por nós escolhidos; e as terras aforadas.

As granjas são propriedades situadas no exterior do couto monástico, centros de exploração agrícola de dimensões variáveis. São compostas, geralmente, por uma série de doações iniciais nas quais se incorporam terras anexas, formando uma propriedade suficientemente grande para ser foco das mesmas transformações que se operam no couto monástico. É certo, porém, que as granjas procuravam uma diversidade de produtos, segundo as características do terreno onde estavam instaladas⁶⁵¹.

S. João de Tarouca é, talvez, o caso mais representativo de um mosteiro possuidor de granjas/propriedades de grandes dimensões situadas bastante longe do centro monástico, ainda que os demais possuam propriedades que, se bem que menores, estavam também distanciadas do centro abacial. É o caso de Salzedas, que possuía, por exemplo, vinhas em Mateus, junto a Vila Real⁶⁵².

A maior parte das vezes, as granjas construíram-se nas cercanias do mosteiro, compreendendo por vezes distâncias maiores, como a de cerca de um dia de viagem (ida e volta), referida nos estatutos dos capítulos de 1178 e 1278. Armamar, Cambres, o atual concelho de Tarouca, bem como os arrabaldes e mesmo algumas freguesias de Lamego, eram os pontos fulcrais das possessões dos mosteiros de Tarouca e de Salzedas devido, em todos os casos, a uma primitiva doação (ou várias) aumentada (s) com uma inteligente política de compra e escambo de terras de pequena dimensão⁶⁵³.

É de destacar, a “rivalidade” entre Salzedas e Tarouca em relação à posse de um maior número de terras possível. Nesta questão, a situação é, desde o início anómala, pois a distância entre as duas abadias, embora pequena, está de acordo com as normas da Ordem (cerca de sete

⁶⁵¹ RODRIGUEZ, José Ignacio De La Torre – Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro. *Cister no Vale do Douro* (Coord. Geraldo Coelho Dias, OSB; Luís Miguel Duarte). GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto. Edições Afrontamento, Lda., 1999, p.143.

⁶⁵² REIS, Frei Baltasar dos – *Livro da fundação do Mosteiro de Salzedas*, por Frei Baltasar Dos Reis. Editado por José Leite de Vasconcelos. Imprensa nacional. Lisboa, 1934, pp.77-86-179. In RODRIGUEZ, José Ignacio De La Torre – Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro. *Cister no Vale do Douro*. 1999, p.154.

⁶⁵³ *Idem, Ibidem*.

quilómetros), o que pressuporia a repartição de terrenos e uma boa vizinhança entre ambos os cenóbios.

Uma das primeiras medidas tomadas pelos capítulos em meados do século XII foi a de fixar uma distância conveniente entre as granjas de diversos mosteiros de forma a evitar discussões e pleitos. Por isso, estabeleceu-se que cada granja distasse pelo menos duas léguas de uma outra de um mosteiro diferente. Tal normativa acabou por se tornar inviável para Tarouca e Salzedas, não porque não se tentasse evitar hipotéticos conflitos, mas antes pelo facto de, em muitos casos, serem os próprios doadores que repartiam a doação entre ambos os mosteiros⁶⁵⁴.

Ligado às granjas e à atividade comercial da Ordem estava o vinho, este sempre obteve um papel preponderante dentro da legislação cisterciense, pois era o produto mais lucrativo⁶⁵⁵. A Ordem de Cister teve um papel fundamental no Douro, através destes dois mosteiros, no desenvolvimento agrícola da região, na expansão da vitivinicultura e no comércio de vinhos para o Porto.

Santa Maria de Salzedas, S. João Batista de Tarouca, S. Pedro e S. Paulo de Arouca, assim como S. Pedro das Águias e Santa Maria de Aguiar, fazem parte integrante de um segundo núcleo de localização e implantação de mosteiros na região a sul do Douro, desde o litoral até à fronteira, a leste, contraposta a uma primeira região, ou núcleo, concentrado na zona do Minho/Gerês, formado pelas abadias de Santa Maria do Bouro, Santa Maria de Ermelo, Santa Maria de Fiães e Santa Maria das Júnias⁶⁵⁶.

Os monges cistercienses influenciaram a construção da paisagem a partir das imensas propriedades de que eram detentores entre Lamego e a foz do rio Varosa, fronteira à Régua⁶⁵⁷. Algumas quintas que os monges votaram então à exploração vitícola ainda hoje persistem nessa atividade vinhateira, mesmo que, à exceção dos topónimos, pouco ou nada aí evoque a memória das suas origens medievais⁶⁵⁸. Tal é o caso de três das quintas por nós escolhidas: quinta da Pacheca, quinta do Paço do Monsul e quinta dos Varais.

Três destas quintas (quinta da Pacheca, quinta do Paço do Monsul e quinta dos Varais, situadas na freguesia de Cambres), encontram-se incluídas no Alto Douro Vinhateiro - região demarcada do Douro. No entanto necessitam todas elas (estas, e a quinta das Brolhas, na freguesia de Valdigem) de serem inseridas em legislação adequada que as salvasse. Propomos neste estudo a sua classificação/grau de proteção, o que lhes daria o estatuto de Imóvel de Interesse Público. Elas constituem-se como conjuntos com valor tipológico,

⁶⁵⁴ *Idem, Ibidem*, p.155.

⁶⁵⁵ *Idem, Ibidem*, p.170.

⁶⁵⁶ Cf. TEIXEIRA, R., TEIXEIRA, V., DE LA TORRE, J.I. - *Cister no Vale do Douro: estudo preliminar*. Separata das Atas do II Congreso Internacional sobre El Cister en Galicia Y Portugal. Ourense, 1998, pp.222-223.

⁶⁵⁷ MANSILHA, Armando – *Alto Douro Vinhateiro. Património Mundial*. Notícias do Douro. Peso da Régua, 2002, p.153.

⁶⁵⁸ PEREIRA, Gaspar Martins – Em busca de Cister no Vale do Douro. *Cister no Vale do Douro*. 1999, p.12.

estilístico, histórico que se singularizam nas suas edificações. Os seus elementos estruturais e as suas características arquitetónicas deverão ser patrimonialmente preservadas.

Quadro n.º18 - Quintas do Douro – Lamego – freguesias de Cambres e Valdigem

Quintas do Douro – Lamego – freguesias de Cambres e Valdigem
*QUINTA DAS BROLHAS – Instituição de morgadio no séc. XVIII – freguesia de Valdigem. Grau de proteção inexistente, a nível legislativo.
*QUINTA DA PACHECA – Emprazamento ao Mosteiro de S. João Batista de Tarouca (1551); emprazamento ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (1659) – freguesia de Cambres. Incluída no Alto Douro Vinhateiro - região demarcada do Douro.
QUINTA DO PAÇO DO MONSUL – Terras do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas; (antiga granja) emprazamentos do Mosteiro a particulares sucessivos entre 1331 a 1834 – freguesia de Cambres. Incluída no Alto Douro Vinhateiro - região demarcada do Douro.
*QUINTA DOS VARAIS – Escritura de compra (1142) de uma herdade na foz do Varosa, nos Varais, pelos cistercienses do Mosteiro de S. João Batista de Tarouca - freguesia de Cambres. Incluída no Alto Douro Vinhateiro - região demarcada do Douro.
Observações: Todas estas quintas estiveram integradas na área das demarcações pombalinas do Douro vinhateiro de 1757, 1758, assim como pelas demarcações Marianas ou subsidiárias da primordial. *Projeto de turismo vinícola (atualidade). Três destas quintas (quinta da Pacheca, quinta do Paço do Monsul e quinta dos Varais) estão incluídas no Alto Douro Vinhateiro - região demarcada do Douro. Nenhuma delas está integrada na legislação/grau de proteção enquanto Imóvel de Interesse Público.

Quadro-síntese da autora.

3 – Quatro casos exemplares

A quinta das Brolhas (freguesia de Valdigem)



Fig.58 – Vista aérea da quinta das Brolhas (á direita). Fotografia da autora.



Fig.59 – Casa, capela e armazém vitivinícola da quinta das Brolhas. Fotografia da autora.

A quinta das Brolhas é formada por duas propriedades com o mesmo nome, uma na margem direita do rio Douro, junto à Régua, outra na margem esquerda, em Valdigem, onde se situa a casa de habitação do século XVII⁶⁵⁹, com capela do princípio do século XVIII, e a adega

⁶⁵⁹ Data conjectural.

com lagares de granito. É nesta zona de Valdigem que se faz a vinificação conjunta das duas propriedades. A casa e as propriedades da quinta estão na posse da família do atual proprietário, Macário de Castro Pereira Coutinho, desde a fundação⁶⁶⁰.

A propriedade da quinta, situada em Valdigem tem dois acessos. Um no meio da povoação, pela via pública, dando para a fachada principal da casa e da capela, bem assim como para um jardim e horta. O outro acesso dá-se através de caminho sinuoso, por uma portada, que dá para a zona da adega, dos lagares e áreas de exploração vitivinícola.

Estando na posse de particulares, o seu atual proprietário tem ligações familiares à casa das Brolhas (Almacave e Sé), à casa/quinta dos Varais (Cambres), e a outras casas de Lamego. O primeiro dono da quinta das Brolhas de que temos referência é o reverendo Dr. Manuel Moreira Rebelo, cónego da Sé e governador do bispado de Coimbra, que erigiu a capela da casa, e a doou a seu primo Luís Rebelo de Carvalho Albergaria, para ele e seus descendentes possuidores do vínculo por ele instituído em janeiro de 1739, conforme inscrição em lápide epigrafada no interior da capela da casa:

“ESTA CAPELLA ERIGIO EDOTOV
ORº D.º MANOEL MOREYRA REBELO
CON º NA SE ECDºV DO BISPD.º DECO
IMBRA.
E A DOOV. A SEV PRº LVIS REBELO
DE CARVALHO ALBERGARIA, Pª EL
LE ESEOS DECENDENTES PSSVI
DORES DO VINCOLLO PORELLE INS
TITVIDO. EM IANEIRO DE 1739”.

Esta quinta esteve inserida na região demarcada pombalina, no Douro vinhateiro de 1758, com capacidade para produzir vinhos de 10\$500 reis⁶⁶¹. Nas demarcações do ano de 1761, continua na delimitação, com capacidade para produzir os mesmos vinhos⁶⁶².

A quinta não possui arquivo familiar. A partir da doação do vínculo de morgadio, em 1739, esta foi transmitida por testamento aos herdeiros de Luís Rebelo de Carvalho Albergaria, até à época oitocentista (abolição da lei dos morgadios).

Por morgadio, entendemos o conjunto de bens agregados, indivisíveis, inalienáveis e em alguns casos intangíveis, formado e disposto por documento jurídico, sujeito a uma sucessão definida pelo instituidor – geralmente assente em normas de transmissão agnática –

⁶⁶⁰ Depoimento de Macário de Castro Pereira Coutinho.

⁶⁶¹ Cf. Mapa das demarcações no ano de 1758, de Álvaro Moreira da Fonseca. FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. 2.º Volume, 1950, p.305.

⁶⁶² Cf. Mapa das Demarcações no ano de 1761, de Álvaro Moreira da Fonseca. FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. 3.º Volume, 1951, p.341.

privilegiando, entre herdeiros, o sexo masculino sobre o feminino. De caráter ao mesmo tempo jurídico e institucional, como frisava Armando de Castro⁶⁶³, somos impelidos a vincar uma referência que faz Maria de Lurdes Rosa – num dos pioneiros e raros estudos sobre os modelos e práticas do morgadio em Portugal –, ao analisar a literatura doutrinária que se debruça sobre vínculos nos séculos XVI-XVII, chamando-lhes “organismos vivos⁶⁶⁴”. De facto, como bem realçou a autora, traçando o caminho do morgadio na historiografia portuguesa e ibérica, o morgadio passou de uma “imagem viva” a “tomadas de posição” motivadas por um discurso ora legalista, ora político⁶⁶⁵. Chega aos nossos dias ainda espartilhado por um colete de forças jurídico, herdeiro de uma discussão de puristas do direito.

A fundação do vínculo desta casa/capela por um clérigo revela-nos o espaço onde foi alicerçado. O que poderemos deduzir do reverendo Manuel Moreira Rebelo cónego da Sé e governador do bispado de Coimbra e da instituição que outorga? Antes de mais que não se afasta muito do perfil dos homens do seu tempo, sejam eles os seus pares que acorrem à instituição de vínculos e capelas com intenções bem definidas, uma delas bem expressa nesta e noutras fundações, a “imposição de um determinado código de valores para a representação da família”, como conclui Maria de Lurdes Rosa⁶⁶⁶.

A integração da área da quinta nas demarcações pombalinas e marianas ou subsidiárias da primordial deu-lhe um carácter ainda mais acentuadamente vitivinícola de engrandecimento, quando comparadas com outras que ficaram excluídas e terá outorgado relevo ao vínculo.

Uma vez instituído o morgadio, à casa acorriam os procuradores dos senhorios, inquirindo sobre foros e prazos; os devedores, pagando créditos, os caseiros trazendo pagas ou colheitas. Há todo um espaço de sociabilidade e distinção, guardião de uma memória escrita jurídica,

⁶⁶³ CASTRO, Armando de – “Morgados”. SERRÃO, Joel (coord.). *Dicionário de História de Portugal*. Volume 4. Editora Figueirinhas. Porto, s/d., p.345. In MENDES, Nuno Resende – *Vínculos quebrantáveis. O Morgadio de Boassas e suas relações. Séculos XV – XVIII*. Dissertação de Mestrado em Estudos Regionais. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2005, p.10.

⁶⁶⁴ ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal, séculos XIV – XV*. Editorial Estampa. Lisboa 1995, P.24. In MENDES, Nuno Resende – *Op. Cit.*, p.11.

⁶⁶⁵ ROSA, Maria de Lurdes – *Op. Cit.*, pp.23-31. Como refere Jean Pierre Dedieu o morgadio tem sido ignorado no seu aspeto simbólico e social. Cf. DEDIEU, Jean Pierre – “Familles, majorats, réseaux de pouvoir. Extrémadure, XVe – XVIIIe siècles”. Dedieu et Castellano, Réseaux, familles et pouvoirs. Paris, CNRS Editions, 1998, P.112. In MENDES, Nuno Resende – *Op. Cit.*

⁶⁶⁶ ROSA, Maria de Lurdes – *Op. Cit.*, p.261. não nos deteremos, pelo menos para já, analisando a instituição do vínculo e a designação de um herdeiro espúrio à luz de um quadro mental. De um certo relaxamento da sociedade, moldada pelo hábito, já no século XVI dá exemplo Gil Vicente, a propósito de um clericato descomedido: “outrossi as causas por que aqui tem / os clérigos todos mui largas pousadas / e mantém as regras das vidas casadas / desta antiguidade procedem tambem / sem serem culpadas / porque são leis dos antigos fados / cousa na terra já determinada / que os sacerdotes que nam tem ninhada / de clerigozinhos são excomungados”, *Divisa de Coimbra* In VICENTE, Gil – *Gil Vicente. Todas as obras* [CD-Rom]. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. CAMÕES, José (coord.), [2001]: Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses, 7). In MENDES, Nuno Resende – *Op. Cit.*, p.38.

genealógica, contabilística. Os seus membros passam a ligar-se entre si por laços de sangue e afinidades várias⁶⁶⁷.

Situando-se numa zona considerada pelas demarcações mencionadas, o seu vinho começou a ser afamado desde cedo. Como todas as propriedades do Douro, esta foi igualmente afetada pelas diferentes pragas que tomaram conta dos vinhedos. Apesar disso possui no entanto, uma área de vinha pré-filoxérica.

Nas zonas mais baixas, demarcando muitas vezes a vinha, a paisagem é pontuada por oliveiras de bordadura, cuja existência constitui igualmente uma das produções importantes da quinta. Ela possui um lagar de azeite, e estruturas visíveis de apoio à produção. A casa vende-o a nível nacional, não sendo no entanto engarrafado com marca própria, como acontece com os vinhos.

A área de horta da quinta (próxima de zona ajardinada murada, e no alinhamento desta, defronte da fachada principal da casa e da capela) possui uma fonte em granito, encimada por um vaso, com um tanque quadrangular igualmente em granito, datada de 1888, de onde saem águas de rega através de regueiras da mesma pedra, para as várias parcelas cultivadas. Nestas podem-se ver laranjeiras, elemento quase imprescindível na estrutura de uma quinta. O jardim, em frente da casa, ligado por um caminho público é fortemente arborizado e possui plantas decorativas em vasos. Entre estas diferentes zonas existem galerias formadas por buxo aparado, dando uma simetria ao conjunto, e uma noção de equilíbrio e harmonia.

O núcleo construído é constituído por distintos edifícios, adaptados ao desnível do terreno. A casa do proprietário apresenta uma planta em U irregular, e é composta por volumes articulados e coberturas diferenciadas de uma, duas, três e quatro águas. As fachadas são rebocas e pintadas de branco, exceto o corpo residencial da fachada principal, que se apresenta de cantaria aparente em aparelho isódomo. A fachada principal é voltada a S., rematada por cornija, de dois pisos, rasgada, no inferior, por três portas de verga reta, de arestas boleadas, entre as quais surgem três fenestranças em capialço, uma delas jacente⁶⁶⁸. No piso superior, veem-se quatro janelas de varandim, com guardas metálicas vazadas e pintadas de verde, de decoração geométrica, surgindo sobre a cobertura, uma mansarda rebocada e pintada de branco, rasgada por três janelas retangulares.

No lado esquerdo da casa desenvolve-se a capela, flanqueada por cunhais apilastrados e rematada em friso e cornija, com portal de verga reta, de moldura recortada, tendo orelhas e pingentes na zona superior, rematado por friso com elementos almofadados e frontão

⁶⁶⁷ Cf. MENDES, Nuno Resende – *Op. Cit.*, p.206.

⁶⁶⁸ Cf. SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico). Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21649 – 21-02-2015, 18:38H.

interrompido pela pedra de armas. Esta encontra-se ladeada por duas janelas de extremos curvos e ampla moldura, surgindo, no lado direito, uma porta de verga reta de acesso à habitação e à tribuna. A fachada lateral esquerda corresponde ao flanco da capela, cego, em empena com cruz assente no vértice e pináculos, tendo, no lado esquerdo, de menor altura, o corpo da sacristia, encimado por pequena sineira de volta perfeita, rematada por volutas em relevo, que dá sequência a construção indiferenciada no mesmo plano. A fachada lateral direita é adossada a uma construção arruinada. A fachada posterior é composta por três corpos diferenciados, de diferentes volumetrias, formando um U, o central de dois pisos, dividido em dois panos por ampla chaminé rasgados por vãos retilíneos moldurados, correspondentes, no primeiro piso, a três portas e uma janela, a que correspondem quatro janelas de peitoril no segundo; o braço do lado esquerdo, de dois pisos, tem, também, vãos retilíneos, uma porta e uma janela no inferior e duas janelas no superior. O braço direito, de um piso, correspondente à antiga cozinha, é rasgado por uma porta moldurada e duas janelas, a central gradeada, surgindo, sobre a cobertura, a chaminé forrada a chapa metálica. A este braço adossam-se dependências incaracterísticas rasgadas por vãos retilíneos⁶⁶⁹. No seu interior a casa possui um átrio, que acede lateralmente a divisões e, em frente, existe uma escadaria para o piso superior, com distribuição a partir de corredor central.

A capela é composta por uma nave e capela-mor, rebocadas e pintadas de branco, com cobertura em abóbadas de berço, apoiadas em friso e cornija, tendo, na parede fundeira, uma porta em arco de volta perfeita, que, através de escadaria, conduz à zona residencial e à tribuna retangular⁶⁷⁰, encimada por lápide epigrafada⁶⁷¹. O arco triunfal, de volta perfeita, dá acesso à capela-mor que tem um retábulo de talha dourada e policromada de rosa e verde, em marmoreados fingidos, de finais do século XVIII ou de inícios do século XIX.

Possui uma planta reta e três eixos compostos por quatro colunas de fuste lisos com marmoreados fingidos e capitéis coríntios, e duas pilastras, assentes em plintos paralelepípedicos almofadados. No seu centro, existe um nicho contracurvado, com pequeno trono de dois degraus e, nos eixos laterais, de reduzidas dimensões, mísulas. O remate é feito por em friso e uma cornija que sustentam o frontão interrompido, onde repousam anjos de vulto, os quais apontam para um resplendor central com a glória de anjos envolvendo três corações encimados por uma coroa real. No lado da Epístola, há uma porta em arco de volta perfeita que

⁶⁶⁹ *Idem, Ibidem.*

⁶⁷⁰ A existência da tribuna seria um fator importante, já que os senhores da casa assistiriam à missa em lugar diferente dos trabalhadores.

⁶⁷¹ Possui a inscrição já referida da doação do vínculo pelo reverendo Manuel Moreira Rebelo cónego da Sé e governador do Bispado de Coimbra, que erigiu a capela da casa, e a doou a seu primo Luís Rebelo de Carvalho Albergaria para ele e seus descendentes possuidores do vínculo por ele instituído em janeiro de 1739.

dá acesso à sacristia com teto plano, e nicho concheado⁶⁷². Existe também uma pia de água benta, com motivos vegetalistas.

A habitação principal ergue-se em torno de um pequeno jardim interno, ornamentado com roseiras, gladiolos, pequenos cedros, ervas aromáticas, árvores de pequeno porte, e vários canteiros de buxo de recorte geométrico, numa simetria quadrangular.



Fig.60 - Fachada principal da casa (séc. XVII⁶⁷³) e capela (séc. XVIII⁶⁷⁴), da quinta das Brolhas. Fotografia da autora.

⁶⁷² *Idem, Ibidem.*

⁶⁷³ Datação conjectural (Séc. XVII - provável construção do imóvel).

⁶⁷⁴ 1739 - Instituição do vínculo e construção da capela, pelo cônego da Sé, Manuel Moreira Rebelo; 1997 / 1998 - execução da mansarda.



Fig.61 - Pedra de armas da família. I - Soares de Albergaria. II - Rebelo. III - Carvalho. IV - Monteiro. Timbre de Soares de Albergaria⁶⁷⁵. Fotografia da autora.

A casa foi sujeita a obras já no século XXI. Este edifício com apenas rés do chão e um piso, na sua construção original, parece-nos de arquitetura muito simples, sendo enobrecida pela presença da pedra de armas na capela. Aliás esta terá sido um acrescento ao edifício principal da casa do proprietário, em data posterior à sua construção, dada a cantaria de ambas não ser a mesma e o delineamento das aberturas ter um tratamento muito diferenciado. Trata-se de uma alteração de vulto no alinhamento do corpo da casa.

Junto da casa principal não encontramos, atualmente os cardenhos dos homens e das mulheres, duas estruturas fundamentais no funcionamento de uma quinta, em tempos antigos. Estes foram reformulados, dado atualmente o número de trabalhadores ser menor e todos possuírem uma habitação própria na freguesia, deslocando-se diariamente para trabalharem nela.

Afastados destes edifícios, que constituem a casa principal e a capela está a residência dos caseiros, e erguem-se as oficinas vinárias. O armazém apresenta no exterior caiado de branco, uma inscrição em letras negras “QUINTA DAS BRÔLHAS”, sendo visível dos arredores. A maquinaria ligada aos lagares é assim ocultada do resto da paisagem, o que não acontece com parte das estruturas de apoio à produção de azeite.

O casco da quinta é constituído por uma área significativa de vinha. Estas ocupam 25 hectares, distribuídas por 12 prédios. As castas tintas ocupam 20 hectares e as brancas 5

⁶⁷⁵ A pedra de armas da capela forma um escudo esquartelado, com cruz no primeiro, três faixas dos Rebelo, carregadas de flor-de-lis, no segundo, estrela de oito pontas dos Carvalho, no terceiro, e três trompas de caça, no quarto.

hectares, com idades entre os 10 e os 50 anos⁶⁷⁶. A exposição é a sul, sul-poente, em solos de origem xistenta, típicos do Douro.

As vinhas, de baixo porte, plantadas em fiadas de tamanho e número variável, conduzidas por arames sustentados por poios (esteios) de xisto, armadas de forma tradicional, organizam-se em talhões retangulares, divididos por caminhos retos e bordaduras de árvores de fruto e oliveiras, não tendo muros de suporte dada a pouca inclinação do terreno⁶⁷⁷.

A adega é de arquitetura própria da região, com lagares de granito, tonéis de madeira de castanho e cubas modernas de aço inoxidável. Parte da produção é destinada a vinho generoso (vinho do Porto) e a restante destina-se a vinho de consumo tintos e brancos. As vinhas da quinta das Brôlhas estão situadas em dois locais com o mesmo nome, uma na margem direita do rio Douro, junto à Régua e outra na margem esquerda em Valdigem, onde se faz a vinificação conjunta.

As vinhas foram totalmente reestruturadas para poderem ser mecanizadas ficando, porém, algumas vinhas tradicionais com idades entre os 50 anos e os 120 anos, estando entre elas exemplares de vinhas pré-filoxéricas. Estas encontram-se em parcelas na área da propriedade localizada em Valdigem, com castas de vinho tinto e de vinho branco, como era característico e normal nas vinhas pré-filoxéricas. No seu conjunto e na generalidade estão enxertadas com as melhores castas da Região. Os terrenos destas propriedades são xistosos, de pequena e média encosta, com exposição a sul e sul-poente. Os vinhos tintos são obtidos a partir das castas tinta roriz, touriga franca, touriga nacional, tinta barroca, tinto cão e sousão, enquanto os brancos provêm das castas malvasia fina, gouveio e viosinho. Estas castas foram introduzidas com a reestruturação das vinhas, a que se seguiu a modernização da adega. A quinta produz assim vinho tinto e vinho branco registado com marca própria, com o nome de “Quinta das Brôlhas”, em cujos rótulos se pode ver a representação do brasão da casa. O seu produtor, Macário de Castro Pereira Coutinho trabalha com o enólogo Virgílio Loureiro. A quinta vende os seus vinhos (mais tinto do que branco, mas ambos), para o mercado nacional e exporta-os para a Bélgica e para a Polónia⁶⁷⁸.

Se existiam na quinta estruturas de apoio, como o pombal, as cavalariças, a loja dos bois, o apiário, a forja e outras oficinas, como a do latoeiro, estas devem ter sido convertidas, ou desapareceram mesmo, dado serem estruturas secundárias e os custos de manutenção deixaram de fazer sentido.

⁶⁷⁶ Depoimento de Macário de Castro Pereira Coutinho.

⁶⁷⁷ Cf. SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico). Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21649 – 21-02-2015, 18:35H.

⁶⁷⁸ Depoimento do Eng. Macário de Castro Pereira Coutinho.

Macário de Castro Pereira Coutinho procedeu à recuperação de duas casas agrícolas, da propriedade da quinta, muito degradadas, que se transformaram em casas de campo para turismo rural, a casa da Fonte e a casa de S. Bernardo, reunindo assim condições para consolidar o projeto de turismo vinícola que a quinta pretende valorizar, numa vocação recente. Aliás uma tendência que irá seduzir outras quintas do Douro, e as que escolhemos, excetuando a quinta do paço do Monsul têm esse vetor em conta, na contemporaneidade.

O grau de proteção legislativa desta quinta é inexistente. Ela apresenta-se-nos como um conjunto, com valor histórico que se singulariza nos elementos estruturais, e características de qualidade arquitectónica, e de significado patrimonial que deverão ser preservadas. Deveria por isso ser classificada⁶⁷⁹.

A quinta da Pacheca (freguesia de Cambres)



Fig.62 - Ortofotomapa com a localização da quinta da Pacheca⁶⁸⁰.

A quinta da Pacheca situa-se na vila de Cambres, concelho de Lamego, e a sua longa história remonta ao século XVI. Em 1756 a área dos seus vinhedos é incluída no conjunto das

⁶⁷⁹ Noutros casos, estão incluídos neste grupo, com exceções, os objetos edificados classificados como Imóvel de Interesse Público.

⁶⁸⁰ <http://www.jonasson.org/maps/> - 7-6-2012 – 14 H / 20H.

terras durienses com capacidade para produzir vinhos de exportação a partir da feitoria inglesa do Porto⁶⁸¹. As demarcações de 1758 veem integrada assim, a quinta da Pacheca, na área delimitada no Douro vinhateiro⁶⁸² e as demarcações de 1761, no que diz respeito à capacidade de produzir vinhos de exportação a partir da feitoria inglesa do Porto, continuam a integrar a quinta⁶⁸³.

Bastião Pereira, de Pomarelhe, emprazou ao mosteiro de S. João de Tarouca, (1551) uma vinha em Peradanta, situada abaixo de Tourais, assim era então conhecida a atual quinta da Pacheca⁶⁸⁴ que, em 1659 é emprazada ao mosteiro de Salzedas por José Pereira Pacheco, filho de Manuel Pereira Pacheco e Joana Pacheco⁶⁸⁵. Este domínio vinícola foi-se formando a partir da aquisição de várias parcelas de terreno, arrendadas pela família Pacheco Pereira. Em 1738 já se designa esta propriedade por quinta da Pacheca, por sua proprietária Mariana Pacheco Pereira, natural da cidade do Porto. Era filha de Joana Pacheco e de Manuel Pacheco Pereira, personalidade de destaque na urbe portuense que gozava por isso do título e dos privilégios inerentes à condição de *Cidadão do Porto*, estatuto atribuído a quem, mesmo que não fosse nobre, vivia à “lei da nobreza”, ou seja, comportava-se socialmente como um nobre e vestia-se de sedas, panos reservados ao uso exclusivo deste grupo social. De resto, fruto dessa condição, Manuel Pacheco Pereira, foi vereador da Câmara do Porto nos anos de 1676/78 e escrivão proprietário do crime na mesma cidade. A sua proprietária Mariana Pacheco Pereira foi casada em primeiras núpcias com Bento da Fonseca, embaixador de D. Pedro II junto da Santa Sé, falecido e sepultado em 1698 em Roma, na igreja de Santo António dos Portugueses, onde se encontra uma lápide funerária brasonada, mandada colocar pela viúva. Volta a casar, três anos mais tarde, em 1701, em Lisboa, com Francisco Mendes Galvão, senhor da casa de Andeviso, em Mei (Arcos de Valdevez) e da casa de Valverde, na vila dos Arcos de Valdevez, desembargador do Paço e chanceler Mor do Reino⁶⁸⁶. Mariana Pacheco Pereira, rica proprietária, duas vezes viúva, sem filhos, fez testamento em 1735, contemplando muitos membros da família por quem distribuiu a sua grande fortuna, sendo o principal herdeiro, após a

⁶⁸¹ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Instituto do Vinho do Porto. Porto, 1949, vol. I, p.61. In CARDOSO, António Barros, e TRILHO, Sílvia – *Op. Cit.*, p.758.

⁶⁸² Cf. Mapa das Demarcações de 1758. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. 2.º Volume, 1950, p.305.

⁶⁸³ Cf. Mapa das Demarcações do ano de 1761. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. 3.º Volume, 1951, p.331.

⁶⁸⁴ FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro. As Arquiteturas do Vinho do Porto*. Cadernos da revista Douro – Estudos & Documentos. GEHVID, 2001, P.125. In CARDOSO, António Barros, e TRILHO, Sílvia – *Op. Cit.*

⁶⁸⁵ *Idem, Ibidem*, p.125. In CARDOSO, António Barros, e TRILHO, Sílvia – *Op. Cit.*

⁶⁸⁶ http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=43421 In CARDOSO, António Barros, e TRILHO, Sílvia – *Op. Cit.*, p.759.

sua morte, em 1738, Pedro Pacheco Pereira, filho de Manuel Pacheco Pereira, juiz da alfândega do Porto e vereador da mesma cidade⁶⁸⁷.

A primeira descrição da quinta encontra-se num manuscrito da BPMP⁶⁸⁸, onde se diz que o casco da quinta “consta de Vinhago, e no Corporal delle tem as Cazas a saber as Cazas de sobrado que tem de comprido cento e des, 110 palmos, e de largo trinta e cinco, 35 e a Caza de Lagares com o mesmo comprimento que contem em si quatro, 4, Lagares de pedra de Cantaria, e outras Cazas defronte destas de sobrado que tem de comprido⁶⁸⁹”. Apesar de estar incompleta, esta descrição permite-nos identificar a atual casa de habitação com a do século XVIII, apenas faltando o edifício dos lagares, demolido em 1974⁶⁹⁰.



Fig.63 - Fachada este da casa principal (residência), da quinta da Pacheca. Fotografia da autora.

A organização primitiva seguia o padrão tradicional, em que lagares e adega são incorporados na própria casa. Esta estrutura foi mantida nos séculos seguintes pois a escritura de venda descreve-a do mesmo modo: “uma casa d’habitação, com seu armazém, casa de quatro lagares, casa de cosinha, quatro casas térreas, um coberto com colunas de ferro, casa para cocheira e cavallariça, capella e terrenos em volta de vinhas com oliveiras e arvores de fructa, quintal com seu pço⁶⁹¹”.

⁶⁸⁷ CARDOSO, António Barros, e TRILHO, Sílvia – *Op. Cit.*, p.759.

⁶⁸⁸ PEREIRA, Gaspar Martins; COSTA, Natália Fauvrelle – *Instruções para a cultura das vinhas e para o fabrico do vinho nas quintas de João Pacheco Pereira, antes da instituição da Companhia*, pp.161-175.

⁶⁸⁹ *Idem, Ibidem*, p.175.

⁶⁹⁰ FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Op. Cit.*, p.140.

⁶⁹¹ AHQP, Fundo Pacheco Pereira, doc. N.º 39. In FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Op. Cit.*, p.141.

A propriedade foi vendida por João Gonçalo Pacheco Pereira, em 1903 a José Freire de Serpa Pimentel, membro de uma família de destacados e ricos proprietários na região do Douro, na posse da qual ainda hoje se mantém.

A alteração mais evidente é o acrescento do corpo nascente ao nível do andar habitado. Não existe qualquer prova que documente a data desta alteração. Apenas é possível afirmar que cerca de 1911 já havia sido construído, como consta de uma fotografia de Emílio Biel publicada por Manuel Monteiro, no livro “Douro...”. Ao longo do século XX este edifício foi sofrendo sucessivas alterações, que se iniciaram por volta de 1911, com a construção de uma fachada mais monumental no lado poente da casa, desenhada por Afonso de Serpa Pimentel, marquês de Gouveia⁶⁹². A linguagem arquitetónica empregue, embora riscada por um amador, reporta-se a tempos mais recuados (séc. XV/XVII), sendo o objetivo dar à casa o *ar de antiguidade*, que a distinguirá de todas as outras. A casa assume um valor de representação social, e ao investirem no enobrecimento desta os novos proprietários demarcam claramente o seu poder na comunidade. Nesta época são igualmente construídas uma série de dependências ainda hoje em funcionamento, com exceção dos cardenhos dos homens e das mulheres, como sucede na maioria das quintas. Salienta-se o grande armazém, com lagares em pedra⁶⁹³, e a adega, de grandes proporções. Entre essas construções salientam-se igualmente a chamada “casa de cima”, a cozinha e o refeitório dos trabalhadores e os galinheiros. Estes últimos são extremamente cuidados sob o ponto de vista construtivo: nichos individuais em cimento, pátio comum também cimentado. O refeitório e a cozinha dos trabalhadores, que se comunicam através da roda, têm a particularidade de apresentarem a armação do telhado de uma forma diferente da tradicional, mais ornamental, talvez da autoria do marquês de Gouveia⁶⁹⁴. A cozinha ganha monumentalidade pelo saial da chaminé assente em pilares de granito, que ocupa uma parede.

No ano de 1974 foram levadas a cabo obras de vulto, anulando-se o protagonismo da fachada erguida no princípio do século. Procedeu-se à demolição da casa dos lagares e da escada lateral de acesso. Constrói-se uma nova fachada voltada ao pátio, que aproveita o balcão do lado poente, prolongando-o numa varanda/alpendre⁶⁹⁵.

O núcleo construído, implantado em ponto estratégico, ao centro da propriedade e dominando-a, é composto por diversos edifícios, adaptados ao desnível do terreno, com coberturas diferenciadas em telhados de duas, três e quatro águas, caiados, articulados por pátios, escadas e caminhos. No pátio central ergue-se a casa do proprietário, de planta

⁶⁹² Informação fornecida por Teresa e José Serpa Pimentel. In FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Op. Cit.*

⁶⁹³ Estes lagares encontram-se datados de 1911. In FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Op. Cit.*, p.142.

⁶⁹⁴ FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Op. Cit.*

⁶⁹⁵ *Idem, Ibidem.*

retangular, de pisos desnivelados com orientação este / oeste, a fachada principal tem janelas de guilhotina e uma varanda alpendrada, acedida por escada de um lanço, de granito, com guardas decoradas, tendo teto em masseira sustentado por finos pilares de granito. A varanda prolonga-se para a fachada sul, a antiga fachada principal, onde sobressai uma arcada de três arcos de volta perfeita de fecho saliente, coroados por cornija de chanfro, assente em mísulas toreadas. Nos diferentes panos os vãos, em óculo, janelas horizontais, janelas de guilhotina e de sacada, distribuem-se de forma harmoniosa⁶⁹⁶.

No lado sul do pátio ergue-se a casa do cocheiro, de planta retangular, com pisos desnivelados, tendo na virada a norte, ao nível do primeiro piso, alto, uma janela de molduras decoradas, que se demarca dos restantes vãos. No lado norte do pátio a casa de visitas, de planta composta e de um piso, com dois corpos paralelos, unidos na fachada sul, onde se abre um óculo, igual ao da fachada principal, seguido de alpendre quadrangular suportado por duas colunas, de chão lajeado, com teto forrado a madeira, sob o qual se abre a porta, de moldura de granito lisa e pedra de fecho saliente. O interior acolhe o centro de engarrafamento e uma sala para receber convidados. Adossado à fachada este, os escritórios, abertos a um caminho com latada⁶⁹⁷.

Na continuação, está adossada a capela, de planta longitudinal simples, com fachadas rebocadas, circunscritas por cunhais apilastrado e remates em cornija, a principal voltada a oeste, rematada em empena telhada, coroada por cruz de granito, com braços cilíndricos, e pináculos, sendo rasgada por portal de verga reta ladeada por óculos gradeados. As demais fachadas são cegas, a posterior com remate em empena. No interior, possui retábulo de madeira em branco, de planta reta e três eixos, o central com nicho, albergando a imagem de Nossa Senhora da Conceição, separado por colunas coríntias das laterais, com mísulas ostentando as imagens de São José e Santo António; remate em frontão curvo. Na base do eixo central, sacrário embutido e altar em forma de urna com frontal decorado por enrolamentos e acantos. O teto é de masseira, com caixotões emoldurados⁶⁹⁸. O retábulo é de estilo neoclássico, século XIX.

A quinta possui 30 hectares de terra, sendo a sua principal produção, a vinícola. Muito mais que uma empresa de vinhos DOC Douro e Porto, a empresa familiar quinta da Pacheca tem multiplicado os seus investimentos, obtendo a distinção do prémio internacional *Best of Wine Tourism* – 2006.

⁶⁹⁶ Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14090 - 24-02-2015, 18:31H

⁶⁹⁷ Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. *Idem, Ibidem.*

⁶⁹⁸ Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. *Idem, Ibidem.*

A quinta do Paço do Monsul (freguesia de Cambres)



Fig.64 - Quinta do Paço do Monsul. Fotografia da autora.

Esta quinta surge na documentação mais antiga ligada à expressão “Torre” a denunciar as suas origens remotas já que a propriedade recua aos alvares da nacionalidade portuguesa. De facto, o rei D. Afonso Henriques doou a quinta de Monsul a Pedro Viegas, em 1163. Nessa altura e com a sua permissão a quinta foi vendida a Teresa Afonso, viúva de Egas Moniz (escudeiro e amigo do rei). Em 1156, Teresa Afonso, fundadora do mosteiro de Santa Maria de Salzedas fez doação dela aos monges cistercienses de Salzedas que, em 1331 a emprazam a Afonso de Vasconcelos e Menezes, primeiro conde de Penela. Este prazo foi renovado em 1469, data assinalada num tanque da quinta, a favor de Gonçalo Afonso Coutinho e a este outros títulos se seguiram, os quais se conservam no tombo da casa. Em 2 de setembro de 1600, Pedro Guedes de Carvalho, do Paço do Monsul, faz uma escritura de dote a sua filha Catarina de Carvalho para casar com Luis Pinto de Sousa, Fidalgo da Casa Real e morgado de Balsemão, unindo as famílias destas duas casas⁶⁹⁹. No ano de 1644, Gaspar de Carvalho Carneiro senhor da quinta do Paço do Monsul era escrivão da camara e alferes Mor da cidade de Lamego. Em 1679 foi instituído o vínculo e capela por Antónia Sallemá de Vasconcellos senhora da quinta do Paço de Monsul e seu marido Joze Teixeira de Azevedo Cabral Fidalgo da Casa Real. No ano de 1742 (26 de junho), procedeu-se à escritura de instituição do vínculo e morgado por Gaspar

⁶⁹⁹ A.F.M.D. Documentos Avulsos do Paço do Monsul. 1600 Escripura de Dote que fez o Sr. Pedro Guedes de Carvalho a sua filha D. Catharina de Carvalho para casar com Luiz Pinto de Souza Fidalgo da Casa Real e Morgado de Balsemão em 2 de Setembro de 1600 como se ve do Documento q. esta neste Livro com o numero 4 a folhas 16.

Leal Gomes, sargento-mor da cidade de Lamego, na qual chamou para primeiro administrador o seu neto, Bernardo Gudes de Vasconcelos⁷⁰⁰.

A partir do século XV, o mosteiro de Salzedas, principiou uma sequência de arrendamentos que só terminou em 1834, com a extinção das ordens religiosas⁷⁰¹. Após a extinção destas em 1834, é Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos que fica como administrador da casa⁷⁰². Em 1888, Afonso Guedes de Carvalho, por circunstâncias diversas viu-se obrigado a vender o Paço do Monsul, a Elvira Mendes Corrêa de Magalhães e ao seu marido Artur Mendes de Magalhães Ramalho⁷⁰³. A propriedade haveria de voltar à família em 1897, já que a trineta de Rodrigo Guedes Vasconcelos, Inês Vanzeller Guedes de Carvalho, que era coproprietária da quinta de Tourais, vendeu a parte que lhe coube nesta propriedade para ajudar a pagar Monsul. Inês Van Zeller Guedes de Carvalho era filha de Gonçalo Guedes Meneses Vasconcelos, Senhor da casa de Tourais, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real e Cavaleiro da Legião d'Honra, em França, neto de Rodrigo Guedes de Vasconcelos, casado com Rita Júlia Van Zeller, neta de Francisco Van Zeller e Ana Doroteia Van Zeller, descendente de Arnaldo João Vanzeller de Roterdão, negociante de vinhos do Porto, que fundou a empresa Van Zeller, em 1780. Casou com Ana Henckell, filha de Pedro Henckell, conhecido negociante da cidade

⁷⁰⁰ A.F.M.D. Livros do Paço do Monsul. 1644 Certidão pella qual se ve que o Sr. Gaspar de Carvalho Carneiro senhor da Quinta do Paço do Monsul era Escrivão da Camara e Alferes Mor da Cidade de Lamego em 6 de janeiro de 1646 ve o Docum TT.º 6 a fl. 27. 1679 Escripura e instituição de Vinculo e Capella que instituiu a Sr.ª D. Antónia Sallemas de Vasconcellos senhora da Quinta do Paço de Monsul e seu Marido Joze Teixeira de Azevedo Cabral Fidalgo da Casa Real em os 4 de novembro de 1679. consta de Documento TT. 8. a folhas 39. 1742 Escripura de Instituição de Vincullo e Morgado que Instituiu o Sr. Gaspar Leal Gomes Sargento Mor da Cidade de Lamego em 26 de junho de 1742 na qual chamou para primeiro Administrador o seu Netto o Sr. Bernardo Gudes de Vasconcellos, ve o Documento TT.9. q. esta neste L.º a fl. 43.

⁷⁰¹ A.F.M.D. Livros do Paço do Monsul. 1751 Prazo q. fez o Real Mosteiro de St.ª Maria de Salzedas ao Sr. Bernardo Guedes de Vasc. Em 8 de junho de 1751. ve o Documento TT. 10. q.º esta aqui neste Livro a folhas 57. 1751 Cópia do Prazo de huma Vinha denominada a Pedreirinha citta dentro da Quinta de Paço do Monsul que o Real Mosteiro de Sancta Maria de Salzedas fez ao Sr. Bernardo Guedes de Vasconcellos em 8 de junho de 1751. esta neste L.º Documento TT. 11. a folhas 70. 1752 Prazo que fez o Real Mosteiro de Sancta Maria de Salzedas ao Sr. Bernardo Guedes de Vasconcellos e a sua Molher D. Maria Bernarda Barboza Cabral em 2º de julho de 1752 de huma Leira no citty do Cavalheiro do Mourão e por outro nome a Sancta Caza consta do Documento q. esta neste Livro Documento TT. 12 a fl. 77. 1754 Prazo que fez o Real Mosteiro de Sancta Maria de Salzedas ao Sr. Bernardo Guedes de Vasconcellos Morgado do Monsul de huma Quinta denominada o Paço em 17 de dezembro de 1754 esta neste Livro Documento TT. 13. a folhas 85. 1754 Prazo que fez o Real Mosteiro de Sancta Maria de Salzedas ao Sr. Bernardo Guedes de Vasconcellos de huma Vinha citta no Monsul junto a Quinta da Bogalheira feito em 19 de dezembro de 1754 como se ve do Documento TT. 15 que esta neste Livro a folhas 101. 1762 Prazo que fez o Sr. Bernardo Guedes de Vasconcellos a sua Molher D. Maria Bernarda Barboza Cabral do Paço do Monsul em 4 de janeiro de 1762 a Manoel Antunes e a sua Molher do Logar de Contim como se ve do Documento TT. 17 a folhas 124. 1789 Prazo que fez o Mosteiro de S. João de Arnoia ao Sr. Luiz Guedes de Carvalho Souza Vasconcellos em 11 de Setembro de 1789 de huma Quinta chamada a Seremanha como se ve neste Livro Documento Nt.ª 19 a folhas 139.

⁷⁰² FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro. As Arquiteturas do Vinho do Porto*, p.159. In CARDOSO, António Barros, e TRILHO, Sílvia – *Op. Cit.*, p.760.

⁷⁰³ http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=24191 In CARDOSO, António Barros, e TRILHO, Sílvia – *Op. Cit.*

do Porto, descendente de uma família que se fixou na cidade no século XVIII, em torno dos negócios de ferro, linho, têxteis, aduelas⁷⁰⁴.



Fig.65 - Pintura mural da casa do Paço e Torre do Monsul, de Vasco Valente, em 1927⁷⁰⁵. Fotografia da autora.

O núcleo construído está implantado no ponto mais central e elevado da quinta, organizando-se ao longo de um pátio murado, com orientação este / oeste, fechado por portões de ferro e decorado com tanque de granito e por vinha em latada. Os diversos edifícios, articulados por pátios, escadas e caminhos, adaptam-se ao desnível do terreno, apresentando coberturas diferenciadas em telhados de duas, três e quatro águas. A casa do proprietário, ocupando a parte sul e oeste do pátio, tem planta em L irregular, composta por três corpos articulados, de diferente datação, com fenestração distribuída irregularmente e de modinatura também muito diversa, apresentando janelas de guilhotina e de sacada com gradeamento de ferro. Estes, juntamente com os embasamentos, são destacados com pintura a ocre. Ressalta na fachada principal, voltada a norte, uma escada paralela de um lanço, com guardas de ferro e patim alpendrado, de teto forrado a madeira. Interiormente tem distintos tetos em masseira, caixotões oitavados, asnas, camisa e saia e forro em quadrículas em madeira e em estuque trabalhado⁷⁰⁶. A cozinha de dentro tem armários embutidos nas paredes e largo saial de pedra.

⁷⁰⁴ CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes – O Porto e o Comércio Interno e Externo de Vinhos do Douro*. Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História do Vinho do Porto. Porto, 2003, vol. I, p.141. In CARDOSO, António Barros, e TRILHO, Sílvia – *Op. Cit.*

⁷⁰⁵ Pintura mural numa das paredes da Casa da Quinta do Monsul, com heráldica da família. “Casa do Paço e Torre do Monsul” realizada por Vasco Valente em 1927 baseada nos prazos do Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul (AHQPM). A pintura tenta recriar a primitiva casa da Quinta do Monsul.

⁷⁰⁶ Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14091 – 24-02-2015, 17:44H.

Nesta quinta, o edifício dos lagares está separado da casa, que mantém a adega nos baixos. Esta situação parece acontecer já desde o século XV, como é referido num prazo de Salzedas de 1469⁷⁰⁷. Os lagares são considerados à parte da casa, como uma unidade de produção tão preciosa como um pomar ou um olival. Daqui poderemos concluir que, em tempos mais recuados, os lagares de granito talvez fossem um tipo de construção rara, constituindo um valor acrescido⁷⁰⁸.

A adega incluída na casa de habitação, ocupa o primeiro piso dos dois primeiros corpos, conservando chão em terra batida e tonéis de madeira assentes em canteiros de granito. No lado norte do pátio, adossada à habitação, está a casa dos lagares, de planta retangular simples, aberta ao pátio por dois portões. Interiormente alberga cinco lagares de granito, divididos em três grupos, ao longo da parede norte⁷⁰⁹. Na mesma ala, adaptados ao desnível do terreno, está a cozinha de fora e a casa do caseiro, de planta quadrangular e de dois pisos, com garrafeira nos baixos. O acesso ao piso superior é feito por escada de pedra com guardas de ferro. No pátio traseiro ficam a nitreira e os cardenhos dos homens e das mulheres. São casas térreas divididas em camaratas.

No lado este do pátio, junto ao portão, ergue-se a capela⁷¹⁰, com pequeno adro gradeado. Tem planta longitudinal composta por nave e capela-mor, fachada orientada, em empena truncada por sineira, portal de arco de volta perfeito, com inscrição na pedra de fecho, ladeada por dois relevos e uma janela quadrangular gradeada à esquerda. Interior com silhar de azulejos de albarradas e pequeno altar na capela-mor⁷¹¹. Este retábulo aponta a sua construção para a segunda metade do século XVII.

O portal da capela é ladeado por dois relevos, um medalhão com figura masculina e mulher desenhada sobre uma cartela sustentada por dois putti, e encimado por brasão. Remate superior em ameias chanfradas nos cunhais e sineira de granito, encimada por cruz ao centro. Embasamentos e moldura da janela pintados a ocre. Cobertura de duas águas. O seu interior tem um teto em falsa abóbada de madeira de arco abatido. Nas paredes, dispõem-se lápides e vários tipos de objetos, e lápides comemorativas. No pavimento dois túmulos: um de mármore negro, para sepultura dos descendentes da casa, e outro com mármore de diferentes cores embutidos,

⁷⁰⁷“e que por diante pague foro dellas herdades vinhas soutto, e huma parte de olivae, e lagares e pumares”. AQPM – Livro dos Prazos. In FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Op. Cit.*, p.51.

⁷⁰⁸ Da mesma opinião parece ser José de Lencastre que no seu glossário define lagar como “recipiente para esmagamento de uvas cuja construção em pedra se generalizou só a partir dp séc. VIX, pois dantes usava-se mais a madeira”. LENCASTRE, José da – *A vitivinicultura através de alguns documentos medievais de arquivos portugueses (séc. IX a XV): subsídios para um estudo*. “Anais do vinho do Porto”. IVP, Porto, 1953, p.169. In FERREIRA, Natália Maria Fauvrelle da Costa – *Op. Cit.*, p.52.

⁷⁰⁹ Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. *Idem, Ibidem*.

⁷¹⁰ Intervenção realizada pelo proprietário em 1908 - Restauro da capela por Afonso Pereira Cabral.

⁷¹¹ Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. *Idem, Ibidem*.

vindo de um mosteiro de Lamego. A capela tem um arco triunfal de volta perfeita, com teia. Junto ao portal axial existe uma pia de água em mármore⁷¹².

Esta quinta está implantada num monte, de declives suaves e ondulantes e solos cascalhentos de xisto. O seu perímetro é bordado por ciprestes alternados por oliveiras e árvores de fruto (pereiras e macieiras). As vinhas, de baixo porte, estão plantadas em fiadas de tamanho e número variável, conduzidas por arames sustentados por poios (esteios) de xisto, armadas de forma tradicional, organizando-se em talhões divididos por caminhos de terra batida e bordaduras de árvores de fruto e oliveiras, não tendo muros de suporte dada a pouca inclinação do terreno⁷¹³.

As demarcações pombalinas de 1758 integraram a quinta do Paço do Monsul, na área delimitada de vinhos da feitoria, no Douro vinhateiro⁷¹⁴ e as demarcações de 1761, no que diz respeito à capacidade de produzir vinhos de exportação a partir da feitoria inglesa do Porto, continuaram essa inclusão⁷¹⁵.

A quinta do paço do Monsul tem cerca de 22 hectares, a maioria dos quais plantados com vinha⁷¹⁶. A quinta na sub-região do Baixo Corgo, situada a poucos quilómetros da Régua, apesar de relativamente pequena, alberga um centro de vinificação e combina os tradicionais lagares em granito com a melhor tecnologia do património da Rozès, de que faz parte⁷¹⁷.

A sudoeste do núcleo construído estende-se a mata de pinheiros, medronheiros, castanheiros, noqueiras e vegetação arbustiva. A entrada no núcleo construído é marcada por uma alameda de palmeiras de grande porte. A quinta possui um jardim de reduzidas dimensões a oeste da casa, delineado por arbustos baixos. A este e a sul da casa estendem-se o pomar em socialcos, com grande diversidade de fruteiras e árvores de espinho, e a horta, fechados ao pátio principal por muro alto⁷¹⁸.

A quinta está Incluída no Alto Douro Vinhateiro - região demarcada do Douro, tendo um enquadramento rural, na sub-região do Baixo Corgo, a de maior concentração das vinhas, por motivos históricos e pelas suas características edafo-climáticas, com solos pouco declivosos, de xisto, e clima mais húmido. Implanta-se a meia-encosta do vale de Cambres, com núcleo de

⁷¹² Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. *Idem, Ibidem.*

⁷¹³ Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. *Idem, Ibidem.*

⁷¹⁴ Cf. Mapa das Demarcações do ano de 1758. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. 2.º Volume, 1950, p.305.

⁷¹⁵ Cf. Mapa das Demarcações do ano de 1761. In FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. 3.º Volume, 1951, p.331.

⁷¹⁶ TEIXEIRA, Ricardo – Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro. *Cister no Vale do Douro*, 1999, p.240.

⁷¹⁷ http://www.rozes.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=105&Itemid=233 – 25-02-2015, 09:30H.

⁷¹⁸ Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. *Idem, Ibidem.*

construções em ponto elevado de onde se abarca toda a envolvente. Encontra-se nas imediações do lugar da Adega do Chão e da povoação de Rio Bom. Confina com a quinta da Azenha⁷¹⁹.

Apesar de estar incluída no Alto Douro Vinhateiro - região demarcada do Douro, ela apresenta-se-nos como um conjunto com valor histórico, devendo-se preservar as suas características patrimoniais⁷²⁰.

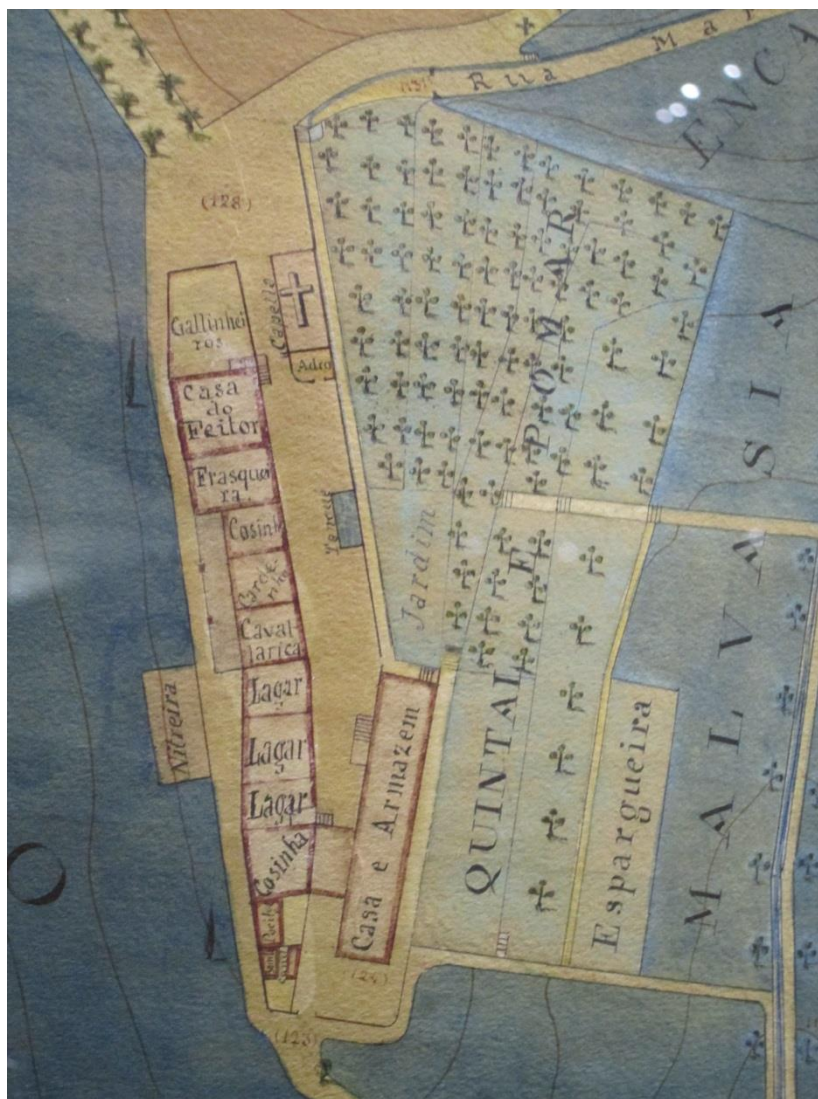


Fig.66 – Planta da quinta do Paço do Monsul (pormenor), 8 de novembro de 1903⁷²¹.

⁷¹⁹ Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. *Idem, Ibidem.*

⁷²⁰ Deveria estar classificada como Imóvel de Interesse Público.

⁷²¹ A.H.Q.P.M.



Fig.67 – Pormenor da heráldica do Paço do Monsul⁷²².

A quinta dos Varais (Cambres)



Fig.68 - Ortofotomapa com a localização da quinta dos Varais⁷²³.

A quinta dos Varais situa-se na Vila de Cambres, concelho de Lamego, e a sua longa história remonta ao século XII, em que aparece como propriedade de Múnia Esteves, de seus

⁷²² A.H.Q.P.M. Pormenor da heráldica patente na planta da quinta do Paço do Monsul, datada de 8 de novembro de 1903.

⁷²³ <http://www.jonasson.org/maps/> 7-6-2012 – 14 H / 20H.

filhos e filhas. O investigador reguense Altino M. Cardoso, na sequência de estudos prolongados sobre a história do Douro descobriu uma escritura de compra (1142) de uma herdade na foz do Varosa, nos Varais, por Cister de S. João de Tarouca. Nesta propriedade plantaram os monges os primeiros vinhedos do Douro, com castas trazidas da Borgonha, donde era proveniente a Ordem, bem como o seu mentor S. Bernardo e o Conde D. Henrique. Trata-se, portanto, muito provavelmente da primeira quinta a produzir o medievalmente chamado “vinho cheirante de Lamego”, depois denominado “Vinho do Porto”, por daí ser exportado.

1142: *Múnia Esteves, com seus filhos e filhas, vende ao mosteiro de S. João de Tarouca a sua «herdade» em Varais, termo de Mosteirô (f. Cambres, c. Lamego), por três maravedis.*

Karta Munie Stephaniz de hereditate in termino de Monasterio

In Dei nomine. Ego Munia Stephaniz una cum filiis et filiabus meis facimus kartam venditionis vobis fratribus Sancti Johannis de Tarauca de hereditate nostra propria quos vocatur Varalles in ipso termino de Monasteriolo ruptum et inruptum per ubi ipsam hereditatem totam potueritis invenire ex utraque parte. Damus vobis et concedimus quantum ibi habemus et ad nos pertinet, pro pretio quod a vos accepimus scilicet .iij. morabitanos, tantum nobis et vobis bene complacuit. Habeatis igitur vos ipsam hereditatem firmiter in perpetuum. Et si aliquis homo venerit tam de propinquis quam de extraneis qui hoc factum nostrum irrumpere temptet quantum requisierit tantum vobis duplet et insuper domino terre quingentos solidos. Facta karta in Era M^a C^a 2xx^a Nos supradicti qui hanc kartam iussimus facere scilicet ego Munia Stephaniz una cum filiis et filiabus meis propriis manibus R + + + + oboravimus.

Pro testibus: Gunsalvus ts., Johannes ts., Pelagius ts.
Petrus diaconus notuit.

Transcrição latina da escritura da “Herdade dos Varais” (1142) – por A. Almeida Fernandes⁷²⁴.

Em nome de Deus. Eu Múnia Esteves juntamente com os meus filhos e filhas fazemos escritura de venda a vós frades de S. João de Tarouca da nossa herdade que se chama Varais no termo de Mosteirô, divisa e indivisa por onde puderdes verificar de qualquer parte. Damos e concedemos quanto aí tivermos e nos pertecce, pelo preço que de vós aceitámos, isto é três morabitanos, tanto quanto agradou a nós e a vós. Tereis a própria herdade firmada para sempre. E se algum homem vier, tanto de terras próximas como de estranhas, que tente quebrar este ato, que vos duplique quanto exigir e acrescente ainda ao dono da terra quinhentos soldos.

Lavrada a escritura na Era 1142^a.

Nós sobreditos que mandámos fazer esta escritura, ou seja, eu Múnia Esteves juntamente com os meus filhos e filhas com as minhas próprias mãos F + + + + irmámos. (atestámos)

Como testemunhas: Gonçalves (test.), João (test.), Pelágio (test.).

Pedro diácono notou (redigiu).

Tradução da Escritura da “Herdade dos Varais”, por Altino M. Cardoso⁷²⁵.

⁷²⁴ CARDOSO, Altino Moreira – *A Magna Carta da História do Vinho do Porto. Escritura de Cister (1142)*. Mem Martins: Amadora-Sintra. 1ª Edição, setembro de 2012.

No século XV, já existia uma construção na quinta. No século XVI foi edificada a primitiva casa pela família Coutinho, senhores de Lamego e Penedono. Em 1753, a casa que fora habitada, durante largos anos, pelos monges cistercienses de Santa Maria de Salzedas, foi devolvida à família Coutinho, na pessoa de Alexandre Luís de Sousa Coutinho, que pretendia habitar no local, e que conseqüentemente procedeu à reconstrução da casa principal⁷²⁶.

Esta quinta esteve dentro da zona demarcada pombalina no Douro vinhateiro de 1757, com capacidade para produzir vinhos de exportação a partir da feitoria inglesa do Porto:

Concelho da Vila de Sande

Demarcação feita no Concelho da Villa de Sande por ordem de Sua Magestade que se deve registar na Camara do dito Concelho o §-30. Da Instituição da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro que com esta se apresenta, como tambem a Ley que Sua Magestade a este respeito foi servido passar aos 30 de agosto do prezente anno, e ordem do Juis Conservador da mesma Companhia, que se deve comprir, e registar, e tornar, a entregar para hir continuando para as mais Camaras dos outros concelhos ficando servindo os Registos de tudo para governo da Execuçam das mesmas ordens de Sua Magestade que cada hua das Camaras deve mandar pôr publico por Editais e por pregão por todos os lugares para que chegue a noticia de todos, as mesmas ordens de S. Magestade de que de tudo se hade passar certidão ao pe desta. Principiando esta demarcação no Rio Baroza, de frente da quinta do Torrão⁷²⁷, da parte de Tourais⁷²⁸ subindo pela estrada do Pingelo⁷²⁹ até a Quinta da Vella de João Diogo⁷³⁰ e desta continuando pelas vinhas asima em direitura ás Fragas de Sanctos de Deos tudo o que dis agoas vertentes para a parte do Baroza (...)

Salgueiral, 29 de setembro de 1757

Francisco Xavier do Rego – Manuel Roiz Braga – José Monteiro de Carvalho⁷³¹.

O texto da demarcação pombalina no Douro vinhateiro refere, “da parte de Tourais”, que corresponde a encostas por onde se estendem as quintas do Cabouco e dos Varais, respetivamente dos proprietários Leão Castanheira e João de Sousa Girão, assim citados pelos

⁷²⁵ CARDOSO, Altino Moreira – *Op. Cit.*

⁷²⁶Cf. SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico). Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12938 – 22-02-2015, 17:59H.

⁷²⁷Esta Quinta, ainda hoje conhecida por esse nome, pertence a herdeiros de João Pinheiro Aragão. In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. I Volume, p. 114.

⁷²⁸ **Encostas por onde se estendem as quintas do Cabouco e dos Varais, respetivamente de Leão Castanheira e João de Sousa Girão.** In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. I Volume, p.114.

⁷²⁹ **Deve tratar-se do caminho que dos Varais (beira Rio)** vai para o lugar de Mosteirô e é conhecido pelo caminho dos Pingueis. In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. I Volume, p.114.

⁷³⁰Vinha da Vela, do Sr. Capitão Pina de Morais? In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. I Volume, p.114.

⁷³¹ In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. I Volume, p.114.

estudos de Álvaro Moreira Fonseca. A expressão “subindo pela estrada do Pingelo” na mesma demarcação, segundo o já citado autor, corresponde ao caminho que dos Varais (beira rio) vai para o lugar de Mosteirô e é conhecido pelo caminho dos Pinguéis.

As demarcações de 1758 veem integrada a quinta dos Varais, na área delimitada no Douro vinhateiro⁷³² e as demarcações de 1761, no que diz respeito à capacidade de produzir vinhos de exportação a partir da feitoria inglesa do Porto, continuam a inclui-la⁷³³.

Em 1773 a quinta era um prazo do mosteiro de Salzedas ao qual pagava um foro anual sobre a produção de vinho do Porto⁷³⁴, sendo denominada de casa de Balsemão⁷³⁵. Em 1808, a invasão das tropas francesas terá provocado muitos danos na quinta⁷³⁶.



69



70

Fig.69 – 1 - Casa dos Varais na margem sul do rio Douro. Fachada principal, virada a norte, para o rio Douro e para a cidade de Peso da Régua. Inícios de 1900⁷³⁷. S/a.

Fig.70 – Casa dos Varais na margem sul do rio Douro. Fachada lateral virada a este, e capela destacada da casa (lado esquerdo). Inícios de 1900⁷³⁸. S/a.

⁷³² Cf. Mapa das Demarcações do ano de 1758. In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. 2.º Volume, 1950, p.305.

⁷³³ Cf. Mapa das Demarcações do ano de 1761. In FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. 3.º Volume, 1951, p.331.

⁷³⁴ Foi até ao ano de 1773 um prazo do convento de Salzedas ao qual pagava anualmente um foro em vinho da região. <http://www.casadosvarais.net/index.php/pt/> - 23-02-2015, 16:03H.

⁷³⁵ O atual nome de casa / quinta dos Varais deriva de ser neste local que os barcos rabelos, transportando o vinho entre a Régua e o Porto, varavam, ou seja faziam inversão de marcha.

⁷³⁶ Cf. SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico). Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12938 – 22-02-2015, 18:16H.

⁷³⁷ Fotografia cedida por João Batista de Castro Girão de Azeredo Leme, proprietário da casa.

⁷³⁸ Fotografia cedida por João Batista de Castro Girão de Azeredo Leme.

Em 1940, deu-se um enorme incêndio na habitação principal, e nessa sequência procedeu-se à reconstrução do imóvel, sendo provável que, nesta intervenção, tenha sido construído o corpo adossado à fachada posterior, e tenha sido efetuada a remodelação da capela e a execução do seu retábulo-mor⁷³⁹.

Esta quinta está implantada num monte com declive acentuado nas margens do rio Douro. Existem nela zonas de mato, olival e vinhas que enquadram a casa de habitação (arquitetura residencial, barroca), de planta retangular irregular, com coincidência entre o exterior e o interior e coberturas diferenciadas de telhados a três e quatro águas e em terraço. As fachadas da casa são rebocadas e pintadas de cor-de-rosa, e percorridas por embasamentos de cantaria, circunscritas por pilastras da ordem colossal romana, com capitel estriado, e possui remates em dupla cornija sobre friso convexo. De um e dois pisos, adaptando-se ao forte declive do terreno, as janelas do inferior encontram-se protegidas por grades, algumas em papo de rola e as superiores em guilhotina. A fachada principal é virada a norte, simétrica, tendo, no piso térreo, portal retangular central, e seis janelas jacentes em capialço, surgindo, sobre estes vãos, sete janelas de sacada emolduradas e encimadas por friso e cornija, assente em duas mísulas e com guarda de ferro pintado de verde. O volume central encontra-se flanqueado por duas alas com cobertura em terraço e guarda metálica, onde surgem dois vãos retilíneos, o da direita de maiores dimensões e ladeado por janela jacente em capialço, de acesso à zona posterior do imóvel. No extremo direito, há um portão retilíneo, encimado por espaldar curvo, que dá acesso ao jardim e à zona de cultivo⁷⁴⁰.

Sobre as coberturas, existem duas chaminés. As fachadas laterais são semelhantes, de um único piso, marcado por portal de verga reta moldurada, o de este, delimitado por duplas pilastras e com acesso por um degrau amplo quadrangular, sendo encimado por entablamento de friso convexo, com pequeno ressalto sobre as pilastras, e por duas janelas de guilhotina gradeadas e rematadas também por entablamento de friso convexo. Ambas abrem para amplo terraço, o do lado este, pavimentado a gravilha e abrindo diretamente para o jardim, sendo o oposto pavimentado a cimento e com guarda de ambos os lados, a exterior metálica e a interior em alvenaria rebocada e pintada de rosa⁷⁴¹.

No cunhal direito da fachada virada a este, a pedra de armas esquartelada e encimada por leão rampante. Na fachada posterior, o corpo central está ressaltado e mais alto, e rasga-se, no lado esquerdo do piso térreo, uma porta de verga reta moldurada, protegida por pequeno telheiro, de acesso ao interior, onde estão cinco janelas retilíneas. Nas alas laterais, mais

⁷³⁹Cf. SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico).

⁷⁴⁰ Cf. SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico). Copyright © 2001-2014 _ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12938 – 22-02-2015, 17:16H.

⁷⁴¹ *Idem, Ibidem.*

recuadas, há uma janela retangular à direita e uma jacente em capialço à esquerda. No piso superior, sobre a porta, há uma janela longilínea, ladeada por duas janelas retangulares e, no lado direito, uma varanda de sacada em ângulo, estabelecendo ligação com a fachada este, para onde abrem duas janelas, uma em cada face. O corpo central da casa prolonga-se sobre as coberturas, rasgando-se, no lado direito da face este, um pequeno vão jacente⁷⁴².

No interior da casa, esta tem, no piso inferior, uma divisão para arrumos, surgindo, no andar nobre, três salas intercomunicantes, rebocadas e pintadas de branco, com pavimentos em parquet, constituindo o salão, uma pequena sala com cobertura de madeira em masseira, e sala de refeições com azulejo padrão monócromo, azul sobre fundo branco, formando silhar, e cobertura de madeira em caixotões. Tem três quartos adaptados a turismo de habitação. No lado esquerdo, há um corredor que desemboca num vão de acesso a divisões de habitação⁷⁴³.

No terraço da fachada este, existe uma capela, dedicada a Nossa Senhora das Brotas ou Brótulas, isolada e destacada. Esta tem planta longitudinal simples e cobertura em telhado de duas águas, com fachadas rebocadas e pintadas de cor-de-rosa, percorridas por embasamento em placas de cantaria, circunscritas por cunhais de cantaria, firmados por pináculos na fachada principal e remates em friso e cornija. A fachada principal voltada a norte, tem um portal de verga reta moldurado e tem o remate em empena truncada pela cruz latina assente em plinto paralelepípedo. A fachada lateral esquerda virada a este tem uma pequena janela retangular em capialço na zona do altar-mor. A fachada virada a oeste é cega, surgindo, sobre a cornija, uma sineira de volta perfeita, com paramentos em cantaria almofadada e remate em cornija. A fachada posterior apresenta-se cega, em empena⁷⁴⁴.

O interior da capela é rebocado e pintado de branco, pontuado por grupos de azulejo monócromo azul sobre fundo branco, estando dispostos de forma aleatória e constituindo um reaproveitamento de painéis historiados. A cobertura é de madeira em masseira. O retábulo-mor é de talha com policromia, em marmoreados cinza e rosa, com apontamentos dourados, de planta reta e três eixos divididos por pilastras com decoração em "ferronerie", encimadas por pináculos piramidais⁷⁴⁵. O eixo central da capela é formado por um nicho em arco canopial, contendo mísula com a imagem do orago, surgindo, nos laterais, mísulas com imaginária, rematando em entablamento e pequenos frontões interrompidos em volutas na base e terminando em flores-de-lis. Na base do nicho, existe um sacrário com a porta decorada por cruz e remate em espaldar contracurvado. No lado da Epístola, está um nicho para alfaias⁷⁴⁶.

⁷⁴² *Idem, Ibidem.*

⁷⁴³ *Idem, Ibidem.*

⁷⁴⁴ *Idem, Ibidem.*

⁷⁴⁵ Este retábulo não segue os formulários de qualquer estilo, parecendo-nos ter sido o resultado de um gosto particular, amador, do séc. XIX.

⁷⁴⁶ *Idem, Ibidem.*

Nos anos 30-40 do século XX o proprietário da casa comprou mais área de parcelas agrícolas⁷⁴⁷, uma vez que a quinta possuía cerca de 6 hectares de terra, tendo-se aumentado a produção vinícola nessa altura. Neste século, na década de 80 procedeu-se à mecanização das parcelas da vinha e seleção das castas; à adaptação dos lagares primitivos à produção de vinho de mesa branco, das castas malvasias fina e rei e códega, produzido pelo processo da bica-aberta e ao controlo da temperatura de fermentação; à adaptação de parte da casa e algumas dependências a turismo de habitação. Na década de 90 deu-se o início da comercialização de vinho de mesa tinto, das castas tourigas nacional e francesa e tinta roriz, em lagares de pedra com pisa manual. No perímetro da quinta, surge um lagar em pedra, uma casa de xisto, adaptada a turismo de habitação e piscina⁷⁴⁸.

A quinta dos Varais tem uma extensa área de exploração agrícola, com vinha, culturas frutícolas e culturas temporárias (unidades de produção/parcelas e sub parcelas). Em 2009 apresentava um território de 13,34 hectares que incluía várias áreas das parcelas de Varais Velhos, de Pingueis Cima e de Pingueis Varais⁷⁴⁹. Nessa altura (tal como na atualidade), era constituída por diferentes espaços: uma área de vinha e outras superfícies agrícolas (1,82 hectares)⁷⁵⁰; uma área de vinha e outras superfícies agrícolas (0,57 hectares)⁷⁵¹; área de outras superfícies agrícolas (0,15 hectares)⁷⁵²; área de outras áreas (0,03 hectares)⁷⁵³; área de vinha e outras superfícies agrícolas (2,08 hectares)⁷⁵⁴; área de culturas frutícolas (0,12 hectares)⁷⁵⁵; área de vinha e outras superfícies agrícolas (2,14 hectares)⁷⁵⁶; área social corresponde a (0,03 hectares)⁷⁵⁷; área de vinha, outras superfícies agrícolas e área social (2,13 hectares)⁷⁵⁸; área de vinha, outras superfícies agrícolas e área social (2,29 hectares)⁷⁵⁹; área de vinha, e outras superfícies agrícolas (1,12 hectares)⁷⁶⁰; área social (0,56 hectares)⁷⁶¹; culturas temporárias (0,09 hectares)⁷⁶²; área social (0,10 hectares)⁷⁶³; culturas frutícolas (0,11 hectares)⁷⁶⁴.

⁷⁴⁷ Esta compra foi efetuada às designadas “Primas Vilhenas”, oriundas de Gardiz (N.^a Sr.^a da Lapa, Aguiar da Beira), parentes da família da casa que possuíam parcelas junto à quinta dos Varais. Depoimento de João Batista de Castro Girão de Azeredo Leme, proprietário da casa.

⁷⁴⁸ Informação de João Batista de Castro Girão de Azeredo Leme, proprietário da casa.

⁷⁴⁹ Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. IE. Caracterização da exploração agrícola, quinta dos Varais, 18-12-2009. Documento na posse de João Batista de Castro Girão de Azeredo Leme.

⁷⁵⁰ Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. P3. Sistema de identificação parcelar. Documento ortofotográfico da parcela. Quinta dos Varais, 18-12-2009. Documento na posse de João Batista de Castro Girão de Azeredo Leme. Ver documentos ortofotográficos no volume 2, na ficha da quinta dos Varais.

⁷⁵¹ *Idem, Ibidem.*

⁷⁵² *Idem, Ibidem.*

⁷⁵³ *Idem, Ibidem.*

⁷⁵⁴ *Idem, Ibidem.*

⁷⁵⁵ *Idem, Ibidem.*

⁷⁵⁶ *Idem, Ibidem.*

⁷⁵⁷ *Idem, Ibidem.*

⁷⁵⁸ *Idem, Ibidem.*

⁷⁵⁹ *Idem, Ibidem.*

⁷⁶⁰ *Idem, Ibidem.*

A quinta tem marca própria de vinhos, “Casa dos Varais”, com a designação de Douro, denominação de origem controlada, quer para o vinho tinto, quer para o branco. O rótulo das garrafas apresenta o desenho da casa, e a sua heráldica. O contra rótulo exibe uma descrição bilingue (português e inglês) sumária da quinta, destinada ao comércio. A produção de vinho é vendida a nível nacional, no mercado e na própria casa dos Varais, aos seus hóspedes do turismo de habitação, tendo havido uma experiência de exportação para o território de Macau, que não se repetiu. Na atualidade não há um mercado externo a que se destinem os seus vinhos.



Fig.71 – Pedra de arma. I - Coutinho⁷⁶⁵. II – Portugal (moderno e sem os sete castelos?) / Sousa (?) III - Pereira. IV – Pinto⁷⁶⁶. Fotografia da autora⁷⁶⁷.

Atualmente a proprietária da quinta dos Varais é Lúcia Josefina de Castro Girão descendente de uma já longa e contínua geração de proprietários de várias quintas na região do Douro. Desde a plantação do bacelo, até ao arrolhamento das garrafas de vinho, é um longo processo executado sob a responsabilidade do filho da proprietária, o vitivicultor João Batista de Castro Girão de Azeredo Leme. A quinta está virada para o enoturismo, realizando-se provas dos vinhos “Casa dos Varais”, vinhos DOP (Mesa) e generosos. A quinta realiza a tradicional “pousa” – pisar o mosto em lagares de pedra – processo antigo de fazer o vinho. Uma tradição

⁷⁶¹ *Idem, Ibidem.*

⁷⁶² *Idem, Ibidem.*

⁷⁶³ *Idem, Ibidem.*

⁷⁶⁴ *Idem, Ibidem.*

⁷⁶⁵ O primeiro quartel, de “Coutinhos”, está mal representado pois deviam ser estrelas de 5 raios.

⁷⁶⁶ Cf. AZEVEDO, Correia de - *Brasões e Casas Brasonadas do Douro*. 1974, p. 106.

⁷⁶⁷ No cunhal direito da fachada virada a Este, a pedra de armas esquartelada e encimada por leão rampante

secular em que após o corte das uvas, estas são levadas para os lagares de pedra para serem pisadas em ambiente de animação.

A quinta comercializa para além dos vinhos, mel, compotas (figo, laranja, toranja, morango, damásco), e azeite (azeite extra virgem das oliveiras plantadas em bordadura, a contornar as vinhas), provenientes das propriedades compreendidas no perímetro do seu território.

Em 2010, os proprietários procederam a obras na cobertura da casa principal. Esta quinta está incluída no Alto Douro Vinhateiro - região demarcada do Douro. Ela representa, tal como as referidas anteriormente desta amostra (quatro casos), um conjunto arquitetónico e histórico que deveria ser abrangida por legislação que lhe reconhecesse o valor patrimonial⁷⁶⁸.

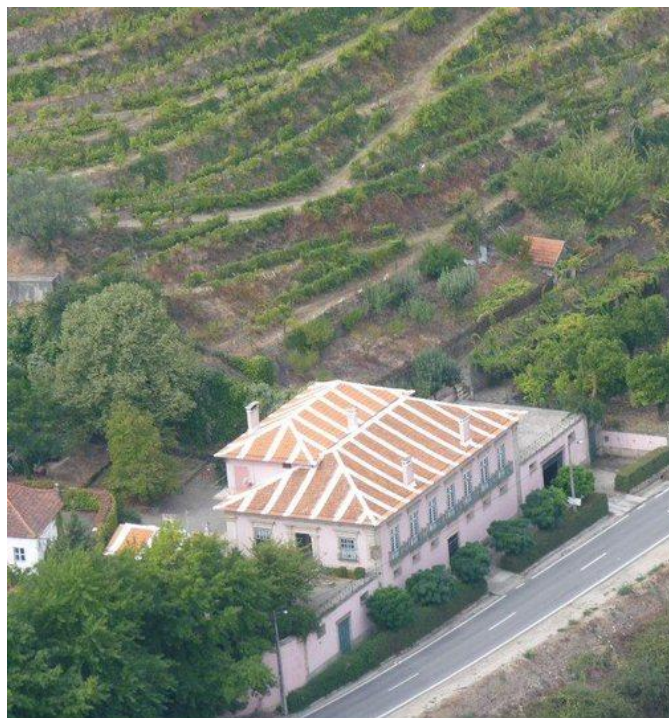


Fig.72 – Vista aérea da casa dos Varais, com capela destacada e com vinhas em socalco⁷⁶⁹.

⁷⁶⁸ A sua preservação deveria passar pela classificação de Imóvel de Interesse Público.

⁷⁶⁹ Fotografia cedida por João Batista de Castro Girão de Azeredo Leme.

CONCLUSÃO

Procedemos ao estudo da casa senhorial da cidade de Lamego e das que estão inseridas nas freguesias de Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem. Indo de encontro a este objetivo delineado por nós, fizemos a análise das suas construções nos séculos XVII e XVIII, assim como dos vestígios de anteriores estruturas, em que muitas vezes assentam, como foi o caso da casa do Poço que constitui um conjunto arquitetónico complexo e multissecular, sendo o resultado cumulativo de múltiplas transformações ocorridas desde o período medieval; como a casa das Brolhas, que apresenta uma tulha e estruturas de construção às quais foram acrescentadas numa campanha de obras, nos finais do séc. XVIII uma ampliação arquitetónica significativa. Verificámos os vestígios de construções de casas singulares no séc. XIX, como a casa do conde de Alpendurada, junto ao núcleo da Sé e a casa do conde de Samodães, na freguesia de Samodães.

Concluimos que na transição do século XVII e no século XVIII, a cidade de Lamego e freguesias, atingem o auge da sua importância em termos de arquitetura civil, nobre e eclesiástica, não só devido ao facto de serem a residência das elites, mas também devido ao volume de negócios que estas detinham com a vitivinicultura. É devido a personalidades pertencentes à nobreza e ao clero, que a cidade e as freguesias ribeirinhas tiveram e apresentam um conjunto significativo de arquitetura senhorial.

A análise comparativa da organização espacial e a configuração dos elementos arquitetónicos das diferentes casas permite-nos reconhecer a apropriação do espaço e a afirmação das elites na área urbana e rural em Lamego, na Idade Moderna. A arquitetura civil, senhorial é neste território do nosso estudo, representativa da sociabilidade, do poder e da cultura.

A região abrangida pela zona do Alto Douro Vinhateiro, é constituída para além de outros concelhos, pelo de Lamego e uma grande parte a arquitetura senhorial que foi objeto da nossa investigação está integrada nesta zona protegida. O mesmo acontece com a área de integração da Rota do Património Mundial da Humanidade do Douro/Duero Ibérico, classificada pela UNESCO, que integra entre outras, as regiões do Douro Vinhateiro, onde estão localizadas as casas, que foram objeto da nossa investigação/estudo.

Para adquirir o conhecimento intrínseco das variáveis de estudo, procedemos a uma exaustiva pesquisa focando-nos no trabalho de campo e na investigação arquivística. Esta pesquisa e análise consistiu em primeira fase, numa recolha bibliográfica dedicada ao estudo da

arquitetura civil, senhorial em Portugal, Península Ibérica e Europa. Posteriormente procedeu-se à pesquisa histórica documental em fontes manuscritas e impressas; pesquisa iconográfica (plantas, alçados, imagens); análise do carácter morfológico e tipológico do edificado; análise e recolha mediante registos fotográficos, organizando uma ficha por edifício/casa (ver volume 2); análise dos valores de matriz de sociabilidade, poder e cultura; análise da delimitação pombalina da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, 1758, as demarcações Marianas ou subsidiárias de 1761; análise da zona do Alto Douro Vinhateiro; análise da Rota do Douro Ibérico.

Foram muitas as instituições científicas a que recorremos por reunirem um número significativo de trabalhos relacionados com a arquitetura civil, nomeadamente obras de investigação diretamente relacionadas com o tema. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo revelou-nos um corpus documental, importantíssimo sobre as famílias da nobreza e do clero proprietárias desta arquitetura civil, senhorial de Lamego.

O tratamento das fontes, levada a cabo a partir das fichas de cada casa senhorial e que integram o volume 2, levaram-nos a sistematizar o estudo. A visita às casas no seu interior e na sua envolvência com quintais e quintas, em zonas vitícolas, quer na freguesia urbana de Lamego - Almacave | Sé, da cidade, com algum contexto campestre, quer nas mais ruralizadas em análise, Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem, (muitas delas cruzando-se e sobrepondo-se em áreas de domínio territorial da Ordem de Cister), revelou-se em alguns casos um processo de difícil concretização. Este facto que “arrastou” no vetor tempo, a investigação foi um constrangimento real à prossecução dos nossos objetivos. E, realçamos a casa do Parque, na cidade de Lamego, bem como a casa do conde de Samodães, onde nunca se viabilizou a nossa entrada, a primeira por ter transitado de uma ordem religiosa, para um processo de venda e posterior compra e posse de particulares, a segunda por estar parcialmente em ruínas. Outro constrangimento na prossecução dos nossos objetivos, foi a dispersão do corpus documental de cada casa, pelos diversos proprietários e entidades. Há todo um trabalho de investigação nessa área por fazer no Douro, apesar de alguns livros sobre genealogias, sobretudo e trabalhos pontuais, já publicados, com qualidade, como os “Pergaminhos medievais da quinta da Pacheca⁷⁷⁰”, resultante do espólio, do arquivo familiar dos Serpa Pimentel, de Cambres.

Concluimos com o nosso estudo que há uma relação de coerência temática, entre as unidades físicas do território, da cidade e freguesias, e a arquitetura senhorial. Esta constatação

⁷⁷⁰ BARROS, Amândio Morais e LEAL, Paula Montes – *Os pergaminhos da Quinta da Pacheca*. I. 6/ Cadernos da Revista Douro – Estudos & Documentos. Edição GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do vinho de Porto em colaboração com BEIRA-DOURO – Associação de desenvolvimento do Vale do Douro, 2001. Vestígio de um período relativamente mal conhecido da história do Douro, esta obra vem comprovar, entre outros aspetos, a vitalidade da produção vitivinícola da região nos séculos XV e XVI, muito antes da época áurea que viria a associar os vinhos do Douro à denominação Porto e ao mercado britânico.

permitiu-nos identificar e apreender a visualidade das diretrizes da matriz da sociabilidade, do poder e da cultura em Lamego.

O processo construtivo, da arquitetura senhorial, nesta cidade, e nas freguesias referenciadas era praticamente um espaço lacunar na historiografia, tendo merecido menções muito pontuais e isoladas. cremos assim ter contribuído com o nosso estudo para uma reflexão sobre a arquitetura civil edificada no Douro, na zona de Lamego, num enfoque da História da Arte. Lamego é uma unidade territorial de que diversas fontes nos deram índices sobre o seu número de habitantes, como o Padre António Carvalho da Costa, *Na Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal...*, publicada em 1706; como Luís Caetano de Lima, C.R., 1671-1757, na *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...* de 1734-1736; como as *Memórias paroquiais de Lamego* de 1758. Estas últimas dão-nos a estrutura arquitetónica da cidade, e destacamos as casas nobres, como referenciámos em capítulo. A planta da cidade de Lamego e dos seus arredores datada de 1793 revela-nos a cidade com a sua arquitetura civil distribuída pela urbe, quer junto à Sé quer em Almacave. Concluimos que no século XVII e XVIII, a morfologia urbana passa por alterações significativas, particularmente no levantamento e remodelação de edifícios civis e religiosos. Procedeu-se à construção de imóveis de raiz, à conclusão de programas construtivos anteriores, bem assim como ao acrescento de estruturas barrocas em edifícios já existentes⁷⁷¹. Em alguns casos, contudo, podemos constatar que nos resta apenas uma memória documental, dada a alteração do traçado da urbe, ao longo do tempo, contrapondo as plantas da cidade do século XVIII, que se conhecem, nomeadamente a de 1791 levantada pelo Capit. Eng. Maximiano José da Serra, e a de 1793, com o que se encontra edificado no traçado urbano na contemporaneidade⁷⁷².

Foi nosso objetivo analisar os encomendadores, as famílias nobres, o clero e as suas dinâmicas. Concluimos que os laços de parentesco eram frequentes, constituíram elementos do poder e que estas elites foram difusores da cultura letrada, bem assim como muitos dos encomendadores foram autores de obra literária diversa⁷⁷³. Podemos concluir a importante ligação destas famílias ao Tribunal da Inquisição, à Ordem de Cristo, à Ordem Soberana Militar de Malta, estando nesta última, a casa das Brolhas, a casa do Poço e a casa do Visconde de Balsemão. A importância dos morgadios, que administravam, é reveladora do domínio sobre o território, como o morgadio de Balsemão, o morgadio do Espírito Santo, o morgadio de Guiães.

⁷⁷¹ Veja-se o caso da casa do Poço, em Lamego. Ver plantas arquitetónicas no Volume 2, ficha da casa, com a evolução das diferentes etapas construtivas do edifício desde a época medieval. Ver também as plantas arquitetónicas no Volume 2, ficha da casa das Brolhas, em Lamego, com estruturas anteriores à reconstrução do final do século XVIII (1777).

⁷⁷² Ver planta da cidade de Lamego e dos seus arredores datada de 1793; planta da cidade de Lamego levantada pelo Capit. Eng. Maximiano José da Serra, em 1791. Capítulo I, Volume I, desta Tese, “Capítulo I: O espaço na região demarcada e na cidade de Lamego. 3. 2. - Plano e morfologia urbana”.

⁷⁷³ Ver no Volume 2, Quadro Sinoptico Quadro 1 - Proprietários/familiares de casas senhoriais de Lamego, autores de obras manuscritas e impressas no séc. XVIII – XIX.

Concluímos que os encomendadores favoreceram a laboração de destacados arquitetos, artífices, mestres pedreiros, carpinteiros, pintores, estucadores, trabalhadores locais e de outras regiões que exerceram a sua atividade em Lamego, dando corpo a empreitadas de maior ou menor envergadura, para as quais exigiam muita qualidade.

As inúmeras encomendas permitiram que na urbe lamecense e seu termo, se desenvolvessem oficinas, que respondiam a essas solicitações por parte dos nobres e dos eclesiásticos locais. Concomitantemente entre os mestres criavam-se estreitas redes de solidariedade concernentes à criação de sociedades e parcerias (como Bento de Castro, Manuel Cardoso e Manuel Roiz), na adjudicação das obras da arquitetura civil/senhorial. Concluímos assim sobre a proveniência dos artistas ligados à arquitetura civil, autores de risco, e da construção, que muitos eram residentes na área da urbe, mas muitos ficam no anonimato, dada a inexistência de fontes com que nos deparámos. Desta forma, Lamego foi um centro aglutinador de encomendas de arquitetura senhorial, ao lado de outras cidades como Viseu, Coimbra, Braga, Porto e Lisboa.

Pela análise das casas nobres concluímos através das fontes da arquitetura senhorial (a tratadística - entre a teoria e a prática), que estas pela sua organização espacial e configuração dos elementos arquitetónicos, estão implantadas tendo seguido o fator proximidade ou vizinhança de cursos de água, abundantes na cidade de Lamego e nas freguesias. A cidade de Lamego, com a união das freguesias de Almacave e Sé, têm casas nobres numa área nas proximidades do ribeiro de Coura, do ribeiro das Nazes, do ribeiro das Lages e do rio Balsemão; as freguesias de Cambres, Penajoia, Samodães e Valdigem edificaram casas nobres numa área nas proximidades do rio Douro. As casas nobres seguiram assim na sua edificação cinco vias fluviais. Em termos percentuais, 47% das casas estão na proximidade do rio Douro, o que denota a importância dos recursos hídricos deste curso de água, 29% na proximidade do ribeiro do Coura e os restantes 24% nas proximidades do ribeiro das Nazes, do ribeiro das Lages e do rio Balsemão.

Relativamente às tipologias das plantas arquitetónicas das casas senhoriais de Lamego e freguesias, podemos concluir: 68% têm a planta retangular, 13% têm a planta irregular, 11% têm a planta em U, 5% têm a planta em L, 3% têm uma planta quadrangular.

Quanto à tipologia dos andares destas casas senhoriais de Lamego e freguesias citadas: 96% têm dois andares e 4% apresentam um andar. Quanto à tipologia destas casas de dois andares que apresentam/não apresentam bandas horizontais de marcação dos pisos que segmentam os panos de fachada e agregam os vãos em Lamego e freguesias referidas, temos 47% de casas com bandas horizontais de marcação de pisos e 53%, que não apresentam essas bandas. Verificamos que em quase cerca de metade das casas por nós estudadas, a existência de bandas horizontais de marcação dos pisos, exprimem a submissão a uma lógica de conjunto, semelhante a muitas das propostas de Serlio. Trata-se de um conhecimento explícito desta

tratadística, por parte do encomendador da obra e do mestre pedreiro ou arquiteto que as traçou no risco. Outros elementos da tratadística de Serlio foram usados nas casas, como a utilização de esferas de granito, quer na fachada da casa do Visconde de Arneiros, quer no remate da escadaria interior da casa da família Souza Maldonado, sita na freguesia de Almacave e Sé. Também o tratado de Serlio, *Livro Segundo*, apresenta, o modelo conceptual a que poderá ter obedecido a construção da escadaria interna da casa dos Pereira Coutinho / casa dos Vilhenas (sede da Santa Casa de Misericórdia), em Lamego.

Algumas destas casas possuem escadaria interna de grande monumentalidade como na casa das Brolhas, na urbe, junto às imediações da Sé e noutros casos uma escadaria pequena de acesso ao piso nobre, de um só lance, de reduzidas dimensões, sem o mínimo de aparato, meramente utilitárias. Estas são muito análogas entre si, como as das casas seguintes: casa dos Mores, casa dos Pinheiros de Aragão, casa dos Serpas ou casa de Santa Cruz, casa da rua da Seara, todas em Almacave e Sé e uma na zona rural, da freguesia de Cambres, a casa da Corredoura.

No território em análise e constituindo-se como exemplares alternativos à maioria das casas senhoriais, mas apresentando-se com uma percentagem significativa, as casas com mais de dois andares, são dez.

A nível da anatomia dos interiores, de entre o número significativo de dependências, em algumas das casas temos a presença da cozinha, como um aposento onde se destaca a lareira de granito, com grande chaminé, como na casa das Brolhas, na casa dos Mores, ambas em Lamego, e na casa da Corredoura, em Cambres. A cozinha integra ainda as casas de quintas, constituindo um aposento à parte, patentes no Paço do Monsul, em Cambres e na quinta da Pacheca na mesma freguesia. Era dada muita importância aos tetos dos aposentos, porque temos dependências que apresentam tetos em masseira pintados ou fortemente trabalhados com relevo, como na casa do Assento ou Solar dos Padilhas (sede região de turismo do Douro sul/ Almacave e Sé), e com tetos de masseira pintados com brasões, na casa do Alvão (Almacave e Sé). Existem alguns tetos em estuque, no zagão do rés do chão, no salão, na sala da música do piso nobre e na capela da casa das Brolhas, em Lamego. Esta tem papel de parede historiado/decorativo na sala da música, com várias cenas em ambiente rural, caçadas, passeios na natureza, música e temas literários, particularmente a obra de Cervantes.

Relativamente aos elementos arquitetónicos, paredes, fachadas e varandas podemos concluir que o eixo porta-janela – eixo de perspetiva, condutor do olhar para o piso do senhor e suporte da pedra de armas é um vetor importantíssimo na cidade de Lamego e freguesias da nossa amostra de estudo e que teve em conta elementos da tratadística, de *Règles Des Cinq Ordres D'Architecture de Vignola* (1562), da *Architectvra: von Ausstheilung, Symmetria vnd der Porportion der Funff Seulen*, de Wendel Dietterlin (1598). Relativamente a outros aspetos

da tratadística, aplicados nas casas senhoriais da nossa área de estudo, temos Serlio, presente em alguns aspetos decorativos.

A pedra de armas integrando a fachada principal do edifício, já era ostentada na arquitetura Italiana do Renascimento. E, os palácios da cidade de Roma seguiam este modelo de risco/desenho da fachada com a porta principal no rés do chão, encimada por uma janela/varanda no primeiro piso, e rematada por uma pedra de armas, independentemente de haver ou não mais um piso acima do edificado.

Sobre as tipologias da pedra de armas das casas senhoriais de Lamego e freguesias da nossa amostra, 40% têm a pedra de armas na frontaria da casa; 26% têm na frontaria da capela; 18% não têm pedra de armas; 8% têm pedras de armas noutras situações e as restantes 8% têm na esquina da casa, formada pelo ângulo das duas paredes.

O nosso estudo aponta para a existência de 15 casas com a tipologia de eixo vertical visual com porta, janela/varanda, pedra de armas, de Lamego e freguesias estudadas, de entre a amostra de 38 (no total). A casa do Visconde de Arneiros ou casa dos Pinheiros de 1610 mandada edificar pelo padre António Pinheiro da Fonseca, foge a este esquema e foi objeto de análise distinta nesta tese, uma vez que a fachada apresenta significativas analogias estético – ideológicas, com aspetos do claustro de D. João III, do convento de Cristo de Tomar e com configurações do claustro do Colégio de Santo Agostinho ou da Sapiência, de fins do séc. XVI, de Coimbra.

Apesar de haver algumas casas que apresentam alguma austeridade arquitetónica, digna à época, como é o caso da casa do Poço (excetuando as janelas manuelinas), da casa do Parque e da casa dos Viscondes de Balsemão, as casas com grande aparato cenográfico predominam na área de estudo.

A sacralização do espaço doméstico, oratórios e capelas foi objeto de uma análise a partir da tratadística italiana do renascimento, com Andrea Palladio (1508-1580), *Quattro libri dell'architettura* (1570), de Gabriele Paleotti (1522-1597), *Discorso intorno alle imagini sacre e profane* (1582), do tratado de arquitetura “Il Settimo Libro D’Architettura Di Sebastiano Serlio Bolognese” (1584), sobre a construção de capelas em casas rurais e nas urbanas. Foi também indicador para o nosso estudo dos oratórios, a obra do doutor místico da Igreja, São João da Cruz (1542-1591), na obra *Subida do Monte Carmelo. Purificação Ativa do Sentido e do Espírito*, Livro terceiro, capítulo XXXVIII, assim como os normativos das *Constituições Sinodais* de Lamego de 1639.

Na relação entre a casa e a capela nas casas senhoriais de Lamego e freguesias objeto de estudo, a análise aponta: 59% das casas são isentas de capela; 31% têm capela integrada e 10% têm a capela destacada.

Nesta investigação sobre a casa nobre podemos concluir que está edificada no séc. XVIII, em áreas de domínios vitivinícolas, estabelecidas pela Companhia Geral da Agricultura

das Vinhas do Alto Douro – 1756, com as demarcações pombalinas em 1758 – 1761 e com as demarcações Marianas ou subsidiárias da primordial em 1788.

A comarca e concelho de Lamego foram objeto desta demarcação pombalina de 1758 pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. A demarcação abrangeu a freguesia atual de Penajoia, que abrange a quinta do Estremadouro, e a casa de Pousada, parte da freguesia de Samodães (casa do conde de Samodães, e casa dos Montenegro, por exemplo), como o lugar de Angorês, a freguesia de Cambres (casa da quinta dos Varais; quinta da Pacheca e a casa da Corredoura), a freguesia de Valdigem (quinta das Brolhas), e outras zonas que não estão dentro da área geográfica desta tese. Muitas das casas senhoriais, objeto da nossa investigação, estão inseridas também nas áreas de delimitação das demarcações Marianas ou subsidiárias da primordial, igualmente no Douro.

Algumas destas casas estão integradas em áreas de quintas, outras atualmente descontextualizadas, em espaço rural, mas sem enquadramento de espaço vitivinícola adjacente, que não lhes é subjacente na atualidade, apesar das suas raízes ancestrais nesse domínio. As demarcações pombalinas deixaram marcos de cantaria, no território, que podem ser visualizados em grande parte do território de estudo, em Cambres, Penajoia, Samodães (Angorês), e Valdigem.

Relativamente às quintas – importantes unidades de exploração vitícola, escolhemos /destacámos para a nossa investigação quatro casos: quinta das Brolhas na freguesia de Valdigem, e as restantes três na freguesia de Cambres, quinta da Pacheca, quinta do Paço do Monsul e a quinta dos Varais. Estas unidades de produção vitivinícola têm pelas suas linhagens genealógicas e heráldica, um passado relevante, e são espaços emblemáticos do Douro. Constatamos que todas estas quintas estiveram integradas na área das demarcações pombalinas do Douro vinhateiro de 1757-58, assim como nas demarcações Marianas ou subsidiárias da primordial. Estas quintas estão ligadas (á exceção de uma delas) aos monges cistercienses do mosteiro de S. João Batista de Tarouca e de Santa Maria de Salzedas. Trata-se de dois mosteiros masculinos da Ordem situados no vale do Douro. Algumas quintas que os monges votaram à exploração vitícola, ainda hoje persistem nessa atividade, mesmo que, à exceção dos topónimos, pouco ou nada aí evoque a memória das suas origens medievais. Tal é o caso de três das quintas por nós escolhidas: quinta da Pacheca; quinta do Paço do Monsul e quinta dos Varais.

Três destas quintas (quinta da Pacheca, quinta do Paço do Monsul e quinta dos Varais) estão incluídas no Alto Douro Vinhateiro - região demarcada do Douro. No entanto necessitam todas elas (estas e a quinta das Brolhas, na freguesia de Valdigem) de serem inseridas em legislação adequada que as salvguarde. Assim propomos neste trabalho por nós desenvolvido, a sua inclusão no estatuto de Imóvel de Interesse Público.

Com esta nossa tese de doutoramento, pretendemos também contribuir para um maior conhecimento da arquitetura senhorial de Lamego. Quanto às outras cidades portuguesas junto à

via fluvial do rio Douro, impõe-se um maior conhecimento, como vem acontecendo em Espanha, e noutros países europeus, com as suas cidades do ocidente localizadas na confluência de caudais de rios.

A contenção obrigatória do número de páginas e o facto de sair já bastante do alcance desta tese, não nos permitiu seguir outros caminhos que se poderão vir a revelar interessantes, por exemplo, o da influência e do conhecimento da figura da arquitetura de Malta, através dos seus representantes/encomendadores de Lamego, na cidade.

Concluimos que o património lamecense, no que concerne à arquitetura senhorial, constitui um legado importantíssimo do homem de seiscentos e de setecentos, do homem Barroco, e que essa arquitetura reflete uma matriz, enquanto “espelho” do espírito empreendedor, do poder económico, social, cultural e artístico dos seus encomendadores.

A cidade de Lamego possui com esta arquitetura civil, com um enquadramento na urbe, uma matriz artística, com capacidade para ser abrangida por legislação que eleve o seu centro histórico, a Património Mundial. A urbe, bem assim como estas freguesias estudadas apresentam uma área passível de virem a ser abrangidas igualmente por legislações que as integrem no território do Alto Douro Vinhateiro já reconhecido, por parte da UNESCO. Concluimos com isto que assim estariam salvaguardadas as possíveis práticas de reabilitação destes edifícios, e poderia constatar-se no território uma resposta mais profícua aos desafios da construção sustentável.

Partimos de uma cidade com um paradigma que resultou da sua condição física territorial, no seu aspeto de ponto de penetração interior por navegação da via fluvial, do rio Douro. O aspeto específico da verticalidade maciça dos edifícios senhoriais evidentes nos patamares, e socalcos territoriais, nas freguesias de Cambres, Samodães, Penajoia e Valdigem, oposta á horizontalidade da via aquática que constitui o rio, recentra o homem na emergente relação através do domínio do espaço, com essa realidade que é a estrutura de circulação – aquática, fluvial, de ligação à cidade do Porto, e às vias de escoamento do vinho, de que é produtor, por excelência, e que o liga aos mercados britânico, à América do Sul (ao Brasil), e à Rússia.

O aspeto da verticalidade maciça dos edifícios senhoriais lamecenses, patentes nos terrenos com socalcos acidentados, suportados por extensos muros de xisto, ao longo das freguesias ribeirinhas (na relação com a descida para o rio), permite-nos colocar como conclusão/ sugestão de trabalho, uma possível analogia entre o Douro e a arquitetura da água da Índia. Encontramos em ambos, no Douro e em alguns exemplos da arquitetura indiana soluções idênticas para idênticos problemas. Há um semelhante sentido do espaço. Não podemos estabelecer como é óbvio, influências diretas, nem as poderíamos demonstrar. Assim, temos patente em locais/monumentos como na lagoa com degraus, em Roda, datado do séc. VIII, como no Chand Baori, em Abhaneri (Rajasthan, datada do séc. IX), como no Rani ki Vav

(Queen`s Stepwell, Poço da Rainha), em Patan, encomendado em 1063, e em outros, como a cisterna que se situa ao lado de Nahagarh Fort, acima de Jaipur (datada de 1700)⁷⁷⁴, ou no tanque do Templo Peralassery Sri Subrahmanya, no distrito de Kannur (Keralam), estruturas em que o homem para ir buscar os benefícios da água desce por lances de escadas, em pequeníssimos patamares, até chegar ao fundo, ao veio aquático. É um paralelismo possível. O homem do Douro, no seu domínio da paisagem, efetua nesta região o mesmo movimento ascendente /descendente que o homem do oriente? Fica-nos a interrogação.



Fig.73 - Chand Baori, Abhaneri (Rajasthan). India, séc. IX (ca. 825).

⁷⁷⁴ Ver sobre a arquitetura da água na Índia a obra, LIVINGSTON, Morna – *Steps to Water: The Ancient Stepwells of India*. Princeton Architectural Press, 1ª edição, 1 de abril, 2002.

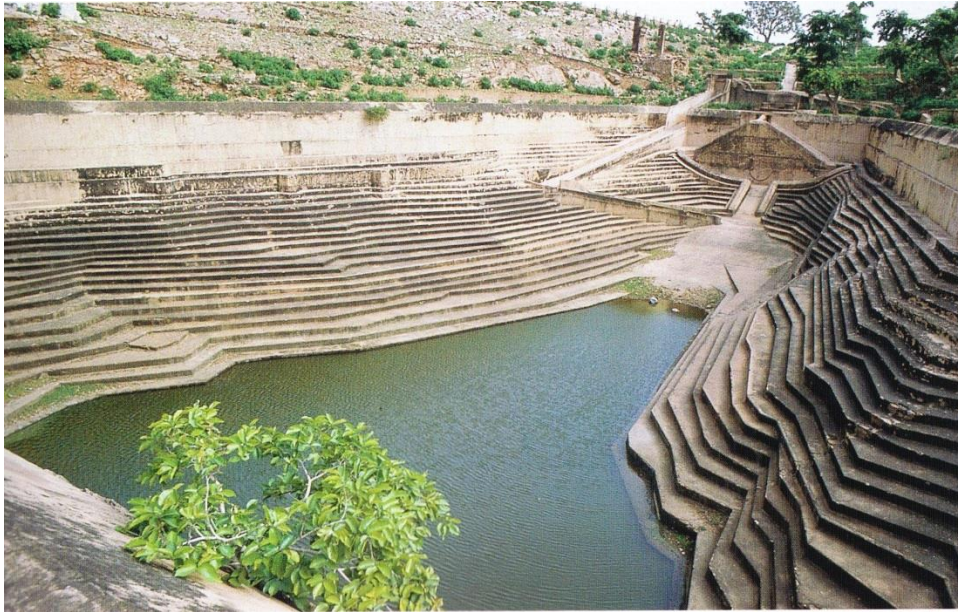


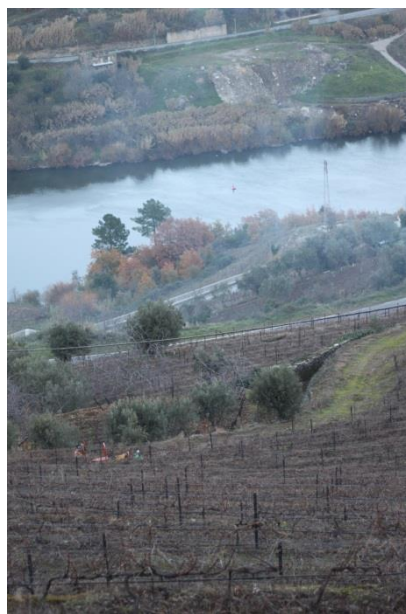
Fig.74 - Cisterna que se situa ao lado de Nahagarh Fort, acima de Jaipur. India, séc. XVIII.



Fig.75 – Tanque do Templo Peralassery Sri Subrahmanya, distrito de Kannur (Keralam). India.



76



77

Fig.76, 77 – Socalcos de vinha descendentes com o rio Douro, na freguesia de Samodães. Fotografias da autora.



Fig.78 – Socalcos de vinha descendentes com o rio Douro, na freguesia de Penajoia. Fotografias da autora.

Concluimos que o rio Douro foi um importante aspeto condicionador da construção das casas senhoriais em contexto rural, dado que estas casas, muitas integradas em quintas, veem o rio e são vistas na sua majestade construtiva pelos que circulam nele. O poder social, económico, e artístico de quem nelas reside é visualizado pelos que circulam no rio, e há uma interação desta arquitetura senhorial no espaço, nas freguesias de Cambres, Samodães, Penajoia e Valdigem.



Fig.79 – Rio Douro visto da freguesia de Samodães. Fotografia da autora.

BIBLIOGRAFIA

I – Fontes, Obras de Consulta

Manuscritos

Arquivo da Universidade de Coimbra

António Pinheiro da Fonseca. Código de referência PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/P/005233. Alunos da Universidade de Coimbra 1536/1919-10-08.

António Pinheiro, vide Fonseca 1585-11-16/1590-04-14. Faculdade: Cânones. História administrativa/biográfica/familiar - Filiação: Gervásio Domingues. Naturalidade: Amarante. Datas de produção: 1585-11-16 A data é incerta a 1590-04-14.

Arquivo Distrital de Viseu

Fundos e Coleções: Arquivos de Famílias - Família Guedes (Lamego); Pedro Guedes de Magalhães; morgado do Espírito Santo (século XVII); D. Maria Teresa de Aragão Vasconcelos Osório.

Arquivo Histórico Familiar da Casa das Brolhas – Freguesia de Almacave e Sé – Lamego (Lisboa)

Plantas da Casa das Brolhas, Escala: 1/100. Rés-chão, 1.º andar, 2.º andar. S/d; S/a.

Arquivo Histórico Familiar da Casa do Conde de Samodães / Casa da Fonte – Freguesia de Samodães – Lamego (Porto)

Plantas do “Projeto de Arquitetura, Lar de Idosos”, Samodães, Lamego. Avaliobra, Engenharia, Arquitetura, Construção Civil. Arquiteto Vitor Jorge da Silva Rodrigues Simões. Fevereiro de 2005.

**Arquivo Histórico Familiar dos Viscondes de Balsemão – Freguesia de Almacave e Sé -
Lamego (Lisboa)**

Correspondência entre o 1.º Visconde de Balsemão e o seu primo, o Grão-Mestre da Ordem de Malta Frei Manuel Pinto da Fonseca;

Correspondência;

Carta de participação da morte do Grão-Mestre da Ordem de Malta Frei Manuel Pinto da Fonseca;

Concessão da Ordem de Malta ao 1.º Visconde de Balsemão, em 1767, pelo Grão-Mestre da Ordem de Malta Frei Manuel Pinto da Fonseca;

Genealogia do Visconde de Balsemão/ Grão-Mestre da Ordem de Malta Frei Manuel Pinto da Fonseca.

**Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul (AHQPM) – Freguesia de Cambres -
Lamego**

Planta da Quinta do Paço do Monsul.

Arquivo do Paço de Molelos (Tondela)

Genealogia da Família da Casa da Corredoura (Francisco Rebelo Teixeira/Francisco Perfeito Pereira Pinto Rebelo de Vasconcelos).

A.F.M.D. (Arquivo da Fundação do Museu do Douro - Régua)

Documentos Avulsos do Paço do Monsul;

1600 Escripura de Dotte que fez o Sr. Pedro Guedes de Carvalho a sua filha D. Catharina de Carvalho para cazar com Luiz Pinto de Souza Fidalgo da Caza Real e Morgado de Balsemão em 2 de Setembro de 1600 como se ve do Documento q. esta neste Livro com o numero 4 a folhas 16.

1644 Certidao pella qual se ve que o Sr. Gaspar de Carvalho Carneiro senhor da Quinta do Paço do Monsul era Escrivão da Camara e Alferes Mor da Cidade de Lamego em 6 de janeiro de 1646 ve o Docum TT.º 6 a fl. 27.

1679 Escripura e instituição de Vinculo e Capella que instituiu a Sr.ª D. Antónia Sallemma de Vasconcellos senhora da Quinta do Paço de Monsul e seu Marido Joze Teixeira de Azevedo Cabral Fidalgo da Casa Real em os 4 de novembro de 1679. consta de Documento TT. 8. a folhas 39.

1742 Escripura de Instituição de Vincullo e Morgado que Instituiu o Sr. Gaspar Leal Gomes Sargento Mor da Cidade de Lamego em 26 de junho de 1742 na qual chamou para primeiro Administrador o seu Netto o Sr. Bernardo Gudes de Vasconcellos, ve o Documento TT.9. q. esta neste L.º a fl. 43.

1751 Prazo q. fez o Real Mosteiro de St.^a Maria de Salzedas ao Sr. Bernardo Guedes de Vasc. Em 8 de junho de 1751. ve o Documento TT. 10. q.º esta aqui neste Livro a folhas 57.

1751 Cópia do Prazo de huma Vinha denominada a Pedreirinha citta dentro da Quinta de Paço do Monsul que o Real Mosteiro de Sancta Maria de Salzedas fez ao Sr. Bernardo Guedes de Vasconcellos em 8 de junho de 1751. esta neste L.º Documento TT. 11. a folhas 70.

1752 Prazo que fez o Real Mosteiro de Sancta Maria de Salzedas ao Sr. Bernardo Guedes de Vasconcellos e a sua Molher D. Maria Bernarda Barboza Cabral em 2º de julho de 1752 de huma Leira no citty do Cavalheiro do Mourão e por outro nome a Sancta Caza consta do Documento q. esta neste Livro Documento TT. 12 a fl. 77.

Livros do Paço do Monsul.

1754 Prazo que fez o Real Mosteiro de Sancta Maria de Salzedas ao Sr. Bernardo Guedes de Vasconcellos Morgado do Monsul de huma Quinta denominada o Paço em 17 de dezembro de 1754 esta neste Livro Documento TT. 13. a folhas 85.

1754 Prazo que fez o Real Mosteiro de Sancta Maria de Salzedas ao Sr. Bernardo Guedes de Vasconcellos de huma Vinha citta no Monsul junto a Quinta da Bogalheira feito em 19 de dezembro de 1754 como se ve do Documento TT. 15 que esta neste Livro a folhas 101.

1762 Prazo que fez o Sr. Bernardo Guedes de Vasconcellos a sua Molher D. Maria Bernarda Barboza Cabral do Paço do Monsul em 4 de janeiro de 1762 a Manoel Antunes e a sua Molher do Logar de Contim como se ve do Documento TT. 17 a folhas 124.

1789 Prazo que fez o Mosteiro de S. João de Arnoia ao Sr. Luiz Guedes de Carvalho Souza Vasconcellos em 11 de Septembro de 1789 de huma Quinta chamada a Seremanha como se ve neste Livro Documento Nt.^a 19 a folhas 139.

Livro: Historia das Propriedades da Caza do Monsul. Capella de Santo Antonio, fl.101-117.

Documentos Avulsos do Monsul, 1866, fl.1-11. Coutto e Caza do Paço e Torre no Monsul.

Arquivo Histórico da Família Serpa Pimentel, da Quinta da Pacheca – Freguesia de Cambres - Lamego

Iconografia: Fotografias.

Arquivo da Quinta dos Varais – Freguesia de Cambres - Lamego

Genealogia; Iconografia: fotografias.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lamego – Freguesia de Almacave e Sé - Lamego

Plantas;

Iconografia: Fotografias.

Arquivo do Paço Episcopal de Lamego – Freguesia de Almacave e Sé - Lamego

Capelas particulares, 1955 [Inquérito distribuído em 1955 pelas paróquias da Diocese de Lamego, sobre a localização, estado e propriedade das capelas públicas de propriedade particular].

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Códice 673, fl. 259-259v. e 260, Relação dos Acionistas da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, & C.

COSTA, Padre António Carvalho da – *Corografia portuguesa e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal...*, Tomo II, Livro I, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

Constituições Synodaes do Bispado de Lamego, feitas pelo Ilustríssimo, & Reverendíssimo Senhor D. Migvel de Portvgal pvblicas, e aceitas no Synodo, que o dito Senhor celebrou em o anno de 1639. Lisboa, Officina de Migvel Deslandes. M.DC.LXXXIII (1683).

Fundo da Biblioteca Joanina (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra): Reservados – Livro Antigo

Tratados de Arquitetura, Tratados de Geometria;

VASI, Giuseppe - *Delle magnificenze di Roma Antica e moderna... Dedicata alla sacra Real Maestà di Carlo infante di Spagna ré delle Due Sicilie / Con una spiegazione istorica di tutte le cose notabili di dette porte; Composta dal P. Giuseppe Bianchini Veronese...*, Roma: Nella Stamperia del Chracas presso S. Marco al Corso, 1747- [1761].

Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva de Viseu - Sessão de reservados

Tratados de Arquitetura; Tratados de Geometria;

Constituições Synodais do Bispado de Viseu – 1617, Coimbra, Niccolas Carvalho Impreffor da Universidade, 1617.

Biblioteca Nacional de Lisboa

NEGREIROS, José Manoel de Carvalho e – *Aditamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo que foi ofº a S A Real o Príncipe Nosso Senhor que Deus guarde em o anno de 1792-1797*, Lisboa. Códice 3758-62, fls 90 a 94.

Câmara Municipal de Lamego – Departamento de Obras e Urbanismo (DOU)

Plantas de adaptação do Solar Pinheiro de Aragão a Biblioteca Municipal. Projeto de abril de 2007.

Plantas do projeto de aditamento da casa da Rua da Seara, n.º94, Almacave, Lamego, 2001, do proprietário Hijino do Carmo Rodrigues.

Santa Casa da Misericórdia de Lamego. Plantas de adaptação do edifício, dezembro de 1989.

Plantas do projeto de obras da Quinta da Azenha, Cambres, Lamego. Proprietário Dr. Manuel Mascarenhas Gaivão. Arquiteto Carlos Maria de Azeredo. Setembro de 2003.

Instituto dos Vinhos do Douro e Porto – Porto

Fotografia do Marco Pombalino N. 19, Feitoria, em Valdigem. Coleção Instituto dos Vinhos do Douro e Porto - s/d; Fotografia da Casa Alvão, Porto.

Fotografia do Marco Pombalino N. 22, Feitoria 1758, em Valdigem. Coleção Instituto dos Vinhos do Douro e Porto - s/d; Fotografia da Casa Alvão, Porto.

Fotografia do Marco Pombalino N. 26, Feitoria 1758, em Valdigem. Coleção Instituto dos Vinhos do Douro e Porto - s/d; Fotografia da Casa Alvão, Porto.

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

IE. Caracterização da Exploração Agrícola, Quinta dos Varais, 18-12-2009 (3 Documentos de João Batista de Castro Girão de Azeredo Leme).

P3. Sistema de Identificação parcelar. Documentos Ortofotográficos das Parcelas. Quinta dos Varais, 18-12-2009 2009 (14 Documentos de João Batista de Castro Girão de Azeredo Leme).

Torre do Tombo, Lisboa

ANTT. PT - Chancelaria Régia 1211/1826. Chancelaria de D. Manuel I 1496/1521. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 44. *Diogo Fernandes, corretor de cavalos em Lisboa, nomeado corretor de cavalos, bestas e escravos na corte.* 1521-07-01. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 44, fl. 69.

ANTT. PT - Chancelaria Régia 1211/1826. Chancelaria de D. Manuel I 1496/1521. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 6 1483-07-04/1503-11-05. *Ordem e mestrado de Cristo confirmação das bulas outorgadas pelos Papas, pelas quais a vintena do ouro, escravos e outras mercadorias que vierem das partes da Guiné e das Índias sejam para sempre arrecadadas e pagas ao recebedor desse mestrado.* 1502-02-22. Chancelaria de D. Manuel I, liv. 6, fl. 50v.

ANTT. PT - Corpo Cronológico 1161/1699. 2 Parte II 1161/1648. Maço 61 1515-10-04/1515-11-09. *Ordem de Pero de Alpoim ao almoxarife para que mandasse dar a sete escravos de D. Manuel I seu mantimento de arroz para 15 dias.* 1515-10-15. Corpo Cronológico, Parte II, mç. 61, n.º 74.

ANTT. PT - *Dicionário Geográfico.* Vol. 19, pp.351 e segs.

A.N.T.T. PT – Leis e ordenações 1222/1926. Coleção de leis 1222/1926. *Traslado de uma lei extraída das ordenações de D. Manuel I de 22 de março de 1502, em que proíbe aos escravos*

de ambos os sexos e cores, comerem ou beberem nas vendas públicas e que manda que estas fechem à hora do sino corrido. 1502-07-18. Leis e ordenações, Leis, mç. 2, n.º 3.

ANTT. PT - Memórias Paroquiais, 1758, vol.8, n.º 60, p.365 a 384. Cambres, Lamego.

ANTT. PT - Memórias Paroquiais, 1758, vol.10, n.º 213, p.1371 a 1378. Castelo, Lamego.

ANTT. PT - Memórias Paroquiais, 1758, vol.19, n.º 42, p.219 a 350. Sé, Lamego.

ANTT. PT - Memórias Paroquiais, 1758, vol.19, n.º 42a, p.351 a 368. Almacave, Lamego.

ANTT. PT - Memórias Paroquiais, 1758, vol.28, n.º125, p.893 a 898. Penajoia, Lamego.

ANTT. PT - Memórias Paroquiais, 1758, vol.33, n.º42, p.289 a 296. Samudães, Lamego.

ANTT. PT - Memórias Paroquiais, 1758, vol.38, n.20, p.105 a 116. Valdigem, Lamego.

ANTT. PT - RGM. Registo Geral de Mercês de D. João V, liv. 32, fl.380.

ANTT. - PT - RGM. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 10, f. 435v.

ANTT. PT - RGM. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.11, f. 38.

ANTT. PT – RGM. Registo Geral de Mercês de D. Pedro II, liv. 11, fl.240.

ANTT. PT – RGM. Registo Geral de Mercês de D. Pedro II, liv. 14, fl.45.

ANTT. PT - TSO. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 182, doc. 2708. Secção A Ministros e Familiares

ANTT. PT – TSO. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, José, mç. 144, doc. 2827.

Impressos

1. Fontes e Tratados

ALBERTI, Leon Battista (1404-1472) - *De re aedificatoria*, Nicollo du Lorenzo, Florença, 1485.

BLONDEL, Jacques-François – *De la distribution des maisons de plaisance et de la decoration des edifices en general*. 2 Vol. Paris: Chez Charles-Antoine Jombert, 1737/1738.

– *Architecture Française*. 4 Vol. Paris: Chez Charles-Antoine Jombert, 1752.

– *Fragments d'Architecture et desseins...qui decorent les facades du Louvre*, V. De F. Chércau, Paris, ca. 1730.

BRISEUX, C.E. – *L'art de batir des maisons de champagne...* 2 vols. Paris: chez Prault Pere, 1743.

BRISEUX, C.E. – *Traité du beau essentiel dans les arts aplique à l'architecture*. 2 Vol. Paris, 1752.

BRISEUX, C.E. – *Traité du beau essentiel*. Geneve, Minkoff, 1974 (1.^a edi.: Paris, 1752).

DU BREUIL, Jean - *La perspective pratique nécessaire à tous peintres, graveurs, sculpteurs, architectes, orfèvres, brodeurs, tapissiers, & autres se servans du dessein*. Paris: Chez Melchior Tavernier, 1642-1649.

GUARINI, Guarino – *Architetettura Civile. A Cura Di Renato Bonelli e Paolo Portoghesi*. Edizioni Il Polifilo. Milano. 1968.

PALEOTTI, Gabriele – *Discorso intorno alle imagini sacre e profane. Diviso in cinque libri, dove si scuoprono varii abusi loro e si dichiara il vero modo che cristianamente si doveria osservare nel porle nelle chiese, case et in ogni altro luogo*. Raccolto e posto insieme ad utile delle anime per commissione di Monsignore Illustriss. e Reverendiss. Card. Paleotti Vescovo di Bologna. Al popolo della città e diocesi sua. In Bologna, per Alessandro Benacci, MDLXXXI.

PALLADIO, Andrea – *Los quatro libros de arquitectura*. Madrid, akal, 1988.

POZZO, Andrea (1642-1709) – *Perspectiva Pictorum et Architectorum*. Ioanis Jacobi Komarek Bohemi, Roma, 1693-1700.

POZZO, Andrea – *Perspectivae pictorum atque architectorum*. Partes 1 e 2. Augsburgo: Impensis Jeremiae Wolffii, 1719.

POZZO, Andrea – *Perspective in architecture and painting*. Nova Iorque, Dover publications, 1989.

Règles Des Cinq Ordres D'Architecture de Vignolle. (Reueuee Augmentees et Reduits de Grand en petit par le Muet). A Paris: Chez Melchior Tauernier, 1632. Giacomo Barozio (1507-1573), consagrado como Vignola.

ROSSI, Domenico – *Studio d'Architettura civil sopra varie chiefe, capelle di Roma e Palazzo di Caprarola, et altre Fabrichi insigne di Roma...3 vol*. Roma, 1721-1722.

SAGREDO, Diego – *Memorias del Romano agora nueuamente impressas y añadidas de muchas pieças e figuras alos oficiales que quieren seguir las formaciones delas basas, columnas, capiteles, y otras pieças de los edificios antiguos*. Lisbona: por Luís Rodrigues, 1542.

SERLIO, Sebastião – *Architettura civile: Libri sesto settimo e ottavo nei manoscritti di Mónaco e Vienna*. Milano: Edizioni il Polifilo, 1994.

SERLIO, Sebastião – *Il Settimo Libro D'Architettvra Di Sebastiano Serlio Bolognese. Nel qual si tratta Di molti accidenti, che possono ocorrerº al Architetto: so como neila seguente pagina si legge*. In Venetia, Appresso Franscesco de Franceschi Senese, MDLXXXIII.

SERLIO, Sebastiano – *Tercero y Quarto Libro de Architectura*. Toledo: em casa de Ivan de Ayala, 1552.

SERLIO, Sebastiano – *Tvtte l'opere d'architettura et prospectiva...Veneza, Giacomo de Franceschi, 1619 [Londres, Gregg International Publishers Limited, 2.ª imp., 1968]*.

VIGNOLA, Giacomo – *Regra das cinco ordens de architectura: segundo os princípios de Vignola, com um ensaio sobre as mesmas ordens feito sobre o sentimento dos mais celebres architectos*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1787.

VIGNOLA, G. B. da – *Breve Tratado das Cinco Ordens de Architectura*. Traduzido, compilado e apresentado por José da Costa Sequeira. Estar Editora. Lisboa, 2000.

VIGNOLA, Giocomo Barozio (1507-1573) – *Le due regole della prospettiva pratica...*, Stamperia Mascardi, Roma, 1644.

VIGNOLA, Jacques Barozio de – *Regla de las cinco ordenes de Architectura*. Madrid, 1593.

WENDEL, Dietterlin – *Architectura de postium seu portaliu ornatu vario*. Argentinae: apud heredes Bernhardi lobini, 1595.

WENDEL, Dietterlin – *Architectura: Von Auftheilung, Symmetria vnd Proportion der Fünff Seulen, und aller darauß volgender Kunst Arbeit, von Fenstern, Caminen*. Nürnberg, 1598.

2. - Obras de Consulta⁷⁷⁵

A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos Interiores. Coord. Isabel Mendonça, Hélder Carita, Marize Malta. Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

Actas do 1.º Congresso Internacional do Barroco. Reitoria da Universidade Porto. Governo Civil do Porto. 2 Volumes. Porto, 1991.

Actas do 2.º Congresso Internacional do Barroco. 2001 / Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 Volumes. Porto, 2003.

Actas do 1.º Congresso Internacional: Casa Nobre um património para o futuro. Município de Arcos de Valdevez, 2007.

Actas do 3.º Congresso Internacional: Casa Nobre Um Património para o Futuro. Município de Arcos de Valdevez, 2013.

A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia. Coordenação de Fernando de Sousa. Co-edição CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento. Porto, 2008.

A Ordem de Malta e o Mundo. Direcção de Martim Albuquerque. Edições Inapa, SA, 1998.

Advertencias aos modernos, que aprendem o officio de pedreiro, e carpinteiro. Valerio Martins de Oliveira (mestre pedreiro), de Lisboa, publicado pela Regia Officina Sylviana, e pela Academia Real, e datado de M.DCC.LVII. 3.ª edição.

ALBUQUERQUE, Conde de – A Ordem Soberana de Malta em Portugal. Espiritualidade, Assistência e Património. Edição ACD Editores, 1.ª edição, 2006.

⁷⁷⁵ Indicam-se apenas as obras que consideramos relevantes na construção do texto.

- ALVES, Alexandre – *Artistas e artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu, 2001, 3 Volumes.
- ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro. *Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. I Série, Vol. IV. Porto, 2005, pp.16-18.
- ALVES, Joaquim Jaime Ferreira – *O Porto na Época dos Almadás (1757 – 1804), Arquitectura, Obras Públicas*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Vol. I. Porto, 1987.
- ALVES, Jorge Fernandes – *Transportes no Rio Douro: sobre as máquinas de alar. O Tripeiro*, 7.ª série, ano 17, n.º 6 (junho 1998).
- AMARAL, João – *Obras realizadas na Sé de Lamego no século XVIII*. Boletim da Casa Regional da Beira Douro. Porto, CRBD, XIII (1964), 141-144, 185-187, 218-220 e 227-228. *Aniversário da Classificação pela UNESCO, Alto Douro Vinhateiro Património Mundial*. CCDRN (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), DOURO Estrutura de Missão.
- ARGAN, Carlo – *Storia dell'arte come storia della città*. Editori Riuniti. Roma 1983.
- “Arquitectura Civil” In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Direcção de José Fernandes Pereira; Coordenação de Paulo Pereira. Editorial Presença, Lda. Lisboa, 1989.
- Arquitecturas da Paisagem Vinhateira*. Museu do Douro. Peso da Régua, 2008.
- Arquivo do Distrito de Aveiro*. Volume XL. Aveiro, 1974, p.154.
- AZEREDE, Francisco de – *Casas Senhoriais Portuguesas*. Roteiro da Viagem de Estudo do IBI (Internationales Burgen – Institut). Instituto Internacional dos Castelos. 1986.
- AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses. Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2.ª Edição. Livros Horizonte. Lisboa, 1969.
- AZEVEDO, Correia de – *Brasões e casas brasonadas do Douro*. S/e, s/l. 1974.
- AZEVEDO, Joaquim de – *Historia eclesiástica da cidade e bispado de Lamego*. Typographia do Jornal do Porto: 1878.
- BAJARD, Sophie; BENCINI, Raffaello – *Villas and Gardens of Tuscany*. Paris: Finest/Pierre Terrail, 2002.
- BARROS, Amândio Morais e LEAL, Paula Montes – *Os Pergaminhos da Quinta da Pacheca*. I. 6/ Cadernos da Revista Douro – Estudos & Documentos. Edição GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do vinho de Porto em colaboração com BEIRA-DOURO – Associação de desenvolvimento do Vale do Douro, 2001.
- BENTMANN, Reinhard, y MÜLLER, Michael – *La villa como arquitectura de poder*. Barcelona, Barral, 1975.

BERGER, Francisco José Gentil – *Lisboa e os Arquitectos de D. João V. Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa*. Edições Cosmos. Arquitectura. Lisboa, 1.^a edição Maio 1994.

BIANCHI-DE-AGUIAR, Fernando (Coor.), *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto, 2000.

BORGES, Inês da Conceição do Carmo - A Sala da Música da Casa das Brolhas em Lamego: Programas Decorativos e Iconográficos. *III Colóquio Internacional - A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores. Caderno de Resumos*. Universidade Católica Portuguesa, Porto 2016.

BORGES, Inês da Conceição do Carmo - A Sala da Música da Casa das Brolhas em Lamego: Programas Decorativos e Iconográficos. *Atas do III Colóquio Internacional - A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores*. Edição: Universidade Católica Editora/CITAR. Universidade Católica Portuguesa. Porto 2018.

BORGES, Inês da Conceição do Carmo – *O Solar de Santana. Museu Municipal de Tondela e a Arquitectura Senhorial da Região*. Editora Palimage, Terra Ocre. Coimbra, 2010.

BORRALHO, Maria Luísa Malato R. – *D. Catarina de Lencastre (1749-1824) – Libreto para uma autora quase esquecida*. Dissertação de Doutoramento. 2 Tomos. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1999.

BORRALHO, Maria Luísa Malato R. - “Por Acazo Hum Viajante...”. *A Vida e a Obra de Catarina de Lencastre, 1.^a Viscondessa de Balsemão (1749-1824)*. Temas Portugueses. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa, 2008.

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira – *Habilitações nas Ordens Militares. Século XVII a XIX. Ordem de Cristo*. Tomo I – A-F. Guarda-Mor, Edição de Publicações Multimédia Lda. Lisboa.

Botões de Libré Portugueses Armoriados (Coleção Segismundo Pinto). Roteiro de uma Exposição. I Congresso de Heráldica de Tomar. Edição da Câmara Municipal de Tomar, da Academia Portuguesa de Ex- Lúbris, e da Universidade Lusíada, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos. Tomar 2003.

BRANCO, Camilo Castelo – *Curso de Litteratura Portuguesa*. Livraria Editora de Matos Mattos Moreira & C.^a. Lisboa 1876.

BRANCO, Diana Alexandra de Oliveira – *Lamego. Evolução e Consolidação do Centro da Cidade – do Século XVI ao Século XIX*. Prova final de Licenciatura em Arquitectura. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Ano lectivo 2005/2006.

BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Nicolau Nasoni e a reconstrução da Catedral de Lamego*. Revista “Beira Alta”, vol. XXXVI, fasc.1, Viseu, 1977.

BUSSAGLI, Marco – *Arquitectura Italiana do Renascimento*. Magnus Edizioni Srl, Udine, Italy, 2012.

CAMPOS, Raquel Fortuna Guerra – *Arquitectura e Comunicação Visual, a Imagem da e na Cidade*. Prova final de Licenciatura em arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2000/2001, Porto.

Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial (2000), Porto: Fundação Rei Afonso Henriques.

CAPELA, José Viriato e MATOS, Henrique – *As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Edição José Viriato Capela. Braga, Abril de 2010.

CARDOSO, Altino Moreira – *A Magna Carta da História do Vinho do Porto. Escritura de Cister (1142)*. Mem Martins: Amadora-Sintra. 1ª Edição, Setembro de 2012.

CARDOSO, António Barros – *A normalização do comércio de vinhos do Douro: (da crise comercial de 1754 à instituição da Companhia dos Vinhos)*. Universidade do Porto. Faculdade de Letras, Porto 2002.

CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes: o Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*. Tese de Doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 3 Volumes. Porto, 2001.

CARDOSO, António Barros – *O Porto e o comércio do vinho: dos alvares de setecentos à instituição da Real Companhia (1756)*. Universidade do Porto. Faculdade de Letras, Porto 2001.

CARDOSO, António Barros, e TRILHO, Sílvia – *Quintas Históricas do Douro – Um Património a Preservar e a Valorizar. Actas do 3.º Congresso Internacional Casa Nobre um Património para o Futuro*. Município de Arcos de Valdevez. 2013.

CARITA, Hélder – *José de Carvalho Negreiros e a Arquitectura Civil Portuguesa nos finais do século XVIII*. In *Actas do 3.º Congresso Internacional: Casa Nobre Um Património para o Futuro*. Município de Arcos de Valdevez, 2013.

CARITA, Helder e CARDOSO, António Homem - *A Casa Senhorial em Portugal*. Editora Leya. Dezembro de 2015.

CASTEL-BRANCO, Cristina – *Jardins de Portugal*. Edição do Clube de Colecionador dos Correios. CTT Correios de Portugal. Junho de 2014.

CASTILHO, Liliana Andrade de Matos - *A Cidade de Viseu nos Séculos XVII e XVIII: Arquitectura e Urbanismo*. Tese de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. F.L.U.P., Porto 2012. 2 Volumes.

CARVALHO, A. Ayres de – *D. João V e a arte do seu tempo*. Edição do Autor, Tipografia da C.A.P.L.C.M. Mafra, 1962.

- *Catálogo da colecção de desenhos*. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1977.

CARVALHO, Filomena, BRAGA, Joana - *Cabido da Sé de Lamego: catálogo*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa, Novembro de 2016.

Catalogo della biblioteca del Sagro militar ordine di S. Giovanni Gerosolimitano oggi detto di Malta. Franz Paul von Smitmer, 1781.

CENTENO, Manuel Eduardo Salgado da Rocha – *Sistemas de Comunicação Visual na Cidade e na Arquitectura.* Prova final de Licenciatura em Arquitectura na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2005/2006, Porto.

CENTENO, Maria Pereira – *O Comércio de Vinhos no Porto na Época de Pombal (1757/1772).* Tese de Mestrado em Estudos Locais e Regionais. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto 2005.

CENTENO, Marta Maria Pereira – *O Comércio de Vinhos no Porto na Época de Pombal (1757-1772).* Tese de Mestrado em Estudos Locais e Regionais. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2005.

Cister no Vale do Douro (Coord. Geraldo Coelho Dias, OSB; Luís Miguel Duarte).

COELHO, Maria da Conceição Pires – *A Igreja da Conceição e o Claustro de D. João III do Convento de Cristo de Tomar.* Edição da Assembleia Distrital de Santarém, 1987.

Colecção das Leys, Decretos e Alvarás..., desde 31 de Julho de 1769 até 7 de Abril de 1775, Alvará, pelo qual se dá providencia ás fraudes, e escandalos, que se costumam praticar a respeito dos Vinhos do Alto Douro. Lisboa, regia officina typografica, 1775.

Collecção chronologica da legislação portugueza. Compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva (Bacharel formado em Direito). 1620-1627. Imprensa de J. J. A. Silva. Lisboa, 1855.

CORDEIRO, J. Alcino – *Quintas do Douro.* 2.^a Edição Régua, 1960.

CORREIA, Vergílio – *Artistas de Lamego.* Subsídios para a História da Arte Portuguesa, XI. Imprensa da Universidade. Coimbra 1923.

- *Artistas italianos em Portugal.* Revista Biblos, vol. VIII, (1932).

COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego.* 6 Vols., Braga, Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, 1977-1992.

COSTA, P. António Carvalho da - *Corografia Portugueza e Descriçam Topográfica do famoso Reyno de Portugal (...).* Tomo Segundo oferecido ao Sereníssimo Rey Dom Joam V. Nosso Senhor, 1708.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes – *O Colégio da Sapiência, ou de Santo Agostinho, na Alta de Coimbra.* Monumentos 25, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Setembro, 2006.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes – *O Renascimento em Coimbra. Modelos e Programas Arquitectónicos.* Coimbra: s. n., 2002, Vol.II.

CUNHA, Zenobia Collares Moreira – *O Pré-romantismo Português – Subsídios para a sua compreensão.* Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1992.

D'AGUILAR, Francisco D'Azeredo Teixeira – *Apontamentos Biographicos de Francisco de Paula D'Azeredo Conde de Samodães*. Porto: na Typographia de Manoel José Pereira, 1866.

della biblioteca del Sagro militar ordine di S. Giovanni Gerosolimitano oggi detto di Malta Franz Paul von Smitmer, 1781.

DIAS, Augusto – *Lamego do século XVI*. Edições Beira Douro, 1947 Lamego.

DIAS, Augusto – *Lamego do século XVIII*. [Porto]: Beira Douro, 1950

DIAS, Augusto – *Senhora dos Remédios: Nasoni em Lamego*. Porto: Beira e Douro, 1975.

Diccionario aristocratico contendo os alvarás dos foros de fidalgos de casa real que se achão registados nos livros das mercês, hoje pertencentes ao Archivo da Torre do Tombo Por Portugal arquivo nac. 1840.

Dicionário da Arte Barroca em Portugal. Direcção de José Fernandes Pereira; Coordenação de Paulo Pereira. Editorial Presença, Lisboa 1989.

DUARTE, Joaquim Correia – *Lamego, A Diocese em Três Histórias 1596-1789-1878*. Edição da Diocese de Lamego. Lamego, 2016.

Dueños y señores de casas, torres y pazos, 1500-1900 (Contribución al estudio de la fidalguía gallega). 2 Vols., tese de doutoramento. Santiago de Compostela: USC, 2001.

El Barroco, Arquitectura, escultura, pintura. Edición de Rolf Toman. Fotografia de Achim Bednorz. Könemann. 1997.

EIRAS ROEL, Antonio - Las élites urbanas de una ciudad tradicional: Santiago de Compostela a mediados del siglo XVIII. VV.AA., *La Documentación Notarial y la Historia*, t.I. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións da USC, 1984, p.117-139.

Espaço, Poder e Memória, a Catedral de Lamego, séc. XII A XX. Coord. Anísio Miguel de Sousa Saraiva. Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa 2013.

EUSÉBIO, Maria de Fátima dos Prazeres – *A Talha Barroca na Diocese de Viseu*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte em Portugal. Faculdade de Letras do Porto. Porto 2005.

GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto. Edições Afrontamento, Lda., 1999.

FAUVRELLE, Natália – *Arquitecturas da Paisagem Vinhateira. Técnicas e Saber Fazer*. Arquitecturas da Paisagem Vinhateira. Museu do Douro. Peso da Régua, 2008.

FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto*. Cadernos da revista Douro – Estudos & Documentos. GEHVID, 2001.

FAUVRELLE, Natália e MARQUES, Susana – Glossário. *Arquitecturas da Paisagem Vinhateira*. Museu do Douro. Peso da Régua, 2008.

FERNANDES, António Jorge Inácio - *A Rua dos Cónegos. Um espaço sócio-arquitectónico no Porto Setecentista*. Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. I. Porto, 2006.

FERNANDES, Rui – Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas léguas... (1532). In *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*. Tomo V. Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1824.

FERNANDES, Rui – *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas Léguas*. Edição Crítica de Amândio Morais de Barros. Beira Douro. Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro. Edições Afrontamento Lda. Porto, 2001.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto Na época Moderna*. Lisboa: Edições Inapa. 2001.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Arte da talha no Porto na Época Barroca (Artistas e clientela. Materiais e técnica)*. Arquivo Histórico. Câmara Municipal do Porto. Porto, 1989.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – O Barroco nas Casas Cistercienses em Portugal. A organização do espaço sacro no Mosteiro de Arouca e a talha dourada nos séculos XVII e XVIII. In *Actas do II Congresso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal*, vol. III. Ourense, 1998.

FERREIRA, Maria Manuela de Sousa Vaquero Freitas - *O Tribunal da Inquisição de Lamego. Contributo para o Estudo da Inquisição no Norte de Portugal*. Tese de Doutoramento em Cultura Portuguesa. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2012.

FERREIRA, Natália Maria Fauvelle da Costa – *Quintas do Douro. As Arquitecturas do vinho do Porto*. Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1999.

FIGUEIROA-RÊGO, João – A “Collecta Sumptuária” Oitocentista, alguns aspectos da sua controversa aplicação. *Arquipélago – História*, 2ª série, VII, 2003.

FISHER, H. E. S. – *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770*. Lisboa: Gradiva, 1984.

FOLGAR DE LA CALLE, Cármen – *Arquitectura gallega del siglo XVIII. Los Sarela*. Santiago, Universidad de Santiago de Compostela, 1985.

FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Instituto do Vinho do Porto. Porto, 1996.

FONSECA, Álvaro Moreira – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Edição do Instituto do Vinho do Porto. III Volumes. Porto, 1949-1950-1951.

FONSECA, Álvaro Moreira da – *A Ideação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. “Anais do Instituto de Vinho do Porto”. Instituto de Vinho do Porto. Porto, 1955-1956.

FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da – Descrição económica do território que vulgarmente se chama Alto Douro. In *Memorias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Tomo III. Lisboa: Of. da Academia Real das Sciencias, 1791, p.36-72.

- FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da – Memória sobre o estado da Agricultura, e Comercio do Alto Douro. In *Memorias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Tomo III. Lisboa: Of. da Academia Real das Sciencias, 1791, p. 73-153.
- FOUCAULT, M. – Genealogia e Poder. In MACHADO, R. (Ed.), *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. 16 Graal ed.) 2001 (1979), pp.92-98.
- FOUCAULT, M. - Soberania e Disciplina. In MACHADO, R. (Ed.), *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. 16 Graal ed. 2001 (1979), pp.132-139.
- Francisco de Hollanda: Da fabrica que fallece á cidade de Lisboa: Da sciencia do desenho /* por Joaquim de Vasconcellos. - Porto: Imprensa Portugueza, 1879. - XXXIX, 24, 23, XVII, [2] p.; 22 cm. - (Archeologia artistica; 7).
- FRIAS, Duarte Nuno Oliva de – *A Pintura Decorativa de Nicolau Nasoni na Sé de Lamego*. Tese de Mestrado em História de Arte. Universidade Lusíada. 2 Volumes. Lisboa, 2003.
- GARCÍA IGLESIAS, X.M. – *Pazos de Galicia*. I, Vigo, 1990.
- GARCÍA IGLESIAS, J. M., y otros – *Pazos de Galicia*. A Coruña, c. o. a. g. / Xunta de Galicia, 1992, 2 vols.
- GÓIS, António José Sapucaia de Faria – *Fatores Condicionantes na morfologia do Retábulo*. Dissertação de Tese de Doutoramento. Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- GOMES, Paulo Varela – *A Cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*. Caminho, 1988.
- GÓMEZ ÁLVAREZ, José (dir.) – *Enciclopedia de los monumentos de Galicia*. Vigo, Osa, 1999.
- *Inventario. Pazos y torres*. Vigo. Asociación de Amigos de los Pazos, 1973-1985, 7 vols.
- *La arquitectura del pazo en Vigo y su comarca*. c. o. a. g., 1981.
- GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – *Duas Casas, suas pedras-de-armas, um mesmo tronco. Douro – Estudos & Documentos*. Vol. VIII (15), 2003 (1.º), 61-75.
- GRAÇA, Manuel Dias – *A Carta de Atenas e o Património histórico das cidades*. Jornal dos Arquitectos #213. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2003 (33-35).
- GAYO, Felgueiras - *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Vol. VIII. Carvalhos de Basto. 2.^a Edição. Braga 1989.
- JESUS, João Ferreira Marques – *Complementaridade (s). A Cidade Histórica e a Arquitectura/Sociedade Contemporânea*. Prova final para Licenciatura em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2007/2008, Porto.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 3.^a Edição, 2004.
- LDDEL, Alex; PRICE, Janet – *As quintas do vinho do Porto*. Lisboa: Quetzal Editora, 1992.

LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1876.

LIMA, Luís Caetano de, C.R., 1671-1757 - *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...* / Composta por D. Luiz Caetano de Lima... - Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736. - 2 V.

LIVINGSTON, Morna – *Steps to Water: The Ancient Stepwells of India*. Princeton Architectural Press, 1 edition, April 1, 2002.

Livro do Armeiro-Mor (1509). 2.^a Edição. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão; Apresentação de Vasco Graça Moura; Introdução, Breve História, Descrição e Análise de José Calvão Borges. Academia Portuguesa da História/Edições Inapa, 2007.

LÓPEZ-CHAVES MELÉNDEZ, J., y G. E. Amor Moreno – *Inventario. Pazos y Torres de la provincia de Pontevedra*. Exma. Diputación Provincial de Pontevedra, 1988, 3 vols.

– *Los pazos, símbolo de un señorío agrario*. El País, domingo 19 de agosto de 1979.

MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. 3.^a ed. Lisboa: Gradiva, 1989.

MACEDO, Jorge Borges de – *Do ouro aos diamantes: Portugal no século XVIII. Uma perspectiva*, in *Catálogo da Exposição “O Triunfo do Barroco”*. Lisboa, Fundação das Descobertas, C.C.B., 1993.

MANSILHA, Armando – *Alto Douro Vinhateiro. Património Mundial*. Notícias do Douro. Peso da Régua, 2002.

MARCOCCI, Giuseppe – *A Consciência de um Império. Portugal e o seu Mundo (séc. XV-XVII)*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, outubro 2012.

Marcos de Demarcação. Natália Frauvelle (Coord.). IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto). Museu do Douro. Peso da Régua, 2007.

MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo – *As Companhias Pombalinas*. Coimbra: Almedina, 1997.

MARQUES, André Evangelista – *O Casal: uma organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Dissertação de Mestrado no âmbito do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento. Departamento de História. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2006.

MARTINS, Carlos Henrique de Moura Rodrigues – *O Programa de Obras Públicas para o Território de Portugal Continental, 1789-1809. Intenção Política e Razão Técnica – O Porto do Douro e a Cidade do Porto*. Tese de Doutoramento em Arquitectura, na especialidade de Teoria e História de Arquitectura, orientada pelo Professor Doutor Mário Júlio Teixeira Krüger e pelo Professor Doutor Alexandre Vieira Pinto Alves Costa e apresentada à Universidade de Coimbra. 2 Volumes. Universidade de Coimbra. Coimbra maio de 2014.

- MARTÍNEZ BARBEITO, Carlos – *Torres, pazos y linajes de la provincia de La Coruña*. León, Everest, 1986.
- MEISS, Pierre Von – *Elements of Architecture – From Form to Place*. E & FN Spon Ed. London, 1990.
- Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para Adiatamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa na Officina da Academia Real das Sciencias. M.DCC.LXXXIX.-MDCCCXV. [1789-1815]. 5 Volumes. Tomo V (1815). 10.^a Memoria sobre a descrição physica e economica do logar da Marinha grande, pelo visconde de Balsemão, pp. 257 a 277.
- MENDES, Nuno Resende – *Vínculos quebrantáveis. O Morgadio de Boassas e suas relações. Séculos XV – XVIII*. Dissertação de Mestrado em Estudos Regionais. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2005.
- MONTEIRO, Manuel - *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*. Porto: Emílio Biel & C.^a Editores, 1911.
- MONTEIRO, Nuno G. – *Casa e Linhagem: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Penélope. Revista de História e Ciências Sociais, 12; 1993.
- “Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII”. *Análise Social*, 123-124; 1993, p. 921-950.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa, 2003.
- MONTEIRO, Nuno G. Freitas – *O crepúsculo dos grandes. A Casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- MOREIRA, Ana Rita Ferreira - *O Estudo da Casa Nobre na Cidade de Lamego*. Projeto de Estágio realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2017.
- MOREIRA, Zenóbia Collares - *A Poesia Pré-Romântica Portuguesa*. Editora RN Central de Cópias, 2000.
- MOREIRA, Zenóbia Collares - *O Lirismo Pré-romântico da Viscondessa de Balsemão D. Catharina Michaela de Sousa Cesar e Lencastre 1749-1824*. Colecção Autores Portugueses (extra-colecção). Edições Colibri. Lisboa 2000.
- NOGUEIRA, Victor – *Pazos de Galicia*. Edicións NigraTrea S. L. Xunta de Galicia, 2001.
- NORBERG-SCHULZ, Christian – *Late baroque and Rococo Architecture*. New York: Harry N. Abrams. 1974.
- NUNES, António Pereira – *Para uma terminologia da disciplina de protecção do Património construído*. Jornal dos Arquitectos #213. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2003. (27-32).

Obras Completas de D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590), Catecismo ou Doutrina Cristã e Práticas Espirituais. 15.^a Edição. Edição do Movimento Bartolomeano. Volume I, Fátima 1962.

OLIVEIRA, António José de – *Clientelas e Artistas em Guimarães nos séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1 Vol. Porto, 2011.

OLIVEIRA, Eduardo Alberto Pires de – *André Soares e o Rococó do Minho*. Tese de Doutoramento em História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 4 Vol. Porto, 2011.

OLIVEIRA, João Nunes de – *O vinho do Douro na região de Lamego entre 1700 e 1850*. Revista de História da Sociedade e da Cultura. Coimbra. 3 (2003) 119-152.

OLIVEIRA, Valério Martins de – *Advertências aos modernos que aprendem o officio de pedreiro e carpinteiro*. Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real. Lisboa, 1757.

Ordenações e leis do Reino de Portugal confirmadas, e estabelecidas pelo Senhor Rei D. João IV e agora impressas por mandado do mui alto, e poderoso Rei D. João V. No Real Mosteiro de São Vicente dos Cónegos de S. Agostinho. Lisboa Oriental, 1727.

PAIVA, Maria Amélia da Silva – *As Portadas na Arquitectura Civil do Concelho de Ponte de Lima: Estruturas, Funções e Significados*. Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto 2002.

PEREIRA, Gaspar Martins – *Aspectos sociais da viticultura duriense nos fins do século XVIII*. Porto: CENPA, 1986.

PEREIRA, Gaspar Martins – A Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1784, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho. *Douro – Estudos & Documentos*, vol. IV, 1999 (2.º), pp.153-195.

PEREIRA, Gaspar Martins – A região do vinho do Porto. Origem e evolução de uma região demarcada pioneira. *Douro – Estudos & Documentos*. Porto: CEHVID. 1 (1996) 179-199.

PEREIRA, Gaspar Martins – *As demarcações vinhateiras na história do Alto Douro. Estudos Transmontanos e Durienses*. Vila Real. 7 (1997) 137-152.

PEREIRA, Gaspar Martins – *Em busca de Cister no Vale do Douro. Cister no Vale do Douro*. 1999.

PEREIRA Gaspar Martim e COSTA, Natália Fauvrelle – Instruções para a Cultura da vinha e para o fabrico do vinho nas quintas de João Pacheco Pereira, antes da instituição da Companhia. *Douro - Estudos & Documentos*. Instituto do Vinho do Porto. Universidade do Porto. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 5, Ano 3, 1998, pp.161-175.

PEREIRA, José Fernandes (dir.) – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença.

- PEREIRA, José Fernandes – *História da Arte Portuguesa*. Círculo de Leitores. Barcelona, 1995. Vol. III.
- PÉREZ COSTANTI, Pablo – *Diccionario de artistas que florecieron en Galicia durante los siglos XVI y XVII*. Santiago, Xunta de Galicia, 1988.
- PINTO, Albano da Silveira – *Resenha das Famílias Titulares Grandes de Portugal*. Tomo I. Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva. 1ª Edição. Lisboa, 1883/85.
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira; BAENA, Augusto Romano de Sanches de; BAENA, Farinha de Almeida Sanches de; FARINHA, Augusto Romano Sanches de Baêna – *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*. Edition: 2. Edição de Empreza Editora de F.A. da Silva, 1991.
- PINTO, Helena Mendes – *José Francisco de Paiva Ensamblador e Arquitecto do Porto (1744-1824)*. Ministério da Educação Nacional, Secretaria da Instrução e Cultura / Direcção dos Assuntos Culturais. Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa, 1973.
- PINTO, Lucinda de Jesus Barros – *O Santuário de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego. Contributo para o estudo da sua construção (1750-1905/69)*. 2 Vols. Dissertação de Mestrado apresentada á Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1997.
- PIRES, Amílcar Gil – *A Quinta de Recreio em Portugal, Vilegiatura, Lugar e Arquitectura*. Edição Caleidoscópio. Lisboa, 2013.
- QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *A Importância da Sede do Bispado de Lamego na difusão da estética retabular: tipologias e gramáticas decorativas nos séculos XVII-XVIII*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte em Portugal apresentada à Universidade do Porto. F.L.U.P. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2006. 2 Volumes.
- QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Os Retábulos da Cidade de Lamego e o contributo para a formação de uma escola regional. 1680 – 1780*. Câmara Municipal de Lamego, Lamego, 2002.
- QUEIROZ, Francisco Ferreira – *Os Cemitérios do Porto e a Arte Funerária Oitocentista em Portugal. Consolidação da Vivência Romântica na Perpetuação da Memória*. 2 Vols. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2002.
- REIS, Maria Cecília Batista Nunes Rodrigues e Sousa – *Entre as Fragrâncias do Vinho do Porto e as Tentações do Ouro Brasileiro (1739-1777)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1995.
- Relatório de Intervenção Arqueológica na Casa do Poço*. Lamego 2002. Arqueologia & Património. Coordenação geral: Ricardo Teixeira & Vitor Fonseca – Arqueologia Lda.
- RIBEIRO, Lília Paula Teixeira – *A Arquitectura Neopalladiana Portuense: o Hospital de Santo António (1769-1832)*. Tese de Doutoramento em História de Arte Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 Vol. Porto, 2012.

- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, MATOS, Joaquim Antonio de Sousa Telles de - *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborensis: Que comprehende a literatura*. Volume 2. Impr. Nacional, 1868.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Das Construções e das Reconstruções: A Memória de um Mosteiro (Santa Maria de Arouca - Séc. XVII / XX)*. Vol. I. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2003.
- RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira - *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. Quimera, Coimbra.
- RODRIGUEZ, José Ignacio De La Torre - *Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro. Cister no Vale do Douro* (Coord. Geraldo Coelho Dias, OSB; Luís Miguel Duarte). GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto. Edições Afrontamento, Lda., 1999.
- ROSA, Maria Lurdes de - *O Morgadio em Portugal, séculos XIV-XV*. Estampa, Lisboa, 1995.
- ROSEIRA, Maria João Queiroz - *Lamego: um passado presente*. Edição de Editorial Império, 1981.
- ROSSI, A. - *A arquitectura da cidade*. (J. C. Monteiro, Trad.) Cosmos. Lisboa, 2001.
- RUÃO, Carlos - *Arquitectura Maneirista no Noroeste de Portugal. Italianismo e Flamenguismo*. Edição do Instituto de História de Arte da Universidade de Coimbra /EN - Electricidade do Norte, S. A. Coimbra 1996.
- SANTOS, Reynaldo dos; QUILHÓ, Irene - *Ourivesaria Portuguesa nas colecções particulares*. 2.ª Edição. Lisboa [s.n.], 1974.
- SCHNEIDER, Susan - *O Marquês de Pombal e o vinho do Porto*. A Regra do Jogo. Lisboa, 1980.
- SILVA, José Carlos Ribeiro da - *A Casa Nobre no Concelho de Lousada*. Tese de Mestrado em História de Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2007.
- SILVA, José Sidónio Meneses da - *O Mosteiro das Chagas de Lamego. Vivências, espaços e espólio litúrgico - 1588-1906*. Quarteto Editora. Coimbra, julho de 2002.
- SILVA, Manuel Montenegro de Figueiredo Moreira da - *Nicolau Nasoni e a Arquitectura Civil. As Villas do Cerco do Porto*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Volume I. Porto, 2009/2010.
- SILVA, Maria de Lurdes da Soledade Ribeiro e - *Lamego no Alvor do Século XIX. Administração e Elites, 1796-1834*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2005.
- SMITH, Robert C. - *Nicolau Nazoni arquitecto do Porto*. Livros Horizonte, Lisboa, 1966.
- SOUSA, Fernando de (direcção) - *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. CEPES. Porto, 2003.

- SOUSA, Fernando de – *O Brasil e a Companhia do Alto Douro (1756-1825). A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Coordenação de Fernando de Sousa. Co-edição CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento. Porto, 2008.
- SOUSA, Fernando de (direcção) - *O Património Cultural da Real Companhia Velha*. CEPESE. Porto, 2005.
- SOUSA, Fernando de (direcção) - *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. CEPESE. Porto, 2006.
- SOUSA, Fernando de (coordenação) - *Seminário Comemorativo dos 250 anos da Real Companhia Velha (Livro de actas)*. CEPESE. Porto, 2006.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A Joalheria no Porto nos finais do Século XVIII. Aspectos Artísticos*. 2 Vols. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Porto, 1996.
- SOUSA, Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e – *A Arte da Prata no Porto 1750 – 1810*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. I. Porto, 2002
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Pratas em Coleções do Douro*. Bienal da Prata – Lamego. Lello Editores. 2001.
- SOUSA, Manoel de Almeida e – *Tratado Pratico de Morgados*. Na Impressão Regia, Lisboa 1807.
- STOOP, Anne de - *Palácios e Casas Senhoriais do Minho*. Editora Civilização. Porto 1993.
- TAPIÉ, Victor – *Barroco e classicismo*. Presença, Lisboa, 1988.
- TAVARES, Rui Fernando de Jesus – *Recentrocidade. Memória e Refundação Urbana. Território. Cidade. Arquitectura*. Tese de Doutoramento em História de Arte Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1 Vol. Porto, 2013.
- TÁVORA, F. – *Da Organização do Espaço* (3.ª Edição) FAUP Publicações. Porto, 1996.
- TEDESCO, Giovanni Battista - *Nicolau Nasoni. Formação de um pintor e de um artista da arte efémera em Itália (1691-1723)*. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa. Faculdade de Leras da Universidade do Porto. Porto, 2012.
- TEIXEIRA, R., TEIXEIRA, V., DE LA TORRE, J.I. - *Cister no Vale do Douro: estudo preliminar*. Separata das Actas do II Congreso Internacional sobre El Cister en Galicia Y Portugal. Ourense, 1998.
- Teoria da arquitectura do renascimento aos nossos dias*. Koln, Taschen, 2006.
- TOPA, Francisco - *Poemas Dispersos e Inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1.º Visconde de Balsemão*. Edição de Autor. Porto 2000.

TOPA, Francisco – *Um Soneto Inédito da 1.ª Viscondessa de Balsemão seguido de uma réplica do seu marido*. In “Revista da Faculdade de Letras - Linguas e Literaturas”, II Série, Vol. XVII, Faculdade de Letras, Porto 2000.

TORRE RODRIGUEZ, José Ignacio de la – A viticultura nos mosteiros cistercienses do vale do Douro português (século XII-XIII). *Douro – Estudos & Documentos*. Porto.3 (1997) 17-29.

Tratado das Cores que Consta de Tres Partes Analytica, Synthetica, Hermenêutica, por Diogo de Carvalho e Sampayo. Reprodução Fasc-simile de exemplar da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Chaves Ferreira, Publicações, S. A.

TREVISAN, Armindo – *Uma Viagem Através da Idade Média: o que a Europa deve à Idade Média*. Editora AGE. Porto Alegre. 2014.

VIEIRA, Luís – *Futuro e sustentabilidade dos socalcos e da vinha na Região Demarcada do Douro. Arquitecturas da Paisagem Vinhateira*. Museu do Douro. Peso da Régua, 2008.

VIÑA VARELA, José Benito – *Los pazos de la província de Lugo* (trabajo de fin de curso). Escuela Universitaria Técnica de Arquitectura de A Coruña, 1994.

VOUGA, Cristina Maria Sequeira – *A Virgem Apocalíptica na Imaginária Portuguesa da Produção Pós Tridentina. Nossa Senhora da Esperança / Expectação na Diocese de Viseu*. Dissertação de Mestrado em História de Arte. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.

ZEVI, B. – *Saber ver a arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (direcção e coordenação) – *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960-1961. 3 Vol.

2 – Periódicos

Revista Beira Alta;

Douro – Vinho, História & Património – Wine, History and Heritage;

Douro – Estudos & Documentos.

3 – Documentos eletrónicos

(Angela Pinheiro da Fonseca)

<http://www.geocities.ws/geneabotelho/pafg10.htm> - 25-04-2017, 23:35H.

(A.N.T.T. Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 16. 1 Liv. (290 f.); papel)

<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162404> - 1-02-2015, 18:28H.

(A.N.T.T. Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 19)

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4162406> – 1-02-2015, 16:16H.

(A.N.T.T. Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 20. 1 liv. (63 f.; 430 x 320 mm); pergaminho)

<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162407> – 1-02-2015, 16:50H.

(ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 21. 1 Liv. (79 f.; 480 x 350 mm); pergaminho, papel.)

<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162408> - 1-02-2015, 17:48H.

(A.N.T.T. Livros de Linhagens. [1340-1739]).

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4223187>- 1-02-2015, 19:20H.

(ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 182, doc. 2708. Secção A Ministros e Familiares)

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2320884> - 10-09-2013, 10:09H.

(Bispo de Aveiro, D. António Freire Gameiro de Sousa / A Diocese de Aveiro)

http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4977/1/LS_S1_04_AntonioBrasio_ADioc.pdf - 01-12-2017, 22:46H.

(Bispo de Aveiro, D. António Freire Gameiro de Sousa, Cartas a Cenaculo)

http://www.bdalentejo.net/BDAObra/obras/304/BlocosPDF/bloco66-645id_654id.pdf - 01-12-2017, 20:38H.

(Colégio da Sapiência de Coimbra)

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70530> - 01-04-2015, 17:04H.

(DGMN; Património Arquitectónico Português)

www.monumentos.pt-Inventário

(DUARTE, Eduardo – A Heráldica Portuguesa na Arte e na Sociedade. Arte & Sociedade. Atas das Conferências)

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5642/3/ULFBA_A%20HER%C3%81LDICA%20PORTUGUESA%20NA%20ARTE%20E%20NA%20SOCIEDADE.pdf

– 1-02-2015, 22:52H.

(“Elementos de agricultura en que se contem os principios theoreticos e praticos desta util agradavel e honestissima disciplina”, em 1790, na cidade de Madrid, Na Officina Typographica da Viuva da Ibarra, de Diogo de Carvalho e Sampaio, Cavaleiro da Ordem de Malta, da Casa do Poço)

http://livrariaferreira.pt/catalogo/LB3_Vol2.pdf - 08-12-2017, 19:57H.

(Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques (FRAH))

<http://www.arte-coa.pt/Ficheiros/Imagem/3940/3940.pt.jpg> - 11-05-2014, 12:39H.

(Fundo/ Arquivo: século XVIII/Núcleo da Família Pacheco Pereira. Biblioteca, Livros e brochuras, PEREIRA, Diogo Borges Pacheco)

<http://ephemerajpp.com/2012/08/14/fundo-do-seculo-xviii-nucleo-da-familia-pacheco-pereira-diogo-borges-pacheco-pereira-espelho-de-um-pecador1731-2/> - 10-08-2013, 17:15H.

(Fundo/ Arquivo: Núcleo da Família Pacheco Pereira, livros)

<http://ephemerajpp.com/2009/07/12/livro-dedicado-a-d-joao-pacheco-pereira-coutinho1750/> - 10-08-2013, 19:00H.

(Fundo/ Arquivo: Núcleo da Família Pacheco Pereira, Biblioteca, panfletos, folhetos, folhas volantes, prospetos, tarjetas, Porto)

<http://ephemerajpp.com/2009/03/27/relacom-do-exercicio-militar1757/> - 10-08-2013, 19:23H.

(Guia europeu para a proteção e valorização das paisagens culturais vitícolas - European Guidelines for wine cultural landscape)

<http://norteemrede.ccdr-n.pt/planeamento/publicacoes/european-guidelines-for-wine-cultural-landscape-guia-europeu-para-a-protecao-e-avalorizacao-das-paisagens-culturais-vitcolas> - 06-05-2017, 17:38H.

(Instituto Diplomático. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Espanha, Titulares)
<http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/42-relacoes-diplomaticas/titulares/580-espanha.html> -
3-04-2014, 13:11H.

(Lamego)

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lamego>

(Manuscrito Inédito sobre o Recolhimento de Santa Teresa de Lamego)
http://triplov.com/triplo2/2012/12/21/museu-de-lamego-apresenta-manuscrito-inedito/?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+TriploIi+%28TRIPLO+II%29 - 25-04-2013 18:11H.

(Museu de Lamego)

http://www.museudelamego.pt/?page_id=1067 - 25-03-2014, 12:08H.

(NEGREIROS, José Manoel de Carvalho e – Aditamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo que foi ofº a S A Real o Príncipe Nosso Senhor que Deus guarde em o anno de 1792-1797, Lisboa. Biblioteca Nacional de Lisboa, Códice 3758-62, fls 90 a 94. Publicado por CARITA, Hélder – Tipologias de casa nobre no tratado do Arquitecto José Manoel de Carvalho e Negreiros. Palestra apresentada no Paço dos Duques de Guimarães)
www.pduques.imc-ip.pt/Data/Documents/Blog%20Negreiros.pdf – 10-07-12, 17.54H.

(Nobreza)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Thesouro_de_Nobreza - 1-02-2015, 18:10H.

(“O Devoto em Oraçãõ meditando a Paixaõ de Jesus Christo. E occupado nos interesses da sua alma”. «Novamente correta, ea crescentada com varias Meditações, Colloquios, Preces e Exercicios. Offerecida ao Ex. mo e R. mo Senhor D. Antonio Freire Gameiro de Souza do Conselho de S. Magestade. Primeiro Bispo de Aveiro». Coimbra 1789, Na Real Officina Typographica da Universidade)

<http://www.livrariafernandosantos.com/produto/o-devoto-em-oracao-meditando-a-paixao-de-jesus-christo-e-occupado-nos-interesses-da-sua-alma/> - 11-12-2017, 17:17H.

(*O Lirismo Pré-Romântico da Viscondessa de Balsemão*, de Zenóbia Collares Moreira, Edições Colibri. Lisboa 2000)

<http://www.edi-colibri.pt/Detalhes.aspx?ItemID=855> - 13-05-2017, 17:33H.

(PALLADIO, Andrea, (1508-1580) - Quattro libri dell'architettura. I quattro libri dell'architettura, ne' quali, dopo un breue trattato de' cinque ordini, & di quelli auertimenti, che sono piu necessari nel fabricare; si tratta delle case private, delle vie, de i ponti, delle piazze, de i xisti, et de' tempij. Venetia, D. de' Franceschi, 1570)

<http://hdl.loc.gov/loc.rbc/rosenwald.0873.2> - 26-01-2015, 00:59 H.

(Quinta da Pacheca, Cambres)

<http://www.jonasson.org/maps/> - 7-6-2012 – 14 H / 20H.

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14090 - 24-02-2015, 18:31H

(Quinta das Brolhas, freguesia de Valdigem)

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21649 – 21-02-2015, 18:35H.

(Quinta do Paço do Monsul, Cambres)

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14091 – 24-02-2015, 17:44H.

http://www.rozes.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=105&Itemid=233 – 25-02-2015, 09:30H.

(Quinta dos Varais, freguesia de Cambres)

<http://www.jonasson.org/maps/> - 7-6-2012 – 14 H / 20H.

<http://www.casadosvarais.net/index.php/pt/> - 23-02-2015, 16:03H.

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12938 – 22-02-2015, 18:16H.

(Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.28, f. 150v.)

<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1955105>- 3-04-2014, 11:58H.

(Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.11, f. 38.)

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1975359> - 10-09-2013, 09:59H.

(SERLIO, Sebastiano - Tutte l'opere d'Architettura ter Sebastiano Serlio Bolognese. (livro 1-7) Presso Francesco de Franceschi Senese. Veneza, MDLXXXIII)

<http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/serlio1584> - 4-04-2012, 17:30H.

(ViTour Landscape, the project)

<http://www.lavaux-unesco.ch/en/N5710/vitour-landscape-the-project.html> - 06-05-2017, 17:15H.

4 – Fontes Icononimicas

Planta da cidade de Lamego levantada pelo Capit. Eng. Maximiano José da Serra, em 1791.

Planta da Cidade de Lamego e dos seus Arredores datada de 1793.

Planta da cidade de Lamego e seus arredores, levantada por J. Auffidiener, em 1793, copiada na Secretaria do Real Corpo de Engenheiros, pelo 2.º tenente M. E. de Saldanha Machado, no ano de 1818.